



**MINISTÉRIO DA DEFESA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO - 2013**

# **MINISTÉRIO DA DEFESA**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO - 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições na IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria/TCU nº 175/2013 e da DN TCU nº 129/2013.

Brasília-DF - 2014.

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

<b>ABREVEATURAS</b>	<b>DESCRIÇÕES</b>
A	- área(s)
Ap	- apoio(s)
Art	- artigo(s)
Atv	- atividade(s)
Brig-Ar	- Brigadeiro-do-Ar
C Alte	- Contra-Almirante
Cbn	- Combinada(s)
Cel	- Coronel
Cj	- Conjunta(s)
Cmt	- Comandante
Dec	- Decreto
Emp	- Emprego
Front	- Fronteira(s)
Gen Div	- General de Divisão
Gen Ex	- General de Exército
Maj	- Major
Maj-Brig-Ar	- Major-Brigadeiro-do-Ar
Mis	- missão(ões)
Op	- operação (ões)
Prep	- preparação
Pres	- presença
Prev	- prevista(s)
Realiz	- realizada(o)(s)
VAlte	- Vice-Almirante

<b>SIGLAS</b>	<b>DESCRIÇÕES</b>
A- 29	- Super Tucano
ACISO	- Ação Cívico Social
AEGE	- Assessoria Especial de Grandes Eventos
AIOP	- Assessoria de Inteligência Operacional
AMAN	- Academia Militar das Agulhas Negras
AO	- Ação Orçamentária
APGP	- Assessoria de Planejamento e Gestão de Programas
APOG	- Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão
BRABATT	- Batalhão Brasileiro de Força de Paz
BRAENGCOY	- Companhia de Engenharia de Força de Paz
BRAMACOY	- Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais de Força de Paz
C- 130	- Hércules
C <sup>2</sup>	- Comando e Controle
CAE	- Chefia de Assuntos Estratégicos
CASFA	- Comissão de Assistência Social das Forças Armadas
CAv	- Controle de Avarias
CBio	- Comissão de Biossegurança

CC <sup>2</sup> MD	- Centro de Comando e Controle do Ministério da Defesa
CCDA	- Centro de Coordenação de Defesa de Área
CCFEX	- Centro de Capacitação Física do Exército
CCOC	- Centro do Comando de Operações Conjuntas
CCOPAB	- Centro de Coordenação de Operações de Paz do Brasil
CDA	- Comissão Desportiva da Aeronáutica
CDE	- Comissão Desportiva do Exército
CDM	- Comissão Desportiva da Marinha
CDMB	- Comissão Desportiva Militar do Brasil
CDS	- Centro de Desenvolvimento de Sistemas
CDT/UnB	- Centro de Desenvolvimento Tecnológico da UnB
CEFAN	- Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes
CEMCFA	- Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
CGEN	- Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
CHELOG	- Chefia de Logística
CHOC	- Chefia de Operações
CIOp	- Centro de Inteligência Operacional
CISSET	- Secretaria de Controle Interno
CISM	- Conselho Internacional do Desporto Militar
CNAE	- Classificação nacional de Atividades Econômicas
COC	- Centro de Operações Conjuntas
CODA	- Centro de Operações de Defesa Aeroespacial
COS	- Comitê de Orientação e Supervisão
COMARA	- Comissão de Aeroportos da Região Amazônica
COMDABRA	- Comando de Defesa Aérea Brasileira
COMLOG	- Comissão Logística Militar
CONABIO	- Comissão Nacional de Biodiversidade
CONFENEN	- Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
CONTBRAS	- Contingente Brasileiro
CPEAEX	- Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército
CPE	- Chefe(ia) de Preparo e Emprego
CPIEM	- Comissão Permanente de Interação de Estudos Militares
CPLP	- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPSSMEA	- Comissão Permanente dos Serviços de Saúde da Marinha, Exército e Aeronáutica
COPRECOS	- Comitê de Prevenção e Controle Das DST/AIDS nas Forças Armadas
CT	- Centro Telemática
CTA	- Centro Telemática de Área
CTNBio	- Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
DDM	- Departamento de Desporto Militar
DEADI	- Departamento de Administração
DEC	- Departamento de Engenharia e Construção
DEORG	- Departamento de Organização e Legislação
DEORF	- Departamento de Orçamento e Finanças
DEPENS	- Departamento de Ensino

DEPES	- Departamento de Pessoal
DEPTI	- Departamento de Tecnologia da Informação
DEPEC	- Departamento de Ensino e Cooperação
DESAS	- Departamento de Saúde e Assistência Social
DIOFI	- Divisão Orçamentária e Financeira
DIVAS	- Divisão de Assistência Social
DMAvEx	- Diretoria de Material de Aviação do Exército
DN	- Distrito Naval
DN-TCU	- Decisão Normativa-TCU
DOU	- Diário Oficial da União
DQBRN	- Defesa Química, Bacteriológica, Radiológica e Nuclear
E- 99	- Embraer 145
EB	- Exército Brasileiro
ECEMAR	- Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
ECEME	- Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EGED	- Encontro de Guerra Eletrônica de Defesa
EGN	- Escola de Guerra Naval
EM	- Exposição de Motivos
EMCFA	- Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
ENABED	- Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa
END	- Estratégia Nacional de Defesa
EMD	- Estado-Maior de Defesa
ESG	- Escola Superior de Guerra
EsPCEx	- Escola preparatória de Cadetes do Exército
EPCAR	- Escola preparatória de Cadetes da Aeronáutica
EPERM	- Encontro Pedagógico do Ensino Médio Militar
EPESM	- Encontro Pedagógico do Ensino Superior Militar
F- 5	- TIGER II
FA	- Forças Armadas
FAB	- Força Aérea Brasileira
FPC	- Fiscalização de Produtos Controlados
FSM	- Fundo do Serviço Militar
FTCC	- Força-Tarefa Conjunta e Combinada
FTM	- Força-Tarefa Marítima
GLO	- Garantia da Lei e da Ordem
GND	- Grupo de Natureza da Despesa
GSI	- Gabinete de Segurança Institucional
GTI	- Grupo de Trabalho Interministerial
HFA	- Hospital das Forças Armadas
IBAS	- Índia, Brasil e África do Sul
IEAv	- Instituto de Estudos Avançados
IES	- Instituições de Ensino Superior
IMBEL	- Indústria de Material Bélico
INV	- Investimento
ISAGS	- Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde
ITA	- Instituto Tecnológico da Aeronáutica

JIL	- Jornada de Interoperabilidade Logística
LAC	- América Latina e Caribe
LDO	- Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	- Lei Orçamentária Anual
MB	- Marinha do Brasil
MD	- Ministério da Defesa
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
ME	- Ministério do Esporte
MINUSTAH	- Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti
ODC	- Outras Despesas Correntes
OEA	- Organização dos Estados Americanos
OM	- Organização(ões) Militar(es)
ONU	- Organização das Nações Unidas
OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
PDI	- Plano de Desenvolvimento e Implantação
PIOp	- Portal de Inteligência Operacional
PND	- Política Nacional de Defesa
PO	- Plano Orçamentário
PPA	- Plano Plurianual
PROFESP	- Programa Forças no Esporte
PTRES	- Programa de Trabalho Resumido
RBJID	- Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa
REFRON	- Reconhecimentos de Fronteira
RGED	- Rede de Guerra Eletrônica de Defesa
RM	- Região Militar
ROC	- Requisitos Operacionais Conjuntos
ROD	- Rede Operacional de Defesa
RTI	- Reunião Técnica de Inteligência
SADLOG	- Sistema de Apoio à Decisão Logística de Alto Nível
SC-1	- Subchefia de Comando e Controle
SC-2	- Subchefia de Inteligência Operacional
SC-3	- Subchefia de Operações
SC-4	- Subchefia de Logística Operacional
SCAI	- Subchefia de Assuntos Internacionais
SCIE	- Subchefia de Inteligência Estratégica
SCPE	- Subchefia de Política e Estratégia
SEORI	- Secretaria de Organização Institucional
SEPESD	- Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desportos
SIAFI	- Sistema Integrado de Administração Financeira
SIGLD	- Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização
SIGLMD	- Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa
SIGPLAN	- Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SILD	- Sistema de Informações Logísticas de Defesa
SILOMS	- Sistema Integrado de Material e Serviço da Força Aérea Brasileira
SINAMOB	- Sistema Nacional de Mobilização

SIOP	- Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG	- Sistema de informações Organizacionais do Governo Federal
SIPLOM	- Sistema de Planejamento Operacional Militar
SISCEMEFA	- Sistema de Certificação, Metrologia, Normalização e Fomento Industrial das Forças Armadas
SISCOMAT	- Sistema de Controle de Material
SISCOMIS	- Sistema de Comunicações Militares por Satélite
SISLOGD	- Sistema de Logística de Defesa
SISMC <sup>2</sup>	- Sistema Militar de Comando e Controle
SISMICAT	- Sistema Militar de Catalogação
SINGRA	- Sistema de Informações Gerenciais de Abastecimento da Marinha
SIOP	- Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG	- Sistema de informações Organizacionais do Governo Federal
SISTED	- Sistema Tático de Enlace de Dados
SPAD	- Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa
SRDT	- Sistema Radiocomunicação Digital Troncalizado
SUBILOG	- Subchefia de Integração Logística
TCU	- Tribunal de Contas da União
TI	- Tecnologia da Informação
UDMSA	- União Desportiva Militar Sul-Americana
UG	- Unidade Gestora
UNASUL	- União das Nações Sul-Americanas
UnB	- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UNIFA	- Universidade da Força Aérea
UNIFIL	- Força Interina das Nações Unidas no Líbano
UO	- Unidades Orçamentárias
USAFRICOM	- Comando dos Estados Unidos da América para a África
VCPE	- Vice-Chefe(ia) de Preparo e Emprego
ZOPACAS	- Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 01: Indicador de Desempenho – IARA
- Tabela 02: Indicador de Desempenho – IOC
- Tabela 03: Indicador de Desempenho – IBR
- Tabela 04: Indicador de Desempenho – IPF
- Tabela 05: Indicador de Desempenho – IAALR
- Tabela 06: Indicador de Desempenho – IAAPR
- Tabela 07: Indicador de Desempenho – IAIT
- Tabela 08: Indicador de Desempenho – IASISMC<sup>2</sup>
- Tabela 09: Indicador de Desempenho – IASISCOMIS
- Tabela 10: Indicador de Desempenho – IASISCMILSEG
- Tabela 11: Indicador de Desempenho – IAMDN
- Tabela 12: Indicador de Desempenho – IASILD
- Tabela 13: Indicador de Desempenho – IAPSC
- Tabela 14: Indicador de Desempenho – IEFEMCFA
- Tabela 15: Indicador de Desempenho – IEQEMCFA

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 01: Objetivos de Programa Temático – Código 03RH – Programa 2057
- Quadro 02: Objetivos de Programa Temático – Código 0502 – Programa 2058
- Quadro 03: Objetivos de Programa Temático – Código 0534 – Programa 2058
- Quadro 04: Objetivos de Programa Temático – Código 0547 – Programa 2058
- Quadro 05: Objetivos de Programa Temático – Código 0554 – Programa 2058
- Quadro 06: Ações – OFSS – Código 2057.20X1
- Quadro 07: Ações – OFSS – Código 2058.14SY.000A
- Quadro 08: Ações – OFSS – Código 2058.14SY.0001
- Quadro 09: Ações – OFSS – Código 2058.14SY.0002
- Quadro 10: Ações – OFSS – Código 2058.14SY.0003
- Quadro 11: Ações – OFSS – Código 2058.14SY.0004
- Quadro 12: Ações – OFSS – Código 2058.14SY.0005
- Quadro 13: Ações – OFSS – Código 2058.14SY.0006
- Quadro 14: Ações – OFSS – Código 2058.14SY.0007
- Quadro 15: Ações – OFSS – Código 2058.14SY.0008
- Quadro 16: Ações – OFSS – Código 2058.14SY.0009
- Quadro 17: Ações – OFSS – Código 2058.2D55
- Quadro 18: Ações – OFSS – Código 2058.20X3.0005
- Quadro 19: Ações – OFSS – Código 2058.20X3.0006
- Quadro 20: Ações – OFSS – Código 2058.20X3.0007
- Quadro 21: Ações – OFSS – Código 2058.20X5.0001
- Quadro 22: Ações – OFSS – Código 2058.20X5.0002
- Quadro 23: Ações – OFSS – Código 2058.20X5.0003
- Quadro 24: Ações – OFSS – Código 2058.20X5.0004
- Quadro 25: Ações – OFSS – Código 2058.20X5.0005
- Quadro 26: Ações – OFSS – Código 2058.20X7.0001
- Quadro 27: Ações – OFSS – Código 2058.20X7.0002
- Quadro 28: Ações – OFSS – Código 2058.6557
- Quadro 29: Ações – OFSS – Código 2108.2866



- Quadro A.1.1.1 - Identificação DA UJ – Relatório de Gestão INDIVIDUAL
- Quadro A.2.2.3.1 Ação 8425 - Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon
- Quadro A.2.2.3.1 Ação 20IG – Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Esporte
- Quadro A.2.2.3.1 Ação 2000 do Gabinete da SEPESD – GAB SEPESD
- Quadro A.2.2.3.1 Ação 2000 do Departamento de Ensino – DEPENS
- Quadro A.2.2.3.1 Ação 2000 do Departamento de Desporto Militar – DDM
- Quadro a.2.2.3.1 Ação 2000 do Departamento de Saúde e Assistência Social – DESAS
- Quadro Resumo descentralização DESAS

## SG SUMÁRIO

<b>CAPA DA UNIDADE JURISDICIONADA</b>		01
Folha de Rosto		02
Lista de Abreviações e Siglas da SEORI		03
Introdução		10
1.	<b>IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE</b>	11
1.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada	11
1.2	Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	12
1.3	Organograma Funcional	13
1.4.	Macroprocessos Finalísticos da UJ	14
1.5	Principais Macroprocessos de Apoio	14
1.6	Principais Parceiros Externos	15
2.	<b>PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS</b>	16
2.1	Planejamento da Unidade	16
2.2	Programação Orçamentária e Financeira	18
2.3	Informações Sobre Outros Resultados	23
3.	<b>ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO</b>	28
3.1	Estrutura Orgânica de Controle	28
3.2	Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	28

## SEORI SUMÁRIO

Folha de Rosto		34
Introdução		35
1.	<b>IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE</b>	36
1.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada	36
1.2.	Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	37
1.3.	Organograma Funcional	38
1.4	Macroprocessos Finalísticos da UJ	38
1.5	Principais Macroprocessos de Apoio	38
2.	<b>PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS</b>	39
2.1	Planejamento da Unidade	39
2.2	Programação Orçamentária e Financeira	42
2.3	Informações Sobre Outros Resultados	58
3.	<b>ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO</b>	59
3.1	Estrutura Orgânica de Controle	59
3.2	Controles Internos Administrativos	59
3.4	Estrutura e Atividades de Correição	61
3.5	Demonstração do Cumprimento dos arts. 4º e 5º da Portaria/CGU nº 1.043/2007	61
3.6	Indicadores de Desempenho	61
3.7	Indicadores de Eficiência	62
4.	<b>TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</b>	71
4.1	Execução das Despesas	71
4.3	Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	78
4.4	Transferências de Recursos Mediante Convênio ou Instrumentos Congêneres	80
4.5	Suprimento de Fundos, Contas Bancárias tipo “B” e Cartões de Pagamento do Gov	85
5.	<b>GESTÃO DE PESSOAS, TERC. DE MÃOS DE OBRA E CUSTOS</b>	92
5.1	Estrutura de Pessoal da Unidade	92
5.2	Terceirização de Mão de Obra e Contratação de Estagiários	102

6.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	108
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros	108
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	119
6.3	Imóveis Locados de Terceiros	121
7.	GESTÃO DA TEC. DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	121
7.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	121
8.	GESTÃO DO USO DOS REC. RENOV. E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	124
9.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	127
9.1	Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU	127
9.2	Tratamento de Recomendações Feitas pelo Órgão de Controle Interno	127
9.3	Tratamento de Recomendações Feitas pela Unidade de Auditoria Interna	130
9.4	Declaração de Bens e Rendas - Lei nº 8.730/93	130
9.5	Demonstração de Adoção de Medidas Administrativas para Apurar Responsabilidade	131
9.6	Demonstração da Correção e Tempestividade da Inserção de Informações...	132
10.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	133
10.1	Descrição dos Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão	133
10.2	Mecanismos para Medir a Satisfação dos Cidadãos-Usuários ou Clientes	133
10.3	Demonstração dos Resultados de Eventuais Pesquisas de Opinião	134
11.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	135
11.1	Demonstração das Medidas para Adoção de Critérios e Procedimentos...	135
11.2	Declaração do Contador Responsável por Unidades Jurisdicionadas	136
11.3	Demonstrações Contábeis Previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6...	139
12.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	139
12.1	Setorial de Custos	139
12.2	Tomada de Contas Especial	139
	Anexos	145

## SEPROD SUMÁRIO

	Folha de Rosto	232
	Introdução	233
1.	IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE	234
1.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada	234
1.2.	Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	235
1.3.	Organograma Funcional	236
1.4.	Macroprocessos Finalísticos da UJ	237
1.5.	Principais Macroprocessos de Apoio	238
1.6.	Principais Parceiros Externos	239
2.	PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS	240
2.1	Planejamento da Unidade	240
2.2	Programação Orçamentária e Financeira	245
2.3	Informações Sobre Outros Resultados	254
3.	ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	257
3.1	Estrutura Orgânica de Controle	257
3.6	Indicadores de Desempenho	259
12.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	263

## SEPEDS SUMÁRIO

Folha de Rosto	264
Introdução	265
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE	266
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	266
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	266
1.3. Organograma Funcional	268
1.4. Macroprocessos Finalísticos da UJ	268
1.5. Principais Macroprocessos de Apoio	268
2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS	269
2.1 Planejamento da Unidade	269
2.2 Programação Orçamentária e Financeira	269
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	277
3.1 Estrutura Orgânica de Controle	277
3.2 Controles Internos Administrativos	278

## DEPCN SUMÁRIO

Folha de Rosto	280
Introdução	281
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE	282
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	282
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	282
1.3. Organograma Funcional	283
1.4. Macroprocessos Finalísticos da UJ	283
1.5. Principais Macroprocessos de Apoio	283
2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS	284
2.1 Planejamento da Unidade	284
2.2 Programação Orçamentária e Financeira	284
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	293
3.1 Controles Internos Administrativos	293
3.6 Indicadores de Desempenho	295
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	296
4.3 Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	296
4.4 Transferências de Recursos Mediante Convênio ou Instrumentos Congêneres	296
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	301
9.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU	301
9.5 Demonstração de Adoção de Medidas Administrativas para Apurar Responsabilidade	302
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	303
12.1 Informações não exigidas	303

## **EMCFA SUMÁRIO**

Folha de Rosto	304
Introdução	305
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE	306
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	306
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	307
1.3. Organograma Funcional	308
1.4. Macroprocessos Finalísticos da UJ	312
1.5. Principais Macroprocessos de Apoio	312
1.6. Principais Parceiros Externos	312
2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS	313
2.1 Planejamento da Unidade	313
2.2 Programação Orçamentária e Financeira	321
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	362
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	362
3.6 Indicadores de Desempenho	363

## **Introdução**

O presente Relatório de Gestão consolida informações referentes à gestão da Secretaria-Geral no ano de 2013. Foi elaborado de acordo com as disposições contidas na Instrução Normativa - TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa – TCU nº127/2013, da Decisão Normativa – TCU nº 129/2013, da Decisão Normativa – TCU nº 132/2013 e da Portaria – TCU nº 175/2013 e acresce informações consideradas relevantes pela Unidade Jurisdicionada, especialmente nas principais atividades desenvolvidas em 2013.

Essas atividades estão vinculadas ao Programa de Governo 2058 – Política Nacional de Defesa, executado pelo Ministério da Defesa, e são desenvolvidas por esta UJ e suportadas em orçamento pela Ação 20IG – Apoio ao Desenvolvimento do Esporte e pela Ação 8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, integrante do Plano Plurianual de Governo, PPA 2012 - 2015.

Também são vinculadas ao Programa 2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da defesa, com suporte orçamentário da Ação 2000 – Administração da Unidade.

O Brasil é pacífico por tradição e por convicção, vive em paz com seus vizinhos e defende uma ordem internacional baseada na democracia, no multilateralismo, na cooperação, na proscricção das armas químicas, biológicas e nucleares, e na busca da paz entre as nações.

Apesar de conviver pacificamente na comunidade internacional, o País pode ser compelido a envolver-se em conflitos gerados externamente, por ameaça ao seu patrimônio ou interesses vitais.

Ao Ministério da Defesa compete promover a coordenação da Política Nacional de Defesa, que se dá pela atuação conjunta do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, responsáveis, respectivamente, pelas defesas marítima, terrestre e aeroespacial.

A criação da Secretaria-Geral, como órgão central de direção do Ministério da Defesa, representou um marco, cabendo-lhe, além da relevante missão de assistir ao Senhor Ministro de Estado da Defesa no estabelecimento de diretrizes, a responsabilidade pela coordenação das atividades afetas à Secretaria de Organização Institucional (SEORI), à Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), à Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD), assim como ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) e ao Departamento do Programa Calha Norte (DPCN).

Nesse cenário, o indiscutível papel estratégico da Secretaria-Geral, aliado à relevância e ao volume das iniciativas de gestão a cargo de suas áreas subordinadas, evidenciam a oportunidade de aprimoramento dos mecanismos de planejamento e de coordenação existentes e de implementação de novas ferramentas de gestão, condizentes com a estatura dos desafios presentes e futuros.

Desta forma, não se aplicam a SG as informações referentes aos seguintes itens do Anexo II, Parte “A” da DN 127 TCU/2013:: 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59 e 60.

# 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

## 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

### QUADRO A.1.1.1

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa			Código SIORG: 41066
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
Denominação Completa: Secretaria Geral			
Denominação Abreviada: SG			
Código SIORG: 113057	Código na LOA: 52.101		Código SIAFI: 110622
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: -	
Principal Atividade: Defesa			Código CNAE: 8422-1
Telefones/Fax de Contato:		(061) 3312-9095	(061) 3312-4371
Endereço Eletrônico: <a href="mailto:sg@defesa.gov.br">sg@defesa.gov.br</a>			
Página na Internet: <a href="http://www.defesa.gov.br/">http://www.defesa.gov.br/</a>			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco Q – 2º Andar – Brasília – 70.049-900 – DF			
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregada			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa			Código SIORG: 041066
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Secretaria de Organização Institucional			
Denominação Abreviada: SEORI			
Código SIORG: 41109	Código na LOA: 52101		Código SIAFI: 115405
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 03.532.535/0001-00	
Principal Atividade: Administração e Gestão das Atividades de Defesa Nacional			Código CNAE: 8422-1/00
Telefones/Fax de Contato:		(061)3312.4224	(061) 3312-8577 4233
Endereço Eletrônico: <a href="mailto:seori@defesa.gov.br">seori@defesa.gov.br</a>			
Página na Internet: <a href="http://www.defesa.gov.br/">http://www.defesa.gov.br/</a>			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco Q 1º andar, CEP 70.049-900, Brasília-DF.			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, alterado pelo Decreto nº 7.424, de 05 de janeiro de 2011.			
Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
110404	Departamento de Administração Interna – DEADI		
110407	Departamento de Planejamento Orçamentário e Financeiro – DEORF		
	Departamento de Coordenação, e Organização Institucional - DEORG		
	Departamento de Tecnologia da Informação - DEPTI		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
		00001*	

\*Todas as UG's estão vinculadas à Gestão Tesouro.

## **1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.**

Quanto à finalidade e competência da Secretaria-Geral, cabe destacar a Portaria Normativa nº 1797, de 25 de novembro de 2010, que estabeleceu a Missão e a Visão do Ministério da Defesa:

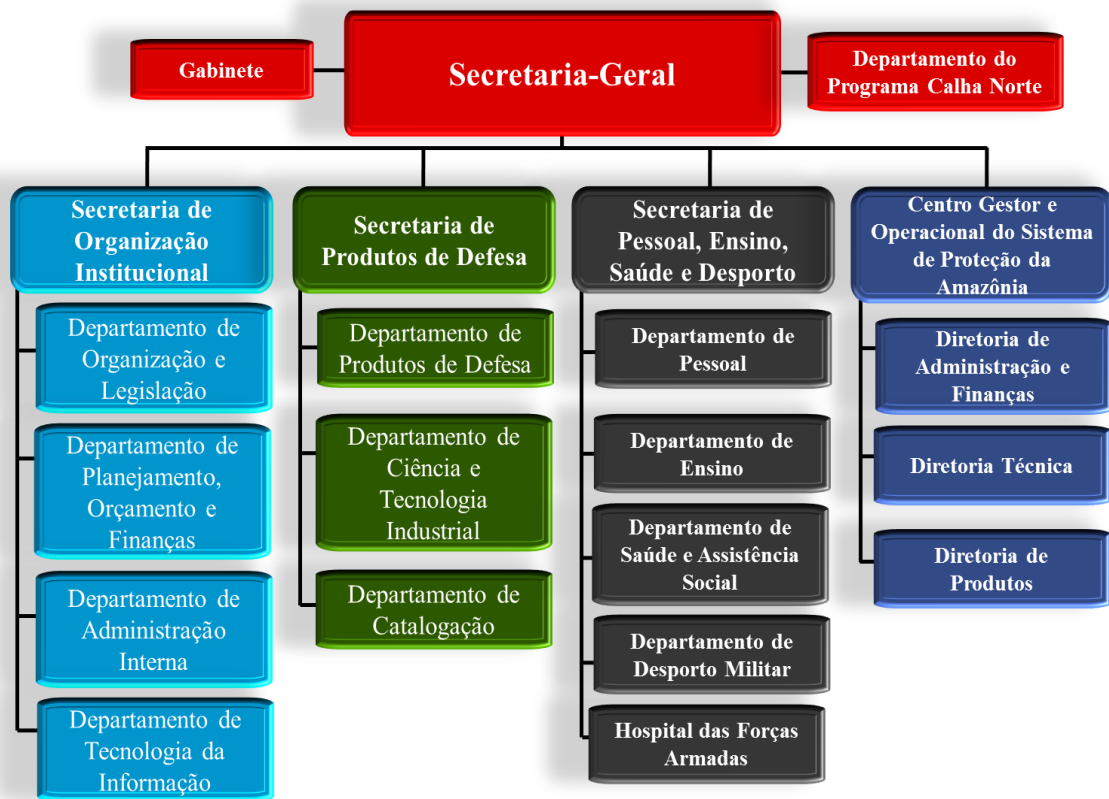
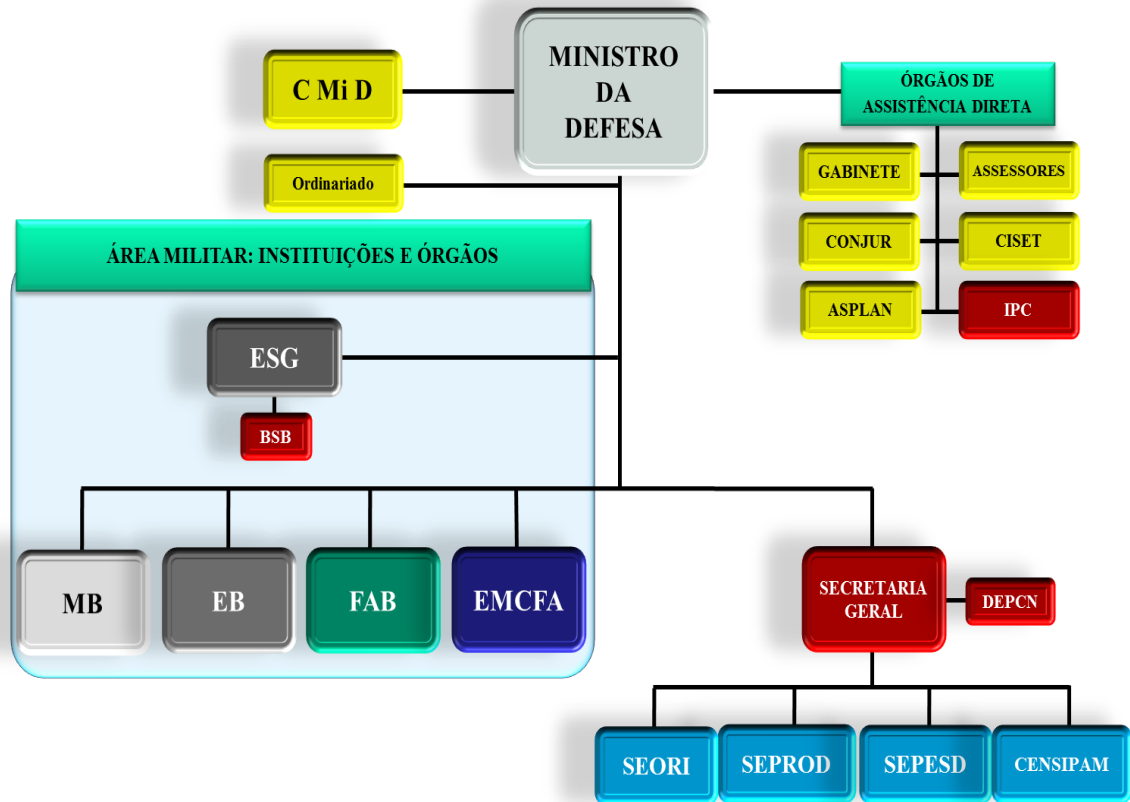
**Missão:** Coordenar o esforço integrado de defesa, visando contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio nacional, a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional.

**Visão:** Ser reconhecido pela sociedade brasileira e pela comunidade internacional como órgão de Estado efetivamente integrador da segurança e da defesa nacional, dispondo de Forças Armadas modernas e compatíveis com a estrutura político-estratégica do Brasil.

Segundo o art. 24, do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, compete à Secretaria-Geral assistir o Ministro de Estado da Defesa na definição de diretrizes, coordenar as atividades das Secretarias, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia e do Departamento do Programa Calha Norte, que lhe são subordinados, e planejar e coordenar as atividades do Programa Calha Norte.



### 1.3 Organograma Funcional



#### **1.4 – Macroprocessos finalísticos.**

Em 2013, como resultado da introdução da abordagem de Gerenciamento de Processos na administração central do MD, foram identificados os processos mais relevantes, distribuídos nas categorias de processos finalísticos, de suporte e de gestão.

Os processos finalísticos foram consolidados em 8 (oito) macroprocessos, segundo a afinidade temática e as suas relações de causa e efeito, conforme ilustração a seguir.

Os macroprocessos, que reúnem os processos finalísticos, relacionam-se com os seguintes temas:

a) **Normatização de Assuntos de Defesa:** Papel do MD como responsável pela elaboração e difusor das normas sobre Defesa, nos diversos segmentos.

b) **Gestão do Conhecimento de Defesa:** Processos afetos à prospecção, geração, compartilhamento e proteção de conhecimentos sobre o tema Defesa.

c) **Comunicação Social de Defesa:** Função estratégica de comunicação do tema Defesa à Sociedade, como assunto de interesse nacional, e para o fortalecimento da identidade da Defesa.

d) **Planejamento, Orçamento e Finanças:** Compreende a coordenação e a supervisão da sistemática de planejamento estratégico do Ministério da Defesa, bem como das funções estratégicas de orçamentação, programação financeira e gestão da contabilidade relativa à administração central do MD e aos Comandos Militares.

e) **Planejamento e Coordenação do Emprego Conjunto:** Envolve o Planejamento Militar de Defesa desde o nível político-estratégico até a concepção de planos, bem como a coordenação de Operações Conjuntas das Forças Armadas e de exercícios, contando com os subsídios das funções de inteligência, de logística e de comando e controle.

f) **Logística e Mobilização:** Compreende todos os processos afetos à determinação de necessidades logísticas de Defesa e à coordenação do seu atendimento, incluindo as ações voltadas para o fortalecimento da base industrial de defesa e para o desenvolvimento de produtos de defesa, bem como as funções ligadas à mobilização nacional e militar.

g) **Assuntos Internacionais de Defesa:** Envolve os processos relativos à cooperação e a participação brasileira em assuntos de defesa no plano internacional, compreendendo, dentre outros aspectos, a coordenação da atuação do Brasil em missões de paz, em fóruns e conselhos internacionais dedicados ao tema defesa e a criação e acreditação de representações militares brasileiras no exterior.

h) **Apoio a Políticas Públicas:** Compreende todos os processos por meio dos quais o Ministério da Defesa exerce a função de colaborador de excelência na consecução de políticas públicas ligadas ao desenvolvimento social, à infraestrutura, à defesa civil, ao meio ambiente, aos assuntos fundiários, à segurança pública, ao desporto e à cidadania.

#### **1.5 – Macroprocessos de Apoio.**

Os processos de apoio ou de suporte têm por finalidade prover a sustentação aos macroprocessos finalísticos em áreas como gestão de pessoas, logística de obtenção e de provimento de bens e de serviços, tecnologia da informação, consultoria jurídica e de comunicação social, esta última limitada ao apoio de divulgação das atividades finalísticas.

- a) Gestão de Pessoas.
- b) Logística de Bens e Serviços.
- c) Governança e Gerenciamento de Tecnologia da Informação.
- d) Assessoria Parlamentar.
- e) Consultoria Jurídica.
- f) Comunicação Social.

Os processos de gestão contemplam as atividades voltadas para o monitoramento e controle dos macroprocessos finalísticos, bem como para o suporte ao processo decisório de alto nível no âmbito do Ministério, contemplando atividades afetas ao acesso público à informação, à produção de informações gerenciais, ao controle interno, à ouvidoria, bem como a todas as rotinas de assessoramento direto do Ministro da Defesa.

- a) Acesso a Informação.
- b) Informações Gerenciais.
- c) Ouvidoria e Controle Interno.
- d) Assessoramento ao Ministro.

#### **1.6 – Principais Parceiros.**

Os principais parceiros para a consecução de suas atividades finalísticas, em ordem alfabética, são:

- a) Casa Civil,
- b) Congresso Nacional,
- c) Ministério da Fazenda,
- d) Ministério da Integração Nacional,
- e) Ministério da Justiça,
- f) Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação,
- g) Ministério de Relações Exteriores,
- h) Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome,
- i) Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior,
- j) Ministério do Esporte,
- k) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão,
- l) Secretaria de Assuntos Estratégicos

## **2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS**

### **2.1 Planejamento da Unidade**

O indiscutível papel estratégico da Secretaria-Geral, aliado à relevância e ao volume das iniciativas de gestão a cargo de suas áreas subordinadas, evidenciam a oportunidade de aprimoramento dos mecanismos de planejamento e de coordenação existentes e de implementação de novas ferramentas de gestão, condizentes com a estatura dos desafios presentes e futuros da SG e de seus setores.

Em resposta a esse desafio, foi elaborado o documento intitulado “Plano de Trabalho Anual da Secretaria-Geral para 2014”, cuja preparação demandou significativo esforço e indispensável trabalho colaborativo de toda a estrutura da Secretaria-Geral.

Os trabalhos de concepção e de preparação deste Plano nortearam-se seguindo as seguintes diretrizes estabelecidas para a Secretaria-Geral, no ano de 2014, quais sejam:

a) Planejar, organizar, controlar e avaliar as atividades relacionadas com as competências da Secretaria-Geral, no intuito de dotar a estrutura organizacional do Ministério da Defesa de condições para o cumprimento de sua missão, diante da realidade atual e dos desafios impostos.

b) Ampliar as iniciativas voltadas para a capacitação da indústria de defesa nacional, com base na Lei de Produtos de Defesa e seus decretos de regulamentação, visando conquistar a autossuficiência das cadeias produtivas nacionais de defesa, contribuindo para o aparelhamento das Forças Armadas e o desenvolvimento do País e gerando inovação e exportações.

c) Apoiar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) na implementação do Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa (PAED), previsto na Estratégia Nacional de Defesa (END), de forma a permitir os correspondentes estudos orçamentários.

d) Estudar a concepção de um modelo que permita viabilizar os recursos orçamentários para o atendimento das demandas previstas no PAED, de modo a oferecer à área econômica do Poder Executivo proposta exequível quanto aos recursos necessários à área de Defesa.

e) Dotar a Administração Central de recursos de tecnologia da informação compatíveis com sua dimensão e que atendam aos requisitos de segurança, velocidade e transparência aos diversos públicos de interesse do Ministério da Defesa.

f) Dar celeridade às providências que visam à criação da Carreira de Defesa Nacional, que tem como objetivo dotar o Ministério da Defesa de quadro próprio de profissionais civis especializados na área de defesa.

g) Adotar providências que aprofundem a valorização da carreira militar, de forma a estimular o ingresso e a permanência nas Forças Armadas.

h) Recompôr a força de trabalho das carreiras de pessoal civil destinadas ao Ministério da Defesa e aos Comandos das Forças Armadas, de modo a reduzir a grande defasagem existente em relação ao efetivo aprovado.

i) Apoiar a organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e promover o Programa de Alto Rendimento para os atletas que participarão dos VI Jogos Mundiais Militares, a serem realizados em 2015, na Coreia do Sul.

j) Ampliar o alcance do Projeto Rondon, considerado exitoso, aumentando o quantitativo de universitários atendidos pelo Projeto, por semestre.

k) Dar prosseguimento às providências destinadas à ampliação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e do Instituto Militar de Engenharia (IME), a fim de duplicar o número de vagas nos cursos de graduação, em articulação com os Comandos da Aeronáutica e do Exército, respectivamente, e em parceria com o Ministério da Educação.

l) Aperfeiçoar a integração logística e o apoio mútuo entre os órgãos militares de saúde, no intuito de prover assistência médico-hospitalar com padrão de excelência e elevada satisfação do seu público-alvo.

m) Estimular o processo de coordenação e interação do ensino militar entre as Forças Armadas e a difusão dos assuntos de interesse da Defesa Nacional no meio acadêmico civil.

n) Coordenar os estudos para a adaptação dos currículos das escolas de formação e pós-graduação das Forças, de modo a contemplar programa sobre Direitos Humanos, com ênfase aos militares designados para Missões de Paz e de Garantia da Lei e da Ordem.

o) Incrementar as ações do CENSIPAM na região amazônica para disponibilização de informações sistematizadas de caráter técnico, visando apoiar, com eficácia, a atuação dos órgãos públicos sediados na região.

p) Aumentar a presença do Poder Público na Região Norte, por intermédio do Programa Calha Norte, com a finalidade de produzir resultados geradores de renda e emprego, bem como o fortalecimento da cadeia produtiva, a melhoria das condições de vida e a fixação do homem em suas localidades, contribuindo com a defesa nacional.

Como iniciativa focada no aprimoramento da gestão e na consolidação de resultados, o Plano de Trabalho Anual da Secretaria-Geral deve ser compreendido como o passo inicial de uma jornada que, por certo, demandará a utilização das capacidades e a motivação de todos os componentes da estrutura do Ministério da Defesa.

## 2.2 Programação Orçamentária e Financeira e resultados alcançados.

### 2.2.1 – Programas Temáticos

#### QUADRO 2.2.1 – Programas Temáticos

##### Programa 2058 – Política Nacional de Defesa

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2058				
Título	Política Nacional de Defesa				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final 2012	c) Dotação Posição final 2013	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçam. Fiscal e da Seguridade Social – OFSS (*)	59.927.550.325,00	17.722.698.423,00	14.167.612.307,00	28.037.239.595,00	
Orçamento de Investimentos - OI	271.667.570,00	115.202.017,00	77.603.849,00	78.861.704,00	
Outras Fontes	-	-	-	-	
Total	60.199.217.895,00	17.837.900.440,00	14.245.216.156,00	28.116.101.299,00	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013				(em R\$ 1,00)	
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (**)					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
12.710.544.470,25	7.711.405.011,52	7.181.664.802,92	529.740.209,62	4.999.139.458,73	34.042.215,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	5.668.968.125,15	4.545.006.858,64	4.114.387.503,35	-53.691.442,98	1.730.001.645,88
Processados	127.622.450,69	-	126.656.608,79	-528.977,23	583.250,30
0					
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS	1.862.333.607,00	Dotação OI	-	Outras Fontes	-

Fontes: Siafi Gerencial e SIOP, 13/02/2014.

(\*) O valor do Programa que consta do Orçamento de Investimentos pertence à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO.

(\*\*) Inclui valores do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, Ministério da Educação - MEC, Ministério das Minas e Energia - MME, Ministério das Relações Exteriores - MRE e Ministério do Meio Ambiente - MMA.

O Programa 2058 – Política Nacional de Defesa está sob a responsabilidade do Ministério da Defesa, entretanto, o relato dos resultados da execução dos Objetivos, Iniciativas, Metas e Ações deverá ser objeto do conteúdo dos Relatórios de Gestão das Unidades Jurisdicionadas às quais se vinculam, a saber: Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPEDS); Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD); Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), Centro

Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM); Comando do Exército; Comando da Marinha e Comando da Aeronáutica.

### Programa 2046 – Mar, Zona Costeira e Antártida

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2046				
Título	Mar, Zona Costeira e Antártida				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final 2012	c) Dotação Posição final 2013	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçam. Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	450.312.203,00	125.809.584,00	124.551.578,00	199.951.041,00	
Orçamento de Investimentos - OI	-	-	-	-	
Outras Fontes	-	-	-	-	
Total	450.312.203,00	125.809.584,00	124.551.578,00	199.951.041,00	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2013)		i) Despesa Realizada
			h.1) Processados	h.2) Não Processados	
90.871.040,24	58.532.757,04	58.136.335,19	396.421,86	32.338.283,20	-
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j) Posição em 1/01/2013	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	36.900.470,95	15.329.717,61	15.295.731,05	19.650.128,79	3.095.697,28
Processados	5.768.930,95	-	5.765.399,01	3.406,79	125,15

0

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013 (*)					
Dotação OFSS	-	Dotação OI	-	Outras Fontes	-

Fonte: Siafi Gerencial/SIOP e DESTnet, 13/02/2014

(\*) Os valores desse Programa constam das dotações orçamentárias do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, Ministério da Educação - MEC, Ministério das Minas e Energia - MME, e Ministério do Meio Ambiente - MMA.

Esse Programa, também a cargo do Ministério da Defesa, tem a execução da maior parte de seus atributos (Objetivos, Iniciativas e Metas) e as Ações sob a responsabilidade do Comando da Marinha e também alguns Objetivos, Iniciativas, Metas e Ações vinculados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Educação, Ministério das Minas e Energia e Ministério do Meio Ambiente. Dessa forma, as informações sobre os resultados e sobre a alocação de recursos desse Programa deverão constar dos Relatórios de Gestão daqueles Órgãos.

**a) Objetivo 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.**

Esse objetivo orienta as ações de planejamento do Comando da Aeronáutica, no sentido de preparar a Força Aérea Brasileira (FAB) para a defesa aeroespacial do País. Neste sentido, os vetores precisam de autonomia de voo e capacidade de resposta rápida às demandas, em quantidade tal que permita a disponibilidade operacional máxima, em convivência com os períodos de manutenção desses equipamentos, ou seja, das aviações de asas rotativas, de caça, de patrulha, de reconhecimento, de transporte e de busca e resgate, dentre outros meios de apoio ao combate.

A manutenção da soberania do espaço aéreo nacional, com vistas à defesa aérea e antiaérea, requer a adequação da frota de aeronaves e dos meios empregados na área de segurança de voo e de controle do espaço aéreo brasileiro. Nesse propósito, o Comando da Aeronáutica, no exercício de 2013, envidou esforços no intuito de investir na modernização e na aquisição de helicópteros e aviões de transporte, de combate e de patrulha; no aperfeiçoamento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab); e na ampliação da capacitação científico-tecnológica.

A modernização e a aquisição de aeronaves, tais como: helicópteros, aviões de combate, de transporte e de patrulha integram as metas estruturantes respaldadas na Estratégia Nacional de Defesa e receberam tratamentos prioritários nos planejamentos do Comando da Aeronáutica no exercício de 2013.

Como resultado das referidas metas, destaque-se o recebimento de um helicóptero EC-725 (H-XBR), na versão VIP, adquirido do Consórcio Helibrás/Eurocopter, fruto de contrato em que se prevê a compra de 50 aeronaves, a serem distribuídas entre as forças singulares, na proporção de 16 para cada, e dois para a Presidência da República. Desde o início do Projeto, foram recebidos oito helicópteros pela FAB, dos quais quatro serão para uso da Força Aérea, dois do Exército e dois da Marinha.

Na mesma linha de atuação, a FAB, em continuidade a segunda fase do Projeto de Modernização dos F-5BR, iniciado em 2012, que previa a adequação de 11 aeronaves, entregou mais cinco aviões à Embraer, totalizando sete unidades do citado modelo, em processo de execução dos serviços contratados.

No tocante ao Projeto A-1 (AM-X), que prevê a modernização de 43 aeronaves, no exercício de 2013 foram entregues à Embraer mais oito aviões, para fins de adequação, totalizando 22 unidades, considerando as remessas realizadas no ano anterior. Com relação à previsão, para o exercício de 2013, de conclusão dos serviços de seis aeronaves, por questão de restrição de recursos, bem assim atraso na linha de produção, apenas uma foi modernizada e entregue à FAB.

No tocante ao Projeto de Modernização P-3BR, a Força Aérea Brasileira, no exercício de 2013, recebeu três aeronaves, remanescendo uma, que, por exigir a utilização de considerável número de itens não disponíveis no mercado, tem a entrega prevista para o primeiro trimestre de 2014.

O Projeto relativo ao cargueiro KC-390 representa um marco na indústria aeronáutica brasileira, visto que, a partir do momento em que o País conseguir produzir e exportar um produto com a tecnologia que vem sendo desenhada, aumenta seu nível de representatividade, no segmento, perante o mercado internacional. A conclusão do projeto do cargueiro ocorreu em março de 2013, quando pôde ser iniciada a fase de construção dos protótipos.

Com a finalidade de propiciar suporte às missões de ajuda humanitária, bem assim as de busca e salvamento, foram adquiridas 16 aeronaves H-60 Black Hawk, de fabricação americana, tendo a última sido entregue no exercício de 2013, todas incorporadas ao acervo da FAB.

Dando continuidade as ações de aparelhamento da Força Aérea Brasileira, no ano de 2013, foi recebido um sistema composto de duas aeronaves remotamente pilotadas, conhecidas por Veículos Aéreos não Tripulados (Vant), capazes de executar missões de reconhecimento aéreo e fotográfico, em áreas de difícil acesso e com baixo custo de operação, bem como de incrementar a capacidade da FAB em realizar ações de monitoramento de extensas áreas e apoiar as ações de



cobertura de grandes eventos.

Com referência aos sistemas bélicos, em 2013, merece destaque o desenvolvimento de alvo aéreo para o míssil MAA-1B e de kits de guiagem laser para bombas BFG 230 e 460 kg, bem como a aquisição de kits de modificação de lançadores para operação dos mísseis Python 4.

Também merece destaque o recebimento de diversos itens de emprego bélico, tais como: dispositivos de pontaria do tipo imageadores termais, equipamento de contramedidas eletrônicas para a aeronave, mísseis de treinamento para a aeronave, dentre outras aquisições realizadas no exercício de 2013, além de dois micro-ônibus, destinadas ao apoio das operações da Força Aérea.

A respeito das ações atinentes a adequação dos meios operacionais da Força Aérea Brasileira, voltadas a assegurar a capacidade de defesa aeroespacial, embora tenha havido avanços em determinados projetos, citando-se o desenvolvimento de alvo aéreo para míssil e de kits de guiagem laser para bombas, medida, inclusive, que visa nacionalizar os processos de fabricação, os resultados almejados para o exercício de 2013 ficaram muito aquém dos esperados, em face às limitações orçamentárias que caracterizaram o exercício financeiro.

#### **b) Objetivo 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.**

A necessidade do fortalecimento do poder naval aumenta, ao se considerar que, atualmente, cerca de 92% do petróleo e de 70% do gás natural produzidos no Brasil são extraídos a partir de 764 poços marítimos e a província do Pré-sal, que começa a ser explorada, tem reservas estimadas em 12 bilhões de barris.

Além disso, o comércio internacional brasileiro é realizado, majoritariamente, por via marítima. Em 2013, por exemplo, transitaram por essa via mercadorias no valor de 442 bilhões de dólares, o que corresponde a, aproximadamente, 95% do comércio exterior do País.

Vale destacar a área conhecida como Amazônia Azul, denominação dada à área abrangida pela zona econômica exclusiva e plataforma continental brasileira, que detém, em seus milhões de quilômetros quadrados, riquezas biológicas e minerais, passíveis de ameaça pela exploração predatória e da cobiça internacional.

O Objetivo 0519 incorpora as iniciativas empreendidas pela Marinha do Brasil, relacionadas aos grandes projetos de investimento como o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ), bem assim as relativas à dotação do inventário de meios operativos da Força, com a aquisição, construção ou modernização, que abrangem os meios navais (navios de superfície e submarinos), aeronavais (asas fixa e móvel) e de Fuzileiros Navais (viaturas), e a obtenção, mediante aquisição ou desenvolvimento próprio, de sistemas de armas e de sensores.

O Prosub, decorrente de parceria estratégica celebrada em 2008, entre os Governos do Brasil e da França, envolvendo transferência de tecnologia, tem por objetivo viabilizar a construção de quatro submarinos de propulsão convencional, da classe Scorpene, e o projeto e construção do primeiro submarino com propulsão nuclear da armada brasileira.

Em março de 2013, foi inaugurada a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (Ufem), localizada no Município de Itaguaí/RJ, em cujas instalações serão efetuadas a pré-montagem das seções dos cascos dos submarinos, onde se encontram em processo de fabricação as estruturas do primeiro submarino da nova frota convencional, tendo sido recebidas, naquelas instalações, as Seções 3 e 4 (de proa) do submarino, fabricadas na França.

No mês de julho foi iniciada a construção do segundo submarino convencional, com o corte da primeira chapa de aço do seu casco resistente. No mesmo mês, foi concluída a fase de concepção do projeto do submarino com propulsão nuclear e iniciada a fase preliminar desse projeto, com

duração prevista de 27 meses.

Com relação aos meios navais, cabe ressaltar o recebimento do Navio-Patrolha Oceânico (NPaOc) Araguari, ocorrido em junho de 2013, terceiro e último dos NPaOc de 1800 toneladas da classe Amazonas, construídos no Reino Unido, adquiridos pelo País mediante compra de oportunidade realizada em 2012.

Ainda com relação aos meios aeronavais foi recebido em 2013 o segundo helicóptero Eurocopter EC-725 SuperCougar, de um total de 16 unidades, destinadas a Marinha do Brasil, no bojo do Projeto HX-BR.

A Marinha contratou a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) para promover a modernização de 12 aeronaves de asa fixa AF-1/1A Skyhawk, sendo que 6 foram encaminhadas para execução dos serviços. Em julho de 2013, foi realizado o voo de testes da primeira aeronave protótipo.

No que concerne aos meios de Fuzileiros Navais, a Marinha adquiriu da empresa suíça MOWAG, 30 Viaturas Blindadas Especiais Sobre Rodas 8x8 Piranha IIC, sendo que 26 unidades, até o final de 2013, foram recebidas.

Também em relação aos meios do Corpo de Fuzileiros Navais, encontra-se em processo de recebimento o Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes Astros 2020, que abrange viaturas e lançadores produzidos pela empresa Avibrás Indústria Aeroespacial S.A., visando reforçar a capacidade de artilharia de campanha do corpo de fuzileiros navais.

No âmbito do subprojeto Cartografia Náutica, do Projeto Cartografia da Amazônia, a Marinha celebrou contrato com o estaleiro Inace, de Fortaleza-CE, para a construção de quatro Avisos hidroceanográficos fluviais de 140 toneladas, todos já recebidos, e de um navio hidroceanográfico fluvial de 560 toneladas.

No exercício de 2013, efetivou-se a conclusão da fase de conceituação, dando-se início a fase de desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), concebido com o objetivo de ampliar a capacidade de monitoramento das águas jurisdicionais brasileiras e das regiões de busca e salvamento que estão sob a responsabilidade do Brasil.

**c) Objetivo 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.**

A adequação e a ampliação dos meios operacionais do Exército Brasileiro têm por objetivo o aperfeiçoamento de suas estruturas operacionais, de forma a compatibilizá-las com a evolução da Força Terrestre e necessidades do País, para que essa Força possa fazer-se presente, com prontidão, em qualquer área de interesse estratégico do Brasil.

Em 2013, o Exército Brasileiro prosseguiu com o propósito de dotar suas organizações militares de equipamentos e materiais modernos, a fim de propiciar adequado suporte ao seu preparo e emprego, bem assim assegurar a capacidade operacional terrestre e contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

O plano de aparelhamento do Exército está dividido em duas vertentes principais: o atendimento às necessidades correntes de reposição e complemento do seu quadro de material; e às necessidades futuras, oriundas da visão prospectiva do Exército, baseada na evolução doutrinária e em aspectos relacionados com a ciência e tecnologia.

Visando ampliar a capacidade operacional da Força e proteger as estruturas estratégicas terrestres do País como instalações, serviços, bens e sistemas, encontram-se em fase de implementação, pelo Comando do Exército, os Projetos de Recuperação da Capacidade Operacional (Recop); Proteger; Defesa Antiaérea; Guarani e Astros 2020.

O Recop tem por objetivo dotar as organizações militares de material de emprego militar, cuja implantação possibilitou a aquisição de 175 estações de rádios para viaturas blindadas, de 175 intercomunicadores e equipamentos óticos diversos e de 12 lanchas de patrulhamento Guardian, das 25 previstas para serem utilizadas por tropas das regiões norte e oeste do País.

O Projeto Proteger consiste em sistema destinado a ampliar a capacidade de atuação do Exército em ações preventivas ou de contingência na proteção da sociedade, no apoio às atividades de defesa civil e na proteção ambiental, assim como nas operações contra agentes químicos, biológicos, radioativos e nucleares e contra atentados terroristas, de modo a contribuir para as operações realizadas em prol da garantia da lei e da ordem.

O Projeto Defesa Antiaérea visa dotar a Força Terrestre da capacidade de defesa das estruturas estratégicas terrestres do País e do Exército, protegendo-as de possíveis ameaças aéreas, mediante a integração de mísseis e canhões antiaéreos, radares, centro de comando e controle, comunicações e logística.

O Projeto Guarani tem por objetivo transformar as organizações militares de infantaria motorizada em mecanizada e modernizar as organizações militares de cavalaria mecanizada. Para tanto, vêm sendo desenvolvidas novas famílias de viaturas blindadas média de rodas, a fim de dotar a Força Terrestre dos meios necessários à ampliação do poder de dissuasão e defesa do território nacional.

A primeira viatura desenvolvida foi a de Transporte de Pessoal Média de Rodas - Guarani (VBTP-MR Guarani), que substituirá gradativamente as viaturas Urutu, fabricadas pela empresa Engenheiros Especializados S.A. (Engesa), em uso há mais de 40 anos.

O Sistema Astros 2020, concebido e elaborado pela empresa brasileira Avibrás Indústria Aeroespacial S.A., possibilitará a realização do lançamento, partindo das plataformas da nova viatura lançadora múltipla universal, na versão MK-6, dos vários foguetes da família Astros e também do míssil tático de cruzeiro de 300 km.

### **2.3 Informações sobre outros resultados da gestão**

Quanto às realizações do Ministério da Defesa, destacam-se as seguintes atividades:

#### **1) Operações Combinadas / Conjuntas das Forças Armadas.**

Essas operações são realizadas pelas Forças Armadas Brasileiras, em coordenação com outros órgãos federais e estaduais, para combater delitos transfronteiriços e ambientais. Dentre as ações realizadas estão o bloqueio de estradas; o patrulhamento naval e terrestre, o controle do espaço aéreo; a fiscalização aduaneira; e ações cívico-sociais em apoio à população fronteiriça.

A sétima Operação Ágata ocorreu no período de 18 de maio a 05 de junho de 2013. As ações de reforço na fiscalização integraram um efetivo de 25 mil militares. Durante os 19 dias em que a fiscalização foi intensificada foram apreendidas mercadorias contrabandeadas, tais como armas, cigarros, roupas, produtos eletrônicos, itens de informática, medicamentos, anabolizantes, pneus, explosivos em cordel, além de drogas como cocaína, maconha, haxixe e crack.

#### **2) Exercícios Conjuntos.**

No contexto internacional, os exercícios da série Felino, realizados no âmbito da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), têm como objetivo a preparação de uma força-tarefa conjunta e combinada para atingir, manter e otimizar a capacidade de apoio à manutenção da paz e de ajuda humanitária. No período de 16 a 27 de setembro de 2013, o exercício foi realizado no campo de instrução da Marinha do Brasil, na região de Itaoca/ES, sob a coordenação daquela Força e contou com a participação de 37 oficiais estrangeiros dos Estados-

Membros da CPLP, exceto Guiné-Bissau.

Ainda no campo das operações conjuntas, a Marinha realizou em conjunto com a Armada da República Argentina (ARA), a Operação bilateral Fraternal-XXXI/2013, entre os meses de julho e agosto, na área marítima compreendida entre o Rio de Janeiro e Puerto Belgrano. Durante a operação foram visitados os portos de Rio Grande-RS e Puerto Belgrano-ARG, visando ao aprimoramento do nível de interoperabilidade e de adestramento das unidades navais no planejamento e na execução de operações conjuntas.

Essa atividade vem ocorrendo desde 1978 e, durante o ano de 2013, foram realizadas operações antissubmarino e de esclarecimento, incluídas ações de superfície, aéreas, de submarinos, defesa aeroespacial e guerra eletrônica, além de exercício de confronto de forças. No período de 19 a 23 de agosto, foi realizada, também, a Operação Fraternal Anfíbia/2013, que se constituiu em uma operação anfíbia combinada, com diversas atividades de intercâmbio entre os Fuzileiros Navais da Marinha Brasileira e a Infantaria de Marinha da Armada da República Argentina.

### **3) Atividades de Comunicação, Comando e Controle.**

As atividades de comunicação, comando e controle são imprescindíveis para a coordenação das ações integradas em que estejam operando contingentes militares brasileiros. Em situações de crise e conflito, na dimensão nacional ou externa, o Sistema Militar de Comando e Controle – (SismC2) integra as ações do Comando Supremo das Forças Armadas, ministérios, comandos militares e dos grandes comandos operacionais, colocando-os sob a direção e comando do Presidente da República.

O Sistema de Comunicações Militares por Satélite (Siscomis), base física do SismC2, foi concebido em 1983 com a finalidade de prover as Forças Armadas de um sistema de comunicações estratégicas de alta capacidade, confiabilidade e segurança, atendendo às necessidades da estrutura militar de guerra. Caberá ao Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) prover as comunicações para a ampliação do emprego do Siscomis, em Banda X e comunicações estratégicas, e expansão do Plano Nacional de Banda Larga, em Banda Ka, para o governo.

Após confecção dos requisitos técnicos, operacionais e absorção e transferência de tecnologia pelo Grupo-Executivo do Projeto do SGDC, e sua aprovação, em 2013, pelo Comitê Diretor, a Visiona, instituição criada para a aquisição e integração do sistema, selecionou as empresas Thales Alenia Space e Arianespace, por melhor atenderem aos requisitos necessários à confecção e lançamento do satélite.

Nessa mesma linha, o Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED) promove a padronização e parametrização das diversas plataformas de comunicação (navais, terrestres e aéreas) das Forças Armadas, no nível tático e operacional, permitindo que as ações em cenários de operações sejam conduzidas com eficiência, eficácia, segurança e sem interferência.

Ainda no campo aeroespacial, cita-se o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese), resultante das diretrizes estabelecidas na Estratégia Nacional de Defesa. Baseado em satélites de órbita baixa que agregam todas as necessidades de sistemas espaciais das Forças Armadas e da sociedade civil, inclui também a infraestrutura terrestre associada, que proverá serviços de observação terrestre, telecomunicações, mapeamento de informações, posicionamento, monitoramento do espaço e operação de sistemas espaciais. Todos os sistemas propostos pelo Programa serão de uso dual (civil e militar), o que proporcionará benefícios diretos e indiretos para usuários do Governo e a sociedade brasileira como um todo.

O Pese provê a infraestrutura espacial necessária ao funcionamento de diversos projetos estratégicos, como os Sistemas de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Sisdabra), de

Proteção da Amazônia (SIPAM), entre outros. Essa infraestrutura também deverá ser intensamente utilizada em suporte a ações de combate aos desastres naturais, como também de polícia e fiscalização de variados ilícitos, contribuindo fortemente para a redução da violência no País.

Em 2013, as ações do Pese permitiram a realização da concepção do Centro de Operações Espaciais (Cope) para operação conjunta com a Telebrás do SGDC, primeiro satélite Geoestacionário Brasileiro, como também o início da concepção da primeira frota de satélites do Pese – Carponis, que fornecerá ao Brasil satélites ópticos de observação da Terra de alta resolução para emprego militar e civil.

#### **4) Participação do Governo Brasileiro em Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (Minustah) e Outras Missões de Paz.**

A participação de tropas brasileiras em missões sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA) tem contribuído para a busca da paz e da segurança internacionais. Ao integrar essas missões, que se caracterizam pelo elevado grau de complexidade logística e operacional, o Brasil assume participação ativa na solução de problemas no âmbito internacional e, ao mesmo tempo, adquire melhores condições de preparo de suas Forças Armadas.

O Brasil tem atuado com contingentes de tropa em duas missões específicas da Organização das Nações Unidas: a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (Minustah) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil). Na primeira, atuam 1,4 mil militares das Forças Armadas Brasileiras, sendo um Batalhão de Infantaria de Força de Paz; uma Companhia de Engenharia e militares do Estado-Maior da Minustah. É o maior efetivo entre os países que participam dessa missão.

A Minustah, que está sob o comando militar do Governo brasileiro, é a 5ª maior Operação de Manutenção da Paz da ONU. Graças ao sucesso dessa operação, a estabilidade no Haiti atingiu indicadores aceitáveis. A missão possibilitou a estabilização político-institucional do País e tem contribuído para o seu desenvolvimento social e econômico. Atualmente, é reconhecida internacionalmente como uma das missões de paz das Nações Unidas com significativo avanço em suas propostas.

O País lidera a Força-Tarefa Marítima que compõe a Força Interina das Nações Unidas no Líbano e contribui com a nau-capitânia da missão, a Fragata União. O contingente brasileiro empregado nessa Missão é de 254 militares da Marinha do Brasil, que atuam desde novembro de 2011. Atualmente, a Unifil está empenhada em negociar o estabelecimento conjunto de medidas de segurança marítima que reduzam as situações de confronto entre Israel e Líbano, com base em uma proposta do Comandante brasileiro da Força-Tarefa Marítima.

Além da Minustah e da Unifil, as Forças Armadas e as Polícias Militares do Brasil participam de 11 diferentes missões de paz da ONU e, na condição de observadores, em missões de desminagem da OEA. Para isso, os contingentes são adequadamente preparados por meio de cursos e da realização de exercícios práticos, conduzidos pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil.

O Brasil manteve também importante presença em nove missões de paz e missões de desminagem da OEA, nos seguintes países: Sudão do Sul (UNMISS); Libéria (UNMIL); Costa do Marfim (UNOCI); Chipre (UNFICYP); Líbano (UNIFIL); Guiné Bissau (UNIOB-GIS); Saara Ocidental (MINURSO); Peru/Equador, Colômbia (Desminagem); Sudão (UNISFA) e no Haiti.

Em 31 de dezembro de 2013, foi encerrada a Missão de Assistência para Remoção de Minas na América do Sul – Marminas, realizada no Equador e no Peru. O Brasil participou dessa missão com o envio de três militares, incluindo o chefe da Missão.

## **5) Projeto Cartografia da Amazônia.**

As informações cartográficas são de grande valia para o conhecimento da Amazônia Brasileira e a geração das informações estratégicas necessárias ao monitoramento, segurança e defesa nacional, em especial nas fronteiras. Coordenado pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), o Projeto de Cartografia da Amazônia é executado pelas Forças Armadas em conjunto com o Serviço Geológico do Brasil, tendo como finalidade a eliminação do vazio cartográfico na Amazônia Legal.

No âmbito do projeto de Cartografia da Amazônia, estão sendo mapeados 1,8 milhão de quilômetros quadrados de um total de 5,2 milhões existentes. Com esse objetivo, foram destinados, em 2013, recursos para a construção de embarcações, produção de cartas náuticas e modernização de aeronaves. Esses investimentos resultaram no mapeamento de 180 mil quilômetros quadrados de áreas de não-floresta e na produção de cartas relativas à cartografia geológica.

## **6) Programa Calha Norte (PCN).**

O Programa Calha Norte (PCN) foi instituído em 1985, com a finalidade de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da Região Norte, bem como aumentar a presença do poder público em sua área de atuação, além de contribuir para a defesa nacional e proporcionar assistência às suas populações, a fim de fixar o homem na região, sem descaracterização regional e cultural.

Atualmente, o Programa abrange 194 municípios, 95 dos quais situados ao longo dos 10.938 quilômetros da faixa de fronteira, nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. A área de atuação do PCN corresponde a 32% do território nacional, onde habitam cerca de 8 milhões de pessoas, incluindo 46% da população indígena do Brasil.

O esvaziamento demográfico das áreas mais remotas de atuação do PCN é um dos principais desafios enfrentados pelo Programa, na medida em que aumenta a necessidade de vigilância da fronteira, bem como de proteção das populações da região diante de novos fenômenos sociais.

A estratégia adotada pelo Programa, na busca do seu objetivo principal, visa atender a duas vertentes: Soberania (vertente militar), que consiste na implantação e ampliação de unidades militares das três forças nas áreas de abrangência do Programa; e Desenvolvimento Regional (vertente civil), tendo por finalidade implantar e desenvolver a infraestrutura básica nos municípios da região abrangida pelo Programa, mediante recurso descentralizado ao amparo de convênios firmados entre o Ministério da Defesa e os Estados e as Prefeituras Municipais.

Na vertente civil, o Programa celebrou 461 convênios, sendo 67 no Acre, 65 no Amazonas, 60 no Amapá, 47 em Roraima e 222 em Rondônia, tendo sido empenhados trezentos e doze milhões, oitenta mil, seiscentos e quarenta e quatro reais.

Dentre as ações realizadas no exercício de 2013, no âmbito da vertente militar do Programa Calha Norte, foram empregados cerca de 68 milhões, destacando-se: a aquisição e manutenção de embarcações militares para o 4º e 9º Distritos Navais, em apoio às ações de segurança do tráfego aquaviário; o início da ampliação e modernização das instalações da Escola de Reservistas Navais em Belém – PA e do Comando do 9º Distrito Naval em Manaus – AM; a continuidade nas obras de implantação do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em Barcelos – AM e a adequação dos Pelotões de Fronteira (PEF); a perfuração de poços artesianos; a instalação de laboratórios de análises clínicas; a reforma do Destacamento de São Salvador – AC; a aquisição de motores de popa para equipar embarcações de pequeno porte; a adequação e manutenção das pequenas centrais hidrelétricas, instaladas no PEF; a recuperação e pavimentação da área do 4º Batalhão de Aviação do Exército, em Manaus – AM; a recuperação do telhado e dos portões dos hangares da Base Aérea de Belém – PA; e a construção de uma lancha de apoio logístico que propiciará suporte às ações fluviais.

## **7) Projeto Rondon.**

O Projeto Rondon constitui-se em oportunidade de disseminação do conhecimento e prestação de trabalho voluntário para estudantes e professores universitários, que durante as férias escolares viajam para municípios isolados ou de menor índice de desenvolvimento humano, com a finalidade de desenvolver atividades voltadas à promoção da cidadania, melhoria do bem-estar social, capacitação para a gestão pública e promoção do desenvolvimento local sustentável.

Desde a sua reativação, ocorrida em 2005, até o ano de 2013, participaram do Projeto 1.799 estudantes universitários, vinculados a 180 instituições de ensino superior, que realizaram atividades nas áreas de educação, saúde, meio-ambiente, tecnologia e produção, dentre outras, em Municípios dos Estados do Pará, Maranhão, Bahia, Sergipe, Pernambuco e Piauí.

Até o ano de 2013, participaram do Projeto Rondon 16.643 voluntários, que atenderam 753 Municípios, resultando na realização de 133 operações, envolvendo 265 instituições de ensino superior e prefeituras parceiras.

## **8) Projeto Soldado Cidadão.**

Nos seus dez anos de existência completados no exercício de 2013, o Projeto Soldado Cidadão oferece aos jovens brasileiros incorporados às Forças Armadas oportunidades de formação complementar que lhes permitam ingressar no mercado de trabalho, após deixarem o serviço militar. O Projeto, ao longo dos anos, vem sendo desenvolvido em todo o território nacional, por meio de convênios e contratos firmados entre os Comandos Militares e entidades, tais como: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Centro de Integração Empresa Escola (CIEE).

Em 2013, Projeto Soldado Cidadão possibilitou a qualificação de 10.650 jovens, durante a prestação do serviço militar. Desde que foi instituído, em 2004, até o final de 2013, o Projeto Soldado Cidadão beneficiou cerca de 190.000 jovens, no âmbito das três Forças.

## **9) O Projeto Forças no Esporte (PROFESP).**

Em consonância com o Programa Segundo Tempo (PST), o Projeto Forças no Esporte (PROFESP) conta com a infraestrutura das organizações militares para atender crianças e adolescentes na faixa de 7 a 17 anos, da rede pública escolar, prioritariamente, e que estejam em situação de vulnerabilidade social.

As doze mil crianças atendidas atualmente pelo Projeto participam de atividades esportivas, reforço escolar, aulas de música, inclusão digital e cursos preparatórios para o mercado de trabalho nas áreas de panificação, jardinagem e alfaiataria.

Além disso, o Programa tem apoiado e incentivado novos talentos revelados no esporte, especialmente no atletismo, tornando-se, dessa forma, um veículo de oportunidade ao público assistido. O PROFESP é atualmente uma das opções de encaminhamento ao Projeto Atleta na Escola.

### 3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1 Estrutura de Governança

Embora a Secretaria-Geral não possua na sua Estrutura uma unidade de Auditoria ou de Controle Interno, as suas atividades passam por um processo de controle e avaliação para as autorizações necessárias às suas execuções, inicialmente no âmbito dos seus Departamentos, através das verificações internas das Divisões que o compõe até chegarem ao nível do seu Diretor, para posteriormente serem encaminhados até chegarem para a autorização do Dirigente Máximo da UJ.

#### 3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

##### QUADRO A.3.2

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos					X



processos internos da unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Análise Crítica:</b>					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

Por oportuno, participo ainda que as recomendações da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa constantes do Memorando nº 136/2014/Geaud/Ciset-MD, de 15 de abril de 2014, referentes ao Relatório de Gestão foram atendidas na sua plenitude.

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA - GERAL  
SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL - SEORI**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da DN nº 129/2013, da DN nº 132/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013.

Brasília-DF / 2014

## **Introdução**

O presente Relatório de Gestão consolida informações referentes a Secretaria de Organização Institucional referente ao ano de 2013, tendo sido elaborado de acordo com as disposições contidas na Instrução Normativa - TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa – TCU nº127/2013, da Decisão Normativa – TCU nº 129/2013, da Decisão Normativa – TCU nº 132/2013 e da Portaria – TCU nº 175/2013 e acresce informações consideradas relevantes pela Unidade Jurisdicionada, especialmente nas principais atividades desenvolvidas em 2013.

Essas atividades estão vinculadas ao Programa de Governo 2058 – Política Nacional de Defesa, executado pelo Ministério da Defesa, e são desenvolvidas por esta UJ e suportadas em orçamento pela Ação 20IG – Apoio ao Desenvolvimento do Esporte e pela Ação 8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, integrante do Plano Plurianual de Governo, PPA 2012 - 2015.

Também são vinculadas ao Programa 2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da defesa, com suporte orçamentário da Ação 2000 – Administração da Unidade.

A Secretaria de Organização Institucional (SEORI), no cumprimento de suas competências institucionais, vêm dando continuidade na contribuição para a política de inclusão social do Governo, atendendo regiões carentes do nosso Brasil.

Desta forma, não se aplicam ao EMCFA as informações referentes aos seguintes itens do Anexo II, Parte “A” da DN 127 TCU/2013: 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59 e 60.

Os demais itens apresentados a seguir, são numerados conforme a sequência estabelecida pela Portaria TCU nº 175/2013.

# 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

## 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

### QUADRO A.1.1.1

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Defesa			<b>Código SIORG:</b> 41066
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
<b>Denominação Completa:</b> Secretaria Geral			
<b>Denominação Abreviada:</b> SG			
<b>Código SIORG:</b> 113057	<b>Código na LOA:</b> 52.101		<b>Código SIAFI:</b> 110622
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público		<b>CNPJ:</b> -	
<b>Principal Atividade:</b> Defesa			<b>Código CNAE:</b> 8422-1
<b>Telefones/Fax de Contato:</b>	(061) 3312-9095	(061) 3312-4371	
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:sg@defesa.gov.br">sg@defesa.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.defesa.gov.br/">http://www.defesa.gov.br/</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios – Bloco Q – 2º Andar – Brasília – 70.049-900 – DF			
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregada			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Defesa			<b>Código SIORG:</b> 041066
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa:</b> Secretaria de Organização Institucional			
<b>Denominação Abreviada:</b> SEORI			
<b>Código SIORG:</b> 41109	<b>Código na LOA:</b> 52101		<b>Código SIAFI:</b> 115405
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público		<b>CNPJ:</b> 03.532.535/0001-00	
<b>Principal Atividade:</b> Administração e Gestão das Atividades de Defesa Nacional			<b>Código CNAE:</b> 8422-1/00
<b>Telefones/Fax de Contato:</b>	(061)3312.4224	(061) 3312-8577	(061) 3312-4233
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:seori@defesa.gov.br">seori@defesa.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.defesa.gov.br/">http://www.defesa.gov.br/</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios, Bloco Q 1º andar, CEP 70.049-900, Brasília-DF.			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, alterado pelo Decreto nº 7.424, de 05 de janeiro de 2011.			
Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
110404	Departamento de Administração Interna – DEADI		
110407	Departamento de Planejamento Orçamentário e Financeiro – DEORF		
	Departamento de Coordenação, e Organização Institucional - DEORG		
	Departamento de Tecnologia da Informação - DEPTI		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>		<b>Código SIAFI da Gestão</b>	
		00001*	

\*Todas as UG's estão vinculadas à Gestão Tesouro.

## Itens não aplicáveis à Unidade Jurisdicionada

Ordem	Descrição
01	3.3 Remuneração paga à Administração
02	4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.
03	4.6 Renúncia de Receitas
04	4.7 Gestão de Precatórios
05	9.3. Tratamento de Recomendações Feitas pela Unidade de Auditoria Interna
06	11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976
07	11.5 Demonstração da composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da entidade como detentora de investimento permanente em outras sociedades.
08	11.6 Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, caso tenha havido a contratação desse serviço pela entidade.

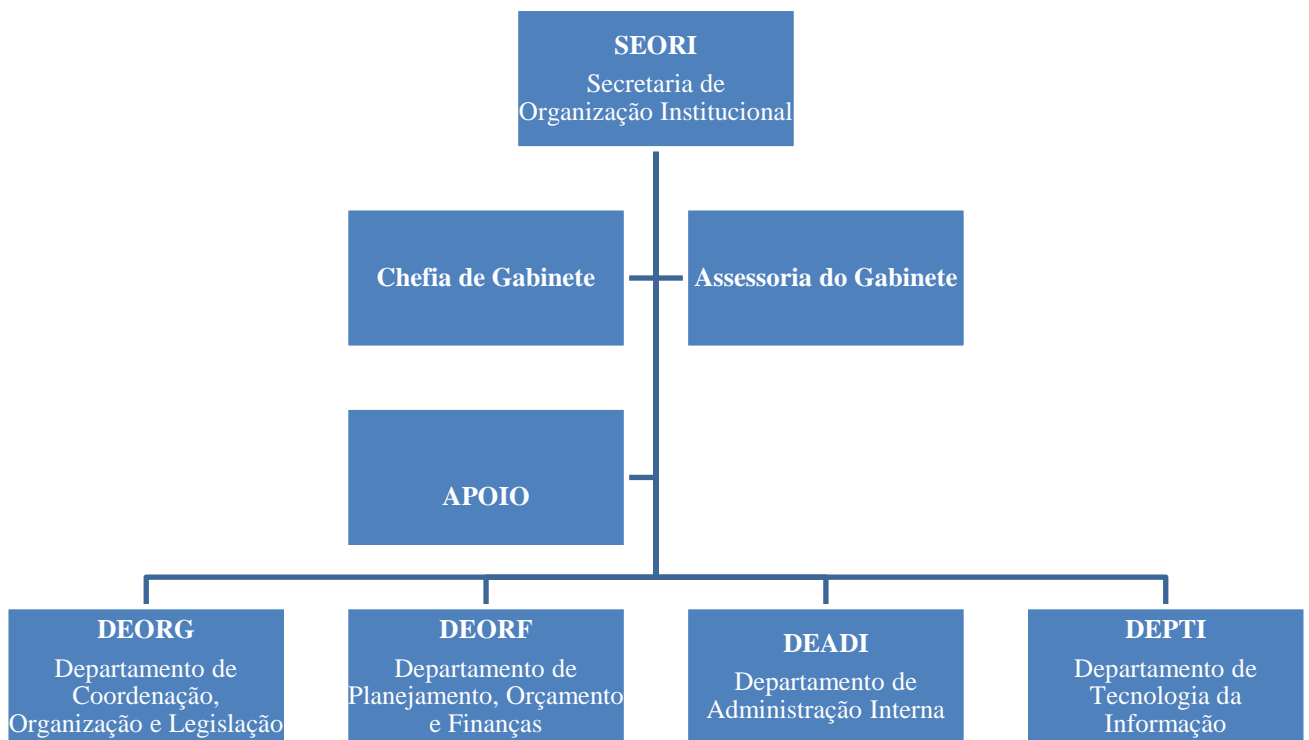
### 1.2 Finalidade e Competências Institucionais

A Secretaria, com os ajustes após a edição do decreto de reestruturação (Decreto nº 7.974/2013), ainda continua atuando nas áreas de administração interna, planejamento orçamentário e financeiro, organização e legislação, tendo por missão prover os meios necessários à administração central do ministério para o cumprimento das suas atribuições institucionais.

Para o alcance da excelência nos serviços prestados, concebeu e instituiu o Plano de Ação da SEORI (PAS/SEORI), constituído projetos dinâmicos, descritos no subitem 2.1 abaixo, definidos por seus Departamentos para o exercício financeiro e elaborados à luz de diretrizes da UJ.

Os projetos viabilizam uma ação planejada, com acompanhamento estruturado e organizado, e são dirigidos para a eficiência e eficácia de gestão e para a valorização profissional.

### 1.3 Organograma Institucional



### 1.4 Macroprocessos Finalísticos

A Secretaria-Geral informará os principais Macroprocessos Finalísticos em 2013.

### 1.5 Macroprocessos de Apoio

A Secretaria-Geral informará os principais Macroprocessos Finalísticos em 2013.

## **2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS**

### **2.1 Planejamento da Unidade**

Anualmente, a SEORI planeja a aplicação dos recursos orçamentários financeiros com o propósito de atender às diversas demandas da administração central. Atrelado a este planejamento estão os projetos, aprovados pelo Secretário, para compor o Plano de Ação da SEORI – PAS, como descrito abaixo:

#### **a) Descrição sintética do Planos Estratégico, Tático e Operacional**

Do ponto de vista tático e operacional, a maior parte das suas atividades segue os cronogramas estabelecidos pelos Órgãos Centrais de Planejamento (Secretaria de Planejamento e Investimento – SPI), Orçamento (Secretaria de Orçamento Federal – SOF) e Finanças e Contabilidade (Secretaria do Tesouro Nacional – STN) e são essencialmente voltadas para a área meio.

A seguir descremos alguns projetos, os quais pela sua importância, são acompanhados diretamente pela Assessoria do Gabinete do Secretário:

#### **Pelo Departamento de Coordenação, Organização e Legislação – DEORG:**

1. Aprovação da nova estrutura regimental do Ministério da Defesa, considerando o Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013;
2. Publicação do rol de documentos classificados e desclassificados até 1º de junho de 2013, em atendimento ao disposto no art. 45 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
3. Publicação da Cartilha do Serviço de Informação ao Cidadão;
4. Publicação do Relatório de implementação da LAI no âmbito do Ministério da Defesa;
5. Publicação da Portaria Normativa nº 2.975/MD, de 24 de outubro de 2013, que disciplina, no âmbito do Ministério da Defesa, os procedimentos de lavratura do Termo de Classificação de Informação (TCI), de classificação, desclassificação, reclassificação ou reavaliação da informação, de remessa de TCI à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), de elaboração e atualização das listas das informações classificadas e desclassificadas.
6. Publicação do Relatório estatístico das demandas da LAI no âmbito do Ministério da Defesa;
7. Realização II Seminário sobre a Lei de Acesso à Informação e Encontro sobre Credenciamento e Segurança da Informação nos dias 4 e 5 dezembro de 2013, nas instalações do Ministério da Defesa;
8. Produção normativa de 100 (cem) atos normativos internos e 26 (vinte e seis) normas, entre Decretos e Leis, que foram objeto de análise do Departamento;
9. Elaboração do Projeto de consolidação da legislação militar e de defesa, com a realização de 3 ciclos de estudos;
10. Definição da Política de Remuneração dos militares das Forças Armadas;
11. Divulgação no Portal da Transparência da CGU das informações referentes à

retribuição de militares em missão no exterior e de dados sobre os imóveis funcionais do MD; e

12. Publicação da Portaria Normativa nº 2.032/MD, de 04 de julho de 2013, que aprova as diretrizes para a aquisição, a doação e a alienação do patrimônio imobiliário administrado pelas Forças Armadas.

**Pelo Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças – DEORF:**

1. Conversão do Banco de Dados Série Estatísticas para mídia executável; e
2. Sistema de Custos;

**Pelo Departamento de Administração Interna – DEADI;**

1. Desenvolvimento do programa de auditoria em segurança alimentar (PASA) do Ministério da Defesa;
2. Férias Web;
3. Controle Informatizado da Gestão de Pagamento; e
4. Gerenciador de Capacitação;

**Pelo Departamento de Tecnologia da Informação – DEPTI:**

1. Rede Segura de Inteligência;
2. Rede Segura de Documentos Sigilosos;
3. Solução de gerenciamento de Eventos de Segurança – SOC;
4. Conformidade com normativos do GSI/PR; e
5. Implantação de nova plataforma de comunicação corporativa. - Expresso V3.

**b) Vinculação com as competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA.**

A vinculação estão consolidadas nas despesas de custeio e investimento as quais foram executadas no decorrer do exercício financeiro de 2013, objetivando o cumprimento das obrigações regimentais da Secretaria, observados os princípios da economicidade e efetividade.

Considerando a Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015, e o Decreto nº 7.974, de 01 de abril de 2013, que descreve as competências constitucionais da unidade, fica demonstrada a perfeita vinculação do Plano de Ação da Secretaria com o PPA.

**c) Principais objetivos estratégicos e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos.**

Os principais objetivos estratégicos estabelecidos pela SEORI, foram o atendimento de todas demandas da Administração Central do Ministério da Defesa buscando o equilíbrio da equação: recursos disponíveis versus necessidades dos usuários.



### **Principais atividades em andamento no âmbito da SEORI:**

- a) Coordenação do processo de elaboração, revisão e avaliação do Plano Plurianual, no âmbito do Ministério da Defesa;
- b) Coordenação do processo de revisão qualitativa do cadastro de ações, no âmbito do Ministério da Defesa;
- c) Acompanhar, orientar e supervisionar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial de todas as unidades jurisdicionadas ao Ministério da Defesa;
- d) Realizar a Conformidade Contábil dos registros no SIAFI dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos;
- e) Acompanhamento Orçamentário da Execução Física das Ações do MD;
- f) Análise, validação e elaboração de créditos adicionais;
- g) Orientar e supervisionar tecnicamente as unidades orçamentárias;
- h) Acompanhamento do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais;
- i) Realização de transferência financeira aos Comandos Militares e à Administração Central, referente à Pessoal e Encargos sociais, Crédito Extraordinário, Dívida, PAC, Custeio e Investimento;
- j) Envio das cotas orçamentárias para os Comandos Militares, para os Fundos do MD e do Serviço Militar, para a ESG, para o Programa Calha Norte e para o CENSIPAM, bem como para a Administração Central do MD, de acordo com o limite de movimentação e empenho (LME) definido inicialmente pela SOF e em seguida, detalhado, por anexo, pelo DIORÇ/MD;
- k) Definição dos Limites de Pagamento (exercício e RP) para os Comandos Militares e à Administração Central - Custeio/Investimento - no anexo I (fonte tesouro) e no anexo II (fonte própria), de acordo com o Limite de Pagamento para o exercício corrente e Restos a Pagar estabelecido pela STN para o Ministério da Defesa;
- l) Descentralização de créditos orçamentários (Provisão e Destaque) aos Comandos Militares e à Administração Central, bem como o correspondente recurso financeiro;
- m) Realizar transferências e controle de créditos recebidos de outros órgãos da Administração Pública, mediante Termo de Cooperação, e descentralização aos Comandos Militares;
- n) Solicitação e Distribuição do recurso financeiro do MD à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, bem como remanejamentos de fontes de recursos;
- o) Início das primeiras ações de implantação da área de Custos.

Essas atividades foram desenvolvidas de acordo com o calendário e diretrizes estabelecidos pelos Órgãos Centrais de Planejamento (Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPD); Orçamento (Secretaria e Orçamento Federal – SOF) e Finanças, Contabilidade e Custos (Secretaria do Tesouro Nacional – STN).

## 2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

### 2.2.3 Ações

#### Relação dos objetivos do Plano Plurianual

Não existe objetivos previstos com os recursos orçamentários destinados à SEORI, executados pelo DEADI. Contudo, verifica-se que tais recursos se destinam ao atendimento da vida vegetativa da Administração Central do Ministério da Defesa.

No quadro seguinte são relacionadas as ações com suas respectivas descrições e código do Plano de Trabalho Resumido (PTRES), referentes aos orçamentos concedidos, em 2013, à UJ.

#### Relação das Ações da Lei Orçamentária

PTRES	AÇÃO	DESCRIÇÃO
060230	2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE
060203	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA
060205	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA/EXAMES PERIÓDICOS
060199	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR
060202	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE
060201	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO(CIVIS)
060204	2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (MILITARES)
060218	2000	CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL

Fonte: Arquivo da DIOFI

No quadro seguinte são relacionadas as despesas de custeio, de investimento, os auxílios da Folha de Pagamento da administração central e as descentralizações de crédito e do financeiro, referentes aos orçamentos concedidos, em 2013, à UJ.

**A programação e a execução orçamentária e financeira**

<b>EXERCÍCIO 2013</b>	
<b>DESPESAS EXECUTADAS – AÇÃO 2000 – CUSTEIO/INVESTIMENTOS</b>	
DESCRIÇÃO	VALOR
<b>AÇÃO 2000 - Administração da Unidade</b>	
1. DESPESAS ESSENCIAIS	7.723.546
2. DESPESAS CONTRATUAIS	13.451.911
3. RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	6.013
4. OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	434.417
5. RESTOS A PAGAR	5.160.531
<b>CUSTEIO</b>	<b>26.776.419</b>
<b>AÇÃO 2000 - Administração da Unidade</b>	
6. INVESTIMENTOS	1.316.019
7. RESTOS A PAGAR	11.963.800
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>13.279.819</b>
<b>TOTAL – AÇÃO 2000</b>	<b>40.056.238</b>
<b>OUTRAS AÇÕES</b>	
11. ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES	32.548
12. AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	177.832
13. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	816.507
14. ALIMENTAÇÃO DE PESSOAL	2.085.681
15. ASSIST. MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERV. E SEUS DEPEND.	5.842.509
16. CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	294.631
15. ASSIST. MÉDICA - EXAMES PERIÓDICOS	18.057
<b>TOTAL – OUTRAS AÇÕES</b>	<b>9.267.765</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>49.324.003</b>
	26.776.418
<b>DESTAQUES - AÇÃO 2000</b>	
1. COMBUSTÍVEL	298.260
2. MCT - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	95.168
3. ANEXO DO BLOCO “O” - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	769.748
4. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA	224.394
<b>TOTAL DESTACADO – ATÉ 31/12/13</b>	<b>1.387.570</b>

Fonte: Arquivo da DIOFI

No quadro seguinte são relacionadas as receitas de custeio, de investimento, os auxílios da Folha de Pagamento da administração central, referentes aos orçamentos concedidos, em 2013, à UJ.

<b>RECEITA - LOA 2013 (Lei 12.798, de 05/04/2013)</b>	
<b>RECURSOS PREVISTOS</b>	
AÇÕES/DESCRIÇÃO	LOA/2013
<b>2000 - Administração da Unidade</b>	
0001 - Capacitação dos Servidores Públicos Federais	300.000
0003 - Manutenção Geral (Custeio)	27.500.070
0003 - Manutenção Geral (Investimentos)	8.000.000
2004.0001 - Assistência Médica e Odontológica - Civis	4.797.120
2004.0002 - Assistência Médica - Exames Periódicos - Civis	18.057
2010 - Assistência Pré-escolar aos dependentes de servidores	31.742
2011 - Auxílio-transporte aos servidores e empregados	189.629
2012.0001 - Auxílio-alimentação - Civis	1.363.256
2012.0002 - Auxílio-alimentação - Militares	2.085.692
<b>TOTAL RECURSOS PREVISTOS</b>	<b>44.285.566</b>

Fonte: Arquivo da DIOFI

<b>RECEITA</b>	
<b>(PROVISÃO RECEBIDA + VALORES LIBERADOS P/ DESTAQUE)</b>	
<b>AÇÕES / DESCRIÇÃO</b>	<b>TOTAL RECEBIDO</b>
2000 - Administração da Unidade	
0001 - Capacitação dos Servidores Públicos Federais	<b>294.631</b>
0003 - Manutenção Geral (Custeio)	<b>29.338.356</b>
0003 - Manutenção Geral (Investimentos)	<b>13.368.850</b>
2004.0001 - Assistência Médica e Odontológica - Civis	<b>5.842.509</b>
2004.0002 - Assistência Médica - Exames Periódicos - Civis	<b>18.057</b>
2010 - Assistência Pré-escolar aos dependentes de servidores	<b>32.548</b>
2011 - Auxílio-transporte aos servidores e empregados	<b>177.832</b>
2012.0001 - Auxílio-alimentação - Civis	<b>816.511</b>
2012.0002 - Auxílio-alimentação - Militares	<b>2.085.681</b>
<b>TOTAL RECEBIDO (PROV RECEBIDA + DESTAQUE) - 01 JAN A 31 DEZ 13</b>	<b>51.974.975</b>

Fonte: Arquivo da DIOFI

### **Resultados Alcançados**

Com relação aos Resultados alcançados, tendo por parâmetro as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA, esclareço que os indicadores utilizados pela Secretaria estão registrados no item 3.6, bem como informações sobre outros resultados da gestão, deste relatório.

### **Fatores intervenientes**

Importa registrar que a Secretaria/DEADI, para atingir seus propósitos no exercício de referência, e enfrentar as diversas demandas, desenvolveu:

a) ações para preparar a administração central do Ministério da Defesa a fim de receber o novo contingente de pessoal, em função da aprovação da nova estrutura;

b) ações para preparar a administração central a fim de receber novos recursos orçamentários e financeiros destinados à execução de contratos para a realização dos Jogos da Copa do Mundo de 2014 e Copa das Confederações em 2013.

c) ações para ocupação do naco do anexo "A", do bloco "O" da Esplanada dos Ministérios.

d) ações no sentido de corrigir os rumos e adequar a estratégia às mudanças intempestivas geradas pelo contingenciamento estabelecido pelo Governo Federal.

e) fomento de ações na área de treinamento de pessoal qualificado a fim de minimizar a demanda de pessoal para a iniciativa privada, sobretudo na área de licitações e Contratos, haja vista que a demanda de pregões distribuídos por pregoeiro continua elevada: em 2012 era de 15,5 pregões por pregoeiro; em 2013 foi de 11 pregões por pregoeiro. Acrescente-se o fato de que há pregões que, por sua natureza, exige a dedicação do pregoeiro por mais de três meses.

No quadro seguinte está demonstrada a execução orçamentária dos recursos destinados ao DEADI em custeio, investimento, os auxílios da Folha de Pagamento da administração central, bem como a distribuição desses recursos para outras UGR da administração central.

MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA GERAL  
SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
DIVISÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Período: 01/01 a 31/12/2013

PTRES/AÇÃO - GRUPO DA DESPESA	FONTE	MODALIDADE	Lei nº 12.798, de 05/04/2013 (LOA 2013)	TOTAL RECEBIDO	PROVISÃO RECEBIDA	VALOR LIBERADO PARA DESTAQUE	% REC.	EMPENHO EMITIDO	% EMP.
	RECURSO	APLICAÇÃO	( A )	B =(C+D)	( C )	( D )	E=( B/A )	( F )	G=( F/C )
<b>060230/2000-ADM. DA UNIDADE</b>									
3 - CUSTEIO	100	90	27.500.070	29.338.356	27.024.283	2.314.073	106,68	26.776.419	99,08
4 - INVESTIMENTOS	100	90	8.000.000	13.368.850	13.306.970	61.880	167,11	13.279.819	99,8
3 - CUSTEIO - AC-DEFESA	100	90		24.672	24.672			24.672	100
3 - CUSTEIO - CDMB	100	90		2.790.224	927.121	1.863.103		927.121	100
3 - CUSTEIO - CDS	100	90		358.535	142.632	215.903		142.632	100
3 - CUSTEIO - DESAS	100	90		292.251	292.251			292.251	100
3 - CUSTEIO - DEPEC	100	90		331.013	331.013			331.013	100
<b>TOTAL</b>			<b>35.500.070</b>	<b>46.503.901</b>	<b>42.048.943</b>	<b>4.454.959</b>	<b>131</b>	<b>41.773.926</b>	<b>99,35</b>
<b>060205/2004-ASS MÉD/EX PERÍOD</b>									
3 - CUSTEIO	100	90	18.057	18.057	18.057		100	18.057	100
3 - CUSTEIO - CENSIPAM	100	90	49.680	5.912	5.912		11,9	5.912	100
<b>TOTAL</b>			<b>67.737</b>	<b>23.969</b>	<b>23.969</b>	<b>-</b>	<b>35,39</b>	<b>23.969</b>	<b>100</b>
<b>060203/2004-ASSIST MÉD E ODONT</b>									
3 - CUSTEIO	100	90	4.797.120	5.842.509	5.842.509		121,79	5.842.509	100
3 - CUSTEIO - CENSIPAM	100	90	242.880	32.719	32.719		13,47	32.719	100
<b>TOTAL</b>			<b>5.040.000</b>	<b>5.875.228</b>	<b>5.875.228</b>	<b>-</b>	<b>116,57</b>	<b>5.875.228</b>	<b>100</b>
<b>060199/2010-ASSIST PRÉ-ESCOLAR</b>									
3 - CUSTEIO	100	90	31.742	32.548	32.548		102,54	32.548	100
3 - CUSTEIO - CENSIPAM	100	90	13.618	15.348	15.348		112,7	15.348	100

<b>TOTAL</b>			<b>45.360</b>	<b>47.896</b>	<b>47.896</b>	<b>-</b>	<b>105,59</b>	<b>47.896</b>	<b>100</b>
<b>060202/2011-AUX TRANSPORTE</b>									
<b>3 - CUSTEIO</b>	<b>100</b>	<b>90</b>	189.629	177.832	177.832		93,78	177.832	100
<b>3 - CUSTEIO - CENSIPAM</b>	<b>100</b>	<b>90</b>	40.371	26.915	26.915		66,67	26.915	100
<b>3 - CUSTEIO - ESG</b>	<b>100</b>	<b>90</b>	70.000	60.743	60.743		86,78	60.743	100
<b>TOTAL</b>			<b>300.000</b>	<b>265.490</b>	<b>265.490</b>	<b>-</b>	<b>88,5</b>	<b>265.490</b>	<b>100</b>
<b>060201/2012-AUX ALIM(CIVIS)</b>									
<b>3 - CUSTEIO</b>	<b>100</b>	<b>90</b>	1.363.256	816.511	816.511		59,89	816.507	100
<b>3 - CUSTEIO - CENSIPAM</b>	<b>100</b>	<b>90</b>	337.744	372.417	372.417		110,27	372.417	100
<b>3 - CUSTEIO - ESG</b>	<b>100</b>	<b>90</b>	15.000	22.752	22.752		151,68	22.752	100
<b>TOTAL</b>			<b>1.716.000</b>	<b>1.211.680</b>	<b>1.211.680</b>	<b>-</b>	<b>70,61</b>	<b>1.211.675</b>	<b>100</b>
<b>060204/2012-AUX-ALIM(MILIT)</b>									
<b>3 - CUSTEIO</b>	<b>100</b>	<b>90</b>	2.085.692	2.085.681	2.085.681		100	2.085.681	100
<b>TOTAL</b>			<b>2.085.692</b>	<b>2.085.681</b>	<b>2.085.681</b>	<b>-</b>	<b>100</b>	<b>2.085.681</b>	<b>100</b>
<b>060218/2000-CAPAC SERV PUB FED</b>									
<b>3 - CUSTEIO</b>	<b>100</b>	<b>90</b>	300.000	294.631	294.631		98,21	294.631	100
<b>TOTAL</b>			<b>300.000</b>	<b>294.631</b>	<b>294.631</b>	<b>-</b>	<b>98,21</b>	<b>294.631</b>	<b>100</b>
<b>T O T A L G E R A L</b>			<b>45.054.859</b>	<b>56.308.476</b>	<b>51.853.518</b>	<b>4.454.959</b>	<b>124,98</b>	<b>51.578.496</b>	<b>99,47</b>

Dados atualizados em: 10/01/2014 - Fonte: Siafi Operacional/Gerencial

Registre-se que o Departamento de Administração realiza a execução orçamentária e financeira dos recursos recebidos das demais Secretarias da administração central do ministério, a saber: da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desportos – SEPESD; da Secretaria de Produtos de Defesa – SEPROD; do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – EMCFA.

Além disso, executa a folha de pagamento mensal da Escola Superior de Guerra -ESG, do Hospital das Forças Armadas - HFA, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, e do próprio Departamento.

Os quadros a seguir dispõem sobre as dimensões física e financeira da execução da ação, considerando, inclusive, os valores executados a título de restos a pagar em 2013. Nesses quadros estão as seguintes ações: 2000; 2004; 20wc; 060218/2000; 09HB; 0181; 20TP; 2010; 2011; e 2012.

### 2.2.3.1 Ações – OFSS

Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>2000</b>	<b>Tipo: Atividade</b>				
<b>Título</b>	Administração da Unidade					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-	<b>Código: -</b>				
<b>Programa</b>	<b>2108</b>	<b>Código:                      Tipo:</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim    ( x ) Não                      Caso positivo: ( ) PAC                      ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
35.500,070,00	46.503.901,00	41.773.926,37	26.006.431,42	26.006.431,42	-	17.434.140,84
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
*		**	***	***	***	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
10.315.574,14	5.815.068,27	1.151.184,92	*		**	***

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Observações:

Considerando a inexistência de Execução Física:

- \* Não há descrição da meta para esta ação;
- \*\* Não há unidade de medida para esta ação; e
- \*\*\* Não há montante para esta ação.

#### Análise crítica:

Execução das metas.

1º) por intermédio dessa atividade são agregadas as despesas de natureza administrativa que não puderam ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico;

2º) a ação 2000 - Administração da Unidade, não possui produto, razão pela qual não integra

o grupo de ações, do programa 2108, no SIOP;

3º) no exercício financeiro de 2013 os recursos da ação 2000 - Administração da Unidade, no âmbito da Secretaria/DEADI, tiveram a execução orçamentária e financeira conforme quadro acima. Nesse quadro verifica-se que além do Departamento, os recursos da ação 2000 foram também disponibilizados para outros Setores da administração central. Sendo que a CDMB - Comissão Desportiva Militar do Brasil e o CDS- Centro de Desenvolvimento de Sistemas, por sua vez, destacaram, das parcelas recebidas, valores desses recursos para outras Unidades Jurisdicionadas do Ministério da Defesa.

Essas despesas compreendem:

- 1) serviços administrativos;
- 2) custeio da folha de pagamento;
- 3) manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União;
- 4) manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União;
- 5) tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos;
- 6) despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins);
- 7) sistemas de informações gerenciais internos;
- 8) estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;
- 9) promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc;
- 10) produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividade-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

No que tange a execução orçamentária e financeira realizada esclarecemos que as Ações 4572 (Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação e requalificação), 20CW (Assistência Médica aos servidores e empregados – Exames Periódicos) e 2864 (Alimentação de Pessoal), foram transformadas em Planos Orçamentários das Ações 2000 (Administração da Unidade), 2004 (Assistência Médica e Odontológica aos servidores civis, empregados e militares) e 2012 (Auxílio-Alimentação dos servidores civis, empregados e militares), respectivamente.

Fatores intervenientes – realização, da Secretaria/DEADI, de despesas na ocupação de parte significativa do anexo do bloco “O” demandando despesas do orçamento de 2013, no valor de R\$ 769.747,77.

Restos a pagar – O valor de R\$17.443.140,84 inscrito em Restos a Pagar Não Processados representa 37,49% do valor orçamentário recebido em 2013. Esse percentual é o resultado do considerável número de processos licitatórios concluídos e/ou processos aditivados no final do exercício financeiro de 2013 que viabilizaram a emissão de empenhos cujos pagamentos não puderam ser efetuados no exercício.



**Ações prioritárias na LDO** - No que concerne esse aspecto, a ação 2000 não é ação prioritária na LDO.

#### QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes.					
<b>Título</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Militares e seus dependentes.					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	Prestar mensalmente assistência médica e odontológica aos servidores ativos, aposentados, empregados e seus dependentes, bem como aos pensionistas.					
<b>Programa</b>	2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa					
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 - Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.107.737,00	6.007.737,00	5.899.197,40	5.881.216,64	5.881.216,64	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Prestar mensalmente assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados e seus dependentes.		Unidade	4.421	4.421	4.421	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

#### Análise Crítica da Ação 2004

Os recursos executados nesta ação no exercício 2013 foram de R\$ 5.881.216,64. A meta física estabelecida para atendimento mensal foi de 4.421 beneficiários, incluídos os servidores ativos, aposentados e seus dependentes, bem como os pensionistas da Administração Central e do Hospital das Forças Armadas, posto que o recurso destinado ao custeio desse benefício é disponibilizado, administrado e executado pela Unidade Orçamentária 50101 – Ministério da Defesa.

O benefício é prestado por intermédio do Hospital das Forças Armadas, mediante prestação de serviço direto.

**QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Médicos.					
<b>Título</b>	Plano Orçamentário: 0002 – Exames Periódicos					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	Realizar os Exames Médicos Periódicos dos servidores ativos, de acordo com a faixa etária, em grupos anuais e bienais.					
<b>Programa</b>	2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa.					
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 - Ministério da Defesa.					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
67.737,00	23.969,	23.969,	23.969,	5.989,	17.980,	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Realizar Exames Periódicos dos servidores ativos			unidade	376	376	103
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**ANÁLISE CRÍTICA DA AÇÃO 20CW**

A meta física estabelecida para o exercício de 2013 era realizar exames periódicos em 376 servidores que foram devidamente notificados, por correio eletrônico nos respectivos meses de aniversários, acerca da necessidade de se fazer tal prevenção.

Dos 376 servidores, somente 103 conseguiram realizar os exames periódicos, cuja despesa foi custeada com os recursos da ação 20CW. Da meta estabelecida, 265 servidores não conseguiram realizar os exames periódicos, devido à dificuldade de marcação de consultas junto ao Hospital das Forças Armadas e 8 servidores realizaram os exames periódicos, utilizando-se dos planos de saúde que possuem nos seus respectivos órgãos de origem.

O valor *per capita* estimado pela SOF e disponibilizado para todos os órgãos da administração pública é de R\$ 180,00. No entanto, o serviço é prestado diretamente pelo Hospital das Forças Armadas, sendo que o custo real médio gira em torno de um terço daquele estimado pela Secretaria de Orçamento Federal. Tal custo, aliado ao fato de que aproximadamente um terço dos servidores conseguiram realizar os exames, justifica o baixo índice de execução. É oportuno mencionar que os índices apurados na meta financeira e física correspondem a 25% e 27%, respectivamente.

Destaca-se que foi cancelado o valor de R\$ 43.768,00, conforme 2013NC003577, de 12 de dezembro de 2013, do SIAFI.

### QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código (PTRES/AÇÃO)</b>	060218/2000		<b>Tipo:</b> Custeio			
<b>Título</b>	Capacitação de Servidores Públicos Federais					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	<b>Código:</b>		<b>Tipo:</b>			
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministérios da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( )Sim ( X )Não		Caso positivo: ( )PAC		( )Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
300.000,00	294.631	294.631,	294.631	286.635,	7.996,	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Capacitar 297 servidores		Servidores capacitados	297	--	393	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

#### Análise Crítica da Execução da ação de Capacitação

No Plano de Capacitação, para o exercício de 2013, a meta física prevista era de 542 inscrições em ações e treinamentos para o MD, bem como, capacitação para 30%, o que perfaz o total de 297 servidores capacitados. No período em questão, foram capacitados atingiram, portanto, 29,5% do total de servidores da Administração Central do MD, existente atualmente.

De janeiro a dezembro, do ano de 2013, foram realizadas 99 ações de capacitação. Ressalta-se que dessas ações, 62 foram na modalidade de turmas abertas e 37 de turmas fechadas, ou seja, somente para servidores e militares do MD.

A dotação orçamentária para a ação de capacitação de servidores da administração central, de 2013, foi de R\$ 300.000,00. A meta orçamentária para o exercício era executar 100% do valor disponibilizado. Executamos 98,21% da meta prevista, ou seja, R\$ 294.631,00 do valor disponibilizado para a ação. Destaca-se que foi recolhido ao Setorial Contábil o valor de R\$ 5.368,00, conforme 2013NC000014, de 26 de dezembro de 2013, do SIAFI.

### QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	09HB CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS (Operações Especiais)					
<b>Título</b>	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.					
<b>Programa</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 - Ministério da Defesa.					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.066.662,00	2.587.193,00	2.560.450,49	2.560.450,49	2.560.450,49	-	-
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Ação não possui meta física		-	-	-	-	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

#### Análise Crítica da Ação 09HB

O recurso desta ação refere-se à contribuição da União para o custeio do Regime Próprio do Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos Federais, o qual é contabilizado em conta específica.

O recurso aprovado pela LOA 2013 e disponibilizado para a UO: 52101 destina-se à contabilização da referida despesa pertencente às Upags da Administração Central, da Escola Superior de Guerra e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, vinculadas à mesma Unidade Orçamentária, tendo sido suplementado para atender a demanda gerada em função da aprovação da nova estrutura do ministério, ocorrida em abril de 2013.

A suplementação do recurso é decorrente do reajuste concedido na gratificação de desempenho e nos cargos em comissão/função de confiança, conforme tabelas constantes da Lei nº 12.778, de 28 de dezembro de 2012, tendo implicado em aumento na referida despesa.

### QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	0181 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS (Operações Especiais)					
<b>Título</b>	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.					
<b>Programa</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 - Ministério da Defesa.					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.718.640,00	12.618.640,00	12.392.436,55	12.392.436,55	12.392.436,55	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Assegurar aposentadorias e pensões civis aos servidores e dependentes			unidade	270	270	267
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

#### Análise Crítica da Ação 0181

O recurso desta ação destina-se ao custeio dos benefícios de aposentadorias e pensões aos servidores e pensionistas da administração central (150) e da Escola Superior de Guerra (120), totalizando 270 benefícios/mês.

A suplementação do recurso é decorrente do reajuste concedido na gratificação de desempenho e nos cargos em comissão/função de confiança, conforme tabelas constantes da Lei nº 12.778, de 28 de dezembro de 2012, tendo implicado em aumento na referida despesa.

### QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20TP - PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO					
<b>Título</b>	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	Garantir o pagamento devido aos servidores civis ativos do Poder Executivo Federal, Autarquias e Fundações e Empregados Públicos.					
<b>Programa</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 - Ministério da Defesa.					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
47.534.575,00	55.943.911,00	54.522.812,52	54.522.812,52	54.522.812,52	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Assegurar o pagamento aos servidores ativos			unidade	-	-	1.449
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

#### ANÁLISE CRÍTICA DA AÇÃO 20TP

Esta ação custeia as despesas da folha de pagamento dos servidores ativos da administração central, da Escola Superior de Guerra e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, posto que pertencem à UO: 52101.

A suplementação do recurso é decorrente da alteração da estrutura do Ministério da Defesa, ocorrida em abril de 2013, tendo implicado em aumento do efetivo de servidores, bem como do reajuste de cargos e funções comissionadas e gratificação de desempenho, concedido por meio da Lei nº 12.778, de 28 de dezembro de 2012, que resultaram em aumento na referida despesa.

**QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares.						
<b>Descrição</b>	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	Oferecer aos servidores, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.						
<b>Programa</b>	2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa						
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
001	47.360,00	49.360,00	47.895,72	47.895,72	47.895,72	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
001	Atender todos os dependentes dos servidores compreendidos na faixa etária de 0 a 5 anos	unidade	40	43	43		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

**Análise crítica da ação 2010**

Os recursos disponibilizados para a UO: 52101 custeiam as despesas com o Auxílio Pré-Escolar das seguintes Unidades Pagadoras: Administração Central (000026-DIRHU), Escola Superior de Guerra (000061-DFIN/ESG) e Centro-Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (000149-DIRAF), devida aos dependentes dos servidores, cuja faixa etária esteja compreendida entre 0 e 5 anos. Trata-se de ação não cumulativa.

Assim, o físico informado corresponde à média anual de beneficiários atendidos nas UFs: DF, RO, PA e AM. A superação do físico inicialmente previsto na LOA ocorreu em função do ingresso de novos servidores com direito a tal benefício, posto que o ministério sofreu alteração em sua estrutura de cargos e funções comissionadas, com vigência a contar de 23 de abril de 2013, conforme registros efetuados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.

**QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>							
<b>Código</b>	2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares.						
<b>Descrição</b>	Pagamento pela União de auxílio-transporte em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.						
<b>Programa</b>	2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa						
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
001	300.000,00	300.000,00	265.489,46	265.489,46	265.489,46	0,00	0,00
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
001	Atender a demanda dos servidores nos percursos requeridos		unidade	219	219	208	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

**Análise crítica da ação 2011**

Os recursos disponibilizados para a UO: 52101 custeia parcialmente as despesas com auxílio-transporte das seguintes Unidades Pagadoras: Administração Central (000026-DIRHU), Escola Superior de Guerra (000061-DFIN/ESG) e Centro-Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (000149-DIRAF), devidas aos servidores civis vinculados às Unidades Pagadoras informadas, que pleitearam o recebimento desse benefício. Trata-se de ação não cumulativa.

Assim, o físico informado corresponde à média anual de benefícios atendidos no exercício de 2013. Esta ação obteve índices satisfatórios de execução física e financeira, conforme registros constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.



**QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.						
<b>Descrição</b>	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores, militares e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório, benefício que será pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	Proporcionar aos servidores, militares e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.						
<b>Programa</b>	2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa						
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
001	1.716.000,	1.216.000,	1.211.675,29	1.021.373,72	1.021.373,72		
002	2.085.692,	2.085.692,	2.085.681,07	1.429.256,40	1.428.349,00		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
001	Alimentar o efetivo de servidores civis da Administração Central		unidade	470	472	472	
002	Alimentar o efetivo de militares à disposição da Administração Central		unidade	680	689	689	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
001/002	32.197,17	32.197,17		-	-	-	

**Análise crítica da ação 2012**

**Localizador 001.**

Os recursos disponibilizados para a UO: 52101 custeiam as despesas com alimentação dos servidores civis pertencentes às seguintes Unidades Pagadoras: Administração Central (000026-DIRHU), Escola Superior de Guerra (000061-DFIN/ESG) e Centro-Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (000149-DIRAF). Registramos que parte do recurso é destinada ao pagamento em pecúnia e outra parte à aquisição de gêneros alimentícios, posto que a administração central e a ESG possui restaurantes próprios.

Os servidores, deste órgãos, somente recebem em pecúnia quando do usufruto de férias regulamentares, das licenças ou afastamentos previstos na Lei 8.112, de 1990 e nos casos de restrição alimentar. Todos os servidores do Censipam recebem em pecúnia. Trata-se de ação não cumulativa. Assim, o físico informado corresponde à média anual de benefícios atendidos no exercício de 2013. A superação do físico previsto na LOA decorre da alteração do efetivo de servidores, em função de novas nomeações/designações para os cargos ou função comissionados,

criados pelo Decreto nº 7974/2013, que trata da estrutura deste MD, cuja vigência se deu a contar de 23 de abril de 2013, conforme registros constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.

### **Localizador 002.**

Trata-se de recurso destinado à aquisição de gêneros alimentícios, para o suprimento dos restaurantes próprios, utilizado para a confecção da alimentação dos militares que estão prestando serviço neste Ministério - Administração Central.

A superação do físico previsto na LOA decorre da alteração do efetivo de militares, em função de novas nomeações/designações para os cargos ou função comissionados, criados pelo Decreto nº 7974/2013, que trata da estrutura deste MD, cuja vigência se deu a contar de 23 de abril de 2013, conforme registros constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.

### **2.3 Informações sobre outros resultados da gestão**

Destacamos também, informações sobre outros resultados gerados pela gestão, contextualizando tais resultados em relação aos objetivos estratégicos da Unidade, como segue:

1. aprovação da nova estrutura regimental do Ministério da Defesa, por meio do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013.
2. publicação do rol de documentos classificados e desclassificados até 1º de junho de 2013, em atendimento ao disposto no art. 45 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
3. publicação da Cartilha do Serviço de Informação ao Cidadão;
4. publicação do Relatório de implementação da LAI no âmbito do Ministério da Defesa;
5. publicação da Portaria Normativa nº 2.975/MD, de 24 de outubro de 2013, que disciplina, no âmbito do Ministério da Defesa, os procedimentos de lavratura do Termo de Classificação de Informação (TCI), de classificação, desclassificação, reclassificação ou reavaliação da informação, de remessa de TCI à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), de elaboração e atualização das listas das informações classificadas e desclassificadas.
6. publicação do Relatório estatístico das demandas da LAI no âmbito do Ministério da Defesa;
7. realização II Seminário sobre a Lei de Acesso à Informação e Encontro sobre Credenciamento e Segurança da Informação nos dias 4 e 5 dezembro de 2013, nas instalações do Ministério da Defesa;
8. produção normativa de 100 (cem) atos normativos internos e 26 (vinte e seis) normas, entre Decretos e Leis, que foram objeto de análise do Departamento;
9. início do Projeto de consolidação da legislação militar e de defesa, com a realização de 3 ciclos de estudos;
10. definição da Política de Remuneração dos militares das Forças Armadas;
11. divulgação no Portal da Transparência da CGU das informações referentes à retribuição de militares em missão no exterior e de dados sobre os imóveis funcionais do MD;
12. Publicação da Portaria Normativa nº 2.032/MD, de 04 de julho de 2013, que aprova as diretrizes para a aquisição, a doação e a alienação do patrimônio imobiliário administrado pelas Forças Armadas.

### 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1 Estrutura de Governança

A estrutura de Governança da SEORI está pautada na Estrutura Regimental do ministério, com a característica de unidade de atividades apoio, atendendo todos os órgãos da administração central.

#### 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>					
	1	2	3	4	5

19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					x
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
<b>Análise Crítica:</b> No que tange a avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ destacam-se como de relevante importância: a) os relatórios mensais emitidos pelo Controle Interno ao qual a UJ está diretamente subordinada; b) o acompanhamento da execução e análise contábil realizado pela Setorial Contábil; e c) o acompanhamento da execução orçamentária e financeira executados pela própria UJ.					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b> (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> . (3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> . (5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

Considerando os pontos do quadro acima a UJ destaca:

a) os meios de comunicações existentes na administração central, os quais propiciam a ampla divulgação das atividades da UJ, direcionados ao público interno;

b) a realização de auditorias internas — através de Solicitação de Auditorias —, ou ainda, pelo Acompanhamento da Execução das Despesas, ambos realizados pelo Controle Interno os quais contribuem, sobremaneira, para que a UJ realize os gastos conforme a legislação vigente;

c) as reuniões de pontos de controle realizadas semanalmente, envolvendo as Secretarias da administração central e os Departamentos da UJ, contribuem para que os objetivos sejam plenamente alcançados; e

d) no que concerne a metodologia aplicada a UJ utilizou-se da troca de informações em nível de Departamento e, principalmente, em nível das gerências do DEADI, haja vista que são as entidades que através das quais são atendidas as demandas da administração central do Ministério.

### **3.4. Informações sobre a Estrutura e Atividades do Sistema de Correição**

As atividades atinentes à correição são levadas a efeito pelo Departamento de Administração Interna, tendo por base o disposto no inciso IV do art. 30 do Anexo I do Decreto no 7.974, de 1º de abril de 2013, que preconiza ser de sua competência “desempenhar, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa e respeitadas as competências dos Comandantes das Forças Armadas, as funções de órgão de correição e condução de sindicâncias e os processos administrativos disciplinares.”

Para tanto, conta com uma Assessoria que orienta os trabalhos dos sindicantes e comissões designadas, bem como auxilia o Diretor na tomada de decisões. No caso de servidores militares, os processos disciplinares são desenvolvidos no âmbito do Departamento, porém, a aplicação de penalidades, se for o caso, é de competência de autoridades militares colocadas à disposição da administração central. No ano de 2013 foram instauradas 23 sindicâncias. Nesse ano não foi instaurado nenhum processo administrativo disciplinar.

### **3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.**

Os Processos Administrativos disciplinares e Sindicâncias instaurados no ano de 2013, cujo cadastramento no Sistema CGU-PAD é exigido, foram devidamente cadastrados, conforme previsto na referida Portaria.

### **3.6 Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos.**

O Tribunal de Contas da União (TCU), por intermédio do Acórdão nº 253/2008-TCU- 2ª Câmara, de 26 de fevereiro de 2008, determinou às Secretarias do Ministério da Defesa e ao Estado-Maior de Defesa a adoção de indicadores de desempenho da gestão dos programas e atividades referentes às respectivas áreas de atuação.

Por intermédio da Decisão Normativa TCU nº 94, de 03 de dezembro de 2008, o TCU informou às Unidades Gestoras quanto à obrigação de estabelecerem indicadores ou parâmetros utilizados para avaliar o desempenho da sua gestão institucional, com detalhamento (o que pretende medir) e tipo de indicador (de Eficácia, de Eficiência ou Efetividade).

Em função disso, a seguir, são apresentados nove indicadores de desempenho institucional, através dos quais a Secretaria, por intermédio do DEADI, buscou aperfeiçoar a melhoria da gestão.

#### **3.6.1 Análise do desempenho**

Depreende-se dessas avaliações, que as metas institucionais foram alcançadas, mediante o pleno aproveitamento e aplicação dos recursos orçamentários e financeiros sob a responsabilidade do Departamento de Administração Interna, no exercício de 2013.

Destaca-se o Indicador de Eficiência, onde os índices registrados pelo setor financeiro apresentam média de 99,31% e 99,90%. No indicador de Eficácia observa-se os melhores

resultados na área de capacitação de recursos humanos, com a média de 132,32%, e na prestação de serviços de transporte com média de 100,00%.

O Indicador de Efetividade, que representa, de modo objetivo, o nível de satisfação geral dos serviços prestados pela Secretaria/DEADI, atingiu o percentual de 97,35% (Satisfatório).

### 3.7 Indicadores de eficiência

#### Índice de Aplicação dos Recursos, por Programa Orçamentário - IARP.

Consiste em avaliar o nível de aplicação dos recursos destinados à Secretaria/Departamento de Administração Interna no Programa Orçamentário 2108 – Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa.

<b>IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO</b>	
<b>Identificação do Processo:</b>	Aplicação de recursos
<b>Identificador de: Eficiência</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de aplicação dos recursos do DEADI, por Programa Orçamentário.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IARP
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de aplicação de recursos do Programa sob a responsabilidade do DEADI.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	Secretário de Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Coordenadores de Ação
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
<b>Avaliação</b>	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99% - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades' de medida correlacionadas)	$IARP = (\text{Montante de recursos empenhados por Programa no exercício} / \text{Recursos Autorizados por Programa}) * 100.$
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Recursos orçamentários.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	DIOFI - SIAFI Gerencial.
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral com consolidação anual
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Assessoria do Departamento de Administração Interna (DEADI).

#### Resultados da avaliação no período:

Programa	Recursos Recebidos	Recursos Empenhados	IARP (%)
2108 – Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	40.331.253	40.056.238	99,31
<b>IARP (%)</b>			<b>99,31%</b>

### Índice de aplicação dos recursos, por Ação Orçamentária - IARA.

Consiste em avaliar o nível de aplicação de recursos executados pelo Departamento de Administração Interna, por Ação Orçamentária.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Aplicação de recursos (Todas as Ações).
<b>Identificador de: Eficiência</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de aplicação dos recursos, por Ação Orçamentária.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IARA.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de aplicação de recursos destinados a cada setor do DEADI, por Ação Orçamentária.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	Secretário de Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Coordenadores de Ação
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será aplicado)	Quadrimestral, juntamente com o Relatório Departamental - RQD
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas).	$IARA = (\text{Montante de recursos empenhados por Ação no período} / \text{Recursos Autorizados por Ação, no período}) * 100.$
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Recursos orçamentários.
<b>Avaliação</b>	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	DIOFI SIAFI Gerencial.
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados).	Quadrimestral com consolidação anual
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Assessoria do Departamento de Administração Interna (DEADI).

Resultados da avaliação no período:

Ação	Recursos Recebidos	Recursos Empenhados	IARA (%)
2000 – Administração da Unidade	42.048.943	41.773.926	99,34
2000 – Capacitação de Servidores	294.631	294.631	100,00
2004 – Assistência Médica	5.875.228	5.875.228	100,00
2010 – Assistência Pré-Escolar	47.896	47.896	100,00
2011 – Auxílio Transporte	265.490	265.490	100,00
2012 – Auxílio Alimentação (Civis)	1.211.680	1.211.675	99,99
2012 – Auxílio Alimentação (Militar)	1.429.984	1.429.984	100,00
<b>IARA (%)</b>			<b>99,90%</b>

## INDICADORES DE EFICÁCIA

### Índice de Abastecimento de Materiais e Equipamentos – IAME

Visa avaliar o nível de atendimento das necessidades de materiais permanente e materiais de consumo destinados ao funcionamento da administração central do MD.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Operacional
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Abastecimento de Materiais permanente e de consumo
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IAME
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da atividade administrativa
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	Secretário de Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	$IAME = (\text{total de pedidos atendidos} / \text{total de pedidos autorizados}) * 100.$
<b>Avaliação</b>	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS e Pedidos de Aquisição de Materiais (considerar os itens aprovados)
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados)	DIPOS e DIOFI
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral com consolidação anual
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Assessoria do DEADI

### Resultado da avaliação no período:

ITEM	Pedidos aprovados	Pedidos atendidos	IAME (%)
Equipamentos	2.115	1.698	80,28
Materiais	4.782	4.521	94,54
<b>IAME (%)</b>			<b>87,41%</b>



## Índice de Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação - ISTIC.

Tem por objetivo avaliar os principais serviços executados na área de informática e de telecomunicações.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Operacional (Ação 2000).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	ISTIC
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da atividade administrativa
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	Secretário de Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	$ISTIC = (\text{Total de serviços prestados} / \text{total de pedidos autorizados}) * 100.$
<b>Avaliação</b>	Acima de 95% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados)	DIVTI
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral com consolidação anual
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Assessoria do DEADI

### Resultado da avaliação no período:

Tipo de serviço	Serviço executado	Pedido autorizado	ISTIC (%)
Informática	10.259	10.255	99,96
Comunicações	1.358	1.358	100,00
<b>ISTIC (%)</b>			<b>99,98%</b>

## Índice de Satisfação do Serviço de Alimentação - ISA

Consiste em avaliar o nível de satisfação dos usuários dos refeitórios da administração central do MD.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Operacional
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Satisfação do Serviço de Alimentação
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	<b>ISA</b>
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da atividade administrativa
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	Secretário de Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>ISA</b> = (pesquisa de opinião aplicada por, no mínimo, 10 dias consecutivos).
<b>Avaliação</b>	Acima de 90 % (ótimo e bom) - excelente 80% a 89,99% (ótimo e bom) - muito bom 70% a 79,99% (ótimo e bom) - bom 50% a 69,99% (ótimo e bom) - regular Abaixo de 49,99% (ótimo e bom) - insuficiente
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Pesquisa de opinião aplicada por, no mínimo, 10 dias consecutivos junto aos usuários dos refeitórios da ACMD.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados)	COSER/DIPOS
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral com consolidação anual
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Assessoria do DEADI

### Resultado da avaliação no período:

Item	ISA (%)
Refeitório do 2º andar	89,73
Refeitório do Subsolo	88,23
<b>ISA (excelente, muito bom, bom ou regular)</b>	<b>88,98%</b>

## Índice de Prestação de Serviços de Engenharia e Manutenção - ISENG.

Consiste em avaliar os principais serviços executados na área de engenharia e manutenção.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Operacional
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Prestação de Serviços de Engenharia e Manutenção.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	ISENG
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da atividade administrativa
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	Secretário de Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	$ISENG = (\text{Total de serviços prestados} / \text{total de pedidos autorizados}) * 100.$
<b>Avaliação</b>	Acima de 95% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Ordens de serviços e processos para contratação de serviços
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados)	COEMA/DIPOS
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral com consolidação anual
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Assessoria do DEADI

### Resultado da avaliação no período:

Tipo de serviço	Serviço executado	Pedido autorizado	ISENG (%)
Engenharia e manutenção MD	2.192	2.874	76,27
Engenharia e Manutenção PNR	81	82	98,78
<b>ISENG (%)</b>			<b>87,52%</b>

## Índice de Capacitação de Recursos Humanos - ICRH.

Visa avaliar a execução da capacitação, incluindo treinamentos, cursos e seminários para servidores e militares na administração central do MD.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Capacitação de Recursos Humanos (todas as Ações que possuem atividades de capacitação).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Capacitação Realizada.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	ICRH.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da capacitação de servidores e militares. Inclui a realização/participação em treinamentos, cursos e seminários.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	Secretário de Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	$ICRH = (\text{Número de servidores capacitados} / \text{Número de servidores previstos para capacitação}) * 100.$
<b>Avaliação</b>	Acima de 95% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do Plano de Capacitação
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Coordenador de Desenvolvimento de Recursos Humanos/DIRHU
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral com consolidação anual
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Assessoria do DEADI

### Resultado da avaliação no período:

Item	Capacitação Prevista (quantidade de servidores previstos para capacitação)	Capacitação Realizada (número de servidores capacitados)	ICRH (%)
Capacitação	297	393	132,32
<b>ICRH (%)</b>			<b>132,32%</b>

### Índice de Prestação de Serviços de Transporte - ISTR.

Consiste em avaliar nível de atendimento dos pedidos de apoio de transporte na administração central do MD.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Operacional (Ação 2000).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Prestação de Serviços de Transporte
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	ISTR
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da atividade administrativa
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	Secretário de Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	$ISTR = (\text{Total de saídas de viaturas} / \text{total de pedidos autorizados}) * 100.$
<b>Avaliação</b>	Acima de 95% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Fichas de saída de veículo, contendo o satisfeito dos usuários
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados)	COSER/DIPOS
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral com consolidação anual
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Assessoria do DEADI

### Resultados da avaliação no período:

Tipo de serviço	Serviço executado	Pedido autorizado	ISTR (%)
Rotina	7.265	7.265	100%
Eventual	813	813	100%
<b>ISTR (%)</b>			<b>100%</b>

## Indicador de efetividade

### Índice de Efetividade do Departamento de Administração Interna - IE-DEADI.

É a média ponderada dos diversos índices apurados no exercício e tem como objetivo oferecer uma síntese das avaliações da gestão do DEADI.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Gestão global do DEADI.
<b>Identificador de: Efetividade</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Efetividade do DEADI.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IE-DEADI
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de cumprimento da atribuição institucional do DEADI
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	Secretário de Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	IE-DEADI = Média Aritmética ponderada dos seguintes indicadores: [IARP(*3) + IARA(*3) + IAME(*2)+ISTIC(*2)+ISA(*2) + ISENG(*2)+ICRH + ITR]/16
<b>Avaliação</b>	70% a 100% - satisfatório. Abaixo de 70% - insatisfatório.
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Indicadores de eficácia do DEADI.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Gerências do DEADI
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral com consolidação anual
<b>Área responsável pelo cálculo / medição</b>	Assessoria do DEADI

### Resultado da avaliação no período:

Índice	Valor	Peso	Pontuação	IE DEADI(%)
IARP	99,31	3	297,93	97,35%
IARA	99,90	3	299,70	
IAME	87,41	2	174,82	
ISTIC	99,98	2	199,96	
ISA	88,98	2	177,96	
ISENG	87,52	2	175,04	
ICRH	132,32	1	132,32	
ISTR	100,00	1	100,00	
<b>IE-DEADI= Somatório/16</b>			1557,73	

#### 4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

##### 4.1 Execução das Despesas

##### 4.1.1 Programação

##### QUADRO 4.1.1.1- Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:			Código UO: 52101		UGO: 110407	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			61.319.877,00		-	692.672.912,00
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>		9.829.867,00		-	906.974,00
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>	-		-	-
		<b>Reabertos</b>	-		-	-
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>	-		-	-
		<b>Reabertos</b>	-		-	70.582.513,00
	<b>Créditos Cancelados</b>		-		-	(71.092.053,00)
<b>Outras Operações</b>			-		-	-
<b>Dotação final 2013 (A)</b>			71.149.744,00		-	693.070.346,00
<b>Dotação final 2012(B)</b>			67.174.135,00		-	617.121.780,00
<b>Variação (A/B-1)*100</b>			(5,59)		-	(10,96)
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			776.585.408,00	-	-	-
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>		9.540,00	-	-	-
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>	-	-	-	-
		<b>Reabertos</b>	-	-	-	-
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>	-	-	-	-
		<b>Reabertos</b>	134.935.675,00	-	-	-
	<b>Créditos Cancelados</b>		(134.935.675,00)	-	-	-
<b>Outras Operações</b>			-	-	-	-
<b>Dotação final 2013 (A)</b>			776.594.948,00	-	-	-
<b>Dotação final 2012(B)</b>			1.276.703.924,00	-	-	-
<b>Variação (A/B-1)*100</b>			(39,17)	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial, posição: 13.02.2014.

Os valores da tabela anterior não contemplam: Escola Superior de Guerra - ESG, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam, Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa - RBJID (que apresentarão Relatórios de Gestão individuais) e Programa Calha Norte, que não faz parte desta Unidade Jurisdicionada.

### **Análise Crítica**

O Projeto de Lei Orçamentária para 2013 – PLOA 2013 contemplou a Unidade com recursos, no valor global de R\$1.112,0 milhões, sendo R\$ 542,2 milhões em despesas correntes e R\$ 569,8 milhões em despesas de capital, correspondentes, respectivamente, a 48,8% e a 51,2% do total.

Em relação ao valor global do PLOA 2012, apresentou um decréscimo de 21,5%, motivado em grande parte pela redução das dotações alocadas ao Projeto HX-BR, que passou de R\$ 900 milhões para R\$ 444,3 milhões, devido ao cenário fiscal restritivo de 2013. Em contrapartida, as dotações de custeio tiveram crescimento motivado principalmente pela inclusão da Missão de Paz da ONU - Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) no orçamento deste ministério.

Durante a tramitação do PLOA 2013 no Congresso Nacional, as alterações ocorridas no âmbito da administração central devem-se ao acréscimo decorrente de emendas parlamentares nas ações de segurança das Forças Armadas para os Grandes Eventos (Copa do Mundo 2014), sendo o impacto, no grupo de despesas correntes, de R\$ 211,8 milhões, e nas despesas de capital, de R\$ 206,7 milhões.

No exercício de 2013, a UJ foi contemplada com aproximadamente R\$ 10,7 milhões em recursos adicionais, viabilizados mediante a abertura de créditos adicionais. Tais créditos destinaram-se ao atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais, no valor de R\$ 9,8 milhões, e ao pagamento de benefícios sociais, no valor de R\$ 907 mil.

Cabe ainda destacar o grande volume de recursos oriundos de crédito extraordinário aberto em 2012, por meio da Medida Provisória 598/2012, os quais se destinaram a antecipar 1/3 dos investimentos previstos no PLOA 2013, tendo em vista a expectativa de atraso na aprovação da LOA 2013.

Dessa forma, esses recursos permaneceram bloqueados em 2012 para serem reabertos em 2013 por meio do Decreto de 23/01/2013. Após a aprovação da LOA 2013, os respectivos valores foram cancelados.

O valor destinado à Unidade Jurisdicionada – UJ em 2013, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA 2013, somado aos créditos suplementares e adicionais foi de R\$ 1.469,7 milhões, para as despesas de Custeio e Investimento. Esse montante não correspondeu às necessidades da UJ, para o cumprimento da totalidade das ações planejadas.

O valor orçado na Pré-proposta orçamentária (PPO) de 2013 foi de 2.098,6 milhões, entretanto, a dotação da UJ na LOA 2013 (incluindo-se LOA + créditos) foi de apenas de 70% desse valor, portanto, 30% menor que o montante inicialmente previsto na PPO.

Há de se considerar, ainda, o contingenciamento imposto ao órgão, que reduziu ainda mais os recursos disponíveis da UJ. Além disso, a intempestividade na liberação de recursos também foi mais um dos fatores que inviabilizou o planejamento das unidades ligadas à UJ.

Com relação ao Quadro 4.1.2.1 da Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa e Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa está relacionado às movimentações orçamentárias, de responsabilidade regimental da Secretaria/DEORF –



Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças.

Este subitem 4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa e o QUADRO 4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa, estão relacionados no Anexo I, em consonância com o que dispõe a Portaria TCU nº 175, que disciplina que os quadros que ocuparem mais de uma página do relatório, devem ser colocados como anexo.

Nesse item de Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, destacam-se: a transferência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Programa de Trabalho 04121212514N60, destinada a aquisição de viaturas especiais no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Equipamentos; e as transferências da Secretaria Nacional de Defesa Civil, Programas de Trabalho 06182102922BO e 06182204022BO, destinadas a Distribuição de Água Potável no Semiárido Brasileiro por Intermédio de Carros Pipa.

O quadro abaixo - 4.1.2/A - Movimentação de Créditos Interna e Externa - se refere aos créditos orçamentários recebidos da Setorial Contábil (UG 1100407)

**Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa**

<b>Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas</b>						
<b>Origem da Movimentação</b>	<b>UG</b>		<b>Classificação da ação</b>	<b>Despesas Correntes</b>		
	<b>Concedente</b>	<b>Recedora</b>		<b>1 – Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>
<b>Recebidos</b>	110407	110404	05122210809HB0001	2.560.450,49		
	110407	110404	05122210820TP0001	50.452.404,03		
	110407	110404	09272008901810001	12.436.718,39		
	112408	110404	05122210809HB0001	18.599.960,00		
	112408	110404	05122210820TP0001	101.274.843,63		
	112408	110404	09272008901810001	22.106.920,76		
	110407	110404	04121212514VN0001			166.729,95
	110407	110404	27811203520D80001			2.429.325,95
	110407	110404	27812203520JP0001			96.828,40
	110407	110404	27812203520JQ0001			9.722,60
	110407	110404	05121205520T40001			185.092,57
	110407	110404	05122205820X60001			256.144,32
	110407	110404	05122210820000001			29.036.604,46
	110407	110404	05128210820550001			18.000,00
	110407	110404	0515320552B280001			181.275,23
	110407	110404	05153205814SY0001			184.423,00
	110407	110404	05153205820X30001			413.304,94
	110407	110404	05153205820X70001			1.627.364,89
	110407	110404	05183210828660001			107.879,20
	110407	110404	05212205720X10001			873.984,71
	110407	110404	0521220582D550001			2.303.282,80
	110407	110404	05243205820IG0001			1.001.333,90
	110407	110404	05301210820040001			5.899.197,40
	110407	110404	05306210820120001			3.297.360,82
	110407	110404	05331210820110001			265.489,46
	110407	110404	05333205865570001			84.397,62
	110407	110404	05365210820100001			47.895,72
	110407	110404	05366205884250001			1.968.989,34
	110407	110404	05542205820X40001			522.494,14
	110407	110404	05722205820X50001			20.175.239,07
	111415	110404	05122210820000001			1.357.707,00
	112408	110404	05122210820000001			14.307,74

	112408	110404	05302210820XT0001			2.650.620,09
	112408	110404	05306210820120001			4.528.660,51
	112408	110404	05331210820110001			1.329.138,69
	112408	110404	05365210820100001			371.420,27
	112408	110404	05122205828720001			193.982,11
	<b>TOTAL</b>			<b>207.431.297,30</b>	<b>0,00</b>	<b>81.598.196,90</b>
<b>Origem da Movimentação</b>	<b>UG</b>		<b>Classificação da ação</b>	<b>Despesas de Capital</b>		
	<b>Concedente</b>	<b>Recebido ora</b>		<b>4 – Investimentos</b>	<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>6 – Amortização da Dívida</b>
<b>Recebidos</b>	110407	110404	05122210820000001	13.306.969,65		
	110407	110404	05722205820X50001	756.994,70		
	<b>TOTAL</b>			<b>14.063.964,35</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 4.1.3 Realização da Despesa

##### 4.1.3.1 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

###### Quadro A.4.1.3.1.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

<b>Unidade Orçamentária:</b>		<b>Código UO:52101</b>		<b>UGO:110407</b>	
<b>Modalidade de Contratação</b>		<b>Despesa Liquidada</b>		<b>Despesa paga</b>	
		<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>		<b>27.768.498,21</b>	<b>25.168.532,94</b>	<b>27.768.498,21</b>	<b>17.720.676,09</b>
a) Convite		0	0,00	0	0,00
b) Tomada de Preços		0	0,00	0	0,00
c) Concorrência		(*)	0,00	(*)	0,00
d) Pregão		27.768.498,21	25.168.532,94	27.768.498,21	17.720.676,09
e) Concurso		0	0,00	0	0,00
f) Consulta		0	0,00	0	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		0	0,00	0	0,00
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>		<b>17.518.588,64</b>	<b>5.768.204,99</b>	<b>17.518.588,64</b>	<b>5.048.393,14</b>
h) Dispensa		2.546.833,25	2.594.655,45	2.546.833,25	2.423.523,70
i) Inexigibilidade		14.971.755,39	3.173.549,54	14.971.755,39	2.624.869,44
<b>3. Regime de Execução Especial</b>		<b>254.977,35</b>	<b>136.871,75</b>	<b>254.977,35</b>	<b>136.871,75</b>
j) Suprimento de Fundos		254.977,35	136.871,75	254.977,35	136.871,75
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>		<b>230.908.694,11</b>	<b>201.894.983,55</b>	<b>230.908.694,11</b>	<b>201.894.983,55</b>
k) Pagamento em Folha		65.373.595,67	195.705.067,49	65.373.595,67	195.705.067,49
l) Diárias		6.382.088,22	6.189.916,06	6.382.088,22	6.189.916,06
<b>5. Outros</b>		<b>0</b>	<b>2.810.415,14</b>	<b>0</b>	<b>2.808.898,25</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>		<b>276.450.758,31</b>	<b>235.779.008,37</b>	<b>276.450.758,31</b>	<b>227.609.822,78</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

(\*)Em 2013 o DEADI realizou a Concorrência nº 01/2012-MD, Processo: 60043.000170/2012-61 cujo valor empenhado foi de R\$422.906,00.

Esse valor não foi liquidado em 2013, porém, foi inscrito em Restos a Pagar, no exercício de 2014.

##### 4.1.3.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Não há dados contábeis para esta solicitação.

### 4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: DEADI						Código UO:52101		UGO:110407	
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
<b>1. Despesas de Pessoal</b>									
Nome 1º elemento de despesa	37.053.051,60	29.125.744,22	37.053.051,60	29.125.744,22	0	0	37.053.051,60	29.125.744,22	
2º elemento de despesa	8.888.259,78	8.380.825,46	8.888.259,78	8.380.825,46	0	0	8.888.259,78	8.380.825,46	
3º elemento de despesa	7.932.182,64	6.481.512,77	7.932.182,64	6.481.512,77	0	0	7.932.182,64	6.481.512,77	
Demais elementos do grupo	11.527.274,76	12.334.962,57	11.527.274,76	12.334.962,57	0	0	11.527.274,76	12.334.962,57	
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>									
1º elemento de despesa	36.309.536,30	19.614.878,58	30.062.755,36	16.452.551,38	6.246.780,94	0	30.062.755,36	16.452.551,38	
2º elemento de despesa	8.189.852,37	5.331.906,23	7.383.779,38	5.331.906,23	1.968.552,52	0	7.383.779,38	5.331.906,23	
3º elemento de despesa	6.303.024,59	2.392.877,11	6.303.024,59	2.265.083,89	1.431.640,96	0	6.303.024,59	2.265.083,89	
Demais elementos do grupo	19.333.425,07	7.114.934,72	15.443.919,35	5.490.010,35	1.295.385,23	2.416.269,85	15.443.011,95	5.490.010,35	

DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
<b>4. Investimentos</b>									
1º elemento de despesa	11.489.319,77	5.108.138,74	1.283.928,79	1.995.771,92	10.205.390,98	463.877,27	1.283.928,79	1.995.771,92	
2º elemento de despesa	500.000,00	131.524,00	0	0	500.000,00	2.119.479,04	0	0	
3º elemento de despesa	0	10.249,98	0	0	0	44.000,00	0	0	
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0	

Gastos com os Elementos de Despesas do grupo 1, considerando do maior para o menor gasto:

- 1º) Elemento de Despesa — 31.90.11 – 01 (vencimentos e salários);
- 2º) Elementos de Despesas — 31.90.11 – 31 (gratificação pelo exercício de cargos em comissão); e
- 3º) Elementos de Despesas — 31.90.11 – 33 (gratificação pelo exercício de função comissionada).

Gastos com os Elementos de Despesas do grupo 3, considerando do maior para o menor gasto:

- 1º) Elemento de Despesa — 33.90.39 (contratação de serviços de terceiros-pessoa jurídica);
- 2º) Elementos de Despesas — 33.90.33 (fornecimento de passagens aéreas); e
- 3º) Elementos de Despesas — 33.90.15 e 33.90.14 (pagamento de diárias de pessoal militar e pessoal civil).

Gastos com os Elementos de Despesas do grupo 4, considerando do maior para o menor gasto:

- 1º) Elemento de Despesa — 44.90.52 – 35 (equipamento de processamento de dados)
- 2º) Elementos de Despesas — 44.90.52 – 42 (mobiliário); e
- 3º) Elementos de Despesas — 44.90.52 – 30 (máquinas e equipamentos energéticos)

#### 4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Crédito Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Não há registros contábeis para esta solicitação.

#### 4.1.3.5 – Despesas Totais por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>1.319.706,06</b>	<b>498.465,30</b>	<b>1.319.706,06</b>	<b>136.780,67</b>
a) Convite	0		0	
b) Tomada de Preços	0		0	
c) Concorrência	0		0	
d) Pregão	1.319.706,06	498.465,30	1.319.706,06	136.780,67
e) Concurso	0		0	
f) Consulta	0		0	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0,00	0	0,00
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>7.970,00</b>	<b>27.071,98</b>	<b>7.970,00</b>	<b>26.112,27</b>
h) Dispensa	7.970,00	27.071,98	7.970,00	26.112,27
i) Inexigibilidade	0		0	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
j) Suprimento de Fundos	0		0	
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>141.504.747,60</b>	<b>0,00</b>	<b>141.504.747,60</b>	<b>0,00</b>
k) Pagamento em Folha	140.411.755,27		140.411.755,27	
l) Diárias	1.092.992,42		1.092.992,42	
<b>5. Outros</b>	<b>0</b>	<b>895.944,09</b>	<b>0</b>	<b>860.190,34</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>142.832.423,70</b>	<b>1.421.481,37</b>	<b>142.832.423,70</b>	<b>1.023.083,28</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
Nome 1º elemento de despesa	95.933.543,24	88.569.528,87	95.933.543,24	88.569.528,87	0	0	95.933.543,24	88.569.528,87
2º elemento de despesa	21.972.812,36	19.855.557,80	21.972.812,36	19.855.557,80	0	0	21.972.812,36	19.855.557,80
3º elemento de despesa	18.934.828,62	17.122.521,18	18.934.828,62	17.122.521,18	0	0	18.934.828,62	17.122.521,18
Demais elementos do grupo	4.003.980,13	3.002.790,35	4.003.980,13	3.002.790,35	0	0	4.003.980,13	3.002.790,35
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
1º elemento de despesa	4.528.660,51	1.969.861,15	4.528.660,51	1.969.861,15	366.171,67	0	4.528.660,51	1.969.861,15
2º elemento de despesa	1.915.337,76	1.370.362,78	1.915.337,76	971.964,69	170.056,66	331.128,82	1.915.337,76	971.964,69
3º elemento de despesa	1.610.164,97	1.352.437,32	1.440.108,31	1.352.437,32	6.193,10	0	1.440.108,31	1.352.437,32
Demais elementos do grupo	4.639.181,78	2.755.826,33	4.269.204,91	2.744.873,89	2.164,92	332.228,82	4.269.204,91	2.744.873,89

Gastos com os Elementos de Despesas do grupo 1, considerando do maior para o menor gasto:

- 1º) Elemento de Despesa — 31.90.11 – 01 (vencimentos e salários);
- 2º) Elementos de Despesas — 31.90.11 – 31 (gratificação pelo exercício de cargos em comissão); e
- 3º) Elementos de Despesas — 31.90.11 – 33 (gratificação pelo exercício de função comissionada).

Gastos com os Elementos de Despesas do grupo 3, considerando do maior para o menor gasto:

1º Elemento de Despesa — 33.90.39 (contratação de serviços de terceiros-pessoa jurídica);

2º Elementos de Despesas — 33.90.33 (fornecimento de passagens aéreas); e

3º Elementos de Despesas — 33.90.15 e 33.90.14 (pagamento de diárias de pessoal militar e pessoal civil).

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>4. Investimentos</b>								
1º elemento de despesa	0	4.879,00	0	4.879,00	0	460,28	0	4.879,00
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial

Observação: A UJ, em 2014, não executou despesas dos grupos 2; 5 e 6.

#### **Alterações significativas ocorridas no exercício:**

##### **a) Despesas do grupo 1.**

No ano de 2013, houve um acréscimo da despesa na Folha de Pagamento em função do aumento no pagamento de pensões e aposentadorias, bem como no acréscimo de pessoal na Folha da administração central, da Escola Superior de Guerra, do Hospital das Forças Armadas e do Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia.

Cabe esclarecer que a Secretaria/DEADI executa, como informado anteriormente, a folha de pagamento da Escola Superior de Guerra-ESG, do Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia-Censipam, do Hospital das Forças Armadas-HFA e do pessoal da Administração Central do Ministério da Defesa.

Além disso ocorreu, em 2013, a alteração da estrutura de cargos com implicação direta do aumento do efetivo de servidores, bem como do reajuste de cargos e funções comissionadas e gratificação de desempenho, concedido pela Lei nº 12.778, de 28 de dezembro de 2012.

##### **b) Despesas do grupo 3.**

O incremento da despesa com diárias e passagens decorreu do reajuste das passagens aéreas, da mudança na regra de mercado de remuneração das passagens adquiridas pelos órgãos públicos, do aumento nas missões do ministério decorrentes da sua reestruturação e a participação na preparação e organização nos programas de Governo associados aos Grandes Eventos previstos para ocorrer no país nos próximos anos.

Some-se a isso as despesas contratuais resultantes das demandas de TI, geradas pelo aumento do efetivo, bem como da renovação tecnológica.

Por oportuno, esclareço que os elevados gastos com inexigibilidade de licitação dizem respeito às contratações de empresas de telefonia via satélite cujos contratos são de elevado custo, com destaque para as contratações do SISCOMIS.

##### **c) Despesas do grupo 4.**

O considerável incremento de gastos neste grupo de despesa ocorreu em virtude da

ampliação de demandas de TI, em função do aumento do efetivo de pessoal, bem como da renovação tecnológica efetivada pelo Departamento de Tecnologia da Informação deste Ministério.

### Contingenciamento no exercício

No exercício financeiro de 2013 houve contingenciamento por conta do Decreto nº 7.680, de 17/02/2012. Esse fato demandou reajustes na realização de reuniões bilaterais programadas entre representantes do ministérios e de países estrangeiros.

Não registramos eventos negativos que prejudicaram a execução orçamentária.

Em relação a eventos positivos ressalta-se o fato de que, a despeito do contingenciamento, a área financeira não foi comprometida. Esse aspecto foi de extrema importância para a UJ, na medida em que foram honrados os compromissos de pagamentos, tão logo a fase da liquidação fosse concluída.

Além disso, é oportuno registrar que os recursos do Fundo da Defesa contribuíram, significativamente, para a manutenção dos PNR sob a responsabilidade do ministério.

### 4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em  
R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	10.315.574,14	7.231.979,57	2.695.753,90	387.840,67
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 4.3.1 Análise Crítica

Em relação a estratégia de empenhos inscritos em Restos a Pagar a UJ vem adotando ações no sentido de reduzir a quantidade de empenhos nessa situação. Nesse sentido, no exercício financeiro de 2013 — a exemplo do que foi realizado em 2012 — a UJ formalizou expedientes periódicos aos Coordenadores de Ações das diversas Secretarias e/ou Departamentos da administração central do Ministério da Defesa, solicitando a manifestação quanto a permanência ou não, de empenhos na situação de “empenhos a liquidar (conta contábil – 2.9.2.4.1.01.01)”, a fim de que ao final do exercício financeiro a quantidade de empenhos nessa condição fosse a menor possível.

No que concerne a estratégia de pagamento de despesas inscritas em Restos a Pagar a UJ vem adotando, também, ações no sentido de reduzir a quantidade de empenhos nessa situação. Em vista disso, de modo semelhante ao caso anterior, em 2013, a UJ formalizou expedientes periódicos aos Coordenadores de Ações das diversas Secretarias e/ou Departamentos da administração central do Ministério da Defesa, solicitando a manifestação quanto a permanência ou não, de empenhos inscritos em RP, sob suas responsabilidades. Além disso, foi estabelecido para 2013 que: os empenhos que ficaram inscritos em Restos a Pagar, sendo de material de subsistência teriam o prazo máximo estabelecido até janeiro para serem liquidados; os de serviço teriam o prazo de dois meses, ou seja, até fevereiro.

Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores;

Considerando a estratégia adotada pela UJ os impactos na gestão financeira foram, sobremaneira, minimizados.

As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro sem pagamento, caso existente, inclusive no que se refere a possível descumprimento do que preconiza a Lei nº 4320/64 quando de sua inscrição, notadamente quanto à necessidade de existência de obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, para caracterização da existência de empenho, conforme entendimento que fundamentou o Acórdão 2659/2009-TCU-Plenário;

Considerando o item nº 6 – Orientações Gerais da Macrofunção nº 020317 – Restos a Pagar, a seguir transcrita, foram inscritos em restos a pagar empenhos de 2012, no montante de R\$ 387.840,67 Contudo, após uma análise mais aprofundada tais empenhos foram devidamente anulados.

“6.1 Os restos a pagar inscritos no final do exercício anterior quando não efetivamente liquidados ou colocados em processo de liquidação, terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição.”

A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI como “vigentes” de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de referência do relatório de gestão sem que sua vigência tenha sido prorrogada.

Considerando a informação constante do item anterior inexistem valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de referência do relatório de gestão, na UG 110404.

#### 4.4 Transferência de Recursos Mediante Convênios ou Instrumentos Congêneres

##### 4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: DEADI									
CNPJ: 03.277.610/0001-25					UG/GESTÃO: 110404/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	001/2009	92.898.550/0001-98	SEM CUSTO	SEM CUSTO	SEM CUSTO	SEM CUSTO	04/03/2009	03/03/2014	1
1	003/2012	42.498.600/0001-71	9.997.869,89	99.989,00	0	9.997.869,89	13/04/2012	12/01/2013	7
1	001/2013	13.937.032/0001-60	500.000,00	30.000,00	0	0	31/12/2013	31/12/2014	1
3	673920	443003/44205	645.000,00	0	600.000,00	600.000,00		18Set2017	1
3	674160	05.914.685/0001-03	12.600,00	0	11.570,00	11.570,00		17Mai2013	1
3	675238	00.889.834/0001-08	2.400.000,00	0	600.000,00	600.000,00	04/03/2013	03/03/2018	1
3	675371	00.394.536/0005-62	84.641,20	0	84.641,20	84.641,20		07Nov2013	1
3	675409	00.394.536/0005-62	594.458,95	0	463.827,05	463.827,05		31Dez2013	1
3	676242	00.394.536/0005-62	18.696,16	0	18.696,16	18.696,16		30Jan2014	1
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: SIAFI Operacional									



#### 4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

##### Termos de Cooperação

UG: 110404

Conta	Título da conta	UG repassadora	UG recebedora	Termo	Parcela	Valor	Início Vigência	Publicação	Fim Vigência	Situação
19.962.25.01	Valor firmado	110404	443003	673920	1	R\$ 645.000,00	19/set/12	14/fev/13	18/set/17	
19.962.25.01	Valor firmado	110404	110174	674160	1	R\$ 12.600,00	26/mar/13	28/mar/13	17/mai/13	VENCIDO
19.962.25.01	Valor firmado	110404	154003	675238	1	R\$ 600.000,00	04/mar/13	18/abr/13	03/mar/18	
19.962.25.01	Valor firmado	110404	154003	675238	2	R\$ 600.000,00	04/mar/13	18/abr/13	03/mar/18	
19.962.25.01	Valor firmado	110404	154003	675238	3	R\$ 600.000,00	04/mar/13	18/abr/13	03/mar/18	
19.962.25.01	Valor firmado	110404	154003	675238	4	R\$ 600.000,00	04/mar/13	18/abr/13	03/mar/18	
19.962.25.01	Valor firmado	110404	240005	675371	1	R\$ 84.641,20	01/ago/13	08Ago2013	07/nov/13	VENCIDO
19.962.25.01	Valor firmado	110404	240005	675409	1	R\$ 463.827,05	01/jul/13	08/ago/13	31/dez/13	VENCIDO
19.962.25.01	Valor firmado	110404	240005	675409	2	R\$ 46.231,90	01/jul/13	08/ago/13	31/dez/13	VENCIDO
19.962.25.01	Valor firmado	110404	240005	675409	3	R\$ 84.400,00	01/jul/13	08/ago/13	31/dez/13	VENCIDO
19.962.25.01	Valor firmado	110404	240005	676242	1	R\$ 18.696,16	23/out/13	24/out/13	30/jan/14	

Fonte: SIAFI Operacional

Nota: Valores que estão indo para outra UG. R\$ 313.755.396,31

#### 4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Departamento de Administração Interna					
CNPJ:	03.277.610/0001-25					
UG/GESTÃO:	110404/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	1	1	0	0	9.897.880,89	0
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	6	0	0	3.755.396,31	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>3.755.396,31</b>	<b>9.897.880,89</b>	<b>0</b>

Fonte: SIAFI Operacional

#### 4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.

**Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Departamento de Administração Interna					
CNPJ: 03.277.610/0001-25		UG/GESTÃO: 110404/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	3.755.396,31	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	6	0
		Montante Repassado	0	3.755.396,31	0
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado	9.897.880,89	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2011	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: SIAFI Operacional

**4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse**

**Quadro A.4.4.4 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse**

**Posição 31.12**  
Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Departamento de Administração Interna					
CNPJ: 03.277.610/0001-25		UG/GESTÃO: 110404/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			0	0
	Com Prazo de Análise ainda <b>não Vencido</b>	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1	0	
		Montante Repassado (R\$)	0	0	
	Com Prazo de Análise <b>Vencido</b>	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
Montante Repassado (R\$)			0	0	
2012	Quantidade de contas prestadas			1	0
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	1	0	
		Quantidade Reprovada	0	0	
		Quantidade de TCE	0	0	
		Montante repassado	9.897.880,89	0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0	
		Montante repassado (R\$)	0	0	
2011	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
		Montante Repassado	-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	-	-	
Exercícios Anteriores a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	-	-	

Fonte: SIAFI Operacional

### **Análise crítica**

Cabe esclarecer que a partir de 2012 os convênios do Programa Calha Norte passaram a ser executados pela Unidade Gestora (UG 110594), conforme Portaria nº 3.485/SEORI, de 10/11/2011, DOU nº 218, de 14/11/2011. Em consequência, a execução da despesa referente aos convênios do Programa Calha Norte - PCN deixou de ser realizada pelo DEADI.

Esclarecemos ainda que após essa transferência de responsabilidade o DEADI realizou dois Convênios e seis Termos de Cooperação, dos quais um Convênio teve sua prestação de contas analisada e registrada sua aprovação no SICONV.

A Unidade Gestora (UG 110404), em função da informação do parágrafo anterior reduziu, consideravelmente, a quantidade e o volume de recursos transferidos através de transferências voluntárias. Em vista disso, e, considerando que o cenário atual das transferências voluntárias mostra-se bastante reduzido, tal situação não permite avaliar este quesito.

Considerando que os prazos regulamentares, estabelecidos para a prestação de contas, foram atendidos conclui-se que o comportamento das prestações de contas atende aos trâmites da legislação vigente.

Contudo, no que se refere aos seis Termos de Cooperação, registrados no SIAFI, em 2013, esclarecemos que:

- a) Os registros efetuados pelo DEADI, em 2013, referentes aos recursos financeiros repassados por conta desses termos foram destinados para a Secretaria de Economia e Finanças - SEF, seguindo a cadeia hierárquica de comando (Ministério da Defesa → SEF);
- b) A SEF, por sua vez, repassa tais recursos - também seguindo a cadeia hierárquica de comando que lhe é pertinente -, até que eles cheguem, via SIAFI, à Unidade Gestora que tem a competência de executar o Termo de Cooperação, com as regras estabelecidas; e
- c) Nesse processo, a informação sobre o repasse dos recursos passa, obrigatoriamente, pela Setorial Contábil com a qual a Unidade Gestora (executora do Termo de Cooperação) está vinculada.

Em função dessa cadeia de comando, as Unidades Gestoras prestam contas dos recursos recebidos, diretamente à Setorial Contábil de vinculação, que tem a competência de analisar a regular aplicação dos recursos transferidos.

Com a criação do Departamento do Programa Calha Norte, a UJ passou a realizar Convênios de forma bem reduzida. Dessa forma, em 2013 foi realizado apenas um convênio com o Governo do Estado da Bahia, o qual ainda não foi transferido nenhum recurso financeiro.

No que tange aos Termos de Compromisso, cabe esclarecer que os mesmos foram transferidos para Convenientes os quais estão subordinados às suas respectivas Unidades de Controle Interno.

A Unidade Gestora (UG 110404) utilizou-se das ferramentas do SICONV e do SIAFI operacional para gerir as transferências vinculadas em execução no exercício financeiro de 2013, em particular, no que tange ao controle de datas do fim da vigência, bem como dos prazos estabelecidos para prestação de contas.

Acrescente-se que a fiscalização do convênio foi realizada in loco, o que permitiu uma

avaliação mais consistente da efetiva aplicação dos recursos transferidos.

Considerando que, na situação atual, a UJ analisou apenas uma prestação de contas e nessa análise foi constatada a aplicação regular dos recursos transferido para o Convenente.

#### 4.5 SUPRIMENTO DE FUNDOS

Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio Valores em R\$ do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) 1,00

Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	60	32.042,51	303	198.967,32	231.009,83
2012	-	-	36	22.420,00	349	258.038,53	293.765,16
2011	-	-	43	27.810,00	382	172.777,51	225.689,51

SIAFI Operacional e Portal da Transparência

#### Observação

Embora a UJ não tenha registro de concessão de Suprimento de Fundos através da conta tipo “B”, carece esclarecer que foram concedidos em 2013 suprimentos de fundos para atender as seguintes despesas no exterior, mediante emissão de ordem bancária de câmbio:

a) despesas decorrentes de viagens internacionais do Senhor Ministro de Estado da Defesa, no valor total de R\$5.770,40, conforme Portarias nº 24/SEORI, de 04/01/2013; nº 1934/SEORI, de 27/06/2013; e nº 2959/SEORI, de 22/10/2013;

b) despesas decorrentes da inscrições na XIX Conferência da International Association of Peacekeeping Training Centers (IAPTC), em Dahka – Bangladesh, no valor de R\$1.582,00, conforme Portaria nº 2958/SEORI, de 22/10/2013;

c) despesas relativas a inscrição no Curso “Partnership for Peace (PfP) Staff Officer Logistics” em Ancara/Turquia, no valor de R\$1.540,04, conforme Portaria nº 1.692/SG/MD, de 31/05/2013;

d) despesas decorrentes da participação da Equipe Brasileira de Esgrima, das Forças Armadas, no Aberto de Esgrima da Irlanda na cidade de Dublin, valor de R\$1.411,56, conforme Portaria nº 3226/SEORI, de 27/11/2013;

e) despesas em função da participação da Equipe Brasileira de Paraquedismo das Forças Armadas, no Training Camp de Formação em Queda Livre, na cidade de Eloy, Estados Unidos da América, no valor de R\$7.320,00, conforme Portaria nº 3339/SEORI, de 03/12/2013;

f) despesas decorrentes da participação da Equipe Brasileira de Pentatlo Aeronáutico das Forças Armadas no Campeonato Europeu Militar do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM), na cidade de Istambul-Turquia, no valor de R\$1.732,82, conforme Portaria nº 2.738/SEORI, de 25/09/2013;

g) despesas decorrentes da participação da Equipe Brasileira de Maratona das Forças Armadas, no 45th World Military Marathon Championship do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM), no valor de R\$530,80, na cidade de Paramaribo-Suriname, conforme Portaria nº 3.025/SEORI, de 05/11/2013;

h) despesas decorrentes da participação da Equipe Brasileira de Lutas Associadas das Forças Armadas, no 28º Campeonato Mundial do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM), na cidade de Teerã-Irã, no valor de R\$2.403,23, conforme Portaria nº 2.913/SEORI, de 15/10/2013;

i) despesas decorrentes da participação da Equipe Brasileira de Judô das Forças Armadas, no Grand Slam e International Training Camp, na cidade Tóquio – Japão, no valor de R\$ 2.306,09.

#### 4.5.1 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Quadro A.4.5.2 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	110404				Nome da UG		Departamento de Administração Interna	
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
LUCIANO BELARMINO REIS	025413957-16	800030	10/jan/13	339039	Atender despesas com viagens internacionais do Exmo. Senhor Ministro da Defesa, conforme memorando 001/GM de 03Jan13	3.400,00	Portaria nr 24/SEORI de 04 Jan 13	60041.000008/2013-44
LUCIANO BELARMINO REIS	025413957-16	801397	03/jul/13	339039	Atender despesas com viagens internacionais do Exmo. Senhor Ministro da Defesa, conforme memorando 266/GM de 24Jun13	2.300,00	Portaria nr 1934/SEORI, de 27 Jun 13	60041.003425/2013-49
ARTHUR FERNANDO LARA ROCHA	062996968-00	802317	24/out/13	339039	Atender despesas da inscrição na XIX IAPTC, conforme Memorando 756/SC4/CHOC/EMFA-MD, de 18Out13	1.582,00	Portaria nr 2958/SEORI, de 22 Out 13	60250.001395/2013-71
ANDERSON CLAYTON FRANCISCO	514900726-91	802124	04/out/13	339039	Atender despesas com SATFF Officer Logistics Course, conforme Memo nr 350/SC4/CHCO/EMFA-MD, de 29 Mai 13	1.188,00	Portaria nr 1.692/SG/MD, de 31 Mai 13	60250.000660/2013-01
		802125	04/out/13	339039		352,04		
PEDRO MARÇAL FREITAS GONÇALVES	321751757-15	802607	29/nov/13	339030	Atender despesas com participação da Equipe Brasileira de Esgrima das FFAA, conforme Memo nr 442/CDMB/DDM/SEPESD/SG, de 26 Nov 13	240,64	Portaria nr 3226/SEORI, de 27 Nov 13	60501.001979/2013-47
		802609	29/nov/13	339039		1.170,92		
LEONARDO PERDIGÃO DE OLIVEIRA	521072646-00	802681	05/dez/13	339039	Atender despesas da equipe brasileira de paraquedismo das FFAA, conforme Memo nr 458/CDMB/DDM/SEPESD/SG, de 29Nov13	7.320,00	Portaria nr 3339/SEORI, de 03 Dez 13	60501.002016/2013-61

CARLOS CESAR DROBINICHE LOMBARDI	601441656-00	802051	27/set/13	339030	Atender despesas com a equipe brasileira de pentatlo Aeronáutico (CISM), Conforme Memo nr 336/CDMB/DDM/SEPESD/SG, de 19 Set 13	326,27	Portaria nr 2738SEORI, de 25 Set 13	60501.001458/2013-90
		802052	27/set/13	339039		1.406,55		
OSVALDO RAIMUNDO PINHEIRO DE SOUZA	845740627-20	802500	19/nov/13	339030	Atender despesas com a Equipe Brasileira de Lutas Associadas as FFAA, conforme Memo nr 386/CDMB/DDM/SEPESD/SG, de 24 Out 13	326,20	Portaria nr 3025/SEORI, de 05 Nov 13	60501.001781/2013-63
		802502	19/nov/13	339039		204,60		
MARCELO PEREIRA DA SILVA	919165500-53	802310	24/out/13	339039	Atender despesas com viagens internacionais do Exmo. Senhor Ministro da Defesa, conforme Memorando 369/GM de 22Out13	70,40	Portaria nr 2959/SEORI, de 22 Out 13	60041.006193/2013-81
JOSE ALEXANDRES NASCIMENTO FREITAS	981055157-68	802255	18/out/13	339030	Atender despesas com a Equipe Brasileira de Lutas no 28° Campeonato de Lutas Associadas, conforme Memo nr 371/ CDMB/ DDM/SEPESD-SG, de 14 Out 13	2.222,62	Portaria nr 2913/SEORI, de 15 Out 13	60501.001688/2013-59
		802256	18/out/13	339033		180,61		
JOSE ALEXANDRES NASCIMENTO FREITAS	981055157-68	802566	22/nov/13	339030	Atender despesas com a Participação da Equipe Brasileira de Judô das FFAA, conforme Memo nr 436/CDMB/ DDM/SEPESD/SG, de 21 Nov 13	907,57	Portaria nr 3189/SEORI, de 21 Dez 13	60501.001954/2013-43
		802567	22/nov/13	339033		313,23		
		802568	22/nov/13	339039		1.085,29		
				<b>Total Utilizado pela UG</b>		<b>24.596,94</b>		
<b>Código da UG 2</b>	--			<b>Nome da UG</b>		-		
-	-	-	-	-	-	-	-	
				<b>Total Utilizado pela UG</b>		<b>24.596,94</b>		
				<b>Total Utilizado pela UJ</b>		<b>24.596,94</b>		

Fonte: SIAFI Gerencial



#### 4.5.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores  
em R\$  
1,00

Código da UG 1	110404		Limite de Utilização da UG	796.121,04		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total	
			Saque	Fatura		
LUIZ HENRIQUE SALONSKI DA SILVA	007.443.147/12	5.000,00	0,00	2.865,06	2.865,06	
ROBSON DE ARAUJO DA SILVA	010.438.637/10	13.500,00	0,00	6.601,25	6.601,25	
NILSON MURILO MAICA	011.103.300/49	5.000,00	0,00	1.479,12	1.479,12	
NATIN ALEXANDRA BRAZ	046.854.966/80	9.000,00	0,00	2.109,00	2.109,00	
DOUGLAS GEOVANI LEÃO GURTNER	179640407-15	35.000,00	0,00	12.937,98	12.937,98	
ALOISIO DIAS DA COSTA	245.539.057/87	21.817,57	0,00	6.209,29	6.209,29	
ALEXANDRE CESAR PIMENTEL GUIMARÃES	318575904-49	6.500,00	0,00	396,50	396,50	
HILTON GROSSI SILVEIRA	331703126-34	12.500,00	0,00	5.411,00	5.411,00	
DAVI SANTIAGO DE MACEDO	361013977-34	25.888,15	4.110,00	21.572,15	25.682,15	
SERGIO CYSNE VIEIRA DE SOUSA FILHO	388893233-53	34.250,00	0,00	17.788,50	17.788,50	
PAULO RICAROD ERNANDES DA SILVA	428769400-78	5.000,00	0,00	87,45	87,45	
OSVALDO BATISTA SA JUNIOR	431380632-68	3.000,00	0,00	571,96	571,96	
CLAUDIO AFONSO PERES	441926811-53	4.000,00	0,00	1.379,77	1.379,77	
WENES SOARES GUIMARÃES	492855721-20	2.100,00	0,00	1.035,54	1.035,54	
TENISSON DE OLIVEIRA E SILVA	497081557-72	40.000,00	0,00	1.732,00	1.732,00	
BRENO BRAGA JUNIOR	499132397-53	29.500,00	0,00	17.454,87	17.454,87	
EUDES CARVALHO DOS SANTOS	499176507-25	46.700,00	0,00	15.704,09	15.704,09	
JOSE ROBERTO RAMOS DE ALMEIDA	531629437-87	6.000,00	0,00	849,97	849,97	
JOSE MARIA DE LIMA SOBRINHO	536633737-20	26.000,00	0,00	10.941,71	10.941,71	
RENATO CARVALHO ROCHA	590963731-20	40.000,00	0,00	21.325,86	21.325,86	
JOÃO BATISTA MARTINS FURTADO	606554612-72	6.000,00	0,00	835,42	835,42	
EGON DALINGHAUS	613383119-72	40.000,00	8.836,29	6.390,06	15.226,35	
JOSE PAULO DA CUNHA VICTORIO	622932908-59	6.500,00	0,00	313,06	313,06	
MARCOS SILVA RAMOS	68878010782	13.000,00	0,00	372,14	372,14	
ANDERSON DE OLIVEIRA MENDES	701845267-87	6.500,00	0,00	371,62	371,62	
OSIRIS FERNANDES JUNIOR	769507357-15	9.500,00	0,00	3.249,60	3.249,60	
ALVARO KOJI IMAI	769512357-91	35.429,00	0,00	25.989,56	25.989,56	
JOSE TARCISIO PACIFICO JUNIOR	831426901-82	2.000,00	0,00	424,40	424,40	
RICARDO RODRIGUES SANTOS	852597646-68	43.000,00	0,00	1.932,47	1.932,47	
PAULO DIAMANTINO RANGEL	890541997-68	10.000,00	0,00	3.890,70	3.890,70	
TELIO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	905673747-34	6.500,00	0,00	4.510,00	4.510,00	
MARCELO PEREIRA DA SILVA	919165500-53	78.736,32	13.909,97	2.235,22	16.145,19	
LUCIANO BELARMINO	025413967-16	168.200,00	5.186,25	0,00	5.186,25	
Total Utilizado pela UG			796.121,04	32.042,51	198.967,32	231.009,83

Fonte: SIAFI Operacional

#### 4.5.3 PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Quadro A.4.5.4 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos																
Situação	Conta Tipo “B”								CPGF							
	2013		2012		2011		2010		2013		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aguardando Análise	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC em Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC não Aprovadas	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aprovadas	0	0	0	0	0	0	0	0	87	231.009,83	82	78.962,96	72	10.712,15	58	56.148,53

Fonte: SIAFI Operacional

#### Observação:

Embora a UJ não tenha registro de concessão de Suprimento de Fundos pela conta tipo “B” foram concedidos, em 2010, 2011, 2012 e 2013, suprimentos de fundos para atender despesas decorrentes de viagens internacionais do Senhor Ministro de Estado da Defesa, bem como, para atender dispêndios com atividades esportivas e inscrições em eventos internacionais. Tais concessões estão com suas prestações de contas na situação a seguir indicada.

Para melhor entendimento, segue o quadro abaixo.

Suprimento de Fundos com Moeda Estrangeira								
Situação	2013		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aguardando Análise	0	0	0	0	0	0	0	0
PC em Análise	0	0	0	0	0	0	0	0
PC não Aprovadas	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aprovadas	13	24.596,94	6	13.306,63,	6	25.102,00	6	60.306,06

Fonte: SIAFI Operacional

### **Análise Crítica**

A aplicação de recursos orçamentários na modalidade de suprimento de fundos, no âmbito da administração central, tem amparo legal na Portaria Normativa MD nº 1.403, de 26 de Outubro de 2007.

A grande maioria da utilização de suprimento de fundos visa atender a Pasta Ministerial e a despesas referentes ao acompanhamento de comitivas internacionais e de representantes de Ministérios de Estado da Defesa de países com os quais o Governo do Brasil tem relações diplomáticas, em visita ao Brasil, mormente a convite do Senhor Ministro de Estado da Defesa.

Em viagens no país, as despesas do Chefe da Pasta Ministerial são custeadas com utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), a fim de atender, tempestivamente, as necessidades da missão. Os processos de concessão destes suprimentos são abertos com a devida portaria do ministro, ou de servidor por ele delegado, além da portaria de concessão de suprimento de fundos do Ordenador de Despesas do Ministério.

Acrescente-se ainda, como despesas enquadradas sob a rubrica de suprimento de fundos, as demandas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), em função de reuniões bilaterais realizadas no âmbito deste ministério, e que por suas características peculiares, requerem pagamento tempestivo, através do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF).

No que tange aos controles internos instituídos no âmbito da Seori para assegurar que a aplicação dos recursos se dará em conformidade com a legislação vigente registramos que tais controles são estabelecidos na ocasião da concessão de suprimento de fundos, pela Portaria de Concessão de Suprimento de Fundos, pela emissão de cada Nota de Empenho para a concessão concedida, pela emissão da apropriação da concessão no CPR e pelo registro no dos valores concedidos.

## **5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS**

### **5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade**

A força de trabalho é composta por servidores oriundos do extinto Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA, servidores requisitados de outros órgãos, cargos comissionados sem vínculo efetivo, terceirizados, estagiários e militares.

O Ministério da Defesa ainda não dispõe de servidores para atender, de forma eficiente, as demandas de todas as suas atividades, nas áreas de suporte operacional e apoio administrativo.

A estrutura organizacional assumida na data da criação do ministério, recebendo as atribuições do EMFA resultou no aumento considerável das atividades, sem que houvesse a correspondente compensação de servidores em seu quadro de pessoal.

A carência de pessoal foi minimizada com a aprovação do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, que resultou em um aumento efetivo da força de trabalho, em aproximadamente 40%. No entanto, a maioria dos cargos criados pelo referido normativo foram destinados às áreas finalísticas. A área de apoio/suporte ainda requer do gestor um olhar especial.

É importante destacar que em 2008, visando minimizar a carência de mão-de-obra da área meio, em função de aposentadorias de titulares de cargos em extinção, surgiu-se a necessidade de provimento dessas vagas, tendo sido realizado naquela ocasião, processo licitatório para a prestação de serviço e a consequente contratação de mão-de-obra terceirizada, conforme previsto no Decreto nº 2.271, de 1997. É essencial registrar que a Lei nº 9.632, de 1998 extinguiu vários cargos da Administração Pública Federal, além de outros que se encontram em processo de extinção, como é o caso dos cargos de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, Motorista Oficial, Agente de Portaria, dentre outros.

Em 2013, foi efetuada nova licitação para suprimento de novos postos de trabalho terceirizado, especialmente para cobrir necessidades dos setores de garagem e restaurantes do edifício sede e Anexo do Bloco O, bem como para atendimento das novas demandas requeridas pela nova estrutura.

Os registros anteriores demonstram que o gestor tem envidado os esforços para a recomposição da força de trabalho deste ministério. No entanto, é latente que seja realizado concurso público, principalmente para provimento de vagas para a área meio, visando compor o seu quadro próprio de pessoal efetivo (concursados), ampliando, assim, sua força de trabalho de forma gradativa, nas diversas categorias funcionais.

Dentre as inúmeras iniciativas para aprimoramento da estrutura do Ministério da Defesa, cabe destacar a proposta de criação da carreira de Analista de Defesa Nacional, com o encaminhamento da Exposição de Motivos nº 000141, de 22 de março de 2010, para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando atender as peculiaridades do Ministério da Defesa.

Em 2011, foi encaminhada à extinta Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, uma nova versão do anteprojeto, incorporando as sugestões daquela Secretaria, porém os entendimentos não tiveram efeito desejado.

Em 2012, com a transferência das atribuições da antiga Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a então Secretaria de Gestão, reiniciaram-se os entendimentos, que não progrediram.

A partir de maio de 2013, foi enviada para a Secretaria de Gestão Pública (SEGEP) nova versão, enriquecida com aspectos abordados na Estratégia Nacional de Defesa. Assim, o anteprojeto foi refeito, culminando com uma reunião, 03 de outubro de 2013, com a participação do Secretário Adjunto da SEGEP, sem ter havido resposta formal sobre a proposta encaminhada.

A Secretaria-Geral provocou nova reunião para tratar do assunto, em 25 de fevereiro de 2014, quando estiveram presentes a Secretária de Gestão Pública e o seu Adjunto, além de técnicos da área competente, quando ficou acordado o encaminhamento de esclarecimentos sobre a real necessidade de criação de uma carreira.

### 5.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UJ

Nos demonstrativos abaixo estão relacionados quantitativamente a força de trabalho ora existente na estrutura do Ministério da Defesa, em 31 de dezembro de 2013.

#### 5.1.1.1 Lotação

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1)</b>	<b>158</b>	<b>254</b>	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	01	01	-	-
<b>1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3)</b>	<b>157</b>	<b>253</b>	<b>20</b>	<b>16</b>
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	157	117	-	03
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	41	12	08
1.2.3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	95	8	5
<b>2. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>-</b>	<b>280</b>	<b>150</b>	<b>22</b>
<b>3. Militares à disposição do órgão</b>	<b>809</b>	<b>710</b>	<b>318</b>	<b>197</b>
3.1 Militares da ativa	809	668	306	187
3.2 Militares Prestadores de Tarefa por Tempo Certo	-	42	12	10
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>967</b>	<b>1.244</b>	<b>488</b>	<b>235</b>

Fonte: SIRHU/MD

Ressalta-se que, embora os militares sejam de Carreira, não foram tratados no item “Servidores de Carreira”.

QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>13</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	9
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	3
<b>2. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro</b>	<b>13</b>

Fonte: SIRHU/MD

#### 5.1.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Este item identifica a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas, o perfil etário e o perfil de escolaridade do quadro de pessoal ativo do Ministério da Defesa.

**QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão (1.1+1.2)</b>	<b>528</b>	<b>479</b>	<b>167</b>	<b>29</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	02	02	-	-
<b>1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5+1.2.6+1.2.7)</b>	<b>526</b>	<b>477</b>	<b>167</b>	<b>29</b>
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	45	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	34	10	04
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	95	06	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	169	89	17
1.2.5. Aposentados	-	18	05	1
1.2.6. Militar da Reserva Remunerada	-	91	38	7
1.2.7. Militar da Ativa	-	25	19	-
<b>2. Funções Gratificadas/Gratificação de Representação (2.1+2.2+2.3)</b>	<b>198</b>	<b>105</b>	<b>03</b>	<b>09</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	59	-	01
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	46	03	08
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-			
<b>3. Militares em exercício de função de confiança</b>	<b>809</b>	<b>658</b>	<b>247</b>	<b>164</b>
<b>4. Total de Servidores e militares em Cargo e em Função/Gratificação de Representação (1+2+3)</b>	<b>1535</b>	<b>1242</b>	<b>417</b>	<b>202</b>

Fonte: SIRHU-MD

**QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provedimento de Cargo Efetivo (1.2+1.2+1.3)</b>	<b>05</b>	<b>38</b>	<b>80</b>	<b>103</b>	<b>38</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	01
1.2. Servidores de Carreira	05	38	80	103	37
<b>2. Provedimento de Cargo em Comissão (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>184</b>	<b>213</b>	<b>348</b>	<b>144</b>	<b>51</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	02
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior (sem vínculo empregatício com o SPF)	66	64	32	72	46
2.3. Gratificação de Representação - Civis	Foram computados como servidores de carreira				
2.4. Gratificação de Representação - Militares	118	149	316	72	03
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>189</b>	<b>251</b>	<b>428</b>	<b>247</b>	<b>89</b>

Fonte: DW/SIAPE

É importante mencionar que foram computados no quantitativo informado no Quadro acima somente aqueles que, em dezembro de 2013, encontravam-se no exercício de cargo em comissão ou função de confiança (Dec. nº 7.974/2013), extraído do DW/SIAPE, razão pela qual esse quantitativo difere daquele informado no Quadro A.5.1.1.1, que trata de toda a Força de Trabalho da UJ.

**QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE -  
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo (1.1+1.2+1.3)</b>	-	-	34	24	78	127	-	01	-
<i>1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos</i>	-	-	-	-	-	-	-	01	-
<i>1.2. Servidores de Carreira (do órgão e demais órgãos da administração pública, inclusive os detentores de GR/DAS)</i>	-	-	34	24	78	127	-		-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	-	-	03	29	361	545	-	02	-
<i>2.1. Cargos de Natureza Especial</i>	-	-	-	-	-	-	-	02	-
<i>2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior (sem vínculo empregatício com o SPF)</i>	-	-	-	04	99	177	-	-	-
<i>2.3. Gratificação de Representação - Cívica</i>	Foram computados como servidores de carreira								
<i>2.4. Gratificação de Representação - Militares</i>	-	-	03	25	262	368	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	37	53	439	672		03	-
<b>LEGENDA</b>									
<b>Nível de Escolaridade</b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: DW/SIAPE

É importante mencionar que foram computados no quantitativo informado no Quadro acima somente aqueles que, em dezembro de 2013, encontravam-se no exercício de cargo em comissão ou função de confiança (Dec. nº 7.974/2013), extraído do DW/SIAPE, razão pela qual esse quantitativo difere daquele informado no Quadro A.5.1.1.1, que trata de toda a Força de Trabalho da UJ.

### 5.1.3 CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

Despesas realizadas com a força de trabalho do Ministério no exercício de 2013 e nos dois exercícios anteriores, sem as despesas com diárias, ajuda de custo e auxílio-moradia.

#### QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários				Demais despesas variáveis
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2013	0,00	320.677,	26.723,	4.909,	373,	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>352.682,</b>
	2012	0,00	320.677,	26.723,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>347.400,</b>
	2011	0,00	302.030	11.134,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>313.164,</b>
<b>Servidores de Carreira que ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercícios	2013	2.386.529,	4.719.863,	668.065,	230.335,	111.503,	513.231,	395.852,	2.519,	0,00	<b>9.027.897,</b>
	2012	1.883.998,	3.468.889,	534.129,	187.641,	251.807,	753.132,	320.241,	548.534,	1.253,	<b>7.949.624,</b>
	2011	1.840.079,	3.496.843,	523.357,	177.552,	270.364,	536.162,	326.468,	0,00	0,00	<b>7.170.825,</b>
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	479.348,	0,00	37.740,	14.078,	25.400,	48.719,	0,00	0,00	0,00	<b>605.285,</b>
	2012	410.706,	0,00	37.927,	11.478,	29.871,	38.338,	0,00	51.659,	0,00	<b>579.979,</b>
	2011	377.899,	0,00	33.909,	11.261,	26.729,	23.587,	538,	0,00	0,00	<b>473.923,</b>
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	0,00	246.368,	24.629,	7.104,	442,	2.289,	0,00	0,00	0,00	<b>280.832,</b>
	2012	0,00	137.181,	11.431,	3.092,	304,	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>152.008,</b>
	2011	0,00	137.182,	11.431,	3.810,	304,	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>152.727,</b>
<b>Servidores ocupantes exclusivamente de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	0,00	11.631.514,	998.473,	253.294,	270.200,	192.825,	213.504,	6.339,	3.266,	<b>13.569.415,</b>
	2012	0,00	8.388.171,	876.345,	301.346,	202.033,	203.204,	652.164,	0,00	0,00	<b>10.623.263,</b>
	2011	0,00	10.072.793,	1.073.686,	325.931,	175.776,	230.036,	726.261,,	0,00	0,00	<b>11.878.222,</b>

VALORES  
EM R\$ 1,00



<b>Servidores de carreira/militares ocupantes de Gratificação de Representação e sem função</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2013</b>	2.857.507,	7.266.829,	875.903,	314.939,	203.944,	405.356,	562.802,	16.297,	425,	<b>12.504.002,</b>
	<b>2012</b>	2.909.248,	6.707.656,	473.627,	132.830,	698,	33.730,	355.836,	618,	0,00	<b>10.614.243,</b>
	<b>2011</b>	3.043.859,	7.168.934	554.822,	144.050,	2.032,	38.257,	246.022,	0,00	0,00	<b>11.197.976,</b>

Fonte: DW-SIAPE ( informações extraídas da folha de pagamento – somente servidores ativos)

Observação: Os valores das despesas indenizatórias constaram tão-somente aquelas executadas no SIAPE com auxílio-transporte, auxílio pré-escolar e o auxílio-alimentação pago em pecúnia para os servidores, ou seja, não estão computados as despesas com aquisições de gêneros alimentícios e tampouco o pagamento das diárias, posto que constam apenas do SIAFI.

## 5.1.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

A composição do quadro de aposentados e de beneficiários de pensões constam dos quadros abaixo e estão discriminados segundo o regime de seus proventos.

Nessa oportunidade, cabe mencionar que dos 29 (vinte e nove) instituidores de pensão existentes na folha de pagamento, em 31 de dezembro de 2013, havia 37 (trinta e sete) beneficiários de pensão civil.

### 5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas da UJ Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.

#### QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>88</b>	<b>04</b>
1.1 Voluntária	71	04
1.2 Invalidez Permanente	17	-
<b>2. Proporcional</b>	<b>28</b>	<b>-</b>
2.1 Voluntária	26	-
2.2 Invalidez Permanente	02	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>116</b>	<b>04</b>

Fonte: SIRHU/MD

### 5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões pela UJ

#### QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>21</b>	<b>-</b>
1.1. Integral	17	01
1.2. Proporcional	4	-
<b>2. Em Atividade</b>	<b>16</b>	<b>-</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>37</b>	<b>-</b>

Fonte: SIRHU/MD

## 5.1.5 CADASTRAMENTO NO SISAC

Esclarecemos que os atos sujeitos ao registro no TCU, bem como os que tratam da regularidade do cadastro no SISAC, estão mencionados nas tabelas abaixo.

Oportuno registrar que não houve, nos exercícios de 2012 e 2013, atos sujeitos à comunicação ao TCU, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 55, de 2007, (Quadro A.5.1.5.2) e sujeitos à remessa física àquele Egrégio Tribunal, (Quadro A.5.1.5.4) nos termos do art. 14 do mesmo dispositivo.

A instrução processual dos atos de aposentadorias e de pensões, geralmente, conta com a orientação prévia da Secretaria de Controle Interno do MD, de modo a evitar inconsistências, tanto na fundamentação legal quanto na constituição processual.

### 5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Concessão de aposentadoria	04	06	04	06
Concessão de pensão civil	01	-	01	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	01	09	01	09
<b>Totais</b>	<b>06</b>	<b>15</b>	<b>06</b>	<b>15</b>

Fonte: SIRHU/MD

### 5.1.5.2 Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Concessão de aposentadoria	04	-	-	-
Concessão de pensão civil	01	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	01	-	-	-
<b>Total</b>	<b>06</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Controle processual COAPC

### 5.1.6 ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

A verificação é feita no ato da realização do cadastro do servidor, momento em que é apresentada pelo servidor a Declaração de não acumulação de cargo público e no Termo de Posse assinado na ocasião da assunção do cargo. Além disso, no momento em que é efetuada a inclusão desse servidor no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE há um cruzamento, realizado por esse Sistema de forma automática, o qual está preparado para identificar e vedar a acumulação de cargos por servidores.

É importante destacar que essa verificação somente é efetuada no momento da assunção dos cargos, por entender que qualquer outro cargo a ser provido posteriormente, seja de responsabilidade do órgão admissor.

### 5.1.7 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

Não houve nenhuma providência adotada, posto que não foi detectada nenhuma acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, no âmbito da administração central.

## 5.1.8 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Os indicadores desenvolvidos pela Secretaria/DEADI/DIRHU abrange a área de Capacitação de Recursos Humanos – ICRH, cuja previsão e resultado alcançado em 2013 está demonstrado na tabela abaixo. Em razão de o MD não dispor de quadro próprio de pessoal, conforme já informado, ainda não foram desenvolvidos indicadores que mensurem Absenteísmo, Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais, Rotatividade e aposentadoria versus reposição do quadro. No entanto, serão objetos de estudo e criação para os exercícios futuros.

### ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - ICRH

Visa avaliar a execução da capacitação, incluindo treinamentos, cursos e seminários para servidores e militares na Administração Central do MD.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Capacitação de Recursos Humanos (todas as Ações que possuem atividades de capacitação).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Capacitação Realizada.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	ICRH.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da capacitação de servidores e militares. Inclui a realização/participação em treinamentos, cursos e seminários.
Destino: (Quem receberá os resultados)	Secretário de Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$ICRH = (\text{Número de servidores capacitados} / \text{Número de servidores previstos para capacitação}) * 100.$
Avaliação	Acima de 95% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do Plano de Capacitação
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos/CODRH/DIRHU
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral com consolidação anual
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria do DEADI

Resultado da avaliação no período:

Item	Capacitação Prevista (quantidade de servidores previstos para capacitação)	Capacitação Realizada (número de servidores capacitados)	ICRH (%)
Capacitação	297	393	132,32%
		ICRH (%)	132,32%

### **Análise crítica do gestor**

A dotação orçamentária para a execução da ação de capacitação de servidores da administração central do MD, do exercício de 2013, foi de R\$ 300.000,00.

A meta financeira era executar 100% do total disponibilizado e capacitar 30% do efetivo de servidores. A administração central executou, até o encerramento do exercício de 2013, 98,21% da meta financeira prevista, ou seja, R\$ 294.631,00 do valor disponibilizado para a ação e 29,5% do total de servidores e militares.

A superação da meta física prevista é decorrente da realização de eventos de capacitação sem ônus para a administração, dos quais podem ser mencionados os cursos de “Gerenciamento de Processos de Negócios”, conduzido pela ASPLAN, onde foram inscritos 65 servidores e militares, bem como o “II Seminário sobre Lei de Acesso a Informação e Encontro sobre Credenciamento e Segurança da Informação”, com a inscrição de 78 servidores e militares.

É oportuno mencionar que de janeiro a dezembro de 2013, foram realizadas 99 ações de capacitação. Ressalta-se que dessas ações, 62 ocorreram na modalidade de turmas abertas e 37 na modalidade de turmas fechadas, ou seja, somente para servidores e militares do MD, situação que permite ao Ministério da Defesa capacitar um maior número de servidores a um menor custo.

## 5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

### QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Ministério da Defesa													
UG/Gestão: 110404/00001							CNPJ: 03.277.610/0001-25						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	017/2012	FLEX Serviços Gerais Ltda. CNPJ Nº 07.293.122/0001-62	26/07/2012	25/07/2014	52	52	22	22	01	01	A
<b>Observação:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Arquivo da DIPOS

**QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (DIRHU)**

Unidade Contratante													
Nome: <b>MINISTÉRIO DA DEFESA</b>													
UG/Gestão: <b>110404/00001</b>							CNPJ: <b>03.277.610/0001-25</b>						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	12	O	<b>015/DIRHU/ COLIC</b>	<b>SERVEGEL</b> 01.608.603/0001-33	25/03/08	25/09/13	<b>139</b>	<b>139</b>					E
<b>Observações:</b> Serviço terceirizado para os postos de Auxiliar Administrativo e Operacional necessário à recomposição da mão-de-obra, atinentes às vacâncias dos cargos efetivos em extinção.													
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras  <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Arquivos da COAPC/DIRHU

**QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Unidade Contratante													
Nome: <b>MINISTÉRIO DA DEFESA</b>													
UG/Gestão: <b>110404/00001</b>							CNPJ: <b>03.277.610/0001-25</b>						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	12	O	035/DIRHU/COLIC	APECE 00.087.163/0001-53	26/09/13	25/09/14	205	157					A

**Observações:**  
Serviço terceirizado, realizado em 2013 em substituição à empresa SERVEGEL, por processo licitatório, para provimento dos postos de Auxiliares Administrativos, Copeiros, Garçons, Motoristas, Cozinheiros, Auxiliares de Serviços Gerais, Auxiliares de Cozinha e Açougueiros, necessários à recomposição da mão-de-obra, com a finalidade de atender a demanda da nova estrutura do Ministério da Defesa, aprovada em 2013, bem como para a reposição de atividades, cujos cargos efetivos estão extintos ou em fase de extinção.

**LEGENDA**

<b>Área:</b>	<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.
1. Segurança;	<b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
2. Transportes;	<b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
3. Informática;	<b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
4. Copeiragem;	
5. Recepção;	
6. Reprografia;	
7. Telecomunicações;	
8. Manutenção de bens móveis	
9. Manutenção de bens imóveis	
10. Brigadistas	
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes	
12. Outras	

Fonte: Arquivos da COAPC/DIRHU



## QUADRO A 5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante															
Nome: Departamento de Administração Interna															
UG/Gestão: 110404/00001						CNPJ: 03.277.610/0001-25									
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)		Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação	
						Início	Fim	F		M		S			
								P	C	P	C	P	C		
2009	1	O	043		03.571.531/0001-22	06/10/2013	07/10/2014								P
2009	5	O	033-COSEG/COLIC/2009		07.743.897/0001-92	03/08/2013	02/08/2014	-	-	7	7	-	-		P
2010	9	O	06-DIPOS-COLIC/2010	BSB SYSTEM	00.404.317/0001-93	21/01/2014	20/01/2015	8	8	9	9	2	2		P
2010	8	O	008-DIPOS-COLIC/2010	TECNICALL	72.581.283/0001-13	01/03/2013	28/02/2014	2	2	3	3	1	1		P
<b>Observações:</b>															
<b>LEGENDA</b>															
<b>Área:</b>				<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.											
1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras															

QUADRO A.5.2.4 Contratos de Prestação de Serviços com Locação e Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: MINISTÉRIO DA DEFESA													
UG/Gestão: 110404/00001							CNPJ: 03.277.610/0001-25						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	12	O	015/DIRHU/ COLIC	01.608.603/0001-33	25/03/08	25/03/13	139	139					A
<b>Observações:</b> Serviço terceirizado para os postos de Auxiliar Administrativo e Operacional necessário à recomposição da mão-de-obra, atinentes às vacâncias dos cargos efetivos em extinção.													
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras													
<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Arquivos da COAPC/DIRHU

**Observações:** A contratação de mão-de-obra terceirizada, referente ao contrato nº 015/DIRHU/COLIC-2008, atinente à terceirização de serviços operacionais e administrativos é amparada pelo Decreto nº 2.271, de 1997.

A contratação de mão-de-obra terceirizada supre a carência de pessoal, cujos cargos são extintos no momento das vacâncias dos servidores, ou seja, não podem ser providos por servidores de carreira.

### **5.2.5 - Análise crítica dos subitens 5.2.3 e 5.2.4**

Do subitem 5.2.3 - O quadro 5.2.3 acima, trata da contratação de empresa terceirizada para prestação de serviço de conservação e limpeza com fornecimento de todo material necessário a execução dos serviços, nas dependências do prédio da Administração Central do Ministério da Defesa e Catedral Rainha da Paz. Conforme contrato nº 017/2012/ DIPOS/COLIC.

Os serviços contratados tem o objetivo de suprir as necessidades de pessoal nas funções não previstas pela Administração, não havendo, portanto no quadro de pessoal do MD cargos destinados a realização dessas atividades que contemplam os postos de serviços de serventes, jardineiros, juazeiros, zeladores e encarregados, funções estas amparadas pela Convenção Coletiva de Trabalho.

Por se tratar de um serviço comum, não necessita de funcionários com habilidades especiais e nível de escolaridade avançada, exigindo-se com isso critérios rigorosos por parte da empresa contratada no sentido de selecionar os profissionais que serão alocados para a prestação dos serviços, com observância das normas de segurança, conhecimentos práticos básicos afetos a categoria profissional.

Do subitem 5.2.4 - Cabe tecer algumas considerações acerca dos contratos de terceirização efetuados com as empresas SERVEGEL e APECÊ:

Trata-se de contratação de mão de obra terceirizada, conforme contratos nº 015/DIRHU/COLIC-2008 e nº 035/DIRHU/COLIC-2013, que foram realizados com o objetivo de suprir a carência de pessoal, cujos cargos efetivos foram extintos momento das vacâncias dos servidores ou se encontram em processo de extinção, quer seja por aposentadoria, falecimento, redistribuição, dentre outras, e não podem ser providos por concursados.

A atual contratação da empresa APECÊ, contempla os postos de Auxiliares Administrativos, Copeiros, Garçons, Motoristas, Cozinheiros, Auxiliares de Serviços Gerais, Auxiliares de Cozinha e Açougueiros e está amparada pelo Decreto nº 2.271, de 1997.

Destaca-se que não se trata de contratação que necessitam de substituição por concursados, posto que os cargos efetivos não podem ser providos por concurso público, em razão de estarem extintos ou em fase de extinção, tais como Motorista, Agente de Portaria, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, dentre outros.

Nesse sentido, não há o que registrar acerca dos itens mencionados nos quadros, cujas nomenclaturas encontram-se discriminadas abaixo, posto não haver nenhuma ocorrência:

a) Quadro A.5.2.1 – Cargos e Atividades inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada

b) Quadro A.5.2.2 – Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados

## 5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Bolsa Estágio	Vale transporte	CIEE	TOTAL
<b>Nível superior</b>	<b>109</b>	<b>107</b>	<b>105</b>	<b>96</b>	<b>550.892,88</b>	<b>149.732,00</b>	<b>13.830,14</b>	<b>714.455,02</b>
Área Fim	35	35	34	28	175.303,49	47.904,00	4.384,44	227.591,93
Área Meio	74	72	71	68	375.589,39	101.828,00	9.445,70	486.863,09
<b>Nível Médio</b>	<b>44</b>	<b>52</b>	<b>54</b>	<b>61</b>	<b>108.520,32</b>	<b>72.348,00</b>	<b>6.713,16</b>	<b>187.581,48</b>
Área Fim	16	17	18	20	36.543,80	24.120,00	2.282,32	62.946,12
Área Meio	28	35	36	41	71.976,52	48.228,00	4.430,84	124.635,36
<b>Total (1+2)</b>	<b>153</b>	<b>159</b>	<b>159</b>	<b>157</b>	<b>659.413,20</b>	<b>222.080,00</b>	<b>20.543,30</b>	<b>902.036,50</b>

Fonte: Folha de pagamento do SIAPE e processos de ressarcimento das despesas administrativas ao CIEE – Memorando nº 27/CODRH/DIRHU/DEADI/SEORI/SG-MD, de 17 de fevereiro de 2014.

## 6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

### 6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

a) **Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:**

- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008 e
- Orientação Normativa nº 005/DEADI, de 17 de janeiro de 2005.

b) **Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:**

A manutenção da frota de veículos é de suma importância na execução das atividades de cunho administrativo e logístico desta UJ. Com base em estudo realizado, a contratação de veículos de terceiros tornaria inviável, pelo elevado custo praticado pelo mercado do ramo.

c) **Quantidade de veículos de propriedade desta UJ, discriminados por grupos:**

Em 2013, esta UJ contou com uma frota de veículos composta por 75 unidades, visando atender a demanda de serviço de transporte, devido ao aumento do efetivo em decorrência da reestruturação deste Ministério da Defesa.

d) Média anual de quilometragem rodada por grupo de veículos e Idade média da Frota, conforme demonstradas nas planilhas abaixo:

GRUPO DE VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO								
Item	Veículo	Marca	Placa	Ano	Idade	KM Rodados	Média Anual KM Rodados	Idade Média
01	Fusion	Ford	JGC 0801	2010	03 anos	18.431	14.067 km	01A 08M
02	Fluence	Renault	JDX 0025	2012/13	18 meses	14.402		
03	Fluence	Renault	JDX 0035	2012/13	18 meses	12.749		
04	Fluence	Renault	JDX 0065	2012/13	18 meses	12.839		
05	Fluence	Renault	JDX 9944	2012/13	18 meses	11.918		
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>09 anos</b>	<b>70.339 Km</b>		

GRUPO DE VEÍCULO DE SERVIÇO INSTITUCIONAL								
Item	Veículo	Marca	Placa	Ano	Idade	KM Rodados	Média Anual KM Rodados	Idade Média
01	Fusion	Ford	JFO 9989	2007/08	06 anos	19.324	12.601 Km	03A 6M
02	Focus	Ford	JHY 1062	2010/11	03 anos	8.944		
03	Focus	Ford	JHY 1072	2010/11	03 anos	8.139		
04	Focus	Ford	JJU 9981	2010/11	03 anos	16.652		
05	Focus	Ford	JHY 1042	2010/11	03 anos	10.066		
06	Focus	Ford	JHY 1052	2010/11	03 anos	5.295		
07	Focus	Ford	JKO 3531	2012/13	01 ano	54		
08	Megane	Renault	JHN 5083	2009	04 anos	4.381		
09	Megane	Renault	JHN 5093	2009	04 anos	26.140		
10	Fluence	Renault	JDX 0015	2012/13	18 meses	18.120		
11	Fluence	Renault	JDX 9494	2012/13	18 meses	10.877		
12	Fluence	Renault	JDX 9994	2012/13	18 meses	17.176		
13	Corolla	Toyota	JDS 9003	2012/13	18 meses	15.503		
14	Corolla	Toyota	JDS 8883	2012/13	18 meses	16.474		
15	Astra	Chevrolet	JJQ 9913	2007/08	06 anos	11.688		
16	Astra	Chevrolet	JJQ 9923	2007/08	06 anos	12.613		
17	Astra	Chevrolet	JJQ 9963	2007/08	06 anos	12.773		
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>55A 6M</b>	<b>214.219 Km</b>		

Fonte: Arquivo da DIPOS

GRUPO DE VEÍCULO DE SERVIÇO COMUM (Transporte de Pessoal)								
Item	Veículo	Marca	Placa	Ano	Idade	KM Rodados	Média Anual KM Rodados	Idade Média
01	Santana	Volkswagen	JFP 9521	1999	14 anos	12.847	6.226 Km	9A 8M
02	Santana	Volkswagen	JFP 9551	1999	14 anos	7.369		
03	Santana	Volkswagen	JFP 9671	1999	14 anos	6.375		
04	Santana	Volkswagen	JFP 8325	2004	09 anos	4.612		
05	Santana	Volkswagen	JFP 8335	2004	09 anos	4.479		
06	Santana	Volkswagen	JFQ 3785	2005	08 anos	2.732		
07	Santana	Volkswagen	JFQ 3795	2005	08 anos	2.435		
08	Santana	Volkswagen	JFQ 3805	2005	08 anos	4.045		
09	Santana	Volkswagen	JFQ 3815	2005	08 anos	4.937		
10	Gol	Volkswagen	JFO 8129	1997/98	15 anos	4.863		
11	Gol	Volkswagen	JFO 9972	1997	17 anos	5.803		
12	Gol	Volkswagen	JHO 0125	2006	07 anos	16.376		
13	Gol	Volkswagen	JHO 0135	2006	07 anos	1.791		
14	Gol	Volkswagen	JHO 0145	2006	07 anos	7.509		
15	Gol	Volkswagen	JHO 0155	2006	07 anos	7.467		
16	Gol	Volkswagen	JHO 0165	2006	07 anos	7.194		
17	Kombi	Volkswagen	JFP 2204	2002	11 anos	4.471		
18	Kombi	Volkswagen	JFP 2214	2002	11 anos	5.760		
19	Kombi	Volkswagen	JHO 0105	2006	07 anos	7.386		
20	Kombi	Volkswagen	JHO 0115	2006	07 anos	7.404		
21	Maréa	Fiat	JFP 6053	2001	12 anos	8.846		
22	Maréa	Fiat	JFP 6913	2001	12 anos	13.786		
23	Pálio	Fiat	JFP 6973	2001	12 anos	5.013		
24	Pálio	Fiat	JFP 6983	2001	12 anos	7.815		
25	Elba	Fiat	JFO 1613	95/96	18 anos	8.954		
26	VAN	Fiat	JFP 8445	2004	09 anos	2.932		
27	VAN	Fiat	JGC8541	2009	04 anos	5.271		
28	VAN	Fiat	JGC8551	2009	04 anos	5.743		
29	VAN	Fiat	JGC8651	2009	04 anos	5.626		
30	VAN	Peugeot	LQJ 2604	2009	04 anos	2.490		
31	VAN	CITROEN	JKO 8851	2013	06 meses	1.976		
32	VAN	CITROEN	JKO 8861	2013	06 meses	2.534		
33	VAN	CITROEN	JKO 8871	2013	06 meses	0		
34	Microônibus	M. Benz	JFP 4301	1998	15 anos	818		
35	Microônibus	M. Benz	JFP 4311	1998	15 anos	1.133		
36	Ônibus	Volkswagen	JFO 5125	1995	18 anos	397		
37	Ônibus	Volkswagen	JFO 5135	1995	18 anos	542		
38	Ômega CD	Chevrolet	JFP 9883	2000	18 anos	4.318		

39	Monza	Chevrolet	JFO 4505	1995	18 anos	6.621		
40	Ipanema	Chevrolet	JFO 0704	1992	21 anos	6.593		
41	Astra	Chevrolet	JJQ 9973	2007/08	07 anos	24.921		
42	Fiesta	Ford	<b>JGC 7181</b>	2010/11	03 anos	15.303		
43	Fiesta	Ford	<b>JGC 8511</b>	2010/11	03 anos	10.210		
<b>TOTAL GERAL</b>						<b>423A 06M</b>	267.697 Km	

Fonte: Arquivo da DIPOS

<b>GRUPO DE VEÍCULO DE SERVIÇO COMUM (Transporte de Carga)</b>								
Item	Veículo	Marca	Placa	Ano	Idade	KM Rodados	Média Anual KM Rodados	Idade Média
01	Caminhão	Volkswagen	JFQ 6355	2004/05	09 anos	303	3.438 KM	11 anos
02	Caminhão	Chevrolet	JFO 1039	1991	22 anos	3.648		
03	Pickup Pampa	Ford	JFO 2486	1993/94	20 anos	4.210		
04	Pickup S-10	Chevrolet	JFP 9953	2001/02	12 anos	7.968		
05	Kangoo	Renault	JHN 5103	2008/09	05 anos	4.354		
06	Kangoo	Renault	JDX 0045	2012/13	18 meses	2.722		
07	Moto Twister	Honda	JFP 4566	2004	09 anos	861		
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>78 A 6M</b>	<b>24.066 Km</b>		

Fonte: Arquivo da DIPOS

<b>GRUPO DE VEÍCULO DE SERVIÇOS ESPECIAIS (Ambulância)</b>								
Item	Veículo	Marca	Placa	Ano	Idade	KM Rodados	Média Anual KM Rodados	Idade Média
01	VAN	MB- Sprinter	<b>JJU 1061</b>	<b>2009/10</b>	04 anos	817 km	817 km	04 anos

Fonte: Arquivo da DIPOS

Custos associados à manutenção da frota:

<b>GASTO COM MANUTENÇÕES PREVENTIVA E CORRETIVA EM 2013</b>					
<b>Item</b>	<b>Veículo</b>	<b>Marca</b>	<b>Placa</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor Total</b>
1.	Elba	Fiat	JFO 1613	95/96	R\$ 2.733,57
2.	Maréa	Fiat	JFP 6053	2001	R\$ 2.003,84
3.	Maréa	Fiat	JFP 6913	2001	R\$ 4.583,93
4.	Pálio	Fiat	JFP 6973	2001	R\$ 483,45
5.	Pálio	Fiat	JFP 6983	2001	R\$ 6.150,85
6.	VAN	Fiat	JFP 8445	2004	R\$ 10.767,69
7.	VAN	Fiat	JGC8541	2009	R\$ 3.076,35
8.	VAN	Fiat	JGC8551	2009	R\$ 2.048,83
9.	VAN	Fiat	JGC8651	2009	R\$ 3.436,70
10.	Pickup Pampa	Ford	JFO 2486	1993/94	R\$ 644,99
11.	Fiesta	Ford	JGC 7181	2010/11	R\$ 508,49
12.	Fiesta	Ford	JGC 8511	2010/11	R\$ 1.458,91
13.	Fiesta Sedan*	Ford	JKK 7748	2013	R\$ 0,00
14.	Fusion	Ford	JFO 9989	2007/08	R\$ 3.115,80
15.	Fusion	Ford	JGC 0801	2010	R\$ 6.424,73
16.	Focus	Ford	JHY 1072	2010/11	R\$ 5.247,30
17.	Focus	Ford	JHY 1042	2010/11	R\$ 3.116,68
18.	Focus	Ford	JHY 1062	2010/11	R\$ 1.310,98
19.	Focus	Ford	JJU 9981	2010/11	R\$ 2.599,22
20.	Focus	Ford	JHY 1052	2010/11	R\$ 1.122,85
21.	Focus*	Ford	JKO 3531	2012/13	R\$ 0,00
22.	Astra**	Chevrolet	JJQ 9913	2007/08	R\$ 9.129,16
23.	Astra**	Chevrolet	JJQ 9923	2007/08	R\$ 7.113,77
24.	Astra	Chevrolet	JJQ 9963	2007/08	R\$ 1.729,97
25.	Astra	Chevrolet	JJQ 9973	2007/08	R\$ 4.772,00
26.	Caminhão D - 40	Chevrolet	JFO 1039	1991	R\$ 4.487,84
27.	Ipanema	Chevrolet	JFO 0704	1992	R\$ 2.903,05
28.	Monza	Chevrolet	JFO 4505	1995	R\$ 2.809,87
29.	Ômega CD	Chevrolet	JFP 9883	2000	R\$ 3.350,77
30.	Pickup S-10	Chevrolet	JFP 9953	2001/02	R\$ 672,70
31.	Caminhão	Volkswagen	JFQ 6355	2004/05	R\$ 5.489,92
32.	Gol	Volkswagen	JFO 8129	1997/98	R\$ 1.006,65
33.	Gol	Volkswagen	JFO 9972	1997	R\$ 1.484,32
34.	Gol	Volkswagen	JHO 0125	2006	R\$ 78,74
35.	Gol	Volkswagen	JHO 0135	2006	R\$ 7.063,37
36.	Gol	Volkswagen	JHO 0145	2006	R\$ 413,95



37.	Gol	Volkswagen	JHO 0155	2006	R\$ 201,22
38.	Gol	Volkswagen	JHO 0165	2006	R\$ 1.405,25
39.	Kombi	Volkswagen	JHO 0105	2006	R\$ 1.918,42
40.	Kombi	Volkswagen	JHO 0115	2006	R\$ 0,00
41.	Kombi	Volkswagen	JFP 2214	2002	R\$ 299,46
42.	Kombi	Volkswagen	JFP 2204	2002	R\$ 14,47
43.	Ônibus	Volkswagen	JFO 5125	1995	R\$ 0,00
44.	Ônibus	Volkswagen	JFO 5135	1995	R\$ 8.227,57
45.	Santana	Volkswagen	JFP 8325	2004	R\$ 209,06
46.	Santana	Volkswagen	JFP 8335	2004	R\$ 2.606,82
47.	Santana	Volkswagen	JFQ 3785	2005	R\$ 3.059,54
48.	Santana	Volkswagen	JFQ 3795	2005	R\$ 3.123,41
49.	Santana	Volkswagen	JFQ 3805	2005	R\$ 3.158,36
50.	Santana	Volkswagen	JFQ 3815	2005	R\$ 0,00
51.	Santana	Volkswagen	JFP 9521	1999	R\$ 3.910,13
52.	Santana	Volkswagen	JFP 9551	1999	R\$ 4.333,12
53.	Santana	Volkswagen	JFP 9671	1999	R\$ 4.745,67
54.	Megane	Renault	JHN 5083	2009	R\$ 394,99
55.	Megane	Renault	JHN 5093	2009	R\$ 7.701,78
56.	Fluence	Renault	JDX 0015	2012/13	R\$ 271,16
57.	Fluence	Renault	JDX 0025	2012/13	R\$ 0,00
58.	Fluence	Renault	JDX 0035	2012/13	R\$ 271,16
59.	Fluence	Renault	JDX 0065	2012/13	R\$ 271,16
60.	Fluence	Renault	JDX 9494	2012/13	R\$ 271,16
61.	Fluence	Renault	JDX 9944	2012/13	R\$ 0,00
62.	Fluence	Renault	JDX 9994	2012/13	R\$ 271,16
63.	Kangoo	Renault	JDX 0045	2012/13	R\$ 269,24
64.	Kangoo	Renault	JHN 5103	2008/09	R\$ 269,24
65.	Microônibus	M. Benz	JFP 4301	1998	R\$ 767,31
66.	Microônibus	M. Benz	JFP 4311	1998	R\$ 1.541,57
67.	VAN (Ambulância)	MB- Sprinter	JJU 1061	2009/10	R\$ 0,00
68.	Corolla	Toyota	JDS 8883	2012/13	R\$ 0,00
69.	Corolla	Toyota	JDS 9003	2012/13	R\$ 0,00
70.	Azera**	Hyundai	JKO 3821	2012/13	R\$ 0,00
71.	Moto Twister	Honda	JFP 4566	2004	R\$ 50,88
72.	VAN***	Peugeot	LQJ 2604	2009	R\$ 4.299,63
73.	VAN	CITROEN	JKO 8851	2013	R\$ 0,00
74.	VAN	CITROEN	JKO 8861	2013	R\$ 0,00
75.	VAN*	CITROEN	JKO 8871	2013	R\$ 0,00
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>R\$ 165.611,73</b>

\* **Itens 13, 21 e 75:** Veículos zero KM, a disposição da Comissão Desportiva Militar do Brasil - CDMB, na cidade do Rio de Janeiro, não houve gasto com manutenção por tratar de veículos zero KM, recém-adquiridos.

\*\* **Itens 22, 23 e 70:** Veículos a disposição do Senhor Ministro da Defesa, quando em atividades na cidade do Rio de Janeiro. Não houve gasto com manutenção para o veículo constante do item 70, por tratar de veículo zero KM, recém-adquirido.

\*\*\* **Item 72:** Veículo furtado nas dependências da empresa LAICOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, em 19 de setembro de 2013, a qual possui contrato de manutenção de veículos celebrado com este Ministério. Sendo o prejuízo ressarcido por ela.

Fonte: Arquivo da DIPOS

GASTO COM COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES POR VEÍCULO EM 2013								
Item	Veículo	Marca	Placa	Ano	Combustível	Consumo em L	Valor Unitário	Valor Total
1.	Elba	Fiat	JFO 1613	95/96	Gasolina	840	R\$ 2,84	2.385,60
2.	Maréa	Fiat	JFP 6053	2001		1464		4.157,76
3.	Maréa	Fiat	JFP 6913	2001		1061		3.013,24
4.	Pálio	Fiat	JFP 6973	2001		514		1.459,76
5.	Pálio	Fiat	JFP 6983	2001		713		2.024,92
6.	Pickup Pampa	Ford	JFO 2486	1993/94		643		1.826,12
7.	Fiesta	Ford	JGC 7181	2010/11		1403		3.984,52
8.	Fiesta	Ford	JGC 8511	2010/11		996		2.828,64
9.	Fiesta Sedan	Ford	JKK 7748	2013		000		0,00
10.	Fusion	Ford	JFO 9989	2007/08		1590		4.515,60
11.	Fusion	Ford	JGC 0801	2010		2893		8.216,12
12.	Focus	Ford	JHY 1072	2010/11		917		2.604,28
13.	Focus	Ford	JHY 1042	2010/11		1035		2.939,40
14.	Focus	Ford	JHY 1062	2010/11		995		2.825,80
15.	Focus	Ford	JJU 9981	2010/11		1685		4.785,40
16.	Focus	Ford	JHY 1052	2010/11		630		1.789,20
17.	Focus	Ford	JKO 3531	2012/13		52		147,60
18.	Astra	Chevrolet	JJQ 9913	2007/08		1283		3.642,72
19.	Astra	Chevrolet	JJQ 9923	2007/08		1274		3.618,16
20.	Astra	Chevrolet	JJQ 9963	2007/08		1413		4.012,92
21.	Astra	Chevrolet	JJQ 9973	2007/08		2257		6.409,88
22.	Ipanema	Chevrolet	JFO 0704	1992		758		2.152,72
23.	Monza	Chevrolet	JFO 4505	1995		709		2.013,56
24.	Ômega CD	Chevrolet	JFP 9883	2000		538		1.527,92
25.	Pickup S-10	Chevrolet	JFP 9953	2001/02		975		2.769,00
26.	Gol	Volkswagen	JFO 8129	1997/98		457		1.297,88
27.	Gol	Volkswagen	JFO 9972	1997		546		1.550,64
28.	Gol	Volkswagen	JHO 0125	2006		1632		4.634,88
29.	Gol	Volkswagen	JHO 0135	2006		319		905,96
30.	Gol	Volkswagen	JHO 0145	2006		790		2.243,60
31.	Gol	Volkswagen	JHO 0155	2006		674		1.914,16
32.	Gol	Volkswagen	JHO 0165	2006		744		2.112,96
33.	Kombi	Volkswagen	JHO 0105	2006		794		2.254,96
34.	Kombi	volkswagen	JHO 0115	2006		762		2.164,08
35.	Kombi	Volkswagen	JFP 2214	2002		762		2.164,08
36.	Kombi	Volkswagen	JFP 2204	2002		669		1.899,96
37.	Santana	Volkswagen	JFP 9521	1999		1504		4.271,36

38.	Santana	Volkswagen	JFP 9551	1999		868		2.465,12
39.	Santana	Volkswagen	JFP 9671	1999		804		2.283,36
40.	Megane	Renault	JHN 5083	2009		611		1.735,24
41.	Megane	Renault	JHN 5093	2009		2765		7.852,60
42.	Fluence	Renault	JDX 0015	2012/13		2017		5.728,28
43.	Fluence	Renault	JDX 0025	2012/13		1783		5.063,72
44.	Fluence	Renault	JDX 0035	2012/13		1664		4.725,76
45.	Fluence	Renault	JDX 0065	2012/13		1557		4.421,88
46.	Fluence	Renault	JDX 9494	2012/13		1478		4.197,52
47.	Fluence	Renault	JDX 9944	2012/13		1507		4.279,88
48.	Fluence	Renault	JDX 9994	2012/13		1834		5.208,56
49.	Kangoo	Renault	JDX 0045	2012/13		373		1.059,32
50.	Kangoo	Renault	JHN 5103	2008/09		392		1.113,28
51.	Corolla	Toyota	JDS 8883	2012/13		1.920		5.452,80
52.	Corolla	Toyota	JDS 9003	2012/13		1.800		5.112,00
53.	Azera	Hyundai	JKO 3821	2012/13		000		0,00
54.	Moto Twister	Honda	JFP 4566	2004		57		129,39
55.	Santana	Volkswagen	JFP 8325	2004	<b>Álcool</b>	963	<b>R\$ 2,27</b>	2.186,01
56.	Santana	Volkswagen	JFP 8335	2004		867		1.968,09
57.	Santana	Volkswagen	JFQ 3785	2005		527		1.196,29
58.	Santana	Volkswagen	JFQ 3795	2005		486		1.103,22
59.	Santana	Volkswagen	JFQ 3805	2005		882		2.002,14
60.	Santana	Volkswagen	JFQ 3815	2005		849		1.927,23
61.	VAN	Fiat	JFP 8445	2004	<b>Diesel</b>	371	<b>R\$ 1,98</b>	734,58
62.	VAN	Fiat	JGC8541	2009		569		1.126,62
63.	VAN	Fiat	JGC8551	2009		603		1.193,94
64.	VAN	Fiat	JGC8651	2009		699		1.384,02
65.	VAN	Peugeot	LQJ 2604	2009		333		659,34
66.	VAN	CITROEN	JKO 8851	2013		296		586,08
67.	VAN	CITROEN	JKO 8861	2013		369		730,62
68.	VAN	CITROEN	JKO 8871	2013		000		0,00
69.	VAN (Ambulância)	MB- Sprinter	JJU 1061	2009/10		147		291,06
70.	Ônibus	Volkswagen	JFO 5125	1995		125		247,50
71.	Ônibus	Volkswagen	JFO 5135	1995		175		346,50
72.	Microônibus	M. Benz	JFP 4301	1998		265		524,70
73.	Microônibus	M. Benz	JFP 4311	1998		303		599,94
74.	Caminhão	Volkswagen	JFQ 6355	2004/05		99		196,02
75.	Caminhão D - 40	Chevrolet	JFO 1039	1991		727		1.439,46

<b>TOTAL GERAL</b>					<b>R\$ 184.337,43</b>
<b>GASTO COM SEGURO OBRIGATÓRIO DA FROTA</b>					
<b>Item</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Categoria</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Licenciamento	75	xxx	R\$ 51,41	R\$ 3855,75
02	Seguro obrigatório - veículos leves	53	01	R\$ 105,25	R\$ 5578,25
03	Seguro obrigatório - moto	01	09	R\$ 290,90	R\$ 290,90
04	Seguro obrigatório – utilitário e caminhões	06	10	R\$ 109,96	R\$ 659,76
05	Seguro obrigatório – van - micro ônibus e ônibus	15	04	R\$ 246,48	R\$ 3697,2
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>R\$ 804,00</b>	<b>R\$ 14.081,86</b>

Fonte: Arquivo da DIPOS

<b>GASTO COM FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS EM 2013</b>					
<b>Item</b>	<b>Função</b>	<b>Qtde</b>	<b>Valores unitários dos salários</b>	<b>Gasto Total com Salários Mensal</b>	<b>Gasto com Salário Anual</b>
01	Motorista	07	R\$ 3.924,92	R\$ 27.474,44	R\$ 329.693,28
02	Lavador de Viatura	03	R\$ 2.553,41	R\$ 7.660,23	R\$ 91.922,76
03	Auxiliar Administrativo	02	R\$ 3.973,55	R\$ 7.947,10	R\$ 95.365,20
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>11</b>	<b>R\$ 10.451,88</b>	<b>R\$ 43.081,77</b>	<b>R\$ 516.981,24</b>

Fonte: Arquivo da DIPOS

**e) Plano de Substituição da Frota de Veículos:**

O plano de substituição da frota de veículos, pauta no PROJETO DIPOS-13/2004, que visa renovação da frota de forma gradual embasado em experiência de profissionais da área e em estudo apresentado. Desse minucioso estudo foi possível abstrair todos os fundamentos necessários para padronizar a classificação das viaturas, apurar o tempo de uso, estado geral e qualidades econômicas dos veículos que compõem a frota deste Ministério da Defesa.

**f) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:**

Após pesquisas realizadas no mercado de vendas e locação de veículos, foi possível comparar os valores praticados para aquisição e locação. De posse dessas informações, esta Coordenação optou pela aquisição de veículos novos, tendo como parâmetro o elevado valor apresentado pelas empresas do ramo. Desse modo, tornou-se possível prestar a fiel correspondência entre as modalidades para substanciar esta proposta de renovação da frota.

**g) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:**

Esta Unidade Jurisdicionada conta com um setor de transportes estruturado, o qual dispõe de um Sistema de Controle de Veículos – SISCOVEL, que gerencia e controla todas as atividades relacionadas com o atendimento aos usuários do serviço de transporte.

Dispõe também de contratos com empresas especializadas em manutenções preventiva e corretiva de veículos, com o objetivo de manter a frota em plenas condições de operação e consequentemente oferecer um atendimento de qualidade e seguro aos usuários.

## 6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

### 6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

#### QUADRO A 6.2.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DO MD	
UF 1		EXERCICIO 2013	EXERCICIO 2012
BRASIL	Município 1 - Distrito Federal	364 <sup>(1)</sup>	365 <sup>(1)</sup>
	Município 1 - Distrito Federal	5 <sup>(2)</sup>	5 <sup>(2)</sup>
	Município 1 - Distrito Federal	4 <sup>(3)</sup>	4 <sup>(3)</sup>
	Município 2 - Goiás	1	1
<b>TOTAL BRASIL</b>		<b>374</b>	<b>375</b>

Fonte: SPIUNET

#### Nota:

(1) O MD atualmente possui 364 imóveis residenciais funcionais. Dentre esses, 60 estão em fase de regularização, que são as projeções: RIP'S N° 9701 16451 5005, 9701 19018 5009 e 9701 16453 5006;

(2) O MD possui também 2 terrenos/glebas para construção de imóveis de uso especial: RIP'S N° 9701 19013 5001, 9701 17571 5000, 2 terrenos/lotes no Lago Sul, para construção de imóvel residencial funcional e 1 fazenda no Estado de Goiás e;

(3) O MD possui, ainda, 4 projeções que foram entregues a este Ministério da Defesa mas estão em fase de regularização junto à Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, pois pertenciam a empresas públicas extintas. A diferença de um exercício para outro, prende-se ao fato de ter sido alienado um apartamento residencial funcional.

#### Análise Crítica acerca da gestão dos imóveis da administração central do Ministério da Defesa

A quantidade de imóveis sob a gestão da administração central deste Ministério não é suficiente para atender à demanda existente, principalmente depois do incremento da força de trabalho, decorrente da reestruturação trazida pelo Decreto no 7.974/2013. Atualmente, convivemos com um déficit de 489 unidades habitacionais, o que muitas vezes causa morosidade nos planos de substituição de militares colocados à disposição deste Ministério.

Como medida para solução desse óbice, tramita proposta de projeto de lei visando à criação de auxílio moradia para atender os militares, nos moldes previstos para os servidores civis da União que fazem jus ao uso de imóvel funcional, quando da indisponibilidade.

**QUADRO 6.2.2- DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL.**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reforma	Com Manutenção
110404	9701164515005	13	2	2.963.492,34	28/12/2007	2.963.492,34	0,00	11.567,97
110404	9701164535006	13	2	8.223.117,54	28/12/2007	8.223.117,54	0,00	13.096,99
110404	9701172555002	13	3	2.000.000,00	28/12/2007	2.000.000,00	0,00	0,00
110404	9701172565008	13	8	880.182,48	28/12/2007	880.182,48	0,00	0,00
110404	9701190135001	21	8	814.807,50	28/12/2007	814.807,50	0,00	0,00
110404	9701190185009	13	2	2.963.492,34	28/12/2007	2.963.492,34	0,00	6.036,96
110404	9701190325005	21	2	31.502.905,48	28/12/2007	31.502.905,48	0,00	0,00
110404	9701175715000	21	3	133.812,00	28/12/2007	133.812,00	0,00	0,00
110404	9445000135008	13	8	2.037.886,94	29/12/2007	2.037.886,94	0,00	0,00
110404	9701285915004	13	8	24.000.000,00	29/12/2009	24.000.000,00	0,00	0,00
110404	9701285935005	13	8	24.000.000,00	29/12/2009	24.000.000,00	0,00	0,00
110404	*9701272755003	13	8	24.000.000,00	29/12/2009	24.000.000,00	0,00	0,00
110404	*9701329715005	13	8	22.300.000,00	29/12/2009	22.300.000,00	0,00	0,00
110404	*9701328465005	13	8	24.000.000,00	16/03/2008	24.000.000,00	0,00	0,00
<b>Total de Imóveis de Uso Especial</b>						<b>169.819.696,62</b>	<b>0,00</b>	<b>30.701,92</b>
<b>Total de Imóvel Residencial Funcional</b>						<b>105.735.120,20</b>		
<b>Total Geral</b>						<b>275.554.816,82</b>		

Embora as referidas projeções ainda estejam em processo de regularização, todas estão cadastradas no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).



Com relação regularização das projeções foi enviado a Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, o Ofício nº 3782/2008-DIPOS/COPAL, de 11 de abril de 2008, solicitando a incorporação ao patrimônio da União das projeções 10 e 11 da SQN 113 RIP 9701328465005 e 9701272755003, respectivamente e da SQS 311 RIP 9701329715005. Novo expediente será enviado para reiterar o pedido àquele órgão.

Com o intuito de manter atualizados os valores das projeções, será solicitada nova avaliação dos imóveis (projeções) junto à Caixa Econômica Federal – CEF. Em conformidade com as orientações do TCU, informo que o quadro “QUADRO A.6.2.3 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO MD”, está especificado como Anexo II.

### 6.3 Imóveis Locados de Terceiros

Não existe nenhuma ocorrência nesta Unidade Jurisdicionada.

## 7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA GESTÃO DO CONHECIMENTO

### 7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

#### Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.

	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para <b>2013</b> .
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
X	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: <a href="https://www.defesa.gov.br/arquivos/file/2012/mes12/pdtic_md">https://www.defesa.gov.br/arquivos/file/2012/mes12/pdtic_md</a>
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
X	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	

( 4 )	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
( 4 )	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
( 4 )	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
( 4 )	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
( 3 )	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
( 3 )	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009):</b> (assinale apenas uma das opções abaixo)*	
	<input type="checkbox"/> O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	<input type="checkbox"/> Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	<input type="checkbox"/> A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	<input type="checkbox"/> A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	<input type="checkbox"/> A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	<input type="checkbox"/> A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	<input type="checkbox"/> Entre 1 e 40%.
	<input type="checkbox"/> Entre 41 e 60%.
	<input type="checkbox"/> Acima de 60%.
X	<input checked="" type="checkbox"/> Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
<p>Análise crítica</p> <p>São os seguintes pontos de destaque desta UJ de TIC em 2013:</p> <p>a) Houve uma evolução no amadurecimento e no planejamento da gestão de serviços de TIC neste ano, aguardando-se a sua operacionalização para o ano de 2014.</p> <p>b) As atividades de Gestão da Segurança da Informação sofreram incrementos relevantes quanto à participação desta UJ de TIC nessa área no âmbito da Administração Pública Federal.</p> <p>c) Houve uma preocupação maior do gestor no tocante à reorganização da cultura de prestação de serviços de TIC (interna e externamente à UJ), considerando-se uma abordagem de valorização dos usuários e clientes, bem como de uma maior aproximação da TIC aos processos de negócio da Instituição.</p> <p>Desse contexto, depreende-se que a gestão de TIC do ano de 2013 buscou se preparar para mudanças importantes de rumo, orientando-se pela visão estratégica do Ministério da Defesa.</p>	

\*O Decreto se aplica ao Ministério. Nesse sentido, a Carta de Serviço ao Cidadão será elaborada em conjunto pelos órgãos integrantes da administração central, objetivando disponibilizá-la no sítio eletrônico deste ministério até o final do 1º semestre de 2014.

## 8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Foram utilizados critérios de sustentabilidade que causam menor impacto sobre os recursos naturais, de acordo com o Decreto nº 7.746, de 05/12/12, na especificação dos itens 1, 8, 9, 22, 55, 56, 61, 74 e 75, de forma a preservar o caráter competitivo do certame, pois dos itens demandados, estes já se encontram cadastrados no SIASG. Processo: <b>60585.004140/2013-88</b></p> <p>Foram utilizados critérios de sustentabilidade que causam menor impacto sobre os recursos naturais, de acordo com o Decreto nº 7.746, de 05/12/12, na especificação dos itens 13 e 15, de forma a preservar o caráter competitivo do certame, pois dos itens demandados, estes já se encontram cadastrados no SIASG. Processo: <b>60585.005181/2013-91</b></p>					x
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>		x			
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).</p> <p>Foram utilizados critérios de sustentabilidade que causam menor impacto sobre os recursos naturais, de acordo com o Decreto nº 7.746, de 05/12/12, na especificação dos itens 1, 8, 9, 22, 55, 56, 61, 74 e 75, de forma a preservar o caráter competitivo do certame, pois dos itens demandados, estes já se encontram cadastrados no SIASG. Processo: <b>60585.004140/2013-88</b></p> <p>Foram utilizados critérios de sustentabilidade que causam menor impacto sobre os recursos naturais, de acordo com o Decreto nº 7.746, de 05/12/12, na especificação dos itens 13 e 15, de forma a preservar o caráter competitivo do certame, pois dos itens demandados, estes já se encontram cadastrados no SIASG. Processo: <b>60585.005181/2013-91</b></p>				x	
<p>4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único in fine), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p> <p>Ocorre quando o objeto licitado requer tal exigência.</p>				x	
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p>			x		
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p> <p>Papel, toner descartável, toner reciclável; Processo 60585.004140/2013-88</p>					x
<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido</p>				x	

manifestada nos procedimentos licitatórios? Através do edital; Processo 60585.000714/2013-49; 60585.002683/2012-80					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).			x		
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. Todos os processos incluem cláusulas ambientais de sustentabilidade.				x	
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					x
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. A UJ possui contrato de seleta coletiva. Processo 60585.005181/22013-91					x
Considerações Gerais: nada a informar.					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 8.2 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

### Quadro A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa:				Ano de Adesão		Resultados
Esplanada Sustentável				2012		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011*
PAPEL (resma)	11.642	12.440	11.241	95.253,05	95.443,24	204.706,57
ÁGUA (m³)	20.884	19.578	19.353	339.903,80	291.840,79	269.509,57
ENERGIA ELÉTRICA (KW/h)	2.834.801	2.669.781	2.647.186	971.681,98	996.396,37	913.162,58
<b>TOTAL</b>				<b>1.406.838,83</b>	<b>1.383.680,40</b>	<b>1.387.378,72</b>

\*As aquisições do ano de 2011, referentes a papel, superaram em valores a dos anos posteriores, devido irregularidades nos processos de compra, que estão sendo apurados por um Grupo de Trabalho designado para esta finalidade, conforme Processo NUP 60585.000011/2012-80.

Observações:

a. Apesar do aumento no efetivo do MD no ano de 2013, pode-se perceber que os reflexos no aumento de consumo foram pequenos em face dos trabalhos (Projeto Esplanada Sustentável) visarem à eficiência nos gastos.

b. Com relação aos consumos de água e energia elétrica, apesar da não existência de indicadores que permitam aferir os resultados alcançados, pode-se inferir uma avaliação satisfatória considerado o aumento em torne de 20% em nosso efetivo no ano de 2013, decorrente da reestruturação trazida pelo Decreto 7974/2013.

No caso do consumo de água verifica-se que a variação 2012/2013 é de apenas 6.67%. Esse resultado decorre da adoção de medidas que foram iniciadas anteriormente à adesão ao Projeto Esplanada Sustentável (Substituição de torneiras comuns por torneiras com fechamento automático; retirada das duchas higiênicas; eliminação de vazamentos dentre outras medidas.), e que continuam sendo adotadas em atendimento ao referido programa.

No caso da energia elétrica verifica-se, no mesmo período, uma variação, a maior, de 6,18%, denotando que as medidas tomadas para a economia de energia elétrica continuam favorecendo o Ministério da Defesa. Citamos algumas das medidas adotadas: Retrofit das luminárias; diminuição da quantidade de lâmpadas nos corredores; desligamento da iluminação dos escritórios após as 19:00h; substituição dos aparelhos de ar condicionado de janela por modelos do tipo Split mais econômicos; desligamento do funcionamento do ar condicionado após as 18:00h, redução do número de elevadores em funcionamento diários e a permanência de apenas 01(um) elevador ligado após às 19:00hs e etc.

c. 3.No que tange ao consumo de papel, a baixa variação a maior (6,85%), demonstra que a medida até então adotada para a redução do consumo desse item (controle do consumo dos setores demandantes e solicitação de justificativas para demandas acima da média histórica) tem produzido resultado satisfatório, tendo em vista o incremento da força de trabalho, das atividades e dos temas afetos à Pasta de Defesa, ocorridas desde a edição da Estratégia Nacional de Defesa.

## **9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO**

### **9.1 Tratamento das deliberações exaradas em Acórdão do TCU**

O Tribunal de Contas da União (TCU), em face da TC nº 015.529/2010-0, que tem por matéria o Sistema Brasileiro de Previdência Pública, proferiu decisões por meio do Acórdão nº 2059/2012 (sessão plenário de 08/08/2012) direcionadas a SEORI/MD e a diversos outros órgãos da Administração Pública Federal.

Em vista das decisões do acórdão a Secretaria/DEORG interpôs recurso perante a Corte de Contas, em 27 de agosto de 2012. O recurso foi recebido e apreciado pelo TCU, que se pronunciou sobre a matéria por meio do Acórdão nº 2.468, de 11 de setembro de 2013, negando provimento aos termos do Recurso apresentado.

Desse modo, em relação à Avaliação Financeira e Atuarial, o DEORG deve, em conjunto com os Comandos das Forças Singulares, atender as seguintes deliberações do TCU:

- a) Incluir na Avaliação Financeira a projeção de despesas com inativos;
- b) Incluir a Projeção atuarial das FFAA no Relatório Resumido de Execução Orçamentária do Ministério da Fazenda (MF);
- c) Ponderar a conveniência e a oportunidade de se elaborar uma Avaliação Financeira e Atuarial das pensões especiais.

Todas essas deliberações serão contempladas na Avaliação Financeira e Atuarial a ser apresentada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ao final de março de 2014, a fim de compor o anexo do PLDO 2015. A deliberação afeta a exclusão da Projeção da Contribuição Patronal, que era realizada em similitude com a contribuição existente para os Servidores civis atendida desde a avaliação atuarial apresentada em 2013, correspondente ao ano-base 2012.

### **9.2 Tratamento das recomendações do OCI**

É oportuno registrar que no exercício de 2013 não houve nenhuma recomendação emanada pelo Órgão de Controle Interno-OCI, dirigida à Administração Central do Ministério da Defesa.

Nesse sentido, não há informações a serem inseridas nos quadros, cujas nomenclaturas estão relacionadas a seguir:

Quadro A.9.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI; e

Quadro A.9.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Com a finalidade de zelar pela correta aplicação dos recursos públicos da União, sob a responsabilidade da Secretaria, especialmente os de pessoal e dos benefícios assistenciais, é efetuado mensalmente fiscalização nos assentamentos funcionais e nos contracheques de aproximadamente 10% do efetivo de servidores e militares, com o objetivo de corrigir possíveis erros, tanto nas pastas funcionais quanto nos contracheques, além de resguardar os interesses dos servidores e evitar lesão aos cofres públicos. De modo que no final de cada exercício financeira a análise alcance 100% dos contracheques e das pastas.

No exercício de 2013, foi efetuada a análise de apenas 47,36% do efetivo. O índice abaixo do esperado ocorreu em função da sobrecarga de trabalho gerada pela demanda da nova estrutura, aprovada pelo Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, que implicou em aumento no efetivo de servidores e militares, em aproximadamente 40%, e por consequência, o fluxo das atividades da Administração Central do MD.



**QUADRO A.9.2/3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO  
OCI (DIPOS)**

Unidades Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério da Defesa			41066
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
36	Informação nº 010/2014/Geaud/Ciset-MD	vii	Memorando nº 073/2014/Geaud/Ciset-MD, de 24/02/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Organização Institucional			113057
Descrição da Recomendação			
Adotar providências no sentido de regularizar a situação dos imóveis à disposição dos permissionários indicados pela auditoria, observada a legislação de regência da matéria.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			075087
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Informo que, após sua notificação para desocupar os imóveis, os servidores José Maria da Anunciação Oliveira Serja e Elias Batista dos Santos Filho apresentaram requerimento, expondo suas razões e solicitando a permanência no imóvel até 31 de março e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.</p> <p>No que tange ao servidor José Maria da Anunciação Oliveira Serja, conforme despacho do Senhor Secretário de Organização Institucional (SEORI), com fulcro no Art. 24, da Instrução Normativa Nº 003/SEORI, de 13 de novembro de 2009, o pleito foi autorizado, em caráter improrrogável. Após a data prevista para a desocupação (31/03/2014), caso esta não ocorra, a Administração adotará as medidas necessárias à reintegração da posse.</p> <p>No tocante ao servidor Elias Batista dos Santos Filho, considerando a existência de servidores em fila de espera e o prazo de permanência solicitado, não foi autorizado o pleito.</p> <p>Todavia, levando em conta as razões expostas pelo servidor, principalmente o fato de não possuir condições de desocupar o imóvel sem o prejuízo próprio e de sua família, o que inevitavelmente resultaria em ação judicial de reintegração de posse e, ainda, o fato de existirem unidades residenciais desocupadas em Águas Claras, cujo rateio das</p>			

despesas estava sendo custeado pela administração, foi autorizada sua permanência em um daqueles PNR até 31 de dezembro de 2014, tendo a mudança de imóvel (do imóvel localizado na SQS 402, bloco “T”, Apto 103 para o imóvel localizado na QS 07, Lote 42, Bloco B, Apto 306) ocorrido em 24 de fevereiro de 2014.

Nesse contexto, é importante destacar que a autorização de permanência do servidor Elias Batista dos Santos Filho no imóvel funcional atendeu aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que uma ação de reintegração de posse, além de dispendiosa para a União, possivelmente não permitiria a desocupação imediata do imóvel, ou pelo menos até à data requerida pelo servidor. Ademais, o custeio das despesas referente ao imóvel ocupado pelo servidor em Águas Claras, antes arcado pela União, passou a ser de responsabilidade do servidor, resultando em economia para os cofres públicos.

Quanto ao SC Roberto Viana de Castro, informo que o mesmo foi designado para o serviço ativo do Exército, conforme publicado no Diário Oficial da União nº 42, de 28 de fevereiro de 2014, fazendo jus ao Próprio Nacional Residencial (PNR).

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Sem comentários.

### 9.3. Tratamento de Recomendações Feitas pela Unidade de Auditoria Interna

Não existe área de auditoria interna nesta UJ.

### 9.4 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.730/93

#### 9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela LEI Nº 8.730/93

#### QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	1
	Entregaram a DBR	-	-	1
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	417	202	964
	Entregaram a DBR	417	202	964
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SIRHU/IRRF

#### Análise crítica

A Divisão de Recursos Humanos da Secretaria/DEADI é o setor competente pela recepção, controle, guarda e adoção de medidas administrativas para o efetivo cumprimento da apresentação da Declaração de Bens e Rendas dos servidores e militares em exercício no MD, nos termos exigidos pela Lei nº 8.730, de 1993.

O controle do cumprimento ou não dessa obrigação é efetuado por meio de sistema interno desenvolvido especificamente para essa finalidade, posto não haver no âmbito da administração pública federal direta, sistema de controle compartilhado. O resultado do cumprimento dessa obrigatoriedade encontra-se demonstrado acima.

A Divisão de Recursos Humanos recebe as Declarações de Bens e Rendas e/ou da Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual da Pessoa Física e Declaração de Bens e Rendas, em meio físico, nos termos estabelecidos pela Instrução Normativa nº 67/TCU, de 2011. Essa medida foi trazida inicialmente pela Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 2007, e adotada pelo Ministério desde 2009.

Ressalta-se que um pequeno número de servidores e militares opta pela entrega da Declaração de Bens e Rendas. A grande maioria autoriza o acesso eletrônico às Declarações de Imposto de Renda da Pessoa Física.

Esses documentos são autuados e guardados no cofre existente na Coordenação de Pagamento da Divisão de Recursos Humanos, visando preservar a integridade e o sigilo fiscal dessas informações.

É oportuno registrar que, em 31 de dezembro de 2013, havia militares que ainda não exerciam cargo de confiança ou função comissionada, e por consequência não foram alcançados pela aplicação da Lei nº 8.730, de 1993. No entanto, foram informados sobre a necessidade de apresentar uma das modalidades trazidas pela Instrução Normativa nº 67/TCU, de 2011, embora não estivessem obrigados a fazê-lo. O resultado desse controle está demonstrado no quadro a seguir:

Controle de entrega	Ingressos	Egressos	Final do Exercício Financeiro
Militares s/função	71	33	50
Apresentaram	40	21	45
Não apresentaram	31	12	5

Fonte: SIRHU/IRRF

Por fim, registro que não é efetuado pela Divisão de Recursos Humanos análise para identificar incompatibilidade de patrimônio com a remuneração percebida por servidores e militares.

## 9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

### QUADRO A.9.5 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos	Não remetidas ao TCU				
	Débitos < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito			Não comprovação	Débito < R\$ 75.000				
1	0	0	0	0	0	0	0	0

No âmbito da Secretaria/Departamento de Administração Interna ocorreu apenas um caso de dano ao erário, objeto de Tomada de Contas Especial, instaurada por meio da Portaria no 2044/SEORI/SG/MD, de 8/7/2013. Essa TCE foi prorrogada pelas Portarias no 2889/SEORI/SG/MD, de 11/10/2013 e no 32/SEORI/SG/MD, de 10/1/2014, com prazo até 1/3/2014.

## **9.6 ALIMENTAÇÃO DO SIASG e do SICONV**

### **QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV**

#### **DECLARAÇÃO**

Eu, Rui Alencar Andrade, CPF nº 016777053-53, Ordenador de Despesas, exercido no Departamento de Administração Interna declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade Jurisdicionada estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708 de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

**RUI ALENCAR ANDRADE**  
CPF 01677705353  
Ordenador de Despesas  
Departamento de Administração Interna

## **10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

### **10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.**

Essa atividade é desenvolvida na Secretaria no âmbito do DEORG pelo Serviço de Informações ao Cidadão (SIC/MD).

Sobre as atividades desenvolvidas no ano de 2013 pelo SIC/MD, é relevante registrar o recebimento e análise de 387 (trezentos e oitenta e sete) pedidos de acesso à informação.

Desse conjunto de pedidos, cabem os seguintes destaques:

- a) 128 foram reencaminhados, pois abordavam tema de competência de outros órgãos;
- b) 259 pedidos foram tramitados internamente e providenciadas as suas respostas;
- c) Do universo (259) de pedidos cujas respostas foram oferecidas aos cidadãos, apenas 11 pedidos tiveram negativas de acesso, considerando que se referiam a informações de natureza sigilosa, pessoal ou classificados como genérico;
- d) 17 Recursos interpostos por cidadãos em face das respostas oferecidas pelo Ministério da Defesa. Desses recursos apenas 1 (um) tramitou perante a CGU em grau de 3ª instância, que acolheu os argumentos do MD e desproveu o pedido do cidadão recorrente;
- e) Realização 60 (sessenta) atendimentos presenciais, ocasiões em que orientou os cidadãos para o encaminhamento das suas solicitações, instruindo-os caso a caso;
- f) Recebimento, tratamento e respostas a 71 (setenta e um) correspondências eletrônicas (e-mails) recebidas, para as quais o SIC apresentou os encaminhamentos em face dos diversos assuntos tratados;
- g) Recebimento, tratamento e respostas para acionamentos da CGU. Em 2013, foram recebidos 5 (cinco) Ofícios e 2 (dois) Avisos provenientes da CGU, com a solicitação de providências afetas a demandas recursais de cidadãos com fundamento na Lei de Acesso à Informação.

Todas as comunicações tiveram tratamento e encaminhamentos concluídos.

### **10.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.**

Como demonstração dessa situação pode se registrar o fato de ter havido apenas um recurso em grau de 3ª instância – Controladoria-Geral da União, dentre os pedidos formulados perante o SIC/MD no exercício de 2013. O recurso mencionado foi desprovido, sendo acolhidos pela CGU os argumentos do MD.

### **10.3 Demonstração dos Resultados de Eventuais Pesquisas de Opinião**

A Secretaria/DEORG não realiza pesquisas do gênero. O resultado da atuação do Departamento em atividade que exige relacionamento com a sociedade é expresso pelo desempenho do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC/MD). Nesse contexto, cabe a menção ao fato já destacado anteriormente de ter havido apenas um recurso em grau de 3ª instância – Controladoria-Geral da União (CGU), dentre os pedidos formulados perante o SIC/MD no exercício de 2013, de um total de 259 pedidos de acesso à informação. O recurso acima mencionado se refere ao processo de NUP 09200.000201/2014-58, que abordou o tema exportação de produtos de defesa. Em sua análise a CGU deliberou pelo desprovimento. Com a decisão da CGU, pode se considerar que a qualidade das respostas ou prestação de informações apresentadas pelo ministério, por intermédio do SIC/MD, pode ser avaliada mediante os seguintes números:

- a) Total de Pedidos de Acesso à Informação apresentados em 2013 – 259
- b) Total de Recursos formulados em 1ª e 2ª instâncias (decisão interna) – 16
- c) Total de Recursos formulados em 3ª instância – 1
- d) Conclusão: não houve Recursos providos em 2013 em instância externa ao MD.

## **11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **11.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos**

Os cálculos e registros da depreciação dos bens do Ativo Imobilizado deste ministério observam o estabelecido na Macrofunção n.º 02.03.30 do Manual SIAFI, em consonância com as seguintes leis: Lei n.º 4320/64, Lei Complementar n.º 101/2000 e Lei n.º 10.180/2001 e, ainda, com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCT), a saber:

- a) Metodologia de cálculo – Método das Quotas Constantes, conforme o item n.º 47 da Macrofunção;
- b) As taxas de depreciação foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item n.º 27, do referido documento;
- c) Início da depreciação: bens adquiridos ao longo do exercício financeiro de 2010, conforme item n.º 14 da Macrofunção;
- d) A depreciação baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI;
- e) O patrimônio, a partir da depreciação, sofreu um decréscimo decorrente da perda de valor dos ativos e variação no resultado diminutivo extra-orçamentário.

## 11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.2.1 No exercício de 2013, as unidades gestoras 110404 – Departamento de Administração Interna/MD; 110407 – Departamento de Planejamento Orçamentário e Financeiro; e 110594 – Coordenação-Geral do Programa Calha Norte realizaram a execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação Completa (UJ)</b>		<b>Código da UG</b>	
<b>DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS</b>		<b>110407</b>	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília-DF,</b>	<b>Data</b>	<b>25/02/2014</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>Noêmia Silva Monteiro</b>	<b>CRC n.º</b>	<b>009784/0-9-DF</b>



## DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
<b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA - MD</b>		<b>110404</b>	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- divergência entre o Inventário Físico de Bens Patrimoniais e os saldos correlatos constantes no balancete da unidade no sistema SIAFI.</li></ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília-DF</b>	<b>Data</b>	<b>25/02/2014</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>Noêmia Silva Monteiro</b>	<b>CRC n.º</b>	<b>009784/0-9-DF</b>

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação Completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
<b>COORDENAÇÃO-GERAL DO PROGRAMA CALHA NORTE</b>			<b>110594</b>
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília-DF,</b>	<b>Data</b>	<b>25/02/2014</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>Noêmia Silva Monteiro</b>	<b>CRC n.º</b>	<b>009784/0-9-DF</b>

### **11.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008**

Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada. O Ministério da Defesa executou sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

## **12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO**

### **12.1 Setorial de Custos**

No exercício de 2013. O Ministério alterou sua estrutura regimental, conforme o Decreto nº 7974, de 1/4/13. Foram adotadas providências no sentido de instituir no órgão a Setorial de Custos, em atendimento à Portaria nº 716, de 24 de outubro de 2011, que dispõe sobre as competências dos Órgãos Central e Setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal.

Os trabalhos de implantação da Setorial de Custos vêm ocorrendo no órgão, com o apoio da Secretaria do Tesouro Nacional. A expectativa é que a Setorial de Custos contribua de forma favorável para o melhor aproveitamento dos recursos públicos, otimização dos resultados dos programas governamentais, maior qualidade e maior transparência do gasto público, redução do desperdício, buscando a melhora do desempenho institucional.

### **12.2 Tomada de Contas Especial**

Por meio da Portaria SEORI nº 2444/SEORI/SG/MD, de 08/07/2013 foi instaurada no exercício de 2013 Tomada de Contas Especial na unidade gestora 110404 – DEADI, conforme processo nº 60.580.000282/2013-16, resultante do levantamento realizado pelo Grupo de Trabalho instituído para apurar discrepâncias existentes entre os materiais de consumo adquiridos e consumidos, bem como as suas correspondências nos sistemas SIADS e SIAFI.

A Comissão de Tomada de Contas Especial ainda não concluiu seus trabalhos, restando em aberto a responsabilização dos agentes envolvidos e a quantificação que cabe a cada um, de acordo com o período apurado pelo Grupo de Trabalho. Foi realizado o registro no Balanço Patrimonial no valor de R\$ 9.341.244,29, na conta contábil 19.913.00.00 – Diversos Responsáveis em Apuração.

Durante o exercício de 2013 a unidade gestora promoveu as regularizações contábeis, visando à compatibilização dos valores registrados nos sistemas e o estoque físico existente, conforme apontado no processo nº 60.585.001597/2013-03, em atendimento ao Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 101/2012/GEAUD/CISET-MD.

O Inventário Físico Anual de Bens de Consumo do Almoarifado, formalizado por meio do processo nº 60.585.004685/2013-94, realizado no final do exercício em análise, concluiu no seu Relatório que os saldos físicos conferem com os registros nos sistemas.

## ROL DE RESPONSÁVEIS

IN- TCU nº 63/2010, arts. 10 e 11.

<b>UNIDADE JURISDICIONADA</b>	110622- SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA				
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>					
<b>Nome:</b>	ARI MATOS CARDOSO			<b>CPF:</b>	006.372.387-53
<b>Endereço Residencial:</b>	SQS 112 BLOCO B APTO 304 – ASA SUL				
<b>Cidade:</b>	BRASILIA	<b>UF:</b>	DF	<b>CEP:</b>	70375-020
<b>Telefone:</b>	3345-5448	<b>Fax:</b>	3312-4233	<b>e-Mail:</b>	ari.matos@defesa.gov.br
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>					
<b>Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)</b>	DIRIGENTE MÁXIMO				
<b>Nome do Cargo ou Função:</b>	SECRETÁRIO-GERAL				
<b>Ato de Designação</b>		<b>Ato de Exoneração</b>		<b>Período de gestão no exercício</b>	
<b>Nome e número</b>	<b>Data</b>	<b>Nome e número</b>	<b>Data</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
DECRETO	22/ABR/2013			23/ABR/201	31/DEZ/2012

<b>UNIDADE JURISDICIONADA</b>	110622- SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA				
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>					
<b>Nome:</b>	LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO			<b>CPF:</b>	097.834.401-44
<b>Endereço Residencial:</b>	SQN 314 BLOCO H APTO 605				
<b>Cidade:</b>	BRASÍLIA	<b>UF:</b>	DF	<b>CEP:</b>	70767-080
<b>Telefone:</b>	3347-0228	<b>Fax:</b>	3312-4233	<b>e-Mail:</b>	luiz.cordeiro@defesa.gov.br
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>					
<b>Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)</b>	DIRIGENTE MÁXIMO - SUBSTITUTO				
<b>Nome do Cargo ou Função:</b>	SECRETÁRIO-GERAL SUBSTITUTO				
<b>Ato de Designação</b>		<b>Ato de Exoneração</b>		<b>Período de gestão no exercício</b>	
<b>Nome e número</b>	<b>Data</b>	<b>Nome e número</b>	<b>Data</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
PORTARIA 1930	25/JUN/2013			26/JUN/2013	31/DEZ/2013

<b>UNIDADE JURISDICIONADA</b>		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA - DEADI					
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>							
<b>Nome:</b>	FERNANDO BAUER					<b>CPF:</b>	856.162.818-91
<b>Endereço Residencial:</b>	SQS 402, BLOCO "S", AP 206 – ASA SUL						
<b>Cidade:</b>	BRASÍLIA				<b>UF:</b>	DF	<b>CEP:</b> 70236-190
<b>Telefone:</b>	(061) 3324.3614		<b>Fax:</b>	(061) 3312.8645		<b>e-Mail:</b>	fernando.bauer@defesa.gov.br
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>							
<b>Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)</b>	001 - DIRIGENTE MÁXIMO DA UJ - TITULAR						
<b>Nome do Cargo ou Função:</b>	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA						
<b>Ato de Designação</b>		<b>Ato de Exoneração</b>			<b>Período de gestão no exercício</b>		
<b>Nome e número</b>	<b>Data</b>	<b>Nome e número</b>	<b>Data</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>		
PORT NR 1185	14NOV2007	-	-	01JAN2013	31DEZ2013		

<b>UNIDADE JURISDICIONADA</b>		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA					
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>							
<b>Nome:</b>	RUI ALENCAR ANDRADE					<b>CPF:</b>	016.777.053-53
<b>Endereço Residencial:</b>	SQS 112, BLOCO "D" AP 504 – ASA SUL						
<b>Cidade:</b>	BRASÍLIA				<b>UF:</b>	DF	<b>CEP:</b> 70375-040
<b>Telefone:</b>	(061) 3312.4104		<b>Fax:</b>	(061) 3312.4320		<b>e-Mail:</b>	rui.andrade@defesa.gov.br
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>							
<b>Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)</b>	001 - DIRIGENTE MÁXIMO DA UJ - SUBSTITUTO						
<b>Nome do Cargo ou Função:</b>	ORDENADOR DE DESPESAS - SUBSTITUTO						
<b>Ato de Designação</b>		<b>Ato de Exoneração</b>			<b>Período de gestão no exercício</b>		
<b>Nome e número</b>	<b>Data</b>	<b>Nome e número</b>	<b>Data</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>		
DOU NR 244	22DEZ2010	-	-	01JAN2013	31DEZ2013		

<b>UNIDADE JURISDICIONADA</b>		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA			
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>					
<b>Nome:</b>	ARI MATOS CARDOSO			<b>CPF:</b>	006.372.387-53
<b>Endereço Residencial:</b>	SQS 112, BLOCO "B", AP 304 – ASA SUL				
<b>Cidade:</b>	BRASÍLIA	<b>UF:</b>	DF	<b>CEP:</b>	70375-20
<b>Telefone:</b>	(061) 3312.9039	<b>Fax:</b>	(061) 3312.9039	<b>e-Mail:</b>	ari.cardoso@defesa.gov.br
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>					
<b>Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)</b>	100 - ORDENADOR DE DESPESAS - TITULAR				
<b>Nome do Cargo ou Função:</b>	SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA				
<b>Ato de Designação</b>		<b>Ato de Exoneração</b>		<b>Período de gestão no exercício</b>	
<b>Nome e número</b>	<b>Data</b>	<b>Nome e número</b>	<b>Data</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
DOU NR 154	10AGO2007	DEC CASA CIVIL	22ABR2013	01JAN2013	21ABR2013

<b>UNIDADE JURISDICIONADA</b>		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA			
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>					
<b>Nome:</b>	LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA CORDEIRO			<b>CPF:</b>	097.834.401-44
<b>Endereço Residencial:</b>	SQN 314, BLOCO "H", AP 605 – ASA NORTE				
<b>Cidade:</b>	BRASÍLIA	<b>UF:</b>	DF	<b>CEP:</b>	70767-080
<b>Telefone:</b>	(061)3312.4224	<b>Fax:</b>	(061)3312.4224	<b>e-Mail:</b>	luiz.cordeiro@defesa.gov.br
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>					
<b>Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)</b>	100 - ORDENADOR DE DESPESAS - TITULAR				
<b>Nome do Cargo ou Função:</b>	SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA				
<b>Ato de Designação</b>		<b>Ato de Exoneração</b>		<b>Período de gestão no exercício</b>	
<b>Nome e número</b>	<b>Data</b>	<b>Nome e número</b>	<b>Data</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
PORT NR 421 CASA CIVIL	06JUN2013	-	-	06JUN2013	31DEZ2013

<b>UNIDADE JURISDICIONADA</b>		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA			
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>					
<b>Nome:</b>	INÁCIO JOSÉ BARREIRA DANZIATO			<b>CPF:</b>	050.180.803-53
<b>Endereço Residencial:</b>	SQSW 105, BLOCO "C" AP 604 - SUDOESTE				
<b>Cidade:</b>	BRASÍLIA	<b>UF:</b>	DF	<b>CEP:</b>	70170-423
<b>Telefone:</b>	(061) 3312.8559	<b>Fax:</b>	(061) 3312.8559	<b>e-Mail:</b>	inacio.danziato@defesa.gov.br
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>					
<b>Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)</b>	100 - ORDENADOR DE DESPESAS - SUBSTITUTO				
<b>Nome do Cargo ou Função:</b>	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO				
<b>Ato de Designação</b>		<b>Ato de Exoneração</b>		<b>Período de gestão no exercício</b>	
<b>Nome e número</b>	<b>Data</b>	<b>Nome e número</b>	<b>Data</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
PORT NR 487	17MAR2011	PORT CASA CIVIL	19NOV2013	01JAN2013	18NOV2013

<b>UNIDADE JURISDICIONADA</b>		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA			
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>					
<b>Nome:</b>	RUI ALENCAR ANDRADE			<b>CPF:</b>	016.777.053-53
<b>Endereço Residencial:</b>	SQS 112, BLOCO "D" AP 504 – ASA SUL				
<b>Cidade:</b>	BRASÍLIA	<b>UF:</b>	DF	<b>CEP:</b>	70375-040
<b>Telefone:</b>	(061) 3312.4104	<b>Fax:</b>	(061) 3312.4320	<b>e-Mail:</b>	rui.andrade@defesa.gov.br
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>					
<b>Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)</b>	ORDENADOR DE DESPESAS POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA				
<b>Nome do Cargo ou Função:</b>	ORDENADOR DE DESPESAS POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA				
<b>Ato de Designação</b>		<b>Ato de Exoneração</b>		<b>Período de gestão no exercício</b>	
<b>Nome e número</b>	<b>Data</b>	<b>Nome e número</b>	<b>Data</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
PORT NR 848/03	04SET2003	-	-	01JAN2013	31DEZ2013

<b>UNIDADE JURISDICIONADA</b>		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA			
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>					
<b>Nome:</b>	ARI MATOS CARDOSO			<b>CPF:</b>	006.372.387-53
<b>Endereço Residencial:</b>	SQS 112, BLOCO "B", AP 304 – ASA SUL				
<b>Cidade:</b>	BRASÍLIA	<b>UF:</b>	DF	<b>CEP:</b>	70375-20
<b>Telefone:</b>	(061) 3312.9039	<b>Fax:</b>	(061) 3312.9039	<b>e-Mail:</b>	ari.cardoso@defesa.gov.br
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>					
<b>Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)</b>	132 - DIRIGENTE MÁXIMO DA UJ QUE APRESENTA CONTAS - TITULAR				
<b>Nome do Cargo ou Função:</b>	SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA				
<b>Ato de Designação</b>		<b>Ato de Exoneração</b>		<b>Período de gestão no exercício</b>	
<b>Nome e número</b>	<b>Data</b>	<b>Nome e número</b>	<b>Data</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
DECRETO	22ABR2013	-	-	22ABR2013	31DEZ2013

<b>UNIDADE JURISDICIONADA</b>		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA			
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>					
<b>Nome:</b>	LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA CORDEIRO			<b>CPF:</b>	097.834.401-44
<b>Endereço Residencial:</b>	SQN 314, BLOCO "H", AP 605 – ASA NORTE				
<b>Cidade:</b>	BRASÍLIA	<b>UF:</b>	DF	<b>CEP:</b>	70767-080
<b>Telefone:</b>	(061)3312.4224	<b>Fax:</b>	(061)3312.4224	<b>e-Mail:</b>	luiz.cordeiro@defesa.gov.br
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>					
<b>Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)</b>	132 - DIRIGENTE MÁXIMO DA UJ QUE APRESENTA CONTAS - SUBSTITUTO				
<b>Nome do Cargo ou Função:</b>	SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA				
<b>Ato de Designação</b>		<b>Ato de Exoneração</b>		<b>Período de gestão no exercício</b>	
<b>Nome e número</b>	<b>Data</b>	<b>Nome e número</b>	<b>Data</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
PORT NR 421 CASA CIVIL	06JUN2013	-	-	06JUN2013	31DEZ2013

Brasília, 28 de fevereiro de 2014

RUI ALENCAR ANDRADE  
Ordenador de Despesas

FRANCISCO JOSÉ DO NASCIMENTO  
Gestor Financeiro



**“ANEXO I”**

**4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa**

**QUADRO 4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa**

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Concedidos</b>	110407	110404	05122210809HB0001	2.560.450,49	0,00	0,00
	110407	110404	05122210820TP0001	50.452.404,03	0,00	0,00
	110407	110404	09272008901810001	12.436.718,39	0,00	0,00
	110407	110511	05122210820TP0001	4.102.103,87	0,00	0,00
	110407	110402	05128210820550001	0,00	0,00	7.278.016,00
	110407	110402	05153205820X70001	0,00	0,00	34.000,00
	110407	110402	0521220582D550001	0,00	0,00	800.278,25
	110407	110404	04121212514VN0001	0,00	0,00	166.729,95
	110407	110404	05121205520T40001	0,00	0,00	185.092,57
	110407	110404	05122205820X60001	0,00	0,00	256.144,32
	110407	110404	05122210820000001	0,00	0,00	294.631,15
	110407	110404	05128210820550001	0,00	0,00	18.000,00
	110407	110404	0515320552B280001	0,00	0,00	181.275,23
	110407	110404	05153205814SY0001	0,00	0,00	184.423,00
	110407	110404	05153205820X30001	0,00	0,00	413.304,94
	110407	110404	05153205820X70001	0,00	0,00	1.627.364,89
	110407	110404	05183210828660001	0,00	0,00	107.879,20
	110407	110404	05212205720X10001	0,00	0,00	873.984,71
	110407	110404	0521220582D550001	0,00	0,00	2.303.282,80
	110407	110404	05243205820IG0001	0,00	0,00	1.001.333,90
	110407	110404	05301210820040001	0,00	0,00	5.899.197,40
	110407	110404	05306210820120001	0,00	0,00	3.297.360,82
	110407	110404	05331210820110001	0,00	0,00	265.489,46
	110407	110404	05333205865570001	0,00	0,00	84.397,62
	110407	110404	05365210820100001	0,00	0,00	47.895,72
	110407	110404	05366205884250001	0,00	0,00	1.968.989,34
	110407	110404	05542205820X40001	0,00	0,00	522.494,14
	110407	110404	05722205820X50001	0,00	0,00	20.175.239,07
	110407	110404	27811203520D80001	0,00	0,00	2.429.325,95
	110407	110404	27812203520JP0001	0,00	0,00	96.828,40
	110407	110404	27812203520JQ0001	0,00	0,00	9.722,60
	110407	110406	05121205520T40001	0,00	0,00	118.772,44
110407	110406	0521220582D550001	0,00	0,00	1.931.510,61	
110407	110511	05153205814SY0001	0,00	0,00	15.074,16	
110407	110511	05542205820X40001	0,00	0,00	22.379.220,84	
	<b>TOTAL</b>			<b>69.551.676,78</b>	<b>0,00</b>	<b>74.967.259,48</b>
<b>Recebidos</b>	110407	112408	05122210820000001			11.488,50
	<b>TOTAL</b>					<b>11.488,50</b>

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
<b>Concedidos</b>	110407	110402	05128210820550001	500.000,00	0,00	0,00
	110407	110402	0521220582D550001	8.500,00	0,00	0,00
	110407	110404	05722205820X50001	756.994,70	0,00	0,00
	110407	110406	0521220582D550001	43.523,99	0,00	0,00
	110407	110511	05542205820X40001	7.700.140,70	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110011	79.350.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110012	27.760.250,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110013	56.400.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110014	45.451.844,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110016	36.643.240,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110154	3.000.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110157	3.500.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110159	850.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110161	1.950.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110165	2.100.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110166	4.970.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110170	1.700.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110211	2.000.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110221	1.000.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110238	20.400.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110239	1.000.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110244	2.500.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110397	1.200.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110401	400.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110402	13.400.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110403	4.500.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110405	1.900.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110407	5.000.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812110408	2.000.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812117000	2.000.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812117002	4.000.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812117006	1.000.000,00	0,00	0,00
	110407	110594	05244205812117008	2.000.000,00	0,00	0,00
110407	110594	05244205812117010	2.110.000,00	0,00	0,00	
110407	110594	05244205812117012	200.000,00	0,00	0,00	
	<b>TOTAL</b>			<b>339.294.493,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	110407	120002	05122210809HB0001	7.234.333,26	0,00	0,00
	110407	120002	09272008901790001	6.900.000,00	0,00	0,00
	110407	120002	09272008901810001	5.099.820,00	0,00	0,00
	110407	120002	09274210807390001	472.020,06	0,00	0,00
	110407	772001	05122210820TP0001	60.810.000,00	0,00	0,00
	110407	772001	05122210809HB0001	205.000,00	0,00	0,00
	110407	772001	05122210820TP0001	968.333,00	0,00	0,00
	110407	772001	09272008901810001	1.073.194,00	0,00	0,00
	110407	120002	20122210520000001	0,00	0,00	93.453,91
	110407	120002	05301210820040001	0,00	0,00	474.810,40
	110407	120002	08244206989290001	0,00	0,00	1.565.304,00
	110407	120002	04121212514VN0001	0,00	0,00	7.405.272,85
	110407	120002	05122210820000001	0,00	0,00	91.215,00
	110407	120002	10423206520YP0001	0,00	0,00	3.269.330,74
	110407	120002	12128210945720035	0,00	0,00	1.080,00
	110407	120002	12306203087440001	0,00	0,00	241.968,89
	110407	120002	12364203204870001	0,00	0,00	184.571,08
	110407	120002	12364203220RN0001	0,00	0,00	494.953,35
	110407	120002	12368203020RM0001	0,00	0,00	1.550.374,93
	110407	120002	214222066210R0001	0,00	0,00	47.115,54
	110407	120002	261222101210F0001	0,00	0,00	115.568,47
	110407	120002	26125201729120001	0,00	0,00	954.548,42
	110407	120002	26781201714UC0001	0,00	0,00	2.787.017,54
	110407	120002	27811203520D80001	0,00	0,00	647.807,32
	110407	120002	27812203520JP0001	0,00	0,00	393.776,93
	110407	120002	27812203520JQ0001	0,00	0,00	139.983,96
	110407	160509	04122210120000001	0,00	0,00	87.107,87
	110407	160509	0418220592B270001	0,00	0,00	69.710,85
	110407	160509	04122210146930001	0,00	0,00	34.558,05
	110407	160509	06183210126840001	0,00	0,00	1.235.524,00
	110407	160509	04121210166620001	0,00	0,00	159.912,97
	110407	160509	05301210820040001	0,00	0,00	946.531,75
	110407	160509	05122210820000001	0,00	0,00	2.879,36
110407	160509	05306210820120001	0,00	0,00	3.293,66	

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão							
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Concedidos	110407	160509	05571204623450001	0,00	0,00	0	
	110407	160509	05122210820000001	0,00	0,00	7.264,00	
	110407	160509	20122210520000001	0,00	0,00	0	
	110407	160509	20609202820ZW0001	0,00	0,00	505.380,00	
	110407	160509	03062058142640001	0,00	0,00	18.581,03	
	110407	160509	19571204012QB0001	0,00	0,00	420.986,49	
	110407	160509	10302201585850001	0,00	0,00	84.960,99	
	110407	160509	10302201585850013	0,00	0,00	525.130,79	
	110407	160509	10423206520YP0001	0,00	0,00	919.440,77	
	110407	160509	06182204022BO0105	0,00	0,00	60.003.784,34	
	110407	160509	06182204022BO0107	0,00	0,00	154.125.097,94	
	110407	160509	06182204022BO6500	0,00	0,00	509.612.314,70	
	110407	160509	08244206989290001	0,00	0,00	1.754.824,00	
	110407	160509	08306206927840001	0,00	0,00	1.336.000,00	
	110407	160509	04122210120000001	0,00	0,00	193.422,10	
	110407	160509	05122210820000001	0,00	0,00	36.449,82	
	110407	772001	05306210820120001	0,00	0,00	7.686,00	
	110407	772001	05301210820040001	0,00	0,00	11.536,07	
	110407	772001	05301210820040001	0,00	0,00	32.854,69	
	110407	772001	08244206989290001	0,00	0,00	1.679.872,00	
	110407	772001	04121212514VN0001	0,00	0,00	6.183.220,41	
	110407	772001	05122210820000001	0,00	0,00	93.813,92	
	110407	772001	10423206520YP0001	0,00	0,00	154.970,88	
	110407	772001	12306203087440001	0,00	0,00	53.400,00	
	110407	772001	12368203020RM0001	0,00	0,00	1.250.496,63	
	110407	772001	27811203520D80001	0,00	0,00	1.635.679,18	
	110407	772001	27812203520JP0001	0,00	0,00	743.470,61	
	110407	772001	27812203520JQ0001	0,00	0,00	100.000,00	
		<b>TOTAL</b>			<b>82.762.700,32</b>	<b>0,00</b>	<b>764.488.309,20</b>

<b>Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Recebidos</b>	110001	110407	04122210120000001	0,00	0,00	87.107,87
	110030	110407	0418220592B270001	0,00	0,00	69.710,85
	110035	110407	04122210146930001	0,00	0,00	34.558,05
	110120	110407	06183210126840001	0,00	0,00	1.235.524,00
	110355	110407	04121210166620001	0,00	0,00	159.912,97
	120024	110407	05122210820000001	0,00	0,00	14.685,60
	120025	110407	05306210820120001	0,00	0,00	7.686,00
	120050	110407	05301210820040001	0,00	0,00	958.393,84
	120064	110407	05122210820000001	0,00	0,00	2.879,36
	120100	110407	05306210820120001	0,00	0,00	3.293,66
	120111	110407	05122210820000001	0,00	0,00	7.264,00
	130002	110407	20122210520000001	0,00	0,00	93.453,91
	130007	110407	20609202820ZW0001	0,00	0,00	505.380,00
	160505	110407	05301210820040001	0,00	0,00	507.665,09
	200097	110407	03062058142640001	0,00	0,00	18.581,03
	240224	110407	19571204012QB0001	0,00	0,00	443.039,42
	250931	110407	10302201585850001	0,00	0,00	84.960,99
	250931	110407	10302201585850013	0,00	0,00	525.130,79
	530012	110407	06182204022BO0105	0,00	0,00	60.003.784,34
	530012	110407	06182204022BO0107	0,00	0,00	154.125.097,94
	530012	110407	06182204022BO6500	0,00	0,00	509.853.985,45
	550008	110407	08244206989290001	0,00	0,00	5.000.000,00

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Recebidos</b>	550008	110407	08306206927840001	0,00	0,00	1.336.000,00
	60025	110407	02061056642250001	0,00	0,00	5.000,00
	110355	110407	04121210166620001	0,00	0,00	64.879,70
	201002	110407	04121212514VN0001	0,00	0,00	25.509.535,05
	110005	110407	04122210120000001	0,00	0,00	193.422,10
	120002	110407	05122210820000001	0,00	0,00	306.000,00
	240005	110407	07122211820000001	0,00	0,00	167.919,81
	257001	110407	10423206520YP0001	0,00	0,00	4.053.821,51
	153031	110407	12128210945720035	0,00	0,00	1.080,00
	153031	110407	12306203087440001	0,00	0,00	962.484,68
	154003	110407	12364203204870001	0,00	0,00	506.941,79
	153978	110407	12364203220RN0001	0,00	0,00	494.953,35
	180002	110407	12368203020RM0001	0,00	0,00	5.080.806,06
	200401	110407	14422202060670001	0,00	0,00	157.060,00
	120002	110407	19572205620VB0001	0,00	0,00	8.206,45
	490002	110407	214222066210R0001	0,00	0,00	47.115,54
	490002	110407	261222101210F0001	0,00	0,00	115.568,47
	113214	110407	26125201729120001	0,00	0,00	954.548,42
	180002	110407	26781201714UC0001	0,00	0,00	2.787.017,54
	180002	110407	27811203520D80001	0,00	0,00	10.341.951,94
	180002	110407	27812203520JP0001	0,00	0,00	2.649.603,46
	180002	110407	27812203520JQ0001	0,00	0,00	930.223,37
		<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
<b>Concedidos</b>	110407	120002	04121212514VN0001	30.168.459,80	0,00	0,00
	110407	120002	261222101210F0001	100.940,33	0,00	0,00
	110407	120002	26781201714UC0001	144.190.261,47	0,00	0,00
	110407	120002	27812203554500001	890.139,95	0,00	0,00
	110407	160509	02122056911RV0101	293.177,89	0,00	0,00
	110407	160509	02122056911RV5664	1.200.703,00	0,00	0,00
	110407	160509	0418220592B270001	372.021,16	0,00	0,00
	110407	160509	04122210146930001	1.004.274,84	0,00	0,00
	110407	160509	26781201714UC0001	6.106.145,81	0,00	0,00
	110407	160509	18544202610ZW0001	2.791.923,99	0,00	0,00
	110407	160509	19571204012QB0001	94.570,79	0,00	0,00
	110407	160509	18544205112EP0020	4.315.698,10	0,00	0,00
	110407	160509	18544205159000020	783.692,94	0,00	0,00
	110407	160509	20608205214TI0001	2.592.785,02	0,00	0,00
	110407	772001	05153205820XG0001	4.141.000,00	0,00	0,00
	110407	772001	04121212514VN0001	13.104.743,47	0,00	0,00
	110407	772001	27812203554500001	1.320.000,00	0,00	0,00
		<b>TOTAL</b>			<b>213.470.538,56</b>	<b>0,00</b>
<b>Recebidos</b>	90032	110407	02122056911RV0101	293.177,89	0,00	0,00
	90032	110407	02122056911RV5664	1.200.703,00	0,00	0,00
	110030	110407	0418220592B270001	372.021,16	0,00	0,00
	110037	110407	04122210146930001	1.004.274,84	0,00	0,00
	110591	110407	26781201714UC0001	6.201.527,00	0,00	0,00
	160507	110407	05153205820XG0001	4.141.000,00	0,00	0,00
	195013	110407	18544202610ZW0001	2.799.399,09	0,00	0,00
	240224	110407	19571204012QB0001	200.000,00	0,00	0,00
	530013	110407	18544205112EP0020	4.321.481,22	0,00	0,00
	530013	110407	18544205159000020	783.692,94	0,00	0,00
	580008	110407	20608205214TI0001	2.592.785,02	0,00	0,00
	201002	110407	04121212514VN0001	73.567.307,98	0,00	0,00
	154003	110407	12368203020RM0001	725.040,02	0,00	0,00
	560003	110407	1545120541D730029	355.760,00	0,00	0,00
	180002	110407	261222101210F0001	100.940,33	0,00	0,00
	110591	110407	26781201714UC0001	144.190.261,47	0,00	0,00
	180002	110407	27812203520JP0001	13.000,00	0,00	0,00
	180002	110407	27812203554500001	5.090.139,95	0,00	0,00
	<b>TOTAL</b>			<b>247.952.511,91</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**“ANEXO III”**

**6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ**

SITUAÇÃO	UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel (1)			Despesas no Exercício	
					Vlr Histórico	Data da Avaliação	Vlr Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupado	110404	9701190205000	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701190215005	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701190225000	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701189735009	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	8.311,99
Ocupado	110404	9701189745004	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701189755000	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701189765005	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701189775000	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	127,09
Ocupado	110404	9701189785006	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701190235006	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701190245001	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701190255007	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	5.249,72
Ocupado	110404	9701190265002	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701190255008	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701190285003	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701190295009	15	2	846.197,88	28/12/2008	846.197,88	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176835000	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176775007	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176785002	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176805003	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176725000	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	663,00



Ocupado	110404	9701176735005	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	798,90
Ocupado	110404	9701176745000	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176575008	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176635000	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	2.005,87
Ocupado	110404	9701189325005	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701189335000	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	23.693,15
Ocupado	110404	9701176655001	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701189315000	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176665007	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176685008	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176695003	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176715004	15	2	547.557,53	28/12/2008	547.557,53	0,00	483,85
Ocupado	110404	9701175415007	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175425002	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	44,09
Em manutenção	110404	9701175435008	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175445003	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175505006	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	6.772,72
Ocupado	110404	9701175415007	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175525007	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175545008	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175555003	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	4.653,99
Em manutenção	110404	9701175565009	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	120,44
Ocupado	110404	9701175575004	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	8.884,69
Ocupado	110404	9701175585000	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175595005	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	758,41
Em manutenção	110404	9701175615006	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175625001	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175255000	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00

Ocupado	110404	9701189345006	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701189355001	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	3.862,93
Ocupado	110404	9701175165000	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175175006	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175195007	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175205002	15	2	556.617,27	28/12/2008	556.617,27	0,00	24.954,00
Ocupado	110404	9701174995000	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175005003	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	33.340,55
Ocupado	110404	9701174755009	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Em manutenção	110404	9701174765004	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174775000	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174785005	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174795000	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174805006	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174815001	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174825007	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174835002	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174845008	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174855003	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	1.317,94
Ocupado	110404	9701174595001	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174615002	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174625008	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174635003	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174645009	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174865009	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174665000	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	4.579,42
Em manutenção	110404	9701174675005	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174685000	15	2	555.844,53	28/12/2008	556.617,27	0,00	0,00

Ocupado	110404	9701174695006	15	2	556.617,27	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176055004	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176065000	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176075005	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	34.139,48
Ocupado	110404	9701176085000	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176095006	15	3	447.986,37	28/12/2008	464.128,93	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176105001	15	3	464.128,93	28/12/2008	464.128,93	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176125002	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176135008	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176145003	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176155009	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176165004	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176175000	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175635007	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175645002	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175655008	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175665003	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175675009	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175685004	15	3	448.111,20	28/12/2008	448.111,20	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176405005	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	623,23
Ocupado	110404	9701176445007	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176435001	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176365003	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	1.214,33
Ocupado	110404	9701176355008	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701176345002	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	334,36
Em manutenção	110404	9701176335007	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	1.395,76
Ocupado	110404	9701174265001	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174275007	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	286,02

Ocupado	110404	9701174285002	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174295008	15	4	274.154,38	28/12/2008	274.154,38	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174305003	15	4	299.325,06	28/12/2008	299.325,06	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174315009	15	4	274.154,38	28/12/2008	274.154,38	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174325004	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174335000	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174345005	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174355000	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174385007	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	15.530,45
Ocupado	110404	9701174425009	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	13.478,32
Em manutenção	110404	9701174435004	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	987,17
Ocupado	110404	9701174445000	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174405008	15	4	274.154,38	28/12/2008	274.154,38	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701189425000	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701189435005	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174455005	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174465000	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174095009	15	4	299.325,06	28/12/2008	299.325,06	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174115000	15	4	299.325,06	28/12/2008	299.325,06	0,00	563,28
Ocupado	110404	9701174125005	15	4	274.154,38	28/12/2008	274.154,38	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174135000	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174145006	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174155001	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174165007	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174175002	15	4	299.325,06	28/12/2008	299.325,06	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174195003	15	4	299.325,06	28/12/2008	299.325,06	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174215004	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174225000	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00

Ocupado	110404	9701174255006	15	4	299.325,06	28/12/2008	299.325,06	0,00	0,00
Em manutenção	110404	9701167485000	15	4	450.597,13	28/12/2008	450.597,13	0,00	20.934,76
Ocupado	110404	9701167065000	15	4	475.518,01	28/12/2008	475.518,01	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701167145004	15	4	351.587,72	28/12/2008	351.587,72	0,00	183,95
Ocupado	110404	9701167205007	15	4	430.614,27	28/12/2008	430.614,27	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701242165003	15	4	425.622,28	28/12/2008	425.622,28	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701167255004	15	4	409.376,73	28/12/2008	409.376,73	0,00	10.685,20
Ocupado	110404	9701166595006	15	4	475.518,01	28/12/2008	475.518,01	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701166615007	15	4	409.376,73	28/12/2008	409.376,73	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701165855004	15	4	475.518,01	28/12/2008	475.518,01	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701165915007	15	4	475.518,01	28/12/2008	475.518,01	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701166255000	15	4	450.597,13	28/12/2008	450.597,13	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701165235006	15	4	475.518,01	28/12/2008	475.518,01	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701165265002	15	4	475.518,01	28/12/2008	475.518,01	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701165295009	15	4	409.376,73	28/12/2008	409.376,73	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701165315000	15	4	450.597,13	28/12/2008	450.597,13	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701165335000	15	4	475.518,01	28/12/2008	475.518,01	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173405004	15	3	338.845,52	28/12/2008	338.845,52	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173415000	15	3	338.845,52	28/12/2008	338.845,52	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173365002	15	3	316.159,47	28/12/2008	316.159,47	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175285006	15	3	316.159,47	28/12/2008	316.159,47	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175235009	15	3	316.159,47	28/12/2008	316.159,47	0,00	557,01
Ocupado	110404	9701173205005	15	3	316.159,47	28/12/2008	316.159,47	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173215000	15	3	316.159,47	28/12/2008	316.159,47	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173225006	15	3	316.159,47	28/12/2008	316.159,47	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173235001	15	3	316.159,47	28/12/2008	316.159,47	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173245007	15	3	316.159,47	28/12/2008	316.159,47	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173255002	15	3	338.845,52	28/12/2008	338.845,52	0,00	0,00

Ocupado	110404	9701173265008	15	3	338.845,52	28/12/2008	338.845,52	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173275003	15	3	338.845,52	28/12/2008	338.845,52	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173285009	15	3	338.845,52	28/12/2008	338.845,52	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173295004	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173305000	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173315005	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	97011733035002	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173325000	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173045008	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173055003	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173065009	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	216,72
Ocupado	110404	9701173075004	15	3	338.845,52	28/12/2008	338.845,52	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173085000	15	3	338.845,52	28/12/2008	338.845,52	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173095005	15	3	338.845,52	28/12/2008	338.845,52	0,00	312,23
Ocupado	110404	9701173105000	15	3	338.845,52	28/12/2008	338.845,52	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173115006	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173125001	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9101173135007	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173155008	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173165003	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	145,26
Ocupado	110404	9701173175009	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172915009	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172925004	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	229,78
Ocupado	110404	9701172935000	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172945005	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172955000	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172955006	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172975001	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00

Ocupado	110404	9701172985007	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172995002	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173005006	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172835005	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701189365007	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	4.618,18
Ocupado	110404	9701172845000	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172855006	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172645001	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	456,64
Ocupado	110404	9701172695009	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	1.159,22
Ocupado	110404	9701064865004	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172715000	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172725005	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172735000	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173385003	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172745006	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172755001	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172765007	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172775002	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172785008	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172795003	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	814,93
Ocupado	110404	9701172585009	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172595004	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172615005	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172625000	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172635006	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701188585003	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172485004	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172495000	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00

Ocupado	110404	9701172505005	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172515000	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172805009	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172525006	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701172535001	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701164455002	15	2	172.540,13	28/12/2008	172.540,13	0,00	126,78
Ocupado	110404	9701164465008	15	3	144.638,63	28/12/2008	144.638,63	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701168385009	15	3	87.071,56	28/12/2008	87.071,56	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701164615000	15	2	87.071,56	28/12/2008	87.071,56	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701164625005	15	2	87.071,56	28/12/2008	87.071,56	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701164635000	15	2	87.071,56	28/12/2008	87.071,56	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701177355001	15	2	87.071,56	28/12/2008	87.071,56	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701162395002	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701162325004	15	4	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701162285002	15	4	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
Em manutenção	110404	9701162255006	15	4	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701162395002	15	4	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701162185008	15	4	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701162165007	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701162105004	15	4	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701162085003	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701159635006	15	4	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701159615005	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701160095001	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701160085006	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701160075000	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701160065005	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701160055000	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00



Em manutenção	110404	9701160365009	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701160385000	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701160235008	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701160195006	15	3	103.330,42	28/12/2008	103.330,42	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173955004	15	3	131.502,05	28/12/2008	131.512,05	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173735004	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	3.080,63
Ocupado	110404	9701173745000	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.777,89	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173755005	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.777,89	0,00	3.565,99
Ocupado	110404	9701177785006	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.777,89	0,00	915,89
Ocupado	110404	9701173485008	15	3	105.777,89	28/12/2008	105.777,89	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173495003	15	3	105.777,89	28/12/2008	105.777,89	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173505009	15	3	105.777,89	28/12/2008	105.777,89	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173515004	15	3	105.777,89	28/12/2008	105.777,89	0,00	2.853,85
Ocupado	110404	9701173535005	15	3	105.777,89	28/12/2008	105.777,89	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173555006	15	3	105.777,89	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173565001	15	3	105.777,89	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173575007	15	3	105.777,89	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173585002	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173595008	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173605003	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173615009	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	1.142,48
Ocupado	110404	9701173525000	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173625004	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	36,85
Ocupado	110404	9701173625000	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173685007	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	3.518,98
Ocupado	110404	9701173645005	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173655000	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	482,99
Ocupado	110404	9701173665006	15	3	105.527,20	28/12/2008	83.558,92	0,00	1.393,40

Ocupado	110404	9701173675001	15	3	105.527,20	28/12/2008	82.221,23	0,00	0,00
Em manutenção	110404	9701173795007	15	3	83.558,92	28/12/2008	83.558,92	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173805002	15	3	82.221,23	28/12/2008	82.221,23	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701187785009	15	3	82.090,69	28/12/2008	82.090,69	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173825003	15	3	84.504,81	28/12/2008	84.504,81	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174085003	15	3	83.558,92	28/12/2008	83.558,92	0,00	1.273,91
Ocupado	110404	9701173835009	15	3	82.221,23	28/12/2008	82.221,23	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173845004	15	3	82.090,69	28/12/2008	82.090,69	0,00	2.000,32
Ocupado	110404	9701173855000	15	3	84.504,81	28/12/2008	84.504,81	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173865005	15	3	83.558,92	28/12/2008	83.558,92	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173875000	15	3	82.221,23	28/12/2008	82.221,23	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173885006	15	3	82.090,69	28/12/2008	82.090,69	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173895001	15	3	84.504,81	28/12/2008	84.504,81	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175105008	15	3	83.218,81	28/12/2008	83.218,81	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175135004	15	3	77.456,95	28/12/2008	77.456,95	0,00	0,00
Em manutenção	110404	9701175145000	15	3	78.663,79	28/12/2008	78.663,79	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701175155005	15	3	78.323,40	28/12/2008	78.323,40	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174875004	15	3	78.710,76	28/12/2008	78.710,76	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173885000	15	3	83.280,16	28/12/2008	83.280,16	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174895005	15	3	82.818,54	28/12/2008	82.818,54	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174905000	15	3	77.456,95	28/12/2008	77.456,95	0,00	1.960,62
Ocupado	110404	9701174915006	15	3	78.663,79	28/12/2008	78.663,79	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174925001	15	3	78.323,40	28/12/2008	78.323,40	0,00	260,66
Ocupado	110404	9701174935007	15	3	78.710,76	28/12/2008	78.710,76	0,00	792,90
Ocupado	110404	9701174945002	15	3	83.280,16	28/12/2008	83.280,16	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174955008	15	3	82.818,54	28/12/2008	82.818,54	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701174965003	15	3	77.456,95	28/12/2008	77.456,95	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173915002	15	3	78.663,79	28/12/2008	78.663,79	0,00	0,00

Em manutenção	110404	9701173925008	15	3	78.323,40	28/12/2008	78.323,40	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173935003	15	3	78.710,76	28/12/2008	78.710,76	0,00	0,00
Ocupado	110404	9701173945009	15	3	83.280,16	28/12/2008	83.280,16	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 105.735.120,20</b>			<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 262.895,28</b>

## ANEXO VI

## QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	627843	01613031000180	2.190.703,86	65.721,12	1.424.982,74	2.124.982,74	03/07/2008	27/12/2013	Adimplente
1	628119	01613031000180	2.460.599,47	73.817,98	686.781,49	2.386.781,49	04/07/2008	21/07/2013	Adimplente
1	639322	04426383000115	13.182.682,80	915.088,80	0,00	4.089.198,00	29/12/2008	26/01/2013	Inadimplência Suspensa
1	710801	63762009000150	206.287,63	6.287,63	200.000,00	200.000,00	28/12/2009	06/07/2014	Adimplente
1	711084	84722917000190	142.857,14	2.857,14	0,00	0,00	28/12/2009	31/07/2013	Rescindido
1	714596	00394577000125	2.777.778,00	277.778,00	0,00	2.500.000,00	30/12/2009	19/01/2013	Concluído
1	716454	01613031000180	1.030.000,00	30.000,00	0,00	500.000,00	28/12/2009	09/05/2014	Adimplente
1	717844	23066640000108	2.526.315,70	126.315,70	0,00	1.600.000,00	29/12/2009	29/07/2013	Adimplente
1	720337	01612675000154	2.949.975,00	88.499,25	0,00	1.986.762,84	30/12/2009	02/07/2013	Inadimplente
1	720541	01612675000154	330.612,24	6.612,24	0,00	324.000,00	30/12/2009	24/03/2013	Inadimplente
1	733997	04034583000122	2.083.500,00	83.500,00	0,00	2.000.000,00	24/06/2010	04/03/2013	Adimplente
1	734253	04332995000149	315.000,00	15.000,00	0,00	300.000,00	23/06/2010	05/06/2013	Adimplente
1	734255	04332995000149	420.000,00	20.000,00	0,00	400.000,00	22/06/2010	02/06/2013	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	734263	04034583000122	416.666,67	16.666,67	0,00	400.000,00	01/07/2010	14/03/2013	Adimplente
1	734345	84744994000140	432.497,19	20.000,00	0,00	412.497,19	21/06/2010	17/11/2013	Adimplente
1	734352	63761985000198	338.250,00	8.250,00	0,00	330.000,00	14/06/2010	07/03/2013	Adimplente
1	734356	63786990000155	510.500,00	10.500,00	0,00	500.000,00	10/06/2010	12/06/2013	Inadimplente
1	734421	04628681000198	1.050.000,00	50.000,00	500.000,00	1.000.000,00	11/06/2010	07/07/2013	Concluído
1	734423	04641551000195	525.000,00	25.000,00	0,00	500.000,00	11/06/2010	13/05/2013	Inadimplência Suspensa
1	734426	04332995000149	840.000,00	40.000,00	0,00	800.000,00	23/06/2010	12/06/2013	Adimplente
1	734429	04508933000145	1.020.500,00	20.500,00	0,00	500.000,00	11/06/2010	31/08/2013	Adimplente
1	734444	23066905000160	817.000,00	17.000,00	0,00	800.000,00	11/06/2010	04/03/2013	Adimplente
1	734452	23066905000160	816.500,00	16.500,00	0,00	800.000,00	10/06/2010	04/03/2013	Adimplente
1	734459	04092714000128	1.250.000,00	50.000,00	0,00	1.200.000,00	21/06/2010	28/05/2013	Adimplente
1	734475	04380507000179	511.000,00	11.000,00	0,00	500.000,00	11/06/2010	08/03/2013	Adimplente
1	734489	04283040000149	210.000,00	10.000,00	0,00	200.000,00	11/06/2010	14/03/2013	Adimplente
1	734491	04477634000190	525.000,00	25.000,00	0,00	500.000,00	10/06/2010	14/03/2013	Adimplente
1	734517	04059671000189	204.500,00	4.500,00	0,00	200.000,00	10/06/2010	23/03/2013	Concluído

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
<b>Modalidade</b>	<b>Nº do Instrumento</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Valores Pactuados</b>		<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado até exercício</b>	<b>Vigência</b>		<b>Situação</b>
			<b>Global</b>	<b>Contrapartida</b>			<b>Início</b>	<b>Fim</b>	
1	734519	04059671000189	408.500,00	8.500,00	0,00	400.000,00	11/06/2010	10/03/2013	Adimplente
1	734534	04059671000189	408.500,00	8.500,00	0,00	400.000,00	10/06/2010	10/03/2013	Adimplente
1	734535	04018560000124	714.315,00	14.315,00	200.000,00	700.000,00	02/07/2010	17/07/2013	Adimplente
1	734541	84745389000194	256.000,00	6.000,00	0,00	250.000,00	21/06/2010	01/06/2013	Adimplente
1	734542	63762041000135	255.103,00	5.103,00	0,00	250.000,00	10/06/2010	10/03/2013	Adimplente
1	734543	15845365000194	255.103,00	5.103,00	0,00	250.000,00	11/06/2010	07/03/2013	Concluído
1	734558	04092714000128	890.950,00	63.327,00	0,00	827.623,00	21/06/2010	02/03/2014	Adimplente
1	734576	15834732000154	348.000,00	48.000,00	0,00	300.000,00	11/06/2010	14/03/2013	Concluído
1	734583	04632212000142	102.050,00	2.050,00	0,00	100.000,00	11/06/2010	17/05/2013	Concluído
1	734692	63761985000198	255.308,15	5.308,15	0,00	250.000,00	14/06/2010	07/03/2013	Concluído
1	734700	04092706000181	320.000,00	20.000,00	0,00	300.000,00	14/06/2010	11/03/2013	Concluído
1	734704	23066905000160	512.000,00	12.000,00	0,00	500.000,00	11/06/2010	04/03/2013	Adimplente
1	734720	15845365000194	106.041,00	6.041,00	0,00	100.000,00	11/06/2010	07/03/2013	Concluído
1	734728	04391512000187	255.500,00	5.500,00	0,00	250.000,00	11/06/2010	12/06/2013	Adimplente
1	734738	15845365000194	255.150,00	5.150,00	0,00	250.000,00	11/06/2010	15/03/2013	Concluído

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	734759	84744994000140	365.000,00	15.000,00	0,00	350.000,00	14/06/2010	03/09/2013	Adimplente
1	734761	04092714000128	1.563.000,00	63.000,00	0,00	1.500.000,00	11/06/2010	07/03/2013	Adimplente
1	734763	04628681000198	420.000,00	20.000,00	0,00	400.000,00	11/06/2010	09/03/2013	Concluído
1	734833	34925206000144	612.244,90	12.244,90	0,00	600.000,00	01/07/2010	24/06/2013	Adimplente
1	734836	04092706000181	210.000,00	10.000,00	0,00	200.000,00	14/06/2010	15/09/2013	Adimplente
1	734962	22812960000199	525.000,00	25.000,00	0,00	500.000,00	22/06/2010	25/03/2013	Adimplente
1	734964	04332995000149	525.000,00	25.000,00	0,00	500.000,00	23/06/2010	11/08/2013	Adimplente
1	734967	04059671000189	204.727,60	4.727,60	0,00	200.000,00	11/06/2010	10/03/2013	Concluído
1	734970	04059671000189	103.233,00	3.233,00	0,00	100.000,00	10/06/2010	10/03/2013	Adimplente
1	734971	04838793000173	370.175,97	70.175,97	0,00	300.000,00	28/06/2010	08/04/2013	Inadimplência Suspensa
1	734975	23066632000153	207.145,77	7.145,77	0,00	200.000,00	10/06/2010	23/03/2013	Adimplente
1	734976	23066632000153	306.500,00	6.500,00	0,00	300.000,00	10/06/2010	08/03/2013	Concluído
1	734977	23066905000160	286.000,00	6.000,00	0,00	280.000,00	10/06/2010	12/06/2013	Adimplente
1	734978	23066632000153	281.000,00	6.000,00	0,00	275.000,00	11/06/2010	23/03/2013	Concluído
1	734981	04391512000187	1.022.000,00	22.000,00	0,00	1.000.000,00	11/06/2010	18/07/2013	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	734987	04092706000181	140.000,00	10.000,00	0,00	130.000,00	14/06/2010	23/03/2013	Adimplente
1	734988	84736941000188	694.000,00	14.000,00	0,00	680.000,00	11/06/2010	07/03/2013	Adimplente
1	734989	63761985000198	732.877,98	32.877,98	0,00	700.000,00	14/06/2010	07/03/2013	Concluído
1	734990	00699197000107	550.000,00	50.000,00	0,00	500.000,00	21/06/2010	18/04/2013	Concluído
1	734991	04092714000128	109.800,00	4.603,01	0,00	105.196,99	14/06/2010	06/07/2013	Adimplente
1	735000	04391512000187	103.000,00	3.000,00	0,00	100.000,00	14/06/2010	22/04/2013	Adimplente
1	735004	04092706000181	210.000,00	10.000,00	0,00	200.000,00	14/06/2010	12/06/2013	Concluído
1	735005	15845340000190	510.205,00	10.205,00	0,00	500.000,00	11/06/2010	28/05/2013	Adimplente
1	735335	63761993000134	132.660,00	2.660,00	0,00	130.000,00	11/06/2010	30/05/2013	Adimplente
1	735348	04076733000160	306.500,00	6.500,00	0,00	300.000,00	11/06/2010	15/03/2013	Adimplente
1	735374	22812960000199	525.000,00	25.000,00	0,00	500.000,00	24/06/2010	07/03/2013	Adimplente
1	735378	22812960000199	420.000,00	20.000,00	0,00	400.000,00	24/06/2010	29/03/2013	Inadimplente
1	735789	84727601000190	735.000,00	15.000,00	220.000,00	720.000,00	22/06/2010	06/07/2013	Adimplente
1	735790	84727601000190	660.000,00	60.000,00	0,00	600.000,00	01/07/2010	23/03/2013	Concluído
1	736038	04465209000181	330.000,00	30.000,00	0,00	300.000,00	14/06/2010	04/04/2013	Adimplente



**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
<b>Modalidade</b>	<b>Nº do Instrumento</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Valores Pactuados</b>		<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado até exercício</b>	<b>Vigência</b>		<b>Situação</b>
			<b>Global</b>	<b>Contrapartida</b>			<b>Início</b>	<b>Fim</b>	
1	736155	01612675000154	727.807,34	15.000,00	0,00	712.807,34	01/07/2010	22/06/2013	Concluído
1	736517	00720553000119	510.000,00	10.200,00	0,00	499.800,00	29/06/2010	25/04/2013	Adimplente
1	736526	04012548000102	1.124.858,96	22.497,18	602.361,78	1.102.361,78	28/06/2010	19/09/2013	Adimplente
1	736541	84306737000127	1.010.401,56	20.401,56	0,00	990.000,00	23/06/2010	08/03/2013	Adimplente
1	736721	84306521000161	210.180,00	10.180,00	0,00	200.000,00	29/06/2010	21/03/2013	Concluído
1	736978	04695284000139	278.694,99	28.694,99	0,00	250.000,00	15/06/2010	20/05/2013	Concluído
1	737215	15834732000154	105.000,00	5.000,00	0,00	100.000,00	21/06/2010	05/10/2013	Adimplente
1	737227	63762033000199	309.280,00	9.280,00	0,00	300.000,00	21/06/2010	09/03/2013	Adimplente
1	737231	63761936000155	364.585,00	14.585,00	0,00	350.000,00	21/06/2010	09/12/2013	Adimplente
1	737235	63787097000144	100.000,00	2.000,00	0,00	98.000,00	21/06/2010	15/04/2013	Concluído
1	737289	04279238000159	210.000,00	10.000,00	0,00	200.000,00	21/06/2010	11/03/2013	Concluído
1	737299	04279238000159	466.484,96	66.484,96	0,00	400.000,00	21/06/2010	07/03/2013	Concluído
1	737308	04012548000102	966.977,78	19.339,56	347.638,22	947.638,22	28/06/2010	16/08/2013	Adimplente
1	737309	63762033000199	133.000,00	3.000,00	0,00	130.000,00	21/06/2010	09/03/2013	Concluído
1	737311	63762033000199	734.700,00	14.700,00	0,00	720.000,00	21/06/2010	11/03/2013	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	737312	84723030000116	205.000,00	5.000,00	0,00	200.000,00	21/06/2010	20/05/2013	Adimplente
1	737325	15884109000106	260.007,51	10.007,51	0,00	250.000,00	21/06/2010	09/06/2013	Adimplente
1	737326	22855183000160	650.000,00	13.000,00	0,00	637.000,00	21/06/2010	08/03/2013	Concluído
1	737332	63762058000192	420.504,52	20.504,52	0,00	400.000,00	29/06/2010	21/04/2013	Adimplente
1	737333	63787097000144	307.500,00	7.500,00	0,00	300.000,00	21/06/2010	15/04/2013	Concluído
1	737357	04012548000102	2.247.508,00	47.508,00	0,00	2.200.000,00	21/06/2010	04/03/2013	Concluído
1	737359	04012548000102	1.857.486,00	77.486,00	0,00	1.780.000,00	24/06/2010	02/06/2013	Concluído
1	737369	04012548000102	1.041.700,00	41.700,00	0,00	1.000.000,00	28/06/2010	04/03/2013	Concluído
1	737371	04012548000102	285.714,29	5.714,29	0,00	280.000,00	21/06/2010	14/03/2013	Concluído
1	737397	22855167000177	153.500,00	3.500,00	0,00	150.000,00	21/06/2010	30/05/2013	Adimplente
1	737438	04018560000124	204.090,00	4.090,00	0,00	200.000,00	02/07/2010	18/04/2013	Adimplente
1	737441	04018560000124	206.915,00	6.915,00	0,00	200.000,00	02/07/2010	18/04/2013	Adimplente
1	737447	04018560000124	408.359,00	8.359,00	0,00	400.000,00	02/07/2010	18/04/2013	Adimplente
1	738443	04380507000179	263.125,00	13.125,00	0,00	250.000,00	24/06/2010	08/03/2013	Adimplente
1	738444	01254422000156	183.673,50	3.673,50	0,00	180.000,00	23/06/2010	08/03/2013	Concluído

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	738540	63762025000142	142.900,00	2.900,00	0,00	140.000,00	22/06/2010	25/03/2013	Adimplente
1	738542	63762025000142	132.800,00	2.800,00	0,00	130.000,00	22/06/2010	25/03/2013	Concluído
1	740294	22855167000177	820.000,00	20.000,00	300.000,00	800.000,00	28/06/2010	28/08/2013	Adimplente
1	740328	04034583000122	1.041.666,67	41.666,67	0,00	1.000.000,00	28/06/2010	04/03/2013	Adimplente
1	740387	01254422000156	510.204,10	10.204,10	0,00	500.000,00	28/06/2010	08/03/2013	Concluído
1	740400	01254422000156	357.142,86	7.142,86	0,00	350.000,00	28/06/2010	08/03/2013	Concluído
1	740401	01254422000156	459.183,67	9.183,67	0,00	450.000,00	28/06/2010	08/03/2013	Concluído
1	740406	01254422000156	388.000,00	8.000,00	0,00	380.000,00	28/06/2010	08/03/2013	Concluído
1	740422	01254422000156	392.857,15	7.857,15	0,00	385.000,00	28/06/2010	23/03/2013	Concluído
1	740435	63762074000185	512.500,00	12.500,00	0,00	500.000,00	28/06/2010	11/03/2013	Concluído
1	743175	00720553000119	800.000,00	16.000,00	284.000,00	784.000,00	02/07/2010	27/09/2013	Adimplente
1	743381	04588596000143	2.050.000,00	50.000,00	500.000,00	2.000.000,00	01/07/2010	05/07/2013	Adimplente
1	743766	05533935000157	1.112.000,00	112.000,00	0,00	500.000,00	01/07/2010	30/01/2013	Concluído
1	743838	05533935000157	556.000,00	56.000,00	0,00	500.000,00	01/07/2010	28/08/2013	Adimplente
1	743888	05533935000157	556.000,00	56.000,00	0,00	500.000,00	01/07/2010	05/05/2013	Concluído

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	744075	04653408000113	2.037.903,51	40.758,07	497.145,44	1.997.145,44	02/07/2010	16/11/2013	Adimplente
1	744505	63606479000124	556.000,00	56.000,00	0,00	500.000,00	02/07/2010	04/06/2014	Adimplente
1	745701	00720553000119	510.000,00	10.200,00	0,00	499.800,00	02/07/2010	25/04/2013	Concluído
1	745705	00394577000125	2.056.000,00	206.000,00	0,00	850.000,00	02/07/2010	30/05/2013	Concluído
1	756032	22812960000199	2.520.000,00	120.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	26/12/2011	31/05/2014	Adimplente
1	756043	04012548000102	357.145,00	7.145,00	0,00	350.000,00	30/12/2011	25/05/2013	Concluído
1	756048	04034583000122	232.000,00	62.000,00	0,00	170.000,00	27/12/2011	06/05/2013	Adimplente
1	756050	04508933000145	408.163,27	8.163,27	0,00	400.000,00	21/12/2011	20/06/2013	Adimplente
1	756052	04012548000102	510.205,00	10.205,00	0,00	500.000,00	18/11/2011	17/06/2013	Concluído
1	756054	04012548000102	2.040.896,00	40.896,00	1.300.000,00	2.000.000,00	18/11/2011	18/10/2013	Adimplente
1	756055	04012548000102	3.061.261,00	61.261,00	3.000.000,00	3.000.000,00	18/11/2011	12/04/2014	Adimplente
1	756056	04059671000189	1.020.409,00	20.409,00	1.000.000,00	1.000.000,00	21/12/2011	23/05/2014	Adimplente
1	756057	84306661000130	255.102,50	5.102,50	0,00	250.000,00	29/12/2011	21/09/2013	Adimplente
1	756065	63762033000199	210.000,00	10.000,00	0,00	200.000,00	30/12/2011	01/07/2013	Adimplente
1	756067	84744994000140	237.000,00	37.000,00	0,00	200.000,00	26/12/2011	06/05/2013	Concluído

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	756068	04695284000139	256.040,93	6.040,93	0,00	250.000,00	26/12/2011	28/12/2013	Adimplente
1	756069	04279238000159	210.000,00	10.000,00	0,00	0,00	26/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	756078	04012548000102	377.552,00	7.552,00	0,00	370.000,00	28/12/2011	24/06/2013	Concluído
1	756079	04012548000102	234.694,00	4.694,00	0,00	230.000,00	28/12/2011	17/06/2013	Concluído
1	756081	04012548000102	102.041,00	2.041,00	0,00	100.000,00	18/11/2011	05/05/2013	Concluído
1	756082	04012548000102	357.143,00	7.143,00	350.000,00	350.000,00	27/12/2011	31/03/2014	Adimplente
1	756083	04012548000102	357.143,00	7.143,00	350.000,00	350.000,00	27/12/2011	17/04/2014	Adimplente
1	756084	04012548000102	561.225,00	11.225,00	550.000,00	550.000,00	30/12/2011	17/04/2014	Adimplente
1	756086	04012548000102	204.082,00	4.082,00	0,00	200.000,00	15/12/2011	05/05/2013	Concluído
1	756092	04465209000181	2.100.000,00	100.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	18/11/2011	15/05/2014	Adimplente
1	756094	84727601000190	204.100,00	4.100,00	0,00	200.000,00	27/12/2011	14/02/2014	Adimplente
1	756107	84306463000176	918.370,00	18.370,00	0,00	900.000,00	22/12/2011	28/09/2013	Adimplente
1	756108	04012548000102	3.061.225,00	61.225,00	1.000.000,00	1.000.000,00	21/12/2011	04/05/2014	Adimplente
1	756120	04477568000159	2.050.000,00	50.000,00	1.300.000,00	2.000.000,00	18/11/2011	22/01/2014	Adimplente
1	756148	04628046000100	525.000,00	25.000,00	0,00	500.000,00	09/11/2011	28/11/2013	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	756149	04628608000116	525.000,00	25.000,00	0,00	500.000,00	09/11/2011	28/11/2013	Adimplente
1	756153	04628608000116	525.000,00	25.000,00	0,00	500.000,00	21/12/2011	05/10/2013	Inadimplente
1	756155	04243978000135	1.050.000,00	50.000,00	0,00	1.000.000,00	18/11/2011	20/02/2014	Adimplente
1	756156	04465209000181	2.100.000,00	100.000,00	500.000,00	2.000.000,00	28/12/2011	26/09/2013	Adimplente
1	756168	63762033000199	510.500,00	10.500,00	0,00	500.000,00	20/12/2011	13/12/2013	Adimplente
1	756169	04104816000116	1.563.000,00	63.000,00	0,00	1.500.000,00	21/12/2011	20/06/2013	Adimplente
1	756173	34925206000144	1.025.000,00	25.000,00	0,00	1.000.000,00	13/12/2011	29/06/2013	Adimplente
1	756174	00720553000119	102.040,82	2.040,82	0,00	0,00	21/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	756175	00720553000119	765.306,12	15.306,12	0,00	0,00	13/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	756176	04012548000102	102.041,00	2.041,00	0,00	100.000,00	18/11/2011	05/05/2013	Concluído
1	756186	84306588000104	510.282,00	10.282,00	0,00	500.000,00	28/12/2011	06/05/2013	Adimplente
1	756196	04018560000124	205.000,00	5.000,00	0,00	200.000,00	26/12/2011	06/05/2013	Adimplente
1	756202	04508933000145	204.082,00	4.082,00	0,00	200.000,00	30/11/2011	06/05/2013	Adimplente
1	756204	04508933000145	306.123,00	6.123,00	300.000,00	300.000,00	30/11/2011	11/04/2014	Adimplente
1	756205	84306463000176	102.050,00	2.050,00	0,00	100.000,00	22/12/2011	05/10/2013	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	756208	04077251000125	408.165,00	8.165,00	0,00	400.000,00	18/11/2011	23/06/2013	Adimplente
1	756211	04505640000104	1.050.000,00	50.000,00	0,00	0,00	18/11/2011	31/07/2013	Rescindido
1	756212	04477568000159	1.230.000,00	30.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	09/11/2011	31/03/2014	Adimplente
1	756213	04012548000102	255.105,00	5.105,00	0,00	250.000,00	30/12/2011	13/06/2013	Concluído
1	756214	84306737000127	714.286,00	14.286,00	200.000,00	700.000,00	26/12/2011	17/12/2013	Adimplente
1	756218	84306588000104	102.050,00	2.050,00	0,00	100.000,00	08/11/2011	30/06/2013	Adimplente
1	756219	84306521000161	102.040,82	2.040,82	0,00	100.000,00	18/11/2011	07/06/2013	Inadimplência Suspensa
1	756243	63762033000199	360.824,74	10.824,74	350.000,00	350.000,00	15/12/2011	23/03/2014	Adimplente
1	756479	34925206000144	255.500,00	5.500,00	0,00	250.000,00	30/11/2011	01/07/2013	Adimplente
1	756482	04394805000118	307.360,00	7.360,00	0,00	0,00	13/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	756509	63761902000160	102.050,00	2.050,00	0,00	100.000,00	09/11/2011	01/07/2013	Adimplente
1	756510	63761902000160	122.450,00	2.450,00	0,00	120.000,00	09/11/2011	13/12/2013	Adimplente
1	756511	63761902000160	204.100,00	4.100,00	0,00	200.000,00	09/11/2011	27/06/2013	Inadimplente
1	756513	63761902000160	408.164,00	8.164,00	0,00	400.000,00	08/11/2011	21/10/2013	Adimplente
1	756514	63761902000160	428.572,00	8.572,00	0,00	420.000,00	08/11/2011	21/10/2013	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	756515	63761902000160	459.184,00	9.184,00	450.000,00	450.000,00	08/11/2011	17/03/2014	Adimplente
1	756517	15834732000154	510.204,08	10.204,08	0,00	500.000,00	08/11/2011	06/05/2013	Adimplente
1	756518	04056230000123	3.199.169,18	95.975,07	2.000.000,00	2.000.000,00	08/11/2011	11/04/2014	Adimplente
1	756543	04426383000115	2.085.000,00	85.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	23/11/2011	16/03/2014	Concluído
1	756592	15834732000154	212.695,88	12.695,88	0,00	200.000,00	26/12/2011	29/06/2013	Adimplente
1	756593	63762025000142	204.500,00	4.500,00	0,00	200.000,00	26/12/2011	01/07/2013	Adimplente
1	756594	04104816000116	417.000,00	17.000,00	0,00	400.000,00	26/12/2011	05/10/2013	Adimplente
1	756595	63762058000192	270.000,00	20.000,00	250.000,00	250.000,00	26/12/2011	17/03/2014	Adimplente
1	756596	22855142000173	306.123,00	6.123,00	0,00	300.000,00	26/12/2011	24/06/2013	Adimplente
1	756598	05903125000145	2.040.816,33	40.816,33	1.000.000,00	1.000.000,00	27/12/2011	27/03/2014	Adimplente
1	756653	63786990000155	306.000,00	6.120,00	0,00	299.880,00	28/12/2011	30/05/2013	Concluído
1	756666	04104816000116	625.000,00	25.000,00	0,00	600.000,00	27/12/2011	27/01/2014	Adimplente
1	756667	22855142000173	306.123,00	6.123,00	0,00	300.000,00	30/12/2011	26/02/2014	Adimplente
1	756675	84745363000146	165.000,00	15.000,00	0,00	150.000,00	30/12/2011	01/07/2013	Adimplente
1	756677	63762058000192	210.000,00	10.000,00	0,00	200.000,00	30/12/2011	13/12/2013	Adimplente



**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	756678	04914925000107	153.750,00	3.750,00	150.000,00	150.000,00	30/12/2011	15/05/2014	Adimplente
1	756679	04394805000118	255.105,00	5.105,00	0,00	250.000,00	30/12/2011	17/06/2013	Adimplente
1	756680	04632212000142	153.062,00	3.062,00	150.000,00	150.000,00	30/12/2011	17/03/2014	Adimplente
1	756690	63762058000192	153.500,00	3.500,00	150.000,00	150.000,00	23/11/2011	17/03/2014	Adimplente
1	756694	84736941000188	173.500,00	3.500,00	170.000,00	170.000,00	23/12/2011	04/05/2014	Adimplente
1	756695	04279238000159	430.000,00	30.000,00	0,00	0,00	21/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	756697	22855142000173	204.100,00	4.100,00	200.000,00	200.000,00	30/12/2011	16/05/2014	Adimplente
1	756701	63762025000142	673.109,28	23.109,28	650.000,00	650.000,00	21/12/2011	15/05/2014	Adimplente
1	756722	63762025000142	361.000,00	11.000,00	0,00	350.000,00	13/12/2011	30/06/2013	Adimplente
1	756723	63761936000155	204.082,00	4.082,00	0,00	200.000,00	15/12/2011	02/11/2013	Concluído
1	757514	63761993000134	408.164,00	8.164,00	0,00	400.000,00	08/11/2011	06/05/2013	Concluído
1	757607	63606479000124	128.602,33	28.602,33	0,00	0,00	21/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	757608	63762074000185	420.000,00	20.000,00	0,00	400.000,00	08/11/2011	06/05/2013	Concluído
1	757658	63761936000155	285.715,00	5.715,00	0,00	280.000,00	11/11/2011	01/07/2013	Concluído
1	757659	05903125000145	3.368.000,00	68.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	27/12/2011	27/03/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	757660	01613028000167	409.000,00	9.000,00	0,00	400.000,00	20/12/2011	24/06/2013	Adimplente
1	757661	01613028000167	358.000,00	8.000,00	0,00	0,00	20/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	757664	84723030000116	204.081,63	4.081,63	0,00	200.000,00	11/11/2011	30/06/2013	Adimplente
1	757686	34925230000183	510.204,80	10.204,80	0,00	0,00	21/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	757687	00720553000119	1.020.408,16	20.408,16	500.000,00	500.000,00	21/12/2011	17/03/2014	Adimplente
1	757688	05986427000124	2.044.888,00	44.888,00	1.500.000,00	1.500.000,00	18/11/2011	04/05/2014	Adimplente
1	757690	34925198000136	1.020.500,00	20.500,00	500.000,00	500.000,00	13/12/2011	16/05/2014	Inadimplente
1	757700	63606479000124	1.112.388,17	112.388,17	0,00	0,00	21/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	757701	63606479000124	1.112.388,17	112.388,17	0,00	0,00	21/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	757703	63606479000124	1.112.388,17	112.388,17	0,00	0,00	21/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	757746	04092714000128	1.042.000,00	42.000,00	0,00	1.000.000,00	26/12/2011	15/09/2013	Adimplente
1	757747	04100020000195	612.245,00	12.245,00	100.000,00	600.000,00	28/12/2011	28/11/2013	Adimplente
1	757774	15845340000190	255.103,00	5.103,00	250.000,00	250.000,00	31/12/2011	27/03/2014	Adimplente
1	757932	04056222000187	699.000,00	14.000,00	685.000,00	685.000,00	30/12/2011	31/05/2014	Adimplente
1	757941	04632212000142	306.122,45	6.122,45	300.000,00	300.000,00	18/11/2011	17/03/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	757957	04092672000125	260.420,00	10.420,00	250.000,00	250.000,00	30/12/2011	09/05/2014	Adimplente
1	758045	04092672000125	468.750,00	18.750,00	0,00	450.000,00	28/11/2011	01/07/2013	Adimplente
1	758046	01613028000167	307.000,00	7.000,00	0,00	300.000,00	20/12/2011	21/06/2013	Adimplente
1	758047	01613028000167	510.300,00	10.300,00	0,00	500.000,00	20/12/2011	21/06/2013	Adimplente
1	758048	00394577000125	239.115,00	39.115,00	200.000,00	200.000,00	15/12/2011	09/05/2014	Adimplente
1	758129	01613031000180	306.128,77	6.128,77	0,00	300.000,00	18/11/2011	21/06/2013	Adimplente
1	758143	04056222000187	1.469.400,00	29.400,00	0,00	1.440.000,00	30/12/2011	01/07/2013	Adimplente
1	758147	04056214000130	321.428,58	6.428,58	0,00	0,00	08/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	758173	04092706000181	110.000,00	10.000,00	100.000,00	100.000,00	18/11/2011	17/03/2014	Adimplente
1	758174	04092706000181	500.000,00	150.000,00	350.000,00	350.000,00	18/11/2011	09/05/2014	Adimplente
1	758178	05986427000124	449.355,96	49.355,96	400.000,00	400.000,00	18/11/2011	05/05/2014	Adimplente
1	758179	05986427000124	715.000,00	15.000,00	700.000,00	700.000,00	18/11/2011	09/05/2014	Adimplente
1	758758	00394577000125	667.000,00	67.000,00	500.000,00	500.000,00	15/12/2011	04/05/2014	Adimplente
1	758760	00394577000125	1.000.000,00	100.000,00	500.000,00	500.000,00	15/12/2011	22/03/2014	Adimplente
1	759063	34925230000183	1.020.410,00	20.410,00	0,00	0,00	13/12/2011	31/07/2013	Rescindido

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
<b>Modalidade</b>	<b>Nº do Instrumento</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Valores Pactuados</b>		<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado até exercício</b>	<b>Vigência</b>		<b>Situação</b>
			<b>Global</b>	<b>Contrapartida</b>			<b>Início</b>	<b>Fim</b>	
1	759150	04279238000159	158.000,00	8.000,00	0,00	0,00	30/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	759238	04279238000159	157.000,00	7.000,00	0,00	0,00	16/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	759239	04092672000125	260.417,00	10.417,00	0,00	250.000,00	13/12/2011	07/11/2013	Adimplente
1	759240	63761993000134	306.123,00	6.123,00	300.000,00	300.000,00	13/12/2011	27/03/2014	Adimplente
1	759242	84727601000190	102.040,82	2.040,82	100.000,00	100.000,00	13/12/2011	17/03/2014	Adimplente
1	759245	04056214000130	2.895.153,06	57.903,06	337.250,00	2.837.250,00	21/12/2011	05/10/2013	Adimplente
1	759421	63606479000124	3.022.490,27	322.490,27	0,00	0,00	27/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	759424	63606479000124	3.086.513,07	386.513,07	0,00	0,00	27/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	759427	34925198000136	949.200,00	19.200,00	0,00	930.000,00	21/12/2011	01/07/2013	Adimplente
1	759433	63761993000134	102.040,82	2.040,82	100.000,00	100.000,00	13/12/2011	23/03/2014	Adimplente
1	759434	01613031000180	1.938.193,02	58.145,80	0,00	1.880.047,22	21/12/2011	17/06/2013	Adimplente
1	759436	01613031000180	1.910.969,62	57.329,09	0,00	1.853.640,53	28/11/2011	20/06/2013	Adimplente
1	759965	00394577000125	389.000,00	39.000,00	0,00	350.000,00	21/12/2011	11/11/2013	Adimplente
1	759968	34925198000136	714.300,00	14.300,00	0,00	700.000,00	13/12/2011	01/07/2013	Inadimplente
1	759972	00720553000119	1.530.612,24	30.612,24	0,00	0,00	15/12/2011	31/07/2013	Rescindido

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	760016	00394577000125	450.000,00	250.000,00	0,00	0,00	15/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	760017	00394577000125	500.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	15/12/2011	09/05/2014	Adimplente
1	760100	00394577000125	320.000,00	70.000,00	0,00	0,00	15/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	760105	00394577000125	112.000,00	12.000,00	0,00	0,00	15/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	760118	00394577000125	320.299,08	120.299,08	200.000,00	200.000,00	15/12/2011	04/05/2014	Adimplente
1	760123	00394577000125	250.000,00	50.000,00	200.000,00	200.000,00	21/12/2011	17/05/2014	Adimplente
1	760126	00394577000125	223.000,00	23.000,00	0,00	0,00	21/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	760130	00394577000125	167.000,00	17.000,00	150.000,00	150.000,00	15/12/2011	04/05/2014	Adimplente
1	760137	00394577000125	112.000,00	12.000,00	0,00	0,00	15/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	760141	00394577000125	2.612.000,00	262.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	21/12/2011	31/05/2014	Adimplente
1	760191	84727601000190	255.103,00	5.103,00	250.000,00	250.000,00	13/12/2011	11/04/2014	Adimplente
1	760193	04092672000125	2.083.334,00	83.334,00	1.000.000,00	1.000.000,00	15/12/2011	04/05/2014	Adimplente
1	760197	63761936000155	255.103,00	5.103,00	250.000,00	250.000,00	30/12/2011	22/06/2014	Adimplente
1	760212	15834732000154	265.000,00	15.000,00	250.000,00	250.000,00	30/12/2011	04/05/2014	Adimplente
1	760213	04092714000128	364.600,00	14.600,00	350.000,00	350.000,00	27/12/2011	15/05/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	760224	23066905000160	1.022.000,00	22.000,00	500.000,00	1.000.000,00	28/12/2011	13/12/2013	Adimplente
1	760229	04092706000181	310.000,00	10.000,00	0,00	300.000,00	13/12/2011	06/02/2014	Adimplente
1	760245	04092706000181	350.000,00	50.000,00	0,00	300.000,00	21/12/2011	13/12/2013	Adimplente
1	760246	04092706000181	110.000,00	10.000,00	0,00	100.000,00	21/12/2011	28/11/2013	Adimplente
1	760247	04092706000181	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	21/12/2011	09/05/2014	Adimplente
1	760248	63762058000192	307.000,00	7.000,00	300.000,00	300.000,00	30/12/2011	17/03/2014	Adimplente
1	760250	04391512000187	306.500,00	6.500,00	0,00	300.000,00	30/12/2011	05/10/2013	Adimplente
1	760251	22855159000120	167.831,78	67.831,78	100.000,00	100.000,00	21/12/2011	10/05/2014	Adimplente
1	760252	63761969000103	450.000,00	100.000,00	0,00	0,00	30/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	760253	15884109000106	227.860,00	27.860,00	0,00	200.000,00	21/12/2011	07/06/2013	Adimplente
1	760346	23066814000124	408.163,27	8.163,27	0,00	0,00	23/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	760358	00394577000125	1.112.000,00	112.000,00	500.000,00	500.000,00	21/12/2011	20/04/2014	Adimplente
1	760359	00394577000125	500.000,00	50.000,00	450.000,00	450.000,00	28/12/2011	04/05/2014	Adimplente
1	760437	00394577000125	130.000,00	30.000,00	0,00	100.000,00	15/12/2011	22/12/2013	Inadimplente
1	761878	04283578000153	1.040.000,00	40.000,00	0,00	0,00	23/12/2011	31/07/2013	Rescindido

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	762374	04274064000131	1.050.000,00	50.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	21/12/2011	18/05/2014	Adimplente
1	763390	05995766000177	937.514,25	37.514,25	0,00	900.000,00	21/12/2011	25/09/2013	Adimplente
1	763404	04426383000115	1.570.000,00	70.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	21/12/2011	15/05/2014	Adimplente
1	763413	04653408000113	3.061.224,49	61.224,49	1.000.000,00	3.000.000,00	28/12/2011	30/06/2013	Adimplente
1	763433	05903125000145	102.050,00	2.050,00	100.000,00	100.000,00	27/12/2011	22/03/2014	Adimplente
1	763436	05903125000145	173.500,00	3.500,00	170.000,00	170.000,00	27/12/2011	11/04/2014	Adimplente
1	763441	63762074000185	256.000,00	6.000,00	0,00	250.000,00	21/12/2011	15/12/2013	Adimplente
1	763446	00699197000107	153.100,00	3.100,00	150.000,00	150.000,00	21/12/2011	17/03/2014	Adimplente
1	763950	04641551000195	315.000,00	15.000,00	300.000,00	300.000,00	26/12/2011	17/05/2014	Adimplente
1	764294	04283040000149	2.100.000,00	100.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	30/12/2011	31/05/2014	Inadimplente
1	764305	04653408000113	1.530.612,24	30.612,24	500.000,00	1.500.000,00	20/12/2011	28/10/2013	Adimplente
1	764327	04653408000113	1.530.612,24	30.612,24	0,00	1.500.000,00	20/12/2011	29/06/2013	Adimplente
1	764598	04588596000143	525.000,00	25.000,00	0,00	500.000,00	21/12/2011	16/12/2013	Adimplente
1	764612	63787071000104	322.951,34	22.951,34	0,00	300.000,00	21/12/2011	28/11/2013	Adimplente
1	765425	04653408000113	816.326,53	16.326,53	0,00	800.000,00	28/12/2011	29/06/2013	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	766107	63762033000199	208.000,00	8.000,00	200.000,00	200.000,00	26/12/2011	31/03/2014	Adimplente
1	766108	04914925000107	206.000,00	6.000,00	0,00	200.000,00	26/12/2011	07/06/2013	Concluído
1	766270	15845340000190	408.164,00	8.164,00	0,00	0,00	26/12/2011	31/07/2013	Rescindido
1	766796	04641551000195	315.000,00	15.000,00	300.000,00	300.000,00	27/12/2011	15/05/2014	Inadimplente
1	767083	04056214000130	1.530.612,24	30.612,24	0,00	1.500.000,00	28/12/2011	30/06/2013	Adimplente
1	767889	05830872000109	420.000,00	20.000,00	400.000,00	400.000,00	29/12/2011	17/03/2014	Adimplente
1	768477	15845365000194	285.000,00	35.000,00	0,00	250.000,00	30/12/2011	12/05/2014	Adimplente
1	768621	63787097000144	200.373,12	4.007,46	0,00	196.365,66	30/12/2011	23/06/2013	Concluído
1	768645	84722933000182	558.000,00	58.000,00	0,00	500.000,00	31/12/2011	20/06/2013	Adimplente
1	769302	04092714000128	261.000,00	11.000,00	0,00	0,00	22/06/2012	31/03/2014	Adimplente
1	769303	00720553000119	510.204,08	10.204,08	500.000,00	500.000,00	22/06/2012	06/11/2014	Adimplente
1	769323	04012548000102	1.224.500,00	24.500,00	1.000.000,00	1.000.000,00	25/06/2012	02/12/2014	Adimplente
1	769353	84745389000194	255.500,00	5.500,00	250.000,00	250.000,00	28/12/2012	06/11/2014	Adimplente
1	769354	84727601000190	255.102,04	5.102,04	250.000,00	250.000,00	02/07/2012	09/08/2014	Adimplente
1	769402	01613031000180	2.505.105,96	75.153,18	1.000.000,00	1.000.000,00	19/11/2012	27/11/2014	Adimplente



**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	769403	84744994000140	255.500,00	5.500,00	250.000,00	250.000,00	18/12/2012	19/09/2014	Adimplente
1	769404	84744994000140	255.500,00	5.500,00	250.000,00	250.000,00	18/12/2012	27/08/2014	Adimplente
1	769405	84744994000140	255.500,00	5.500,00	250.000,00	250.000,00	18/12/2012	17/09/2014	Adimplente
1	769407	01613028000167	2.251.915,36	46.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	22/06/2012	16/10/2014	Adimplente
1	769408	01612675000154	552.092,86	28.863,01	0,00	0,00	30/06/2012	31/03/2014	Adimplente
1	769409	04012548000102	592.000,00	12.000,00	580.000,00	580.000,00	22/06/2012	22/03/2014	Adimplente
1	769414	04012548000102	291.840,00	5.840,00	286.000,00	286.000,00	22/06/2012	22/03/2014	Concluído
1	769415	04012548000102	432.660,00	8.660,00	424.000,00	424.000,00	22/06/2012	22/03/2014	Adimplente
1	769417	04059671000189	510.250,00	10.250,00	500.000,00	500.000,00	05/07/2012	14/05/2014	Adimplente
1	769418	04059671000189	510.250,00	10.250,00	500.000,00	500.000,00	05/07/2012	09/05/2014	Adimplente
1	769422	04588596000143	515.000,00	15.000,00	500.000,00	500.000,00	02/07/2012	09/05/2014	Adimplente
1	769424	63762033000199	306.122,45	6.122,45	300.000,00	300.000,00	22/06/2012	19/11/2014	Adimplente
1	769427	04394805000118	510.204,08	10.204,08	500.000,00	500.000,00	26/06/2012	01/08/2014	Adimplente
1	769430	34925206000144	408.500,00	8.500,00	400.000,00	400.000,00	02/07/2012	04/10/2014	Adimplente
1	769431	63762033000199	358.000,00	8.000,00	350.000,00	350.000,00	28/12/2012	17/09/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	769432	63762033000199	285.000,00	15.000,00	270.000,00	270.000,00	06/12/2012	27/08/2014	Adimplente
1	769461	00394577000125	1.018.380,72	118.380,72	0,00	900.000,00	22/06/2012	18/03/2014	Adimplente
1	769462	63762033000199	510.780,00	10.780,00	500.000,00	500.000,00	22/06/2012	24/09/2014	Adimplente
1	769463	63762033000199	122.450,00	2.450,00	120.000,00	120.000,00	22/06/2012	22/03/2014	Adimplente
1	769470	04329736000169	1.100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	12/12/2012	31/03/2014	Adimplente
1	769471	04329736000169	568.062,60	68.062,60	0,00	0,00	12/12/2012	31/03/2014	Adimplente
1	769474	04465209000181	2.050.000,00	50.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	25/06/2012	16/12/2014	Adimplente
1	769484	04588596000143	2.050.000,00	50.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	25/06/2012	13/11/2014	Adimplente
1	769498	00394577000125	1.112.000,00	112.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	05/12/2012	16/12/2014	Adimplente
1	769499	00394577000125	950.350,00	200.350,00	750.000,00	750.000,00	26/12/2012	18/11/2014	Adimplente
1	769500	00720553000119	510.204,08	10.204,08	0,00	0,00	22/06/2012	22/06/2013	Rescindido
1	769502	00394577000125	778.000,00	78.000,00	0,00	0,00	22/06/2012	31/03/2014	Adimplente
1	769505	00394577000125	330.000,00	30.000,00	300.000,00	300.000,00	25/06/2012	09/05/2014	Adimplente
1	769506	00394577000125	1.112.000,00	112.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	13/12/2012	19/12/2014	Adimplente
1	769507	00394577000125	469.361,13	119.361,13	350.000,00	350.000,00	29/12/2012	19/12/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	769509	00394577000125	222.000,00	22.000,00	0,00	0,00	13/12/2012	31/03/2014	Adimplente
1	769515	05995766000177	520.850,00	20.850,00	500.000,00	500.000,00	12/12/2012	02/12/2014	Adimplente
1	769516	00394577000125	1.438.000,00	71.900,00	1.000.000,00	1.000.000,00	13/12/2012	09/12/2014	Adimplente
1	769517	05995766000177	3.125.000,00	125.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	12/12/2012	03/12/2014	Adimplente
1	769787	34925206000144	765.350,00	15.350,00	750.000,00	750.000,00	12/12/2012	06/11/2014	Adimplente
1	769789	23066632000153	1.940.000,00	40.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	13/12/2012	11/09/2014	Adimplente
1	769800	04508933000145	306.123,00	6.123,00	300.000,00	300.000,00	12/12/2012	11/09/2014	Adimplente
1	769804	04077251000125	412.000,00	12.000,00	400.000,00	400.000,00	02/07/2012	22/03/2014	Adimplente
1	769807	04508933000145	2.040.820,00	40.820,00	1.000.000,00	1.000.000,00	06/07/2012	16/10/2014	Adimplente
1	769813	84306521000161	612.245,00	12.245,00	0,00	600.000,00	06/07/2012	26/12/2013	Concluído
1	769827	63606479000124	631.578,95	31.578,95	600.000,00	600.000,00	25/06/2012	06/11/2014	Adimplente
1	769833	63606479000124	586.352,85	29.317,64	557.035,21	557.035,21	09/07/2012	06/11/2014	Adimplente
1	769834	63606479000124	632.413,45	32.413,45	0,00	0,00	30/06/2012	31/03/2014	Adimplente
1	769844	04914925000107	714.300,00	14.300,00	700.000,00	700.000,00	13/12/2012	24/07/2014	Adimplente
1	769846	15834732000154	357.143,00	7.143,00	350.000,00	350.000,00	26/12/2012	17/09/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	769859	01613028000167	804.489,64	16.500,00	787.989,64	787.989,64	22/06/2012	19/11/2014	Adimplente
1	769860	04653408000113	939.586,39	18.791,73	920.794,66	920.794,66	22/06/2012	08/08/2014	Adimplente
1	769865	84306604000150	306.123,00	6.123,00	300.000,00	300.000,00	14/12/2012	19/12/2014	Adimplente
1	770282	84306455000120	306.200,00	6.200,00	300.000,00	300.000,00	14/12/2012	03/12/2014	Adimplente
1	770293	84306737000127	255.300,00	5.300,00	250.000,00	250.000,00	03/07/2012	14/11/2014	Adimplente
1	770298	04508933000145	438.800,00	8.800,00	0,00	430.000,00	22/06/2012	18/12/2013	Adimplente
1	770300	04508933000145	408.200,00	8.200,00	400.000,00	400.000,00	22/06/2012	17/09/2014	Adimplente
1	770316	00720553000119	765.306,12	15.306,12	0,00	0,00	06/07/2012	31/03/2014	Adimplente
1	770359	04695284000139	1.000.000,00	300.000,00	700.000,00	700.000,00	13/12/2012	03/12/2014	Adimplente
1	770360	04092672000125	364.584,00	14.584,00	350.000,00	350.000,00	05/12/2012	06/11/2014	Adimplente
1	770361	63787071000104	1.000.000,00	300.000,00	700.000,00	700.000,00	11/12/2012	03/09/2014	Adimplente
1	770362	04077251000125	1.020.410,00	20.410,00	1.000.000,00	1.000.000,00	14/12/2012	06/11/2014	Adimplente
1	770367	04077251000125	285.715,00	5.715,00	280.000,00	280.000,00	14/12/2012	10/12/2014	Adimplente
1	770372	04077251000125	481.631,00	11.631,00	470.000,00	470.000,00	14/12/2012	24/09/2014	Adimplente
1	770379	04077251000125	255.105,00	5.105,00	250.000,00	250.000,00	14/12/2012	09/09/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	770465	15834732000154	255.110,00	5.110,00	250.000,00	250.000,00	07/12/2012	06/11/2014	Adimplente
1	770503	84744994000140	155.500,00	5.500,00	150.000,00	150.000,00	18/12/2012	01/04/2014	Adimplente
1	770528	22855159000120	157.500,00	7.500,00	150.000,00	150.000,00	06/07/2012	16/12/2014	Adimplente
1	770529	04092714000128	835.000,00	85.000,00	750.000,00	750.000,00	06/07/2012	17/12/2014	Adimplente
1	770531	04391512000187	180.000,00	30.000,00	150.000,00	150.000,00	06/07/2012	06/11/2014	Adimplente
1	770532	63762033000199	153.250,00	3.250,00	150.000,00	150.000,00	06/07/2012	22/03/2014	Adimplente
1	770533	04695284000139	255.103,00	5.103,00	250.000,00	250.000,00	28/12/2012	03/12/2014	Adimplente
1	770537	63787071000104	340.000,00	40.000,00	300.000,00	300.000,00	28/12/2012	01/04/2014	Adimplente
1	770557	63761993000134	340.000,00	140.000,00	200.000,00	200.000,00	28/12/2012	01/04/2014	Adimplente
1	770558	63786990000155	152.900,00	3.058,00	149.842,00	149.842,00	26/12/2012	01/04/2014	Adimplente
1	770562	04092672000125	2.427.084,00	97.084,00	1.000.000,00	1.000.000,00	10/10/2012	09/12/2014	Adimplente
1	770563	04092672000125	229.167,00	9.167,00	220.000,00	220.000,00	10/10/2012	03/12/2014	Adimplente
1	770567	04092672000125	260.417,00	10.417,00	250.000,00	250.000,00	10/10/2012	24/10/2014	Adimplente
1	770568	84745363000146	255.103,00	5.103,00	250.000,00	250.000,00	18/12/2012	19/09/2014	Adimplente
1	770570	04632212000142	306.500,00	6.500,00	300.000,00	300.000,00	12/12/2012	11/09/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
<b>Modalidade</b>	<b>Nº do Instrumento</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Valores Pactuados</b>		<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado até exercício</b>	<b>Vigência</b>		<b>Situação</b>
			<b>Global</b>	<b>Contrapartida</b>			<b>Início</b>	<b>Fim</b>	
1	770658	84745389000194	255.500,00	5.500,00	250.000,00	250.000,00	07/12/2012	22/11/2014	Adimplente
1	770661	63786990000155	306.122,45	6.122,45	300.000,00	300.000,00	07/12/2012	06/11/2014	Adimplente
1	770662	15834732000154	102.050,00	2.050,00	100.000,00	100.000,00	07/12/2012	08/07/2014	Adimplente
1	770664	04092672000125	520.834,00	20.834,00	500.000,00	500.000,00	10/10/2012	06/11/2014	Adimplente
1	770665	04092672000125	1.250.000,00	50.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	10/10/2012	02/08/2014	Adimplente
1	770667	04092672000125	364.650,00	14.650,00	350.000,00	350.000,00	10/10/2012	11/09/2014	Adimplente
1	770706	04092672000125	781.250,00	31.250,00	750.000,00	750.000,00	10/10/2012	06/11/2014	Adimplente
1	770742	04034583000122	833.333,33	33.333,33	800.000,00	800.000,00	06/07/2012	24/09/2014	Adimplente
1	770747	04034583000122	1.039.282,23	239.282,23	800.000,00	800.000,00	30/11/2012	12/12/2014	Adimplente
1	770749	04034583000122	520.833,33	20.833,33	500.000,00	500.000,00	06/07/2012	27/11/2014	Adimplente
1	770750	04034583000122	171.875,00	6.875,00	165.000,00	165.000,00	06/07/2012	14/05/2014	Adimplente
1	770751	04034583000122	682.740,88	97.740,88	585.000,00	585.000,00	06/07/2012	02/12/2014	Adimplente
1	770753	04283040000149	1.025.000,00	25.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	18/12/2012	06/11/2014	Adimplente
1	770788	04092714000128	424.333,34	24.333,34	400.000,00	400.000,00	30/06/2012	08/07/2014	Adimplente
1	770789	04391512000187	377.711,69	77.711,69	300.000,00	300.000,00	30/06/2012	17/12/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	770814	01613031000180	1.530.850,16	30.850,16	1.000.000,00	1.000.000,00	19/11/2012	06/11/2014	Adimplente
1	770818	04391512000187	530.350,78	30.350,78	500.000,00	500.000,00	02/07/2012	24/10/2014	Adimplente
1	770837	05562326000126	263.500,00	13.500,00	250.000,00	250.000,00	03/07/2012	27/03/2014	Adimplente
1	770841	04641551000195	260.000,00	10.000,00	0,00	0,00	02/07/2012	31/03/2014	Adimplente
1	770842	05562326000126	263.500,00	13.500,00	250.000,00	250.000,00	03/07/2012	27/03/2014	Adimplente
1	770843	05562326000126	263.500,00	13.500,00	250.000,00	250.000,00	03/07/2012	27/03/2014	Adimplente
1	770844	05562326000126	263.500,00	13.500,00	250.000,00	250.000,00	03/07/2012	28/03/2014	Adimplente
1	770845	05562326000126	263.500,00	13.500,00	250.000,00	250.000,00	03/07/2012	28/03/2014	Adimplente
1	770846	05562326000126	263.500,00	13.500,00	250.000,00	250.000,00	03/07/2012	28/03/2014	Adimplente
1	770847	05562326000126	263.500,00	13.500,00	250.000,00	250.000,00	03/07/2012	28/03/2014	Adimplente
1	770848	05562326000126	263.500,00	13.500,00	250.000,00	250.000,00	03/07/2012	28/03/2014	Adimplente
1	770887	15834732000154	510.205,00	10.205,00	500.000,00	500.000,00	02/07/2012	22/10/2014	Adimplente
1	770890	63761985000198	255.200,00	5.200,00	250.000,00	250.000,00	06/07/2012	14/05/2014	Adimplente
1	771177	22855159000120	300.000,00	6.000,00	294.000,00	294.000,00	04/07/2012	16/12/2014	Adimplente
1	771178	04104816000116	343.450,00	93.450,00	250.000,00	250.000,00	04/07/2012	19/12/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
<b>Modalidade</b>	<b>Nº do Instrumento</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Valores Pactuados</b>		<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado até exercício</b>	<b>Vigência</b>		<b>Situação</b>
			<b>Global</b>	<b>Contrapartida</b>			<b>Início</b>	<b>Fim</b>	
1	771179	04104816000116	417.000,00	17.000,00	400.000,00	400.000,00	04/07/2012	02/12/2014	Adimplente
1	771180	04104816000116	157.000,00	7.000,00	0,00	0,00	04/07/2012	31/03/2014	Adimplente
1	771181	04104816000116	225.000,00	25.000,00	200.000,00	200.000,00	04/07/2012	17/12/2014	Adimplente
1	771182	04104816000116	261.000,00	11.000,00	250.000,00	250.000,00	04/07/2012	22/10/2014	Adimplente
1	771185	22855142000173	153.061,50	3.061,50	150.000,00	150.000,00	17/12/2012	01/04/2014	Adimplente
1	771243	00394577000125	571.653,00	71.653,00	0,00	500.000,00	06/07/2012	26/03/2014	Adimplente
1	771260	00394585000171	3.157.894,74	157.894,74	0,00	3.000.000,00	05/07/2012	13/12/2013	Adimplente
1	771404	05990437000133	1.020.408,16	20.408,16	0,00	1.000.000,00	06/07/2012	02/02/2014	Inadimplente
1	771426	04283578000153	1.030.000,00	30.000,00	0,00	0,00	06/07/2012	31/03/2014	Adimplente
1	771434	04283040000149	1.435.000,00	35.000,00	0,00	0,00	18/12/2012	31/03/2014	Adimplente
1	771444	00720553000119	255.102,04	5.102,04	0,00	0,00	06/07/2012	31/03/2014	Adimplente
1	771448	63606479000124	1.578.947,37	78.947,37	1.000.000,00	1.000.000,00	06/07/2012	12/12/2014	Adimplente
1	771764	04798328000156	250.000,00	5.000,00	245.000,00	245.000,00	06/07/2012	26/12/2014	Adimplente
1	771769	04798328000156	400.000,00	8.000,00	392.000,00	392.000,00	06/07/2012	06/11/2014	Adimplente
1	771770	04798328000156	350.000,00	7.000,00	343.000,00	343.000,00	06/07/2012	20/12/2014	Adimplente



**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
<b>Modalidade</b>	<b>Nº do Instrumento</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Valores Pactuados</b>		<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado até exercício</b>	<b>Vigência</b>		<b>Situação</b>
			<b>Global</b>	<b>Contrapartida</b>			<b>Início</b>	<b>Fim</b>	
1	771811	05533935000157	1.055.000,00	55.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	06/07/2012	02/12/2014	Adimplente
1	771812	05533935000157	1.055.000,00	55.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	06/07/2012	02/12/2014	Adimplente
1	771813	05533935000157	1.055.000,00	55.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	06/07/2012	02/12/2014	Adimplente
1	771814	05533935000157	1.055.000,00	55.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	06/07/2012	02/12/2014	Adimplente
1	771854	04092706000181	615.000,00	15.000,00	600.000,00	600.000,00	06/07/2012	27/08/2014	Adimplente
1	771883	04092672000125	520.834,00	20.834,00	500.000,00	500.000,00	10/10/2012	29/10/2014	Adimplente
1	772372	04092714000128	104.500,00	4.500,00	100.000,00	100.000,00	06/07/2012	24/07/2014	Adimplente
1	774158	22855142000173	153.061,50	3.061,50	150.000,00	150.000,00	28/12/2012	01/04/2014	Adimplente
1	774161	04092706000181	500.000,00	100.000,00	400.000,00	400.000,00	26/12/2012	17/09/2014	Adimplente
1	774498	84012012000126	1.764.124,52	264.124,52	1.000.000,00	1.000.000,00	26/12/2012	23/12/2014	Adimplente
1	774521	05943030000155	2.105.263,16	105.263,16	936.885,03	936.885,03	22/12/2012	12/12/2014	Adimplente
1	774559	00394577000125	549.945,00	49.945,00	0,00	0,00	12/12/2012	31/03/2014	Adimplente
1	774562	00394577000125	3.100.000,00	1.100.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	13/12/2012	12/12/2014	Adimplente
1	774565	00394577000125	786.517,35	86.517,35	700.000,00	700.000,00	13/12/2012	31/12/2014	Adimplente
1	774676	22855142000173	306.123,00	6.123,00	300.000,00	300.000,00	14/12/2012	01/04/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	774680	04092706000181	115.000,00	15.000,00	100.000,00	100.000,00	07/12/2012	08/07/2014	Adimplente
1	774684	63761993000134	306.125,00	6.125,00	300.000,00	300.000,00	05/12/2012	08/07/2014	Adimplente
1	774687	63762025000142	618.300,00	18.300,00	600.000,00	600.000,00	28/12/2012	25/10/2014	Adimplente
1	774690	63762025000142	102.543,00	2.543,00	100.000,00	100.000,00	28/12/2012	13/11/2014	Adimplente
1	774693	04914925000107	243.000,00	43.000,00	200.000,00	200.000,00	28/12/2012	27/08/2014	Adimplente
1	774747	84745389000194	146.000,00	46.000,00	100.000,00	100.000,00	28/12/2012	19/11/2014	Adimplente
1	774748	63761969000103	180.000,00	30.000,00	150.000,00	150.000,00	28/12/2012	08/07/2014	Adimplente
1	774749	04279238000159	315.000,00	15.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	31/03/2014	Adimplente
1	774761	01587887000129	254.000,00	54.000,00	200.000,00	200.000,00	12/12/2012	01/04/2014	Adimplente
1	774856	04243026000111	578.947,37	28.947,37	550.000,00	550.000,00	13/12/2012	04/10/2014	Adimplente
1	774857	04092714000128	224.000,00	24.000,00	200.000,00	200.000,00	12/12/2012	06/11/2014	Adimplente
1	774881	63761993000134	258.000,00	8.000,00	250.000,00	250.000,00	19/12/2012	13/11/2014	Adimplente
1	774961	04092706000181	515.000,00	15.000,00	500.000,00	500.000,00	28/12/2012	26/09/2014	Adimplente
1	774969	04092706000181	850.000,00	50.000,00	800.000,00	800.000,00	06/12/2012	27/11/2014	Adimplente
1	775016	63761977000141	306.122,45	6.122,45	300.000,00	300.000,00	07/12/2012	24/09/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
<b>Modalidade</b>	<b>Nº do Instrumento</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Valores Pactuados</b>		<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado até exercício</b>	<b>Vigência</b>		<b>Situação</b>
			<b>Global</b>	<b>Contrapartida</b>			<b>Início</b>	<b>Fim</b>	
1	775563	04914925000107	510.500,00	10.500,00	500.000,00	500.000,00	13/12/2012	19/12/2014	Adimplente
1	775628	04914925000107	1.550.000,00	50.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	26/12/2012	09/07/2014	Adimplente
1	775638	00394577000125	2.450.000,00	250.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	05/12/2012	09/12/2014	Adimplente
1	776609	04092714000128	417.000,00	17.000,00	400.000,00	400.000,00	12/12/2012	17/12/2014	Adimplente
1	776610	63761969000103	255.150,00	5.150,00	250.000,00	250.000,00	10/12/2012	04/09/2014	Adimplente
1	776616	63762041000135	206.000,00	6.000,00	200.000,00	200.000,00	10/12/2012	16/10/2014	Adimplente
1	776638	04380507000179	510.999,65	10.999,65	500.000,00	500.000,00	13/12/2012	26/09/2014	Adimplente
1	776790	04092672000125	3.125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	06/12/2012	31/03/2014	Adimplente
1	776824	63762041000135	1.020.500,00	20.500,00	1.000.000,00	1.000.000,00	11/12/2012	17/12/2014	Adimplente
1	777067	05943030000155	949.272,84	28.478,18	920.794,66	920.794,66	22/12/2012	08/07/2014	Adimplente
1	777072	84727601000190	285.714,29	5.714,29	280.000,00	280.000,00	27/12/2012	14/05/2014	Adimplente
1	777077	84727601000190	306.250,00	6.250,00	300.000,00	300.000,00	12/12/2012	06/11/2014	Adimplente
1	777086	63606479000124	421.500,00	21.500,00	0,00	0,00	10/12/2012	31/03/2014	Adimplente
1	777087	63606479000124	316.000,00	16.000,00	300.000,00	300.000,00	10/12/2012	17/12/2014	Adimplente
1	777091	63606479000124	843.000,00	43.000,00	0,00	0,00	10/12/2012	31/03/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	777094	63606479000124	316.000,00	16.000,00	300.000,00	300.000,00	10/12/2012	20/12/2014	Adimplente
1	777117	84722933000182	438.775,51	8.775,51	430.000,00	430.000,00	12/12/2012	08/07/2014	Adimplente
1	777119	63761969000103	620.000,00	70.000,00	550.000,00	550.000,00	10/12/2012	08/07/2014	Adimplente
1	777174	84744994000140	459.500,00	9.500,00	450.000,00	450.000,00	18/12/2012	08/07/2014	Adimplente
1	777185	00394577000125	627.000,00	27.000,00	600.000,00	600.000,00	12/12/2012	19/12/2014	Adimplente
1	777223	22855142000173	306.500,00	6.500,00	300.000,00	300.000,00	12/12/2012	10/12/2014	Adimplente
1	777226	04092672000125	312.500,00	12.500,00	300.000,00	300.000,00	07/12/2012	19/11/2014	Adimplente
1	777227	04092706000181	409.500,00	19.500,00	390.000,00	390.000,00	12/12/2012	31/12/2014	Adimplente
1	777328	05943030000155	5.015.016,28	250.750,81	2.364.265,47	2.364.265,47	22/12/2012	17/12/2014	Adimplente
1	777331	05943030000155	2.105.263,16	105.263,16	1.000.000,00	1.000.000,00	22/12/2012	10/12/2014	Adimplente
1	777449	03682401000167	526.315,79	26.315,79	500.000,00	500.000,00	13/12/2012	02/12/2014	Adimplente
1	777554	63606479000124	263.200,00	13.200,00	250.000,00	250.000,00	10/12/2012	22/10/2014	Adimplente
1	777919	05533935000157	1.948.000,00	98.000,00	0,00	0,00	13/12/2012	31/03/2014	Adimplente
1	777920	05533935000157	1.948.000,00	98.000,00	0,00	0,00	13/12/2012	31/03/2014	Adimplente
1	777923	04628376000104	1.640.000,00	40.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	13/12/2012	27/12/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	777925	04628376000104	1.896.250,00	46.250,00	1.000.000,00	1.000.000,00	13/12/2012	27/11/2014	Adimplente
1	777929	04588596000143	3.090.000,00	90.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	13/12/2012	04/12/2014	Adimplente
1	777940	04391512000187	905.676,49	45.676,49	0,00	0,00	13/12/2012	31/03/2014	Adimplente
1	777951	63786990000155	820.000,00	20.000,00	800.000,00	800.000,00	13/12/2012	08/07/2014	Adimplente
1	777965	04394805000118	1.122.500,00	22.500,00	1.100.000,00	1.100.000,00	28/12/2012	10/07/2014	Adimplente
1	777981	00394577000125	211.900,00	11.900,00	200.000,00	200.000,00	13/12/2012	16/12/2014	Adimplente
1	777993	04092706000181	115.000,00	15.000,00	100.000,00	100.000,00	12/12/2012	01/04/2014	Adimplente
1	778005	04695284000139	306.123,00	6.123,00	300.000,00	300.000,00	13/12/2012	24/09/2014	Adimplente
1	778607	00394585001062	1.000.000,00	50.000,00	0,00	0,00	13/12/2012	31/03/2014	Adimplente
1	778849	00394577000125	350.000,00	50.000,00	300.000,00	300.000,00	13/12/2012	30/12/2014	Adimplente
1	779950	04588596000143	1.545.000,00	45.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	20/12/2012	13/11/2014	Adimplente
1	780016	34693564000179	256.200,00	6.200,00	250.000,00	250.000,00	26/12/2012	12/12/2014	Adimplente
1	780462	04092714000128	312.500,00	12.500,00	300.000,00	300.000,00	26/12/2012	08/07/2014	Adimplente
1	780463	63787071000104	306.500,00	6.500,00	300.000,00	300.000,00	21/12/2012	26/09/2014	Adimplente
1	780464	04092706000181	950.000,00	50.000,00	900.000,00	900.000,00	26/12/2012	24/09/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	780467	00394585000171	1.774.315,79	88.715,79	1.685.600,00	1.685.600,00	26/12/2012	18/11/2014	Adimplente
1	780530	63787097000144	357.500,00	7.500,00	350.000,00	350.000,00	27/12/2012	27/08/2014	Adimplente
1	780556	04092672000125	208.400,00	8.400,00	200.000,00	200.000,00	26/12/2012	12/12/2014	Adimplente
1	780558	04092672000125	208.340,00	8.340,00	200.000,00	200.000,00	26/12/2012	08/07/2014	Adimplente
1	780565	00394585000171	2.436.400,00	122.000,00	2.314.400,00	2.314.400,00	26/12/2012	08/08/2014	Adimplente
1	780571	00394585000171	525.000,00	25.000,00	500.000,00	500.000,00	26/12/2012	19/12/2014	Adimplente
1	780590	04092672000125	677.085,00	27.085,00	650.000,00	650.000,00	26/12/2012	24/07/2014	Adimplente
1	780592	00394585000171	560.000,00	60.000,00	500.000,00	500.000,00	26/12/2012	19/11/2014	Adimplente
1	780593	04092714000128	1.042.000,00	42.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	26/12/2012	18/11/2014	Adimplente
1	780594	63787071000104	360.000,00	10.000,00	350.000,00	350.000,00	26/12/2012	03/09/2014	Adimplente
1	780602	00394577000125	527.000,00	27.000,00	500.000,00	500.000,00	27/12/2012	27/12/2014	Adimplente
1	780627	04012548000102	1.887.760,00	37.760,00	925.000,00	925.000,00	27/12/2012	02/10/2014	Adimplente
1	780889	84012012000126	3.329.972,36	329.972,36	1.000.000,00	1.000.000,00	27/12/2012	19/09/2014	Adimplente
1	780904	84012012000126	1.666.685,60	166.685,60	1.000.000,00	1.000.000,00	27/12/2012	19/09/2014	Adimplente
1	780922	63762033000199	290.000,00	10.000,00	280.000,00	280.000,00	27/12/2012	08/07/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	780925	63786990000155	576.500,00	30.500,00	546.000,00	546.000,00	27/12/2012	08/07/2014	Adimplente
1	780951	04914925000107	540.000,00	30.000,00	510.000,00	510.000,00	28/12/2012	09/07/2014	Adimplente
1	780952	04092672000125	520.835,00	20.835,00	500.000,00	500.000,00	28/12/2012	08/07/2014	Adimplente
1	781000	04092714000128	312.500,00	12.500,00	300.000,00	300.000,00	28/12/2012	06/11/2014	Adimplente
1	781010	05943030000155	1.795.500,00	85.500,00	1.000.000,00	1.000.000,00	28/12/2012	19/12/2014	Adimplente
1	781032	04104816000116	840.000,00	40.000,00	800.000,00	800.000,00	28/12/2012	09/12/2014	Adimplente
1	781049	04034583000122	833.333,40	33.333,40	800.000,00	800.000,00	28/12/2012	24/09/2014	Adimplente
1	781214	04394805000118	255.102,04	5.102,04	250.000,00	250.000,00	28/12/2012	02/12/2014	Adimplente
1	781217	04092714000128	450.000,00	20.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	31/03/2014	Adimplente
1	781221	63787071000104	306.123,00	6.123,00	300.000,00	300.000,00	28/12/2012	09/05/2014	Adimplente
1	781223	04394805000118	898.000,00	18.000,00	880.000,00	880.000,00	28/12/2012	17/12/2014	Adimplente
1	781239	04092672000125	260.417,00	10.417,00	250.000,00	250.000,00	28/12/2012	03/09/2014	Adimplente
1	781251	04588596000143	256.250,00	6.250,00	250.000,00	250.000,00	28/12/2012	13/11/2014	Adimplente
1	781273	22855183000160	307.000,00	7.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	31/03/2014	Adimplente
1	781279	04092706000181	143.000,00	3.000,00	140.000,00	140.000,00	28/12/2012	01/04/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	781280	04092706000181	230.000,00	10.000,00	220.000,00	220.000,00	28/12/2012	03/09/2014	Adimplente
1	781282	04092706000181	410.000,00	10.000,00	400.000,00	400.000,00	28/12/2012	27/11/2014	Adimplente
1	781285	04391512000187	320.000,00	20.000,00	300.000,00	300.000,00	28/12/2012	06/11/2014	Adimplente
1	781292	84012012000126	4.307.841,76	430.784,18	1.996.186,65	1.996.186,65	28/12/2012	08/07/2014	Adimplente
1	781301	04695284000139	255.105,00	5.105,00	250.000,00	250.000,00	28/12/2012	19/12/2014	Adimplente
1	781306	84727601000190	459.183,67	9.183,67	450.000,00	450.000,00	28/12/2012	16/10/2014	Adimplente
1	781309	00394577000125	2.105.300,00	105.300,00	0,00	0,00	28/12/2012	31/03/2014	Adimplente
1	781313	00394577000125	526.400,00	26.400,00	0,00	0,00	28/12/2012	31/03/2014	Adimplente
1	781317	00394577000125	825.000,00	75.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	31/03/2014	Adimplente
1	781331	63606479000124	526.386,73	26.386,73	500.000,00	500.000,00	28/12/2012	19/12/2014	Adimplente
1	781538	63762074000185	525.000,00	25.000,00	500.000,00	500.000,00	28/12/2012	08/07/2014	Adimplente
1	781544	04391512000187	379.877,66	79.877,66	300.000,00	300.000,00	28/12/2012	19/12/2014	Adimplente
1	781705	04394805000118	632.653,06	12.653,06	620.000,00	620.000,00	29/12/2012	02/12/2014	Adimplente
1	782658	34925222000137	1.837.000,00	37.000,00	0,00	0,00	19/08/2013	19/08/2014	Adimplente
1	782660	04508933000145	816.350,00	16.350,00	0,00	0,00	19/08/2013	19/08/2014	Adimplente



**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
<b>Modalidade</b>	<b>Nº do Instrumento</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Valores Pactuados</b>		<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado até exercício</b>	<b>Vigência</b>		<b>Situação</b>
			<b>Global</b>	<b>Contrapartida</b>			<b>Início</b>	<b>Fim</b>	
1	782661	84306661000130	510.250,00	10.250,00	0,00	0,00	26/09/2013	26/09/2014	Adimplente
1	782662	04012548000102	781.250,00	31.250,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	782663	84306455000120	255.150,00	5.150,00	0,00	0,00	17/09/2013	17/09/2014	Adimplente
1	782665	04018560000124	1.020.410,00	20.410,00	0,00	0,00	11/12/2013	11/12/2014	Adimplente
1	782666	84306737000127	918.400,00	18.400,00	0,00	0,00	22/10/2013	22/10/2014	Adimplente
1	782667	04045993000179	255.602,86	5.602,86	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	782668	84306661000130	255.150,00	5.150,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	782669	04012548000102	625.000,00	25.000,00	0,00	0,00	17/12/2013	17/12/2014	Adimplente
1	782670	63603625000168	510.250,00	10.250,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	782671	04012548000102	520.834,00	20.834,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	782673	84306521000161	306.125,00	6.125,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	782674	04018560000124	816.350,00	16.350,00	0,00	0,00	18/12/2013	18/12/2014	Adimplente
1	782678	04012548000102	312.500,00	12.500,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	782681	04077251000125	255.105,00	5.105,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	782683	84306463000176	459.200,00	9.200,00	0,00	0,00	02/12/2013	02/12/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	782687	04012548000102	520.834,00	20.834,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	782688	84306588000104	255.215,73	5.215,73	0,00	0,00	24/10/2013	24/10/2014	Adimplente
1	782692	04018560000124	255.524,50	5.524,50	0,00	0,00	11/12/2013	11/12/2014	Adimplente
1	782693	63603625000168	510.250,00	10.250,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	782694	04012548000102	520.834,00	20.834,00	0,00	0,00	17/12/2013	17/12/2014	Adimplente
1	782696	04012548000102	1.041.667,00	41.667,00	0,00	0,00	17/12/2013	17/12/2014	Adimplente
1	782698	04012548000102	520.852,80	20.852,80	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	782700	04012548000102	1.562.500,00	62.500,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	782701	63762041000135	255.500,00	5.500,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	782703	63762041000135	704.082,00	14.082,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	782704	01592473000198	515.000,00	15.000,00	0,00	0,00	19/11/2013	19/11/2014	Adimplente
1	782705	63761985000198	113.217,00	13.217,00	0,00	0,00	10/10/2013	10/10/2014	Adimplente
1	782706	63761985000198	1.050.000,00	90.000,00	0,00	0,00	13/11/2013	13/11/2014	Adimplente
1	782721	04505509000147	650.000,00	13.000,00	0,00	0,00	14/08/2013	14/08/2014	Adimplente
1	782722	00699197000107	286.000,00	6.000,00	0,00	0,00	04/10/2013	04/10/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
<b>Modalidade</b>	<b>Nº do Instrumento</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Valores Pactuados</b>		<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado até exercício</b>	<b>Vigência</b>		<b>Situação</b>
			<b>Global</b>	<b>Contrapartida</b>			<b>Início</b>	<b>Fim</b>	
1	782724	63761985000198	220.000,00	20.000,00	0,00	0,00	24/10/2013	24/10/2014	Adimplente
1	782726	04632212000142	1.025.000,00	25.000,00	0,00	0,00	17/12/2013	17/12/2014	Adimplente
1	782727	15845365000194	550.000,00	50.000,00	0,00	0,00	19/08/2013	19/08/2014	Adimplente
1	782729	04508933000145	1.020.410,00	20.410,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	782730	04012548000102	625.000,00	25.000,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	782731	04012548000102	316.250,00	16.250,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	782736	84306521000161	408.165,00	8.165,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	782738	04059671000189	1.298.000,00	26.000,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	782739	04508933000145	2.145.103,00	42.903,00	0,00	0,00	24/10/2013	24/10/2014	Adimplente
1	782740	04508933000145	610.000,00	12.200,00	0,00	0,00	24/10/2013	24/10/2014	Adimplente
1	782816	04695284000139	102.500,00	2.500,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	782817	84736941000188	103.900,00	3.900,00	0,00	0,00	29/10/2013	29/10/2014	Adimplente
1	782818	04695284000139	120.000,00	20.000,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	782819	15845340000190	327.000,00	7.000,00	0,00	0,00	24/10/2013	24/10/2014	Adimplente
1	782820	04092714000128	525.000,00	25.000,00	0,00	0,00	08/10/2013	08/10/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	782821	04100020000195	255.752,00	5.752,00	0,00	0,00	21/10/2013	21/10/2014	Adimplente
1	782822	84745363000146	204.082,00	4.082,00	0,00	0,00	17/12/2013	17/12/2014	Adimplente
1	782824	63786990000155	355.000,00	7.100,00	0,00	0,00	24/10/2013	24/10/2014	Adimplente
1	782825	84727601000190	255.500,00	5.500,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	782826	04092714000128	525.000,00	25.000,00	0,00	0,00	24/10/2013	24/10/2014	Adimplente
1	782827	84727601000190	102.500,00	2.500,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	782828	63787097000144	306.150,00	6.150,00	0,00	0,00	24/10/2013	24/10/2014	Adimplente
1	782829	84727601000190	255.102,04	5.102,04	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	782830	84727601000190	256.000,00	6.000,00	0,00	0,00	16/08/2013	16/08/2014	Adimplente
1	782831	15845365000194	327.000,00	7.000,00	0,00	0,00	04/12/2013	04/12/2014	Adimplente
1	782832	63787097000144	204.150,00	4.150,00	0,00	0,00	30/12/2013	30/12/2014	Adimplente
1	782834	04914925000107	1.050.000,00	50.000,00	0,00	0,00	13/11/2013	13/11/2014	Adimplente
1	782835	01614081000182	511.000,00	11.000,00	0,00	0,00	06/12/2013	06/12/2014	Adimplente
1	782837	05943030000155	3.091.116,68	154.555,83	0,00	0,00	30/10/2013	30/10/2014	Adimplente
1	782838	05943030000155	3.188.127,95	159.406,40	0,00	0,00	12/11/2013	12/11/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	782839	01614081000182	1.123.000,00	23.000,00	0,00	0,00	11/12/2013	11/12/2014	Adimplente
1	782840	05943030000155	1.789.473,68	89.473,68	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	782842	34693564000179	510.300,00	10.300,00	0,00	0,00	14/08/2013	14/08/2014	Adimplente
1	782843	04077251000125	1.530.620,00	30.620,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	782845	23066632000153	2.041.000,00	41.000,00	0,00	0,00	26/09/2013	26/09/2014	Adimplente
1	782849	04508933000145	306.200,00	6.200,00	0,00	0,00	24/10/2013	24/10/2014	Adimplente
1	782850	63603625000168	357.400,00	7.400,00	0,00	0,00	26/09/2013	26/09/2014	Adimplente
1	782852	04632212000142	320.000,00	20.000,00	0,00	0,00	17/12/2013	17/12/2014	Adimplente
1	782853	22855167000177	512.000,00	12.000,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	782854	04632212000142	260.000,00	10.000,00	0,00	0,00	17/12/2013	17/12/2014	Adimplente
1	782868	34693564000179	510.300,00	10.300,00	0,00	0,00	14/08/2013	14/08/2014	Adimplente
1	782871	04056198000186	2.551.020,41	51.020,41	0,00	0,00	11/12/2013	11/12/2014	Adimplente
1	782873	01613031000180	2.041.788,49	41.788,49	0,00	0,00	19/11/2013	19/11/2014	Adimplente
1	782938	84306620000143	310.000,00	10.000,00	0,00	0,00	25/10/2013	25/10/2014	Adimplente
1	782940	04695284000139	511.000,00	11.000,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
<b>Modalidade</b>	<b>Nº do Instrumento</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Valores Pactuados</b>		<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado até exercício</b>	<b>Vigência</b>		<b>Situação</b>
			<b>Global</b>	<b>Contrapartida</b>			<b>Início</b>	<b>Fim</b>	
1	782941	63762058000192	102.200,00	2.200,00	0,00	0,00	04/09/2013	04/09/2014	Adimplente
1	782942	63761944000100	102.050,00	2.050,00	0,00	0,00	14/08/2013	14/08/2014	Adimplente
1	782943	04092680000171	120.000,00	20.000,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	782944	04632212000142	280.613,00	5.613,00	0,00	0,00	17/12/2013	17/12/2014	Adimplente
1	782945	01254422000156	153.600,00	3.600,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	782947	63762074000185	510.850,00	10.850,00	0,00	0,00	27/11/2013	27/11/2014	Adimplente
1	782948	15845340000190	536.000,00	16.000,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	782960	04092680000171	358.000,00	8.000,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	782963	04279238000159	260.500,00	10.500,00	0,00	0,00	12/11/2013	12/11/2014	Adimplente
1	782964	63761944000100	1.020.410,00	20.410,00	0,00	0,00	14/08/2013	14/08/2014	Adimplente
1	782965	01592473000198	275.000,00	15.000,00	0,00	0,00	19/11/2013	19/11/2014	Adimplente
1	782966	84723030000116	286.000,00	26.000,00	0,00	0,00	13/11/2013	13/11/2014	Adimplente
1	782967	01254422000156	530.900,00	10.900,00	0,00	0,00	19/08/2013	19/08/2014	Adimplente
1	782969	22855159000120	840.000,00	40.000,00	0,00	0,00	19/08/2013	19/08/2014	Adimplente
1	782970	84722917000190	308.000,00	8.000,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	782979	63603625000168	1.122.500,00	22.500,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	782980	00699197000107	275.000,00	15.000,00	0,00	0,00	23/10/2013	23/10/2014	Adimplente
1	782981	01254422000156	204.090,00	4.090,00	0,00	0,00	26/12/2013	26/12/2014	Adimplente
1	782982	04632212000142	306.122,50	6.122,50	0,00	0,00	17/12/2013	17/12/2014	Adimplente
1	782984	04279238000159	209.000,00	9.000,00	0,00	0,00	12/11/2013	12/11/2014	Adimplente
1	783002	04508933000145	612.250,00	12.250,00	0,00	0,00	24/10/2013	24/10/2014	Adimplente
1	783005	04508933000145	408.165,00	8.165,00	0,00	0,00	24/10/2013	24/10/2014	Adimplente
1	783008	04056206000194	510.204,08	10.204,08	0,00	0,00	10/09/2013	10/09/2014	Adimplente
1	783009	04653408000113	816.326,53	16.326,53	0,00	0,00	27/12/2013	27/12/2014	Adimplente
1	783047	04056206000194	515.000,00	15.000,00	0,00	0,00	11/12/2013	11/12/2014	Adimplente
1	783051	05986427000124	1.225.000,00	25.000,00	0,00	0,00	21/10/2013	21/10/2014	Adimplente
1	783052	05986427000124	817.000,00	17.000,00	0,00	0,00	21/10/2013	21/10/2014	Adimplente
1	783053	05986427000124	1.021.000,00	21.000,00	0,00	0,00	21/10/2013	21/10/2014	Adimplente
1	783123	04394805000118	510.204,08	10.204,08	0,00	0,00	21/08/2013	21/08/2014	Adimplente
1	783124	63761944000100	306.500,00	6.500,00	0,00	0,00	14/08/2013	14/08/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	783125	63762033000199	103.140,00	3.140,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	783126	04279238000159	521.000,00	21.000,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	783141	63762033000199	256.000,00	6.000,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	783142	84727601000190	270.000,00	10.000,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	783143	63787097000144	282.000,00	22.000,00	0,00	0,00	24/10/2013	24/10/2014	Adimplente
1	783147	84744994000140	275.000,00	25.000,00	250.000,00	250.000,00	19/08/2013	31/12/2014	Adimplente
1	783149	63762074000185	511.500,00	11.500,00	0,00	0,00	27/11/2013	27/11/2014	Adimplente
1	783150	63762009000150	295.000,00	45.000,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	783151	04092680000171	970.000,00	20.000,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	783152	15845365000194	357.500,00	7.500,00	0,00	0,00	19/08/2013	19/08/2014	Adimplente
1	783153	01254422000156	306.500,00	6.500,00	0,00	0,00	11/09/2013	11/09/2014	Adimplente
1	783154	84727601000190	357.150,00	7.150,00	0,00	0,00	30/08/2013	30/08/2014	Adimplente
1	783155	01254422000156	1.050.000,00	50.000,00	0,00	0,00	19/08/2013	19/08/2014	Adimplente
1	783174	04056206000194	1.024.288,74	24.288,74	0,00	0,00	24/10/2013	24/10/2014	Adimplente
1	783175	01614081000182	460.000,00	10.000,00	0,00	0,00	11/12/2013	11/12/2014	Adimplente



**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	783176	01614081000182	307.000,00	7.000,00	0,00	0,00	09/12/2013	09/12/2014	Adimplente
1	783222	22812242000112	2.060.000,00	60.000,00	0,00	0,00	02/09/2013	02/09/2014	Adimplente
1	783224	04034583000122	1.041.666,67	41.666,67	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	783225	04012548000102	416.670,00	16.670,00	0,00	0,00	22/08/2013	22/08/2014	Adimplente
1	783226	05903125000145	210.000,00	10.000,00	0,00	0,00	18/10/2013	18/10/2014	Adimplente
1	783227	04279238000159	260.500,00	10.500,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	783271	84745363000146	255.103,00	5.103,00	250.000,00	250.000,00	14/08/2013	30/12/2014	Adimplente
1	783272	04380507000179	358.000,00	8.000,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	783273	84745389000194	357.143,00	7.143,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	783274	04092706000181	364.585,00	14.585,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	783275	04092672000125	1.042.000,00	42.000,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	783276	84744994000140	370.000,00	50.000,00	0,00	0,00	20/08/2013	20/08/2014	Adimplente
1	783277	63762033000199	275.000,00	15.000,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	783279	63761944000100	215.000,00	15.000,00	0,00	0,00	26/12/2013	26/12/2014	Adimplente
1	783280	00699197000107	220.000,00	20.000,00	0,00	0,00	26/12/2013	26/12/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	783281	01592473000198	205.000,00	5.000,00	0,00	0,00	26/12/2013	26/12/2014	Adimplente
1	783282	15845365000194	204.500,00	4.500,00	0,00	0,00	26/12/2013	26/12/2014	Adimplente
1	783312	34925206000144	1.940.000,00	40.000,00	0,00	0,00	11/11/2013	11/11/2014	Adimplente
1	783335	63787097000144	104.428,00	4.428,00	0,00	0,00	10/09/2013	10/09/2014	Adimplente
1	783336	63762009000150	105.000,00	5.000,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	783337	84744994000140	112.500,00	12.500,00	0,00	0,00	19/08/2013	19/08/2014	Adimplente
1	783391	04034583000122	312.500,00	12.500,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	783392	63762025000142	103.000,00	3.000,00	0,00	0,00	17/12/2013	17/12/2014	Adimplente
1	783396	04092714000128	261.000,00	11.000,00	0,00	0,00	14/08/2013	14/08/2014	Adimplente
1	783398	04092672000125	2.086.040,00	86.040,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	783428	63761993000134	103.000,00	3.000,00	0,00	0,00	14/08/2013	14/08/2014	Adimplente
1	783429	63786990000155	110.000,00	10.000,00	0,00	0,00	14/08/2013	14/08/2014	Adimplente
1	783516	15845340000190	103.000,00	3.000,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	783524	01613028000167	2.245.000,00	45.000,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	783542	01587887000129	300.000,00	40.000,00	260.000,00	260.000,00	30/10/2013	30/12/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
<b>Modalidade</b>	<b>Nº do Instrumento</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Valores Pactuados</b>		<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado até exercício</b>	<b>Vigência</b>		<b>Situação</b>
			<b>Global</b>	<b>Contrapartida</b>			<b>Início</b>	<b>Fim</b>	
1	783545	22855167000177	283.000,00	8.000,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	783635	04056230000123	1.025.641,03	25.641,03	0,00	0,00	26/12/2013	26/12/2014	Adimplente
1	783638	05893631000109	480.000,00	24.000,00	0,00	0,00	29/10/2013	29/10/2014	Adimplente
1	783641	01266058000144	357.200,00	7.200,00	0,00	0,00	10/10/2013	10/10/2014	Adimplente
1	783645	63761936000155	266.000,00	6.000,00	0,00	0,00	18/11/2013	18/11/2014	Adimplente
1	783647	23066905000160	408.500,00	8.500,00	0,00	0,00	18/11/2013	18/11/2014	Adimplente
1	783650	05893631000109	103.000,00	3.000,00	0,00	0,00	29/10/2013	29/10/2014	Adimplente
1	783658	05903125000145	1.080.000,00	80.000,00	0,00	0,00	18/10/2013	18/10/2014	Adimplente
1	784487	01266058000144	102.150,00	2.150,00	0,00	0,00	14/10/2013	14/10/2014	Adimplente
1	784488	04283578000153	768.750,00	18.750,00	0,00	0,00	16/08/2013	16/08/2014	Adimplente
1	784489	63762041000135	102.300,00	2.300,00	0,00	0,00	26/09/2013	26/09/2014	Adimplente
1	784490	15845340000190	510.500,00	10.500,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	784491	63606479000124	1.052.632,00	52.632,00	0,00	0,00	16/08/2013	16/08/2014	Adimplente
1	784495	84736941000188	330.000,00	30.000,00	0,00	0,00	29/10/2013	29/10/2014	Adimplente
1	784517	01613031000180	408.200,00	8.200,00	0,00	0,00	19/11/2013	19/11/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	784519	23066640000108	1.510.416,67	60.416,67	0,00	0,00	11/12/2013	11/12/2014	Adimplente
1	784520	04056214000130	1.020.408,16	20.408,16	0,00	0,00	14/08/2013	14/08/2014	Adimplente
1	784522	04034583000122	156.250,00	6.250,00	150.000,00	150.000,00	13/08/2013	30/12/2014	Adimplente
1	784538	04034583000122	511.600,00	41.600,00	470.000,00	470.000,00	13/08/2013	30/12/2014	Adimplente
1	784551	22855159000120	290.000,00	30.000,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente
1	784552	63762041000135	613.000,00	13.000,00	0,00	0,00	24/09/2013	24/09/2014	Adimplente
1	784554	05562326000126	263.157,89	13.157,89	250.000,00	250.000,00	28/08/2013	31/12/2014	Adimplente
1	784555	05562326000126	263.157,89	13.157,89	250.000,00	250.000,00	28/08/2013	31/12/2014	Adimplente
1	784556	05562326000126	263.157,89	13.157,89	250.000,00	250.000,00	28/08/2013	31/12/2014	Adimplente
1	784557	05562326000126	263.157,89	13.157,89	250.000,00	250.000,00	28/08/2013	31/12/2014	Adimplente
1	784558	05562326000126	263.157,89	13.157,89	250.000,00	250.000,00	28/08/2013	31/12/2014	Adimplente
1	784560	05562326000126	263.157,89	13.157,89	250.000,00	250.000,00	28/08/2013	31/12/2014	Adimplente
1	784561	05562326000126	263.157,89	13.157,89	250.000,00	250.000,00	28/08/2013	31/12/2014	Adimplente
1	784563	05562326000126	263.157,89	13.157,89	250.000,00	250.000,00	28/08/2013	31/12/2014	Adimplente
1	784590	04092672000125	333.500,00	13.500,00	0,00	0,00	13/08/2013	13/08/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	784592	63606479000124	1.053.000,00	53.000,00	0,00	0,00	16/08/2013	16/08/2014	Adimplente
1	784599	63606479000124	842.105,26	42.105,26	0,00	0,00	16/08/2013	16/08/2014	Adimplente
1	784632	00394577000125	360.000,00	60.000,00	0,00	0,00	07/10/2013	07/10/2014	Adimplente
1	784634	00394577000125	400.000,00	100.000,00	0,00	0,00	07/10/2013	07/10/2014	Adimplente
1	784635	00394577000125	720.000,00	100.000,00	0,00	0,00	07/10/2013	07/10/2014	Adimplente
1	784636	00394577000125	850.000,00	350.000,00	0,00	0,00	12/09/2013	12/09/2014	Adimplente
1	784637	00394577000125	320.000,00	140.000,00	0,00	0,00	07/10/2013	07/10/2014	Adimplente
1	784650	15834732000154	510.500,00	10.500,00	0,00	0,00	15/08/2013	15/08/2014	Adimplente
1	784661	04628681000198	1.112.919,13	112.919,13	0,00	0,00	03/09/2013	03/09/2014	Adimplente
1	784715	04100020000195	103.000,00	3.000,00	0,00	0,00	21/10/2013	21/10/2014	Adimplente
1	784717	15834732000154	102.500,00	2.500,00	0,00	0,00	21/08/2013	21/08/2014	Adimplente
1	784720	22855159000120	104.000,00	4.000,00	0,00	0,00	19/08/2013	19/08/2014	Adimplente
1	784723	04092714000128	208.500,00	8.500,00	0,00	0,00	30/09/2013	30/09/2014	Adimplente
1	784736	63606479000124	895.500,00	45.500,00	0,00	0,00	27/08/2013	27/08/2014	Adimplente
1	784753	05986427000124	1.327.000,00	27.000,00	0,00	0,00	03/09/2013	03/09/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	784830	04092672000125	469.000,00	19.000,00	0,00	0,00	21/08/2013	21/08/2014	Adimplente
1	784831	04092672000125	2.085.000,00	85.000,00	0,00	0,00	21/08/2013	21/08/2014	Adimplente
1	784832	04092672000125	3.163.000,00	163.000,00	0,00	0,00	21/08/2013	21/08/2014	Adimplente
1	784838	04477568000159	1.040.000,00	40.000,00	0,00	0,00	30/08/2013	30/08/2014	Adimplente
1	785094	01613031000180	1.512.481,76	30.249,64	0,00	0,00	29/08/2013	29/08/2014	Adimplente
1	785096	01613031000180	2.065.883,66	65.883,66	0,00	0,00	19/11/2013	19/11/2014	Adimplente
1	785098	00394577000125	1.050.200,00	106.960,00	0,00	0,00	24/12/2013	24/12/2014	Adimplente
1	785100	05903125000145	1.530.000,00	80.000,00	0,00	0,00	18/10/2013	18/10/2014	Adimplente
1	785129	84722933000182	257.500,00	7.500,00	0,00	0,00	15/08/2013	15/08/2014	Adimplente
1	785171	04104816000116	522.780,75	72.780,75	0,00	0,00	19/08/2013	19/08/2014	Adimplente
1	785172	84306661000130	306.200,00	6.200,00	0,00	0,00	27/09/2013	27/09/2014	Adimplente
1	785361	23066640000108	2.083.333,33	83.333,33	0,00	0,00	11/12/2013	11/12/2014	Adimplente
1	785372	34693564000179	408.200,00	8.200,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	785441	04283578000153	512.500,00	12.500,00	0,00	0,00	30/08/2013	30/08/2014	Adimplente
1	785499	05995766000177	2.659.600,00	159.600,00	0,00	0,00	26/08/2013	26/08/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	785501	04477642000137	511.000,00	11.000,00	0,00	0,00	30/09/2013	30/09/2014	Adimplente
1	785502	04477642000137	409.000,00	9.000,00	0,00	0,00	28/09/2013	28/09/2014	Adimplente
1	785503	04477642000137	2.041.000,00	41.000,00	0,00	0,00	28/09/2013	28/09/2014	Adimplente
1	785505	05995766000177	313.000,00	13.000,00	0,00	0,00	28/08/2013	28/08/2014	Adimplente
1	785507	04477642000137	511.000,00	11.000,00	0,00	0,00	28/09/2013	28/09/2014	Adimplente
1	785508	05995766000177	365.000,00	15.000,00	0,00	0,00	28/08/2013	28/08/2014	Adimplente
1	785509	04477642000137	511.000,00	11.000,00	0,00	0,00	28/09/2013	28/09/2014	Adimplente
1	785510	05995766000177	365.000,00	15.000,00	0,00	0,00	28/08/2013	28/08/2014	Adimplente
1	785511	04477642000137	307.000,00	7.000,00	0,00	0,00	28/09/2013	28/09/2014	Adimplente
1	785638	01613031000180	2.561.672,78	61.672,78	0,00	0,00	20/11/2013	20/11/2014	Adimplente
1	785639	04056230000123	1.020.408,17	20.408,17	0,00	0,00	20/12/2013	20/12/2014	Adimplente
1	785641	22855183000160	1.225.000,00	25.000,00	0,00	0,00	22/11/2013	22/11/2014	Adimplente
1	785643	84745363000146	255.500,00	5.500,00	0,00	0,00	17/12/2013	17/12/2014	Adimplente
1	785644	04914925000107	204.090,00	4.090,00	0,00	0,00	23/10/2013	23/10/2014	Adimplente
1	785645	15845340000190	120.000,00	20.000,00	0,00	0,00	24/10/2013	24/10/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	785646	84727601000190	215.000,00	15.000,00	0,00	0,00	24/10/2013	24/10/2014	Adimplente
1	785648	84722917000190	204.500,00	4.500,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	785649	05903125000145	2.233.100,00	123.100,00	0,00	0,00	22/10/2013	22/10/2014	Adimplente
1	785650	00699197000107	256.000,00	6.000,00	0,00	0,00	23/10/2013	23/10/2014	Adimplente
1	785651	63761993000134	300.000,00	40.000,00	0,00	0,00	06/12/2013	06/12/2014	Adimplente
1	785808	04056214000130	408.163,27	8.163,27	0,00	0,00	26/08/2013	26/08/2014	Adimplente
1	785861	23066640000108	2.083.333,33	83.333,33	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	785881	04104816000116	367.819,90	67.819,90	0,00	0,00	25/11/2013	25/11/2014	Adimplente
1	785883	04104816000116	554.502,48	54.502,48	0,00	0,00	25/11/2013	25/11/2014	Adimplente
1	785886	04100020000195	205.200,00	5.200,00	0,00	0,00	21/10/2013	21/10/2014	Adimplente
1	785887	84745389000194	184.990,00	4.990,00	0,00	0,00	25/11/2013	25/11/2014	Adimplente
1	785888	63762041000135	105.000,00	5.000,00	0,00	0,00	26/12/2013	26/12/2014	Adimplente
1	785890	15834732000154	209.600,00	9.600,00	0,00	0,00	23/10/2013	23/10/2014	Adimplente
1	785932	04092714000128	1.042.000,00	42.000,00	0,00	0,00	23/10/2013	23/10/2014	Adimplente
1	785933	22855142000173	206.000,00	6.000,00	0,00	0,00	29/11/2013	29/11/2014	Adimplente



**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	785934	04695284000139	280.000,00	80.000,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	785935	15834732000154	306.200,00	6.200,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	785936	15845340000190	153.500,00	3.500,00	0,00	0,00	24/10/2013	24/10/2014	Adimplente
1	785938	84306737000127	1.020.410,00	20.410,00	0,00	0,00	29/10/2013	29/10/2014	Adimplente
1	786118	04034583000122	416.666,67	16.666,67	0,00	0,00	06/09/2013	06/09/2014	Adimplente
1	786120	04034583000122	1.041.666,67	41.666,67	0,00	0,00	06/09/2013	06/09/2014	Adimplente
1	786221	04056206000194	276.000,00	6.000,00	0,00	0,00	22/10/2013	22/10/2014	Adimplente
1	786222	04056206000194	1.020.410,00	20.410,00	0,00	0,00	16/10/2013	16/10/2014	Adimplente
1	786224	04056248000125	278.235,00	8.235,00	0,00	0,00	17/09/2013	17/09/2014	Adimplente
1	786225	04056230000123	278.235,00	8.235,00	0,00	0,00	26/12/2013	26/12/2014	Adimplente
1	786227	05995766000177	535.000,00	35.000,00	0,00	0,00	06/09/2013	06/09/2014	Adimplente
1	786270	05986427000124	1.225.000,00	25.000,00	0,00	0,00	14/10/2013	14/10/2014	Adimplente
1	786297	04628723000190	512.500,00	12.500,00	0,00	0,00	07/10/2013	07/10/2014	Adimplente
1	786425	04477642000137	256.000,00	6.000,00	0,00	0,00	01/10/2013	01/10/2014	Adimplente
1	786428	04628111000106	512.500,00	12.500,00	0,00	0,00	20/09/2013	20/09/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	786429	04477568000159	1.050.000,00	50.000,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	786431	04477568000159	256.250,00	6.250,00	0,00	0,00	17/09/2013	17/09/2014	Adimplente
1	786433	04477634000190	512.500,00	12.500,00	0,00	0,00	17/10/2013	17/10/2014	Adimplente
1	786578	04628376000104	512.500,00	12.500,00	0,00	0,00	26/12/2013	26/12/2014	Adimplente
1	786581	04588596000143	1.030.000,00	30.000,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	786582	04283578000153	512.500,00	12.500,00	0,00	0,00	24/10/2013	24/10/2014	Adimplente
1	786584	04505509000147	1.500.000,00	30.000,00	0,00	0,00	23/10/2013	23/10/2014	Adimplente
1	786587	04034583000122	214.866,67	14.866,67	0,00	0,00	09/12/2013	09/12/2014	Adimplente
1	786590	04056230000123	2.041.858,09	41.858,09	0,00	0,00	20/12/2013	20/12/2014	Adimplente
1	786591	04653408000113	510.500,00	10.500,00	0,00	0,00	27/12/2013	27/12/2014	Adimplente
1	786592	04056198000186	510.204,08	10.204,08	0,00	0,00	11/12/2013	11/12/2014	Adimplente
1	786594	04056206000194	1.429.228,09	29.228,09	0,00	0,00	21/10/2013	21/10/2014	Adimplente
1	786595	04056214000130	2.620.171,53	52.403,65	0,00	0,00	11/11/2013	11/11/2014	Adimplente
1	786599	04056198000186	275.510,20	5.510,20	0,00	0,00	11/12/2013	11/12/2014	Adimplente
1	786601	01613028000167	817.000,00	17.000,00	0,00	0,00	21/11/2013	21/11/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
<b>Modalidade</b>	<b>Nº do Instrumento</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Valores Pactuados</b>		<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado até exercício</b>	<b>Vigência</b>		<b>Situação</b>
			<b>Global</b>	<b>Contrapartida</b>			<b>Início</b>	<b>Fim</b>	
1	786602	04056206000194	412.161,53	12.161,53	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	786603	04056214000130	612.244,90	12.244,90	0,00	0,00	11/11/2013	11/11/2014	Adimplente
1	786613	05995766000177	742.000,00	42.000,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	786628	05995766000177	428.000,00	28.000,00	0,00	0,00	12/11/2013	12/11/2014	Adimplente
1	786631	05995766000177	424.000,00	24.000,00	0,00	0,00	12/11/2013	12/11/2014	Adimplente
1	786632	00394577000125	400.000,00	100.000,00	0,00	0,00	23/12/2013	23/12/2014	Adimplente
1	786634	23066905000160	612.500,00	12.500,00	0,00	0,00	27/12/2013	27/12/2014	Adimplente
1	786638	05986427000124	2.041.000,00	41.000,00	0,00	0,00	09/12/2013	09/12/2014	Adimplente
1	786639	00394577000125	2.106.263,00	106.263,00	0,00	0,00	23/12/2013	23/12/2014	Adimplente
1	786642	00394577000125	500.000,00	100.000,00	0,00	0,00	23/12/2013	23/12/2014	Adimplente
1	786645	05986427000124	1.633.000,00	33.000,00	0,00	0,00	21/10/2013	21/10/2014	Adimplente
1	786647	04632212000142	255.103,00	5.103,00	0,00	0,00	17/12/2013	17/12/2014	Adimplente
1	786648	04394805000118	306.122,45	6.122,45	0,00	0,00	20/09/2013	20/09/2014	Adimplente
1	786649	84722917000190	153.061,50	3.061,50	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	786654	01266058000144	306.150,00	6.150,00	0,00	0,00	14/10/2013	14/10/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	786656	84745389000194	255.103,00	5.103,00	0,00	0,00	17/12/2013	17/12/2014	Adimplente
1	786657	84722917000190	270.000,00	20.000,00	0,00	0,00	11/11/2013	11/11/2014	Adimplente
1	786658	05903125000145	313.500,00	13.500,00	0,00	0,00	21/10/2013	21/10/2014	Adimplente
1	786660	01587887000129	200.000,00	50.000,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	786661	04104816000116	209.000,00	9.000,00	0,00	0,00	26/11/2013	26/11/2014	Adimplente
1	786662	63762025000142	230.000,00	30.000,00	0,00	0,00	18/12/2013	18/12/2014	Adimplente
1	786860	22855142000173	255.103,00	5.103,00	0,00	0,00	20/11/2013	20/11/2014	Adimplente
1	786861	01266058000144	204.100,00	4.100,00	0,00	0,00	25/10/2013	25/10/2014	Adimplente
1	786862	01587887000129	104.000,00	4.000,00	0,00	0,00	26/12/2013	26/12/2014	Adimplente
1	786863	04092706000181	260.420,00	10.420,00	0,00	0,00	12/12/2013	12/12/2014	Adimplente
1	786864	04092706000181	115.250,00	5.250,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	786907	22855159000120	840.000,00	40.000,00	0,00	0,00	12/12/2013	12/12/2014	Adimplente
1	786909	04092680000171	817.000,00	17.000,00	0,00	0,00	19/11/2013	19/11/2014	Adimplente
1	786910	04092680000171	1.021.000,00	21.000,00	0,00	0,00	24/10/2013	24/10/2014	Adimplente
1	786915	15834732000154	178.800,00	28.800,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	786916	84736941000188	204.100,00	4.100,00	0,00	0,00	11/12/2013	11/12/2014	Adimplente
1	786917	04394805000118	315.000,00	15.000,00	0,00	0,00	23/10/2013	23/10/2014	Adimplente
1	786920	04394805000118	255.102,04	5.102,04	0,00	0,00	23/10/2013	23/10/2014	Adimplente
1	786933	63761993000134	410.314,50	10.314,50	0,00	0,00	06/12/2013	06/12/2014	Adimplente
1	786937	01587887000129	255.500,00	5.500,00	0,00	0,00	12/12/2013	12/12/2014	Adimplente
1	786940	05903125000145	4.167.000,00	167.000,00	0,00	0,00	21/10/2013	21/10/2015	Adimplente
1	786941	01266058000144	285.000,00	85.000,00	0,00	0,00	25/10/2013	25/10/2014	Adimplente
1	786942	04695284000139	255.500,00	5.500,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	787047	04477642000137	307.000,00	7.000,00	0,00	0,00	01/10/2013	01/10/2014	Adimplente
1	787282	63761902000160	266.000,00	6.000,00	0,00	0,00	25/10/2013	25/10/2014	Adimplente
1	787284	05986427000124	2.041.000,00	41.000,00	0,00	0,00	17/10/2013	17/10/2014	Adimplente
1	787286	05995766000177	1.284.000,00	84.000,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	787287	63786990000155	207.000,00	7.000,00	0,00	0,00	23/10/2013	23/10/2014	Adimplente
1	787292	63762058000192	308.512,45	8.512,45	0,00	0,00	23/10/2013	23/10/2014	Adimplente
1	787293	15884109000106	220.000,00	20.000,00	0,00	0,00	24/12/2013	24/12/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
<b>Modalidade</b>	<b>Nº do Instrumento</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Valores Pactuados</b>		<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado até exercício</b>	<b>Vigência</b>		<b>Situação</b>
			<b>Global</b>	<b>Contrapartida</b>			<b>Início</b>	<b>Fim</b>	
1	787300	05995766000177	1.060.000,00	60.000,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	787301	15884109000106	215.000,00	15.000,00	0,00	0,00	16/12/2013	16/12/2014	Adimplente
1	787302	23066640000108	1.041.666,67	41.666,67	0,00	0,00	12/12/2013	12/12/2014	Adimplente
1	787303	23066632000153	512.000,00	12.000,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	787329	84722933000182	206.000,00	6.000,00	0,00	0,00	24/10/2013	24/10/2014	Adimplente
1	787332	23066632000153	2.041.000,00	41.000,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	787333	00394577000125	422.000,00	22.000,00	0,00	0,00	23/12/2013	23/12/2014	Adimplente
1	787405	04380507000179	511.000,00	11.000,00	0,00	0,00	28/11/2013	28/11/2014	Adimplente
1	787407	05995766000177	1.050.000,00	50.000,00	0,00	0,00	03/12/2013	03/12/2014	Adimplente
1	787412	00394577000125	1.112.000,00	112.000,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	787413	05986427000124	1.021.000,00	21.000,00	0,00	0,00	03/12/2013	03/12/2014	Adimplente
1	787414	00394577000125	948.000,00	48.000,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	787490	63761969000103	257.500,00	7.500,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	787492	22855183000160	256.000,00	6.000,00	0,00	0,00	29/11/2013	29/11/2014	Adimplente
1	787498	04380507000179	320.000,00	20.000,00	0,00	0,00	28/11/2013	28/11/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	787500	63761993000134	613.000,00	13.000,00	0,00	0,00	06/12/2013	06/12/2014	Adimplente
1	787503	05995766000177	1.575.000,00	75.000,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	787514	63606479000124	1.790.668,53	90.668,53	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	787526	05990437000133	510.204,08	10.204,08	0,00	0,00	30/12/2013	30/12/2014	Adimplente
1	787529	63762058000192	154.422,50	4.422,50	0,00	0,00	25/10/2013	25/10/2014	Adimplente
1	787531	63762058000192	262.000,00	12.000,00	0,00	0,00	25/10/2013	25/10/2014	Adimplente
1	787547	22855183000160	377.552,00	7.552,00	0,00	0,00	21/11/2013	21/11/2014	Adimplente
1	787885	23066640000108	260.416,67	10.416,67	0,00	0,00	11/12/2013	11/12/2014	Adimplente
1	787913	04279238000159	504.000,00	24.000,00	0,00	0,00	14/11/2013	14/11/2014	Adimplente
1	787914	04092680000171	104.000,00	4.000,00	0,00	0,00	05/12/2013	05/12/2014	Adimplente
1	787915	05562326000126	2.842.105,26	142.105,26	0,00	0,00	19/12/2013	19/12/2014	Adimplente
1	787916	05903125000145	157.000,00	7.000,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	787917	84722917000190	258.000,00	8.000,00	0,00	0,00	11/11/2013	11/11/2014	Adimplente
1	787918	84723030000116	376.000,00	26.000,00	0,00	0,00	20/11/2013	20/11/2014	Adimplente
1	787919	00699197000107	256.000,00	6.000,00	0,00	0,00	30/10/2013	30/10/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	787920	04092706000181	310.000,00	10.000,00	0,00	0,00	12/12/2013	12/12/2014	Adimplente
1	787921	01254422000156	255.103,00	5.103,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	787922	63761993000134	256.000,00	6.000,00	0,00	0,00	06/12/2013	06/12/2014	Adimplente
1	787923	04695284000139	275.000,00	25.000,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	787924	15845340000190	255.200,00	5.200,00	0,00	0,00	30/10/2013	30/10/2014	Adimplente
1	787932	63606479000124	4.210.526,32	210.526,32	0,00	0,00	13/11/2013	13/11/2014	Adimplente
1	788024	05995766000177	3.150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	788033	05995766000177	2.100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	788052	04056230000123	408.163,27	8.163,27	0,00	0,00	26/12/2013	26/12/2014	Adimplente
1	788223	04628376000104	1.764.400,00	44.400,00	0,00	0,00	12/12/2013	12/12/2014	Adimplente
1	788226	01613031000180	1.512.481,76	30.249,64	0,00	0,00	20/11/2013	20/11/2014	Adimplente
1	788228	23066632000153	511.000,00	11.000,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	788274	04056230000123	714.285,71	14.285,71	0,00	0,00	26/12/2013	26/12/2014	Adimplente
1	788391	84744994000140	262.500,00	12.500,00	0,00	0,00	29/11/2013	29/11/2014	Adimplente
1	788395	04092706000181	520.835,00	20.835,00	0,00	0,00	12/12/2013	12/12/2014	Adimplente



**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	788398	63762033000199	409.000,00	9.000,00	0,00	0,00	13/11/2013	13/11/2014	Adimplente
1	788401	04092672000125	527.000,00	27.000,00	0,00	0,00	03/12/2013	03/12/2014	Adimplente
1	788403	15845365000194	153.500,00	3.500,00	0,00	0,00	04/12/2013	04/12/2014	Adimplente
1	788405	04104816000116	530.000,00	30.000,00	0,00	0,00	26/11/2013	26/11/2014	Adimplente
1	788406	04092714000128	260.500,00	10.500,00	0,00	0,00	18/11/2013	18/11/2014	Adimplente
1	788409	04695284000139	307.500,00	7.500,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	788411	22855167000177	595.000,00	95.000,00	0,00	0,00	11/11/2013	11/11/2014	Adimplente
1	788412	04279238000159	270.000,00	20.000,00	0,00	0,00	14/11/2013	14/11/2014	Adimplente
1	788413	63762058000192	418.000,00	8.778,00	0,00	0,00	07/11/2013	07/11/2014	Adimplente
1	788415	04695284000139	459.500,00	9.500,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	788417	63761944000100	540.000,00	20.000,00	0,00	0,00	18/11/2013	18/11/2014	Adimplente
1	788705	04628681000198	1.109.249,05	109.249,05	0,00	0,00	20/11/2013	20/11/2014	Adimplente
1	788708	84745389000194	255.103,00	5.103,00	0,00	0,00	26/11/2013	26/11/2014	Adimplente
1	789945	05986427000124	927.000,00	27.000,00	0,00	0,00	22/11/2013	22/11/2014	Adimplente
1	789954	23066632000153	315.000,00	15.000,00	0,00	0,00	20/11/2013	20/11/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	790627	23066640000108	521.739,13	21.739,13	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	791008	00394577000125	2.223.000,00	223.000,00	0,00	0,00	23/12/2013	23/12/2014	Adimplente
1	791051	05986427000124	1.021.000,00	21.000,00	0,00	0,00	25/11/2013	25/11/2014	Adimplente
1	791064	01613028000167	276.500,00	6.500,00	0,00	0,00	12/12/2013	12/12/2014	Adimplente
1	791079	04653408000113	1.332.502,29	32.502,29	0,00	0,00	27/12/2013	27/12/2014	Adimplente
1	791085	04653408000113	276.000,00	6.000,00	0,00	0,00	27/12/2013	27/12/2014	Adimplente
1	791086	22855183000160	613.000,00	13.000,00	0,00	0,00	25/11/2013	25/11/2014	Adimplente
1	791087	04628681000198	1.104.874,00	104.874,00	0,00	0,00	29/11/2013	29/11/2014	Adimplente
1	791176	05986427000124	1.224.490,00	24.490,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	791200	04629697000115	1.517.000,00	37.000,00	0,00	0,00	16/12/2013	16/12/2014	Adimplente
1	791201	04283578000153	310.000,00	10.000,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	791292	01254422000156	259.000,00	9.000,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	791498	04798328000156	1.052.631,58	52.631,58	0,00	0,00	24/12/2013	24/12/2014	Adimplente
1	791501	63787097000144	255.150,00	5.150,00	0,00	0,00	02/12/2013	02/12/2014	Adimplente
1	791681	04034583000122	214.866,67	14.866,67	0,00	0,00	27/11/2013	27/11/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	791682	84745389000194	285.000,00	25.000,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	791684	04034583000122	937.500,00	37.500,00	0,00	0,00	29/11/2013	29/11/2014	Adimplente
1	791972	04477634000190	770.000,00	20.000,00	0,00	0,00	18/12/2013	18/12/2014	Adimplente
1	791974	05829577000124	765.500,00	15.500,00	0,00	0,00	19/12/2013	19/12/2014	Adimplente
1	791975	04332995000149	2.810.000,00	60.000,00	0,00	0,00	20/12/2013	20/12/2014	Adimplente
1	791976	04477642000137	765.500,00	15.500,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	791979	04505509000147	770.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20/12/2013	20/12/2014	Adimplente
1	791981	04628111000106	770.000,00	20.000,00	0,00	0,00	11/12/2013	11/12/2014	Adimplente
1	792329	04588596000143	3.062.000,00	62.000,00	0,00	0,00	26/12/2013	26/12/2014	Adimplente
1	792854	05562326000126	263.157,89	13.157,89	0,00	0,00	19/12/2013	19/12/2014	Adimplente
1	792859	05562326000126	263.157,89	13.157,89	0,00	0,00	19/12/2013	19/12/2014	Adimplente
1	792861	05562326000126	263.157,89	13.157,89	0,00	0,00	19/12/2013	19/12/2014	Adimplente
1	792863	05562326000126	263.157,89	13.157,89	0,00	0,00	19/12/2013	19/12/2014	Adimplente
1	792873	01742414000159	1.053.000,00	53.000,00	0,00	0,00	20/12/2013	20/12/2014	Adimplente
1	792874	01742414000159	1.053.000,00	53.000,00	0,00	0,00	23/12/2013	23/12/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	792904	04628376000104	770.000,00	20.000,00	0,00	0,00	12/12/2013	12/12/2014	Adimplente
1	792906	04465209000181	766.000,00	16.000,00	0,00	0,00	17/12/2013	17/12/2014	Adimplente
1	792910	22812242000112	766.393,09	16.393,09	0,00	0,00	12/12/2013	12/12/2014	Adimplente
1	793172	05943030000155	4.200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	793188	04647079000106	512.500,00	12.500,00	0,00	0,00	20/12/2013	20/12/2014	Adimplente
1	793316	05943030000155	4.515.000,00	215.000,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	793317	05943030000155	3.570.000,00	170.000,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	793318	05943030000155	4.620.000,00	220.000,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	793322	05943030000155	3.465.000,00	165.000,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	793324	05943030000155	5.250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	793530	04092680000171	133.000,00	3.000,00	0,00	0,00	11/12/2013	11/12/2014	Adimplente
1	793939	04628111000106	257.000,00	7.000,00	0,00	0,00	12/12/2013	12/12/2014	Adimplente
1	793940	04628111000106	565.000,00	15.000,00	0,00	0,00	12/12/2013	12/12/2014	Adimplente
1	794187	04045993000179	612.250,00	12.250,00	0,00	0,00	27/12/2013	27/12/2014	Adimplente
1	794204	04477568000159	1.435.000,00	35.000,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
<b>Modalidade</b>	<b>Nº do Instrumento</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Valores Pactuados</b>		<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado até exercício</b>	<b>Vigência</b>		<b>Situação</b>
			<b>Global</b>	<b>Contrapartida</b>			<b>Início</b>	<b>Fim</b>	
1	794213	04647079000106	615.000,00	15.000,00	0,00	0,00	20/12/2013	20/12/2014	Adimplente
1	794214	00394577000125	700.000,00	100.000,00	0,00	0,00	23/12/2013	23/12/2014	Adimplente
1	794228	04588596000143	256.000,00	6.000,00	0,00	0,00	13/12/2013	13/12/2014	Adimplente
1	794323	23006331000134	765.500,00	15.500,00	0,00	0,00	19/12/2013	19/12/2014	Adimplente
1	794659	04477568000159	718.000,00	18.000,00	0,00	0,00	16/12/2013	16/12/2014	Adimplente
1	794660	00720553000119	510.204,08	10.204,08	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	795050	00394577000125	580.000,00	100.000,00	0,00	0,00	23/12/2013	23/12/2014	Adimplente
1	795052	04034583000122	1.041.666,67	41.666,67	0,00	0,00	17/12/2013	17/12/2014	Adimplente
1	795787	04914925000107	255.500,00	5.500,00	0,00	0,00	20/12/2013	20/12/2014	Adimplente
1	795814	01592473000198	205.000,00	5.000,00	0,00	0,00	20/12/2013	20/12/2014	Adimplente
1	795818	63762041000135	215.000,00	15.000,00	0,00	0,00	23/12/2013	23/12/2014	Adimplente
1	795840	15845365000194	160.000,00	10.000,00	0,00	0,00	18/12/2013	18/12/2014	Adimplente
1	797450	63761944000100	357.500,00	7.500,00	0,00	0,00	26/12/2013	26/12/2014	Adimplente
1	798055	04034583000122	260.416,67	10.416,67	0,00	0,00	26/12/2013	26/12/2014	Adimplente
1	798056	01254422000156	350.000,00	150.000,00	0,00	0,00	30/12/2013	30/12/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	798057	04056248000125	510.204,08	10.204,08	0,00	0,00	26/12/2013	26/12/2014	Adimplente
1	798130	84306463000176	255.105,40	5.105,40	0,00	0,00	26/12/2013	26/12/2014	Adimplente
1	798133	15884109000106	280.000,00	30.000,00	0,00	0,00	27/12/2013	27/12/2014	Adimplente
1	798165	04279238000159	262.000,00	12.000,00	0,00	0,00	27/12/2013	27/12/2014	Adimplente
1	798337	05986427000124	515.000,00	15.000,00	0,00	0,00	26/12/2013	26/12/2014	Adimplente
1	798376	84744994000140	612.500,00	12.500,00	0,00	0,00	27/12/2013	27/12/2014	Adimplente
1	798456	05986427000124	525.000,00	25.000,00	0,00	0,00	30/12/2013	30/12/2014	Adimplente
1	798457	63762009000150	495.000,00	95.000,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	798460	04465209000181	664.000,00	14.000,00	0,00	0,00	30/12/2013	30/12/2014	Adimplente
1	798689	22812242000112	3.062.000,00	62.000,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	798690	04588596000143	1.735.000,00	35.000,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	798695	04045993000179	317.200,00	117.200,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	798697	04077251000125	205.000,00	5.000,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	798701	05830872000109	770.000,00	20.000,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	798705	04104816000116	573.000,00	23.000,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

<b>UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE</b>									
Nome: <b>Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>									
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>					UG/GESTÃO: <b>110594 / 00001</b>				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	798708	04092714000128	575.000,00	25.000,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	798719	04092672000125	1.045.000,00	45.000,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	798730	84722917000190	308.500,00	8.500,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	798734	04104816000116	1.042.000,00	42.000,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	798755	00699197000107	258.000,00	8.000,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	799472	84744994000140	255.500,00	5.500,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	799477	04914925000107	255.250,00	5.250,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	799485	15845365000194	255.103,00	5.103,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	799513	04077251000125	397.960,00	7.960,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente
1	799532	04012548000102	416.667,00	16.667,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	Adimplente

Fonte: DW. Convênios e SIAFI Gerencial

**MINISTÉRIO DA DEFESA – MD  
SECRETARIA-GERAL – SG  
SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA – SEPROD**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, alterada pela de nº 72/2013, do TCU; da Decisão Normativa nº 127/2013, alterada pela de nº 129/2013, do Tribunal de Contas da União (TCU); da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações da Secretaria de Controle Interno, por meio da Informação nº 035/2014/Geaud/Ciset-MD.

**Brasília, DF, em 15 de abril de 2014**



## INTRODUÇÃO

O objetivo principal da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) é o de contribuir para promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial de defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva, assim como supervisionar as atividades de aquisição de informações de tecnologia militar, do Sistema Militar de Catalogação e do Sistema Nacional de Catalogação.

O presente Relatório de Gestão aborda o desempenho das atividades desenvolvidas no âmbito da SEPROD. No ano de 2013, à Secretaria não foi atribuído um Programa sob sua responsabilidade, mas executou recursos das Ações Orçamentárias “2B28 – Domínio de Tecnologias para a Defesa Nacional”, cuja finalidade é apoiar projetos de interesse da Defesa Nacional, conforme prioridade definida pelo Ministério da Defesa, por critério de importância estratégica e viabilidade tecnológica; e da “20T4 – Sistema Militar de Catalogação”, visando à compilação e catalogação de dados e informações sobre itens de interesse militar, considerando os conceitos da Agência de Catalogação da OTAN. Essas Ações pertencem ao Programa “2055 – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO”, cujo objetivo é promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.

A SEPROD é uma Unidade Gestora com função de controle de recursos orçamentários alocados na Lei Orçamentária Anual, cujas despesas são realizadas pela Administração Central do Ministério da Defesa. Dessa forma, não se aplicam à SEPROD as informações referentes aos seguintes itens do Anexo II, Parte “A” da DN-TCU nº 127/2013: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira; Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão-de-Obra e Custos Relacionados; Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário; Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão de Conhecimento; Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental; Relacionamento com a Sociedade; e Informações Contábeis.

# 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

## 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa		Código SIORG: 41066
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora		
Denominação Completa: Secretaria Geral		
Denominação Abreviada: SG		
Código SIORG: 113057	Código na LOA: 52.101	Código SIAFI: 110622
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: -
Principal Atividade: Defesa		Código CNAE: 8422-1
Telefones/Fax de Contato:	(061) 3312-9095	(061) 3312-4371
Endereço Eletrônico: <a href="mailto:sg@defesa.gov.br">sg@defesa.gov.br</a>		
Página na Internet: <a href="http://www.defesa.gov.br/">http://www.defesa.gov.br/</a>		
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco Q – 2º Andar – Brasília – 70.049-900 – DF		
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas		
Quadro - Identificação da UJ – SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA		
Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa		Código SIORG: 41066
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Secretaria de Produtos de Defesa		
Denominação Abreviada: SEPROD		
Código SIORG: 113165	Código LOA: -	Código SIAFI: 110279
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo		CNPJ: 03.277.610/0001-25 (MD)
Principal Atividade: Defesa		Código CNAE: 8422-1
Telefones/Fax de contato:	(061) 3312-8829	(061) 3312-8519
Endereço Eletrônico: <a href="mailto:seprod@defesa.gov.br">seprod@defesa.gov.br</a>		
Página na Internet: <a href="http://www.defesa.gov.br">http://www.defesa.gov.br</a>		
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – BL Q – 2º andar – Sala 210 – Brasília – DF – CEP: 70049-900		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010;		
Decreto nº 7.974, de 01ABR2013;		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2013 – Disposição da Presidência da República e Ministérios.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Estratégia Nacional de Defesa (Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013); e		
Política Nacional da Indústria de Defesa – PNID (Portaria Normativa nº 899/MD, de 19/07/2005)		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
772001	Diretoria de Administração da Marinha	
160509	Secretaria de Economia e Finanças do Exército	
120002	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica	
110404	Departamento de Administração Interna	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
00001	Tesouro	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão
772001		00001
160509		00001
120002		00001
110407		00001

## **1.2 Finalidade e competência institucional da unidade**

A Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) foi criada pelo Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010. No entanto, o referido Decreto foi revogado pelo Decreto nº 7.974, de 01 de abril de 2013, que aprovou a nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa. A SEPROD é constituída por três Departamentos, a saber:

- Departamento de Produtos de Defesa (DEPROD);
- Departamento de Ciência e Tecnologia (DECTI); e
- Departamento de Catalogação (DECAT).

Com essa Estrutura a SEPROD desenvolve suas competências, conforme descritas no Art. 32 do Decreto nº 7.974, de 01 abril de 2013, destacando-as de forma resumida, conforme abaixo:

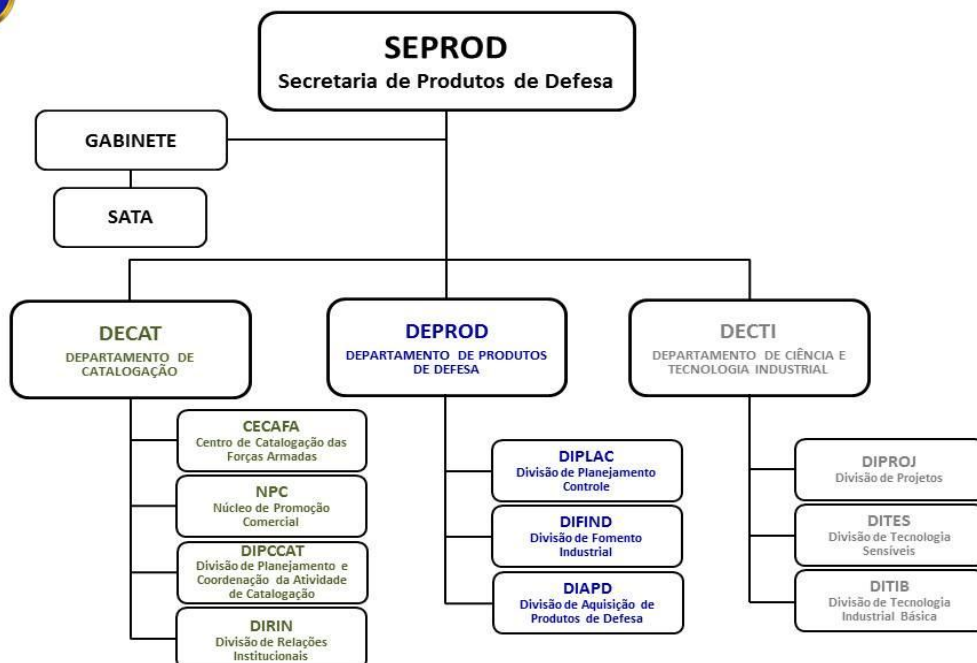
Políticas Nacionais de: Ciência, Tecnologia e Inovação de Defesa; Desenvolvimento Tecnológico e novos Produtos de Defesa (PRODE); Indústria de Defesa; Exportação de Produtos de Defesa; Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica; Compras de PRODE; e Catalogação; Controle das importações e exportações; Promoção comercial; Articulação com o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA): acompanhar os processos e coordenar os programas e projetos de articulação e equipamentos de Defesa; propor diretrizes de obtenção; e padronização dos PRODE de uso comum das Forças; Fomentar e supervisionar as atividades das Políticas de sua área; e Representar o Ministério da Defesa nos fóruns de discussões de matérias que envolvam produtos de Defesa e assuntos ligados à ciência, tecnologia e inovação.

## 1.3 Organograma Funcional e descrição das competências e atribuições

Organograma Funcional da SEPROD:



### ORGANOGRAMA DA SEPROD



Os Departamentos possuem as seguintes responsabilidades institucionais, de acordo com o Decreto nº 7.974, de 01 de abril de 2013:

#### I. Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial (DECTI):

Coordenar e acompanhar atividades de certificação, de metrologia e de normatização e proteção por patentes de interesse da defesa; Propor cláusulas de transferência de tecnologia e compensação tecnológica; Coordenar ações e propor aperfeiçoamentos para medidas de compensação tecnológica (offset) de interesse da defesa; Gerenciar o processo de transferência de tecnologia para a base industrial de defesa; Fomentar e acompanhar o desenvolvimento, industrialização e produção de novos produtos e de tecnologia na área de defesa; Propor bases para formulação e atualização da política de ciência, tecnologia e inovação para a defesa e acompanhar sua execução; Avaliar, aperfeiçoar e coordenar o funcionamento do sistema de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa; Promover e coordenar a integração entre os institutos de pesquisa militares, relativa aos aspectos de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa; Coordenar atividades de cooperação científica e tecnológica de interesse da defesa com instituições nacionais e internacionais; Coordenar projetos de pesquisa de tecnologias de interesse da defesa, encaminhados pelas Forças Armadas; Coordenar, no que tange aos aspectos de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa, as atividades relativas a bens sensíveis; e Coordenar atividades de prospecção tecnológica nas áreas de interesse da defesa.

#### II. Departamento de Produtos de Defesa (DEPROD)

Propor ao Secretário de Produtos de Defesa: a) normas para a classificação dos produtos de defesa e duas das empresas estratégicas de defesa e das empresas com capacitação dual; b) os requisitos especiais que deverão ser atendidos pelos produtos de defesa para ser classificados como estratégicos; c) critérios e procedimentos para contratação e aquisição de produtos de defesa; e d) cláusulas de capacitação industrial e de compensação comercial e industrial; Exercer o controle sobre o ciclo de vida dos produtos de defesa e sobre as empresas estratégicas de defesa; Propor as bases para a formulação e atualização da política de compras de produtos de defesa e acompanhar a sua execução; Exercer as funções de Secretaria-Executiva da Comissão Militar da Indústria de Defesa; Propor as bases para formulação e atualização da política nacional da indústria de defesa e acompanhar a sua execução; Exercer o controle das importações e exportações de produtos de defesa; Coordenar a fiscalização das empresas estratégicas de defesa e dos produtos de defesa; Coordenar o fomento das atividades de produção e exportação de produtos de defesa; Coordenar a participação das Forças Armadas no processo de fabricação de produtos de defesa; e Coordenar as ações e propor aperfeiçoamentos para as medidas de compensação comercial e industrial (offset) de interesse da defesa.

### **III. Departamento de Catalogação/Centro de Catalogação das Forças Armadas (DECAT/CECAFA)**

Conduzir a atividade de catalogação; Propor bases para formulação e atualização da política nacional de catalogação e acompanhar a sua execução; Desempenhar funções de órgão normativo e supervisor dos sistemas militar e nacional de catalogação; Participar das discussões e da elaboração de acordos nacionais e internacionais na área de catalogação; Exercer funções de representante dos sistemas militar e nacional de catalogação para assuntos de catalogação e codificação de material perante o Sistema Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN de Catalogação; Propor ações de fomento à atividade de catalogação, em âmbito nacional com os fabricantes nacionais de setores econômicos relacionados; Prover as condições necessárias, em articulação com outros órgãos do governo, para que os sistemas de aquisição governamentais se utilizem da catalogação como instrumento para a padronização do registro de itens e produtos, visando à racionalização das compras e otimização dos recursos; Manter atualizados e em funcionamento os bancos de dados de itens, fabricantes e usuários do sistema militar de catalogação, em consonância com o Sistema OTAN de Catalogação; Providenciar a catalogação de itens, conforme solicitado pelos centros nacionais de catalogação de origem estrangeira; e Solicitar aos centros nacionais de catalogação estrangeiros a catalogação de itens de interesse nacional do País.

#### **1.4 Macroprocessos finalísticos, com a indicação dos principais produtos e serviços**

A Secretaria-Geral em virtude de seu papel estratégico, aliado à relevância e ao volume de iniciativas de gestão a cargo de suas áreas subordinadas, evidenciou a oportunidade de aprimoramento dos mecanismos de planejamento e de coordenação existentes e de implementação de novas ferramentas de gestão, condizentes com a estatura dos desafios presentes e futuros. Desta forma, foi criado o Plano de Trabalho Anual da Secretaria-Geral para 2014 (PTA-SG 2014).

O PTA-SG 2014, idealizado em 2013, será um importante instrumento de planejamento e de gestão, contribuindo de maneira significativa, para o processo decisório no âmbito da SG, sobretudo no que tange ao direcionamento e à priorização de recursos, bem como permitirá o acompanhamento e o gerenciamento do desempenho da SEPROD em todo o seu espectro de atuação, por intermédio de dados e informações afetos a diferentes projetos e atividades. Após a revisão dos macroprocessos, foram selecionados os seguintes Projetos principais da SEPROD para serem implementados, cujas informações inerentes às justificativas/produtos encontram-se

detalhadas no referido documento:

<b>Macroprocesso</b>	<b>Projetos</b>
<b>Logística e Mobilização</b>	Cadastro de Empresas de Interesse da Defesa
	Fluxo de Trabalho da Comissão Mista da Indústria de Defesa
	Organização da LAAD-2015
	Obtenção de Produtos ou Sistemas de Defesa Comuns a mais de uma Força
	Avaliação das Empresas Estratégicas de Defesa (EED)
	Sistema de Informações Gerenciais para o SISMICAT
	Estrutura de Governança do SISMICAT
	Fomento às Exportações do PRODE

### 1.5 Macroprocessos de apoio

As atividades e os eventos previstos da SEPROD foram consolidados por processos, conforme o respectivo macroprocesso finalístico, a fim de proporcionar conhecimento sobre os trabalhos cotidianos dos setores da Secretaria-Geral, e para subsidiar o mapeamento de processos e elaboração de indicadores, que serão apoiados pelo Escritório de Processos e Projetos, conforme abaixo:

<b>Macroprocessos</b>	<b>Processos</b>	<b>Atividades/Eventos</b>
<b>Normatização de Assuntos de Defesa</b>	Normatização de produtos, tecnologias e empresas de defesa.	Coordenação e acompanhamento das Políticas afetas à BID.
<b>Gestão de Conhecimento de Defesa</b>	Catalogação de PRODE e credenciamento de ED.	Alimentação da base de dados do DEPROD.
		Manutenção da base de dados de produtos (itens) e empresas (entidades) e sua classificação.
		Identificação, classificação, codificação e divulgação dos materiais e serviços, de acordo com o padrão OTAN de catalogação.
		Depuração da base de dados de empresas, na busca da qualidade dos dados de contrato.
	Domínio de tecnologias de interesse da defesa	Articulação com múltiplas entidades e participação em fóruns e outros eventos nacionais e internacionais, com vistas à promoção do desenvolvimento científico-tecnológico.
<b>Logística e Mobilização</b>	Consolidação e sustentação da BID	Mapeamento e diagnóstico da BID, por meio do relacionamento empresa, produto e Força Armada.
		Acompanhamento e execução do Plano Brasil Maior.
		Gerenciamento das rotinas do CMID.
	Coordenação do fomento das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de interesse da Defesa.	Coordenação de Reuniões de Projetos de C,T&I de interesse da Defesa (REPID).
		Gerenciamento do apoio a projetos de desenvolvimento tecnológico, considerados estratégicos para a Defesa.
		Ações junto à órgãos de fomento para

<b>Macroprocessos</b>	<b>Processos</b>	<b>Atividades/Eventos</b>
		coordenar a viabilização de fomento a Projetos de C,T&I integradores das Forças Armadas.
		Acompanhamento e coordenação de atividades de C,T&I de interesse da Defesa.
		Participação em eventos de C,T&I (Seminários, Cursos, Workshops, Audiências Públicas, Cooperação e Outros).
	Articulação com a BID e instituições interessadas no setor de Defesa	Organização dos trabalhos ligados à inteligência industrial.
	Promoção Comercial do setor de Defesa	Elaboração do Sistema de Priorização de Mercados ApexBrasil.
		Elaboração do Sistema de Acompanhamento DCTI/MRE.
Construção do Cadastro de Ex-Adidos.		
		Formação do Grupo de Consulta Permanente.
<b>Processos de Gestão</b>	Assessoramento Estratégico sobre PRODE e ED	Elaboração de pareceres, notas técnicas e demais relatórios, em atendimento às demandas por informação do MD.

### **1.6 Principais parceiros relacionados à atividade-fim da unidade**

Os principais parceiros para a consecução de suas atividades finalísticas, são: Ministério de Ciência e Tecnologia; Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior; Ministério de Relações Exteriores; Ministério da Justiça; Congresso Nacional; Ministério da Justiça; Secretaria de Assuntos Estratégicos; e a Agência Brasileira de Cooperação.

## 2 - PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 2.1 - Planejamento da unidade

#### a) Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade:

Em que pese o Planejamento Estratégico que contemplará as atividades da SEPROD estar em fase de elaboração, a execução destas, ao longo do exercício de 2013, ocorreu em estrita consonância com as competências acima mencionadas assim como em total alinhamento com as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa (END), instituída pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 e revisada e aprovada pelo Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013, que constitui base legal para o Programa 2055 – Desenvolvimento Produtivo, que está sob a responsabilidade dessa Secretaria.

Com o advento da END, a implantação de uma indústria nacional de defesa passou a ser um objetivo estratégico, de cunho econômico-militar, a ser perseguido com ênfase no desenvolvimento de capacidades, não apenas na visão tecnológico-industrial, como também sob o ponto de vista da Logística Militar.

A END estabelece a orientação para o estímulo à integração da América do Sul por meio da cooperação militar regional e do incentivo ao desenvolvimento conjunto das bases industriais de defesa dos países sul-americanos.

A Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013, estabeleceu um marco regulatório para a Base Industrial de Defesa (BID), possibilitando que empresas nacionais produtoras de bens, serviços, informações e obras finalísticas de Defesa recebam tratamento prioritário e incentivo para o desenvolvimento de uma base industrial com foco no citado segmento estratégico-econômico.

No plano tático e operacional, destacou-se a busca do alcance das seguintes metas, por Departamentos:

#### **1. Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial (DECTI):**

Apoiar projetos de interesse da Defesa Nacional, buscando viabilizar programas mobilizadores e projetos inovadores; Implementar sistemas de informação e prospecção tecnológica; Ampliar a capacidade de desenvolver produtos com alto valor agregado; Estimular a substituição de tecnologias importadas; Criar centros de excelência; melhorar a infraestrutura laboratorial e de ensaios; Integrar atividades correlatas de C,T&I; Estabelecer intercâmbio científico-tecnológico com centros de excelência na área de Defesa; Implantar e certificar laboratórios; Estabelecer parcerias, envolvendo Institutos Militares, com universidades, centros de excelência e indústrias; Participar de fóruns nacionais e internacionais de bens sensíveis nas áreas de missilística, nuclear, biológica e química; Realizar e promover fóruns de C,T&I; e Realizar visitas técnicas e promover a participação em eventos de interesse.

#### **2. Departamento de Produtos de Defesa (DEPROD)**

Em que pese o DEPROD não receber recursos orçamentários específicos para a realização de suas competências institucionais, destacam-se as seguintes metas estabelecidas, em 2013, as quais estão direcionadas e alinhadas com as Diretrizes definidas na END: Capacitar a Base Industrial de Defesa (BID) para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à Defesa; **Ativar e Operacionalizar a Comissão Mista das Indústrias de Defesa (CMID)**; Definição, estabelecimento e criação, por Portaria do MD, de Grupos de Assessoramento Especiais da CMID e do Fórum das Indústrias de Defesa (FID); Propor e formular fundamentos para o estabelecimento



de normas especiais para as compras, contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa (Regulamentar a Lei 12.598); Propor os fundamentos para a formulação e atualização da Política Nacional da Indústria de Defesa; da Política de Obtenção de Produtos de Defesa; bem como das diretrizes sobre compensação tecnológica, industrial e comercial, relativas à aquisição de produtos de defesa; além dos demais normativos relacionados com produtos e empresas de defesa; e Implementar o Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa (SisCaPED).

A fim de alcançar os objetivos estratégicos supracitados, foram estabelecidas as seguintes estratégias pela SEPROD, as quais contribuirão, principalmente, para o fomento da BID:

**a) Criação do Núcleo de Promoção Comercial (NuPCom).**

Em 2013, foi criado o NuPCom, por meio do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, surgindo da necessidade de atuar na definição e na implementação de políticas de promoção das exportações de PRODE brasileiros. Em conjunto com os outros Departamentos da SEPROD e órgãos da Administração Pública Federal, cabe ao NuPCom aproximar a oferta de PRODE brasileiros à demanda externa, contribuindo para o surgimento de uma cultura exportadora nacional, na área de defesa. Além disso, promoverá a internacionalização de empresas brasileiras, ligadas à área de defesa, utilizando-se de diálogos bilaterais de comércio e investimentos, na área de produtos de defesa.

**b) Criação do Programa Inova Aerodefesa.**

O Programa Inova Aerodefesa faz parte do Plano Inova Empresa, plano de investimento do governo federal que prevê a articulação de diferentes ministérios e o apoio financeiro por meio de crédito, subvenção econômica, investimento e o financiamento a instituições de pesquisa. O Programa é uma iniciativa destinada à coordenação das ações de fomento à inovação e ao aprimoramento da integração dos instrumentos de apoio disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), pelo Ministério da Defesa (MD) e pela Agência Espacial Brasileira (AEB), que atuam em conjunto como Instituições Apoiadoras.

**c) Ativação da Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID).**

A Lei 12.598/2012 introduziu um novo incentivo à BID possibilitando o marco legal para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa no país. A sua regulamentação, por meio do Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013, criou a CMID, instrumento de assessoramento do Ministro de Estado da Defesa constituído por representantes de alto nível de cinco Ministérios do Governo Federal (MD, MDIC, MCTI, MF e MPOG), trouxe a possibilidade de credenciar Empresas Estratégicas de Defesa (EED), classificar Produtos Estratégicos de Defesa (PED) e mapear as cadeias produtivas do setor. Desta forma, a estratégia adotada permitiu constantes interlocuções com os demais integrantes da CMID na busca de decisões consensuais para a organização dos trabalhos dessa Comissão e o estabelecimento de uma estrutura interna ao DEPROD para conduzir as atividades administrativas e as necessidades da CMID.

**d) Propor e formular fundamentos para o estabelecimento de normas especiais para as compras, contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa (Regulamentar a Lei 12.598).**

Para a consecução da referida Meta, o DEPROD adotou a estratégia de aproveitar a

expertise dos representantes da CMID para atuarem como “relatores adjuntos” e facilitadores para o MD junto aos seus Órgãos de origem, no convencimento destes, sobre as proposições de normativos elaborados pelo DEPROD.

**e) Propor os fundamentos para a formulação e atualização da Política Nacional da Indústria de Defesa; da Política de Obtenção de Produtos de Defesa; bem como das diretrizes sobre compensação tecnológica, industrial e comercial, relativas à aquisição de produtos de defesa; além dos demais normativos relacionados com produtos e empresas de defesa.**

Para a consecução da referida Meta, o DEPROD adotou a estratégia de realizar constantes interlocuções com os demais integrantes da CMID (MF, MPOG, MDIC, MCTI e Comandos das Forças Armadas) na busca de decisões consensuais para a organização dos trabalhos dessa Comissão; e o estabelecimento de uma estrutura interna ao DEPROD para conduzir as atividades administrativas e as necessidades da CMID.

**f) Implementação do Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa.**

Dimensionamento e descrição do Processo e do Fluxo de informações atinentes ao cadastramento de PRODE e ED, elaborados pelo pessoal do DEPROD, empregando as ferramentas disponibilizadas pelo MD. Além disso, houve o aproveitamento complementar, naquilo que foi possível, das funcionalidades já existentes no Sistema de Catalogação Brasileiro (SISCAT-BR), vinculado ao DECAT/CECAFA. Da mesma forma, também foram efetuadas gestões junto às Forças Armadas e ao DECTI para a criação, *ad hoc*, de uma equipe de profissionais para o desenvolvimento do citado sistema;

**g) Criação do Trading de Defesa.**

A portaria interministerial no- 1.426/MD/MDIC, de 7 de maio de 2013, constituiu o Grupo de Trabalho (GT), no âmbito do Ministério da Defesa e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com a finalidade de realizar estudos e identificar ou propor medidas de fomento para a ampliação da capacidade da Base Industrial de Defesa, com a criação de uma Trading de Defesa, que tem por objetivo promover, com apoio institucional, a comercialização (exportação e importação) de produtos de defesa, com faculdade para operacionalizar contratos de compensação tecnológica, industrial e comercial. Além disso, em futuro próximo participar ativamente da discussão e da elaboração de propostas de políticas governamentais que facilitem a inserção e a presença de empresas brasileiras nos mercados externos, de modo a transformar as oportunidades em benefícios efetivos para o País.

**h) Realização da II Mostra BID Brasil.**

Teve como objetivo apresentar ao mercado nacional e internacional o potencial da indústria nacional. O evento reuniu as principais soluções e equipamentos tecnológicos produzidos pela indústria de defesa nacional como radares, veículo aéreo não tripulado (VANT), veículos blindados, linhas de alimentos desenvolvidas para as Forças Armadas Brasileiras, mas que são adequados também para o uso civil, e sistemas de rastreabilidade.

**i) Cooperação no Conselho de Defesa Sul-Americano.**

A cooperação da América do Sul à orla ocidental da África visa a assegurar que o Brasil

viva em um ambiente de paz com seus vizinhos. No âmbito da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) o MD participa do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), em perfeita sintonia com os propósitos do referido fórum. Criou-se Grupo de Trabalho (GT VANT UNASUL), constituído de especialistas com o propósito de gerar a configuração de um VANT que atenda aos interesses dos países da UNASUL, que buscou a flexibilização dos requisitos para a obtenção de um consenso quanto aos Requisitos Operacionais de um VANT que possa atender às necessidades dos Países da UNASUL, a ser desenvolvido e produzido regionalmente.

**j) Realização do Seminário Sul-americano de Tecnologia Industrial de Defesa e Exposição de Produtos de Defesa de Empresas Sul-Americanas.**

Participaram representantes do Brasil e dos demais países da UNASUL, tais como Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, trocaram experiências e conheceram as inovações brasileiras. Apenas a Guiana, Estado-membro da UNASUL, não enviou representante.

**k) Incrementar o Fomento à Base Industrial de Defesa (BID).**

Estratégia adotada pelo DEPROD na incessante busca pelo incremento à BID baseou-se em duas vertentes principais: Abertura de um canal formal de diálogos com todos os segmentos afetos à BID; e Divulgação do recém-criado arcabouço legal de apoio à BID, bem como das demais ferramentas e iniciativas disponibilizadas/gerenciadas pelo MD para a reorganização desse segmento.

**3. Departamento de Catalogação/Centro de Catalogação das Forças Armadas (DECAT/CECAFA)**

Sob os contextos da Indústria de Defesa do país e da Logística Militar, cujos focos residem na otimização de orçamentos e no aumento da interoperabilidade, autossuficiência e disponibilidade de sistemas de defesa, desponta a atividade de catalogação como um instrumento concreto e prático de promoção da almejada integração, haja vista tratarem-se do mecanismo que impõe um único modo de compreensão e referência para os produtos da BID, com base em um modelo padronizado de conceitos, requisitos, processos, regras e procedimentos – o Sistema OTAN de Catalogação.

O Plano de Ação de Consolidação do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT-BR) foi elaborado para apresentar as linhas de ação, decorrentes do CECAFA, estabelecendo as ações identificadas em Relatórios e Notas Técnicas durante os processos de avaliação crítica do SISMICAT. As áreas focais para o desenvolvimento deste plano foram: Governança; Reestruturação Organizacional; Tecnologia da Informação; Capacitação & Treinamento; Administração; e Cooperação Internacional.

No plano tático, destacaram-se as participações dos Chefes das Divisões de Catalogação e de Tecnologia da Informação, do Coordenador do Centro e do Assessor-Especial do EMCFA nos simpósios e fóruns internacionais Técnicos e Sistêmicos sobre catalogação, bem como as reuniões realizadas entre os membros da CC-SISMICAT e CC-SINACAT na busca de padronização dos produtos de defesa de uso ou interesse comum das Forças Armadas.

**b) Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA:**

Em conformidade com o PPA 2012-2015, o Planejamento do DECAT/CECAFA foi elaborado com a finalidade de incrementar a atividade de catalogação no âmbito do SISMICAT,

atender ao marco regulatório advindo da Lei 12.598 de março de 2012, aumentar a interoperabilidade e disponibilidade de sistemas de defesa entre as Forças Armadas, reduzir custos logísticos e contribuir para a cooperação e integração logísticas no contexto da União das Nações da América do Sul (UNASUL).

De acordo com a Portaria Normativa nº 1.317/MD, de 4 de novembro de 2004, que aprova a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) para a Defesa Nacional, e com o Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, que estabelece a Estrutura Regimentar e atribuições do Ministério da Defesa, o DECTI procurou fomentar e acompanhar o desenvolvimento, industrialização e produção de novos produtos e de tecnologia na área de Defesa.

O desenvolvimento de todas as atividades e iniciativas executadas pelo DEPROD, ao longo de 2013, objetivou, de maneira sintética, alcançar as seguintes metas, em consonância com as competências definidas de acordo com o Art. 33 do Decreto nº 7.974, de 01 de abril de 2013.

**c) Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2013 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos:**

Tomando por base as competências institucionais da SEPROD, bem como as diretrizes constantes na END, os seguintes objetivos estratégicos foram considerados prioritários, em 2013:

Capacitar a Base Industrial de Defesa (BID) para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à Defesa; Ativar e operacionalizar a CMID; Propor e formular a política de compras de produtos de defesa, inclusive armamentos, munições, meios de transporte e de comunicações, fardamentos e materiais de uso individual e coletivo, empregados nas atividades operacionais; Coordenar a pesquisa avançada em tecnologias de defesa que se realize nos Institutos de pesquisa da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem como em outras organizações subordinadas às FFAA; Fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de produtos e sistemas militares e civis que compatibilizem as prioridades científico-tecnológicas com as necessidades da Defesa; Implementar o Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa (SisCaPED); Propor e formular novas Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Defesa Nacional e os instrumentos normativos decorrentes; Estimular a integração da América do Sul, a fim de fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa; Propor modificações na legislação referente à tributação incidente sobre a indústria nacional de material de defesa, por meio da criação de regime jurídico especial que viabilize incentivos e desoneração tributária à iniciativa privada na fabricação de produto de defesa prioritário para as Forças Armadas e para a exportação; Controlar as importações e exportações de produtos de defesa; Incrementar a atividade de catalogação no âmbito do SISMICAT, a fim de atender ao marco regulatório advindo da Lei nº 12.598 de março de 2012, aumentar a interoperabilidade e disponibilidade de sistemas de Defesa entre as Forças Armadas, reduzir custos logísticos e contribuir para a cooperação e integração logísticas no contexto da União das Nações da América do Sul (UNASUL); e Modernizar o Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT).

## 2.2 - Programação Orçamentária e financeira e resultados alcançados

O seguinte Programa de Governo está sob a responsabilidade da SEPROD:

<b>Identificação do Programa de Governo</b>	
<b>Código do PPA: 2055</b>	Desenvolvimento Produtivo
<b>Objetivo Geral:</b>	“0196 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva”, que possui vinculação com as seguintes Iniciativas/Ações Orçamentárias”
<b>Objetivos Específicos:</b>	Apoiar projetos de interesse da Defesa Nacional, conforme prioridade definida pelo Ministério da Defesa por critérios de importância estratégica e viabilidade tecnológica.
<b>Público alvo:</b>	Nação brasileira

Para a execução das Ações Orçamentárias, as atividades da SEPROD estão direcionadas e alinhadas com END e que constitui base legal para o Programa 2055 – Desenvolvimento Produtivo.

a) **Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados pela Ação “2B28 – Apoio ao Desenvolvimento de Produtos de Defesa”:**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código:</b>	2B28		<b>Tipo:</b>	Atividade		
<b>Título:</b>	Apoio ao Desenvolvimento de Produtos de Defesa					
<b>Iniciativa:</b>	00NH - Incentivo à ampliação do conteúdo tecnológico nacional nos produtos para a Defesa Nacional					
<b>Objetivo:</b>	Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.				<b>Código:</b>	0196
<b>Programa:</b>	Desenvolvimento Produtivo				<b>Código:</b>	2055
<b>Unidade Orçamentária:</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária:</b>	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil s/ Miséria	
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
900.000,00	900.000,00	844.328,00	798.843,00	762.088,00	3.480,00	136.349,00
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da Meta</b>			<b>Unidade de Medida</b>	<b>Montante</b>		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Apoio a projetos			Unidade	1	1	1
Coordenação das atividades de C,T&I na área de Defesa			Unidade	0	1	1
<b>Restos a Pagar Não Processados – Exercício Anterior - 2012</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Vr 01/01/13	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
136.349,00 <sup>1</sup>	104.422,00	(-31.927,00)	Projeto Apoiado		Unidade	0
			Coordenação das atividades de C,T&I na área de Defesa		Unidade	1

Fonte: SIOP / Janeiro 2014.

**Comentários ao quadro sobre o planejamento.**

Descentralização de recursos para o pagamento de passagens de viagens, realizadas em novembro e dezembro de 2012 e para a quitação de Contrato de Inexigibilidade com a ABNT, com início de vigência em dezembro de 2012, em um valor total R\$ 46.878,84.

**b) Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados pela Ação “20T4 – Sistema Militar de Catalogação”:**

A execução dos recursos orçamentários disponibilizados foi realizada a partir do apoio da Base de Abastecimento da Marinha no Rio de Janeiro (BAMRJ) para recursos que envolvem manutenção administrativa e operacional do Centro. Os pagamentos de compromissos com publicações e serviços adquiridos no exterior são realizados pela Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa (RBJID) cuja execução orçamentária encontra-se detalhada no quadro abaixo:

Identificação da Ação							
<b>Código:</b>	<b>20T4</b>	<b>Tipo:</b>	Atividade				
<b>Título:</b>	Sistema Militar de Catalogação						
<b>Iniciativa:</b>	00ND - Catalogação de materiais e produtos com padrão internacional (SOC/OTAN)						
<b>Objetivo:</b>	Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.					<b>Código:</b>	0196
<b>Programa:</b>	Desenvolvimento Produtivo					<b>Código:</b>	2055
<b>Unidade Orçamentária:</b>	52101 – Ministério da Defesa						
<b>Ação Prioritária:</b>	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil s/ Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
1.800.000,00	806.705,00	851.896,80	550.131,21	531.683,01			
Execução Física							
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema mantido			Unidade	01	00	01	
Restos a Pagar Não Processados – Exercício Anterior - 2012							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Vr 01/01/13	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado	
11.536,00	5.219,00	(-6.317,00)	Sistema mantido		Unidade	1	

Fonte: SIOP / Janeiro 2014.

**c) A programação e a execução orçamentária e financeira:**

Os seguintes créditos orçamentários foram executados no PA 2013, conforme detalhamento abaixo das Iniciativas “00NH” e “00ND”, vinculadas às Ações Orçamentárias “2B28” e “20T4”:

Iniciativa “00ND – Catalogação de materiais e produtos com padrão internacional (SOC/OTAN)” vinculada à Ação Orçamentária “20T4 – Sistema Militar de Catalogação”:

LOA+CRÉDITO	LIMITES AUTORIZADOS	DESPESAS LIQUIDADAS	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO
R\$ 1.800.000,00	R\$ 866.705,00 <sup>1</sup>	550.131,21	63,47%

Fonte: SIOP / Janeiro 2014.

No valor previsto na LOA 2013, foram bloqueados o valor de R\$ 933.295,00, sendo, portanto, disponibilizados o valor de R\$ 866.705,00 para serem executados pelo CECAFA.

Iniciativa “00NH - – Incentivo à ampliação do conteúdo tecnológico nacional nos produtos para a Defesa Nacional” vinculada à Ação Orçamentária “2B28 - Apoio ao desenvolvimento de Produtos de Defesa”:

LOA+CRÉDITO	LIMITES AUTORIZADOS	DESPESAS LIQUIDADAS	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO
R\$ 900.000,00	R\$ 900.000,00	R\$ 844.328,20	93,81%

Fonte: SIOP / Janeiro 2014.

- d) **Os resultados alcançados, tendo por parâmetro as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA, demonstrando ainda os índices dos indicadores utilizados para aferir o desempenho e a representatividade dos resultados da ação em relação ao seu contexto:**

#### **Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial (DECTI)**

Título: Apoio a Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I)
Caracterização: Descentralização de recursos para as Forças Armadas, com a finalidade de apoiar projetos de C,T&I de interesse da Defesa Nacional, buscando viabilizar programas mobilizadores e projetos inovadores;
Produto Intermediário: Iniciativa apoiada
Unidade de Medida: Unidade;
Unidade responsável: MD-SG/SEPROD/DECTI

Para atingimento da Primeira Meta, foi desenvolvida a seguinte atividade:

#### **Coordenação do Projeto Quercetina.**

Constituição de um Grupo de Trabalho, após concordância dos Diretores dos Laboratórios especializados das três Forças Armadas e a Universidade Federal Fluminense (UFF) em participar do projeto. Projeto orçado inicialmente em R\$ 2,3 milhões. Foram repassados recursos, pela Ação, ao Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM), para o desenvolvimento das etapas iniciais de formulação e estabilidade, em cooperação com os demais Laboratórios especializados.

Título: Coordenação das Atividades de C,T&I na área de Defesa;
Caracterização: Coordenar e apoiar as atividades relacionadas à C,T&I, de projetos de interesse do MD, por meio da participação de representantes do MD em eventos correlatos, bem como organização de Seminários, Palestras, Workshop; contratação de empresas que disponibilizam Normas Técnicas Nacionais e Internacionais e Publicações de C, T & I; parcerias envolvendo Institutos Militares, Universidades e Indústrias.
Produto Intermediário: Atividade realizada;
Unidade de Medida: Unidade;
Unidade responsável: MD-SG/SEPROD/DECTI

Para atingimento da Segunda Meta, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

**Viabilização de programas mobilizadores, projetos inovadores e integração das atividades de C&T das Forças Armadas: acompanhamento do PROSUB; e participação como**



## **Instituição Apoiadora dos processos de avaliação e seleção de projetos do Programa Inova Aerodefesa.**

Desta forma, os resultados das ações, detalhados abaixo, do DECTI, contribuíram para o alcance dos objetivos estratégicos da SEPROD relacionados à coordenação, a pesquisa avançada em tecnologias de defesa que se realize nos Institutos de pesquisa da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem como em outras organizações subordinadas às Forças Armadas.

A seguir são apresentados projetos relacionados ao incentivo do crescimento da base industrial instalada, ampliação do fornecimento para as Forças Armadas exportações e estímulo à integração da América do Sul, a fim de fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa:

### **a) Projeto VANT Regional UNASUL.**

O Brasil tem procurado enfatizar a integração sul-americana, inclusive, com iniciativas na área da defesa, como o fortalecimento de uma base industrial na América Latina, a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e projetos como o Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT) regional com fins de reconhecimento e cartografia, sem o uso de armas, podendo atuar tanto em apoio a atividades de defesa civil, na ocorrência de acidentes naturais, por exemplo, quanto em atividades estritamente militares, para seleção de alvos e avaliação de danos após ataques de artilharia.

A preparação do VANT Regional UNASUL é um marco da cooperação e integração regional e fortalecimento da base industrial de defesa sul-americana. Assim, criou-se um Grupo de Trabalho, constituído de especialistas com o propósito de gerar a configuração de um VANT que atenda aos interesses dos países da UNASUL, que buscou a flexibilização dos requisitos para a obtenção de um consenso quanto aos Requisitos Operacionais de um VANT que possa atender às necessidades dos Países da UNASUL, a ser desenvolvido e produzido regionalmente.

Em 2013, foram realizadas duas reuniões em Brasília-DF, que visaram a reunir os interesses regionais, os recursos e as capacidades tecnológicas para a configuração de VANTs com o melhor custo-benefício para todos. Durante o encontro, a delegação brasileira apresentou proposta de plano de trabalho para os próximos sete anos, nos quais serão avaliados o modelo empresarial do projeto de VANT, a divisão de tarefas e custos e os detalhamentos dos requisitos a serem adotados. Os representantes de outros países membros da UNASUL contribuíram com novas considerações e sugestões sobre as características do sistema regional. Foi o caso da delegação argentina, que sugeriu que os aspectos relacionados à simulação e ao treinamento sejam incluídos como parte do programa de desenvolvimento do VANT;

### **b) Conclusão e continuação da execução de etapas dos processos de avaliação e seleção de projetos do Programa Inova Aerodefesa.**

O referido Projeto foi lançado em maio de 2013. Ainda em 2013, as Instituições Apoiadoras realizaram a habilitação das empresas líderes, para onde serão diretamente direcionados os recursos em etapas posteriores, pois se responsabilizarão pela condução dos respectivos Planos de Negócios, com ou sem apoio de empresas parceiras e de Institutos de Ciência e Tecnologia. A previsão é que haja investimentos na ordem de R\$ 2,9 bilhões no Complexo Aeroespacial e Defesa;

### **c) Realização do Seminário Sul-americano de Tecnologia Industrial de Defesa e Exposição de Produtos de Defesa de Empresas Sul-Americanas:**

Representantes do Brasil e dos demais países da UNASUL trocaram experiências e conheceram as inovações brasileiras, quando tiveram a oportunidade de participar de um curso de

tecnologia de defesa e conheceram principais produtos da indústria brasileira no setor. Entre os assuntos debatidos, foi levantada a ideia de desenvolver um grande repositório de dados sobre as bases industriais de defesa dos países. A capacitação representou um marco para que a América do Sul seja uma zona de paz e cooperação. Após o término da capacitação, cerca de cem participantes do seminário visitaram a II Mostra da Base Industrial de Defesa do Brasil (II Mostra BID Brasil), que ocorreu no dia 4 de outubro para as autoridades estrangeiras e adidos. Montada no hangar do Correio Aéreo Nacional (CAN), na Base Aérea da capital federal. A exposição de produtos, aberta pelo Ministro da Defesa, permitiu que o conhecimento das principais iniciativas do setor de defesa brasileiro.

**d) Reuniões periódicas de acompanhamento de projetos C,T&I conduzidas pelas Forças Armadas, de modo a promover a integração; e**

**e) Acompanhamento de assuntos, concernentes à área de Bens Sensíveis (controle de exportação, desarmamento e não-proliferação de armas de destruição em massa).**

Análise e emissão de pareceres técnicos; participação na organização e instrução de Cursos de Identificação de Bens Sensíveis (CIBS); e do CONMETRO e de seus Comitês, do conselho da ABNT e INMETRO.

Contratação de Normas Técnicas Nacionais e Internacionais e Publicações para apoio aos Institutos Militares de Ciência e Tecnologia – mantiveram-se em 66% (Muito Bom). Os recursos solicitados no PPO/2013 para a aquisição de Publicações para apoio aos órgãos de Ciência e Tecnologia das Forças, não foram contemplados na LOA/2013 (R\$ 445.000,00), apenas os recursos para normas nacionais e internacionais:

<b>INDICADOR DE DESEMPENHO DE GESTÃO</b>			
<b>NOME DO INDICADOR</b>	<b>IRA5</b>		
<b>OBJETIVO DO INDICADOR</b>	Contratação de Normas Técnicas Nacionais e Internacionais e Publicações para apoio aos Institutos Militares de Ciência e Tecnologia.		
<b>TIPO DE INDICADOR</b>	EFICÁCIA		
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	Contratações realizadas /Números total previsto para o período*100 - (02/03*100 = 66%)		
<b>METODOLOGIA</b>	Avaliar as contratações realizadas no período, voltados para apoio aos Institutos Militares de Ciência e Tecnologia.		
<b>CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO</b>	80% a 100% - Excelente 60% a 79,99% -Muito Bom 40% a 59,99% Bom <39,99% Regular		
<b>META PARA O INDICADOR (EXERCÍCIO 2013)</b>	BOM		
<b>CONCEITO</b>	<u>MUITO BOM</u>		
<b>DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO INDICADOR COMPARANDO-SE AOS ANOS DE 2011 E 2012</b>	<b>META P/ EXERCÍCIO DE 2013</b>	<b>RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	
	PREVISTA: 03	REALIZADA: 02	2012: Não houve recurso na Ação. 2011: Não houve recurso na Ação.

**Departamento de Catalogação – Centro de Catalogação das Forças Armadas (DECAT/CECAFA)**

Realização do 1º workshop de catalogação teve a participação de representantes da indústria nacional e membros da OTAN, realizado durante a LAAD 2013 e as iniciativas perante o Plano Brasil Maior (PBM). O CECAFA tem contribuído para incrementar a interoperabilidade entre as FFAA e promover a interação das demais políticas governamentais com a política de Defesa Nacional, conforme diretrizes IV e XIV da Política de Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto nº 5484/2005, por meio da manutenção e aperfeiçoamento do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT) e no apoio ao Sistema Nacional de Catalogação (SINACAT).

Os resultados das ações do DECAT impactaram no alcance dos objetivos estratégicos relacionados ao incremento da atividade de catalogação no âmbito do SISMICAT, a fim de atender ao marco regulatório advindo da Lei nº 12.598 de março de 2012, de modo a aumentar a interoperabilidade e disponibilidade de sistemas de defesa entre as Forças Armadas, reduzir custos logísticos e contribuir para a cooperação e integração logísticas no contexto da União das Nações da América do Sul (UNASUL):

O DECAT, através do CECAFA, foi o responsável por manter fluxo de transações de catalogação dentro das normas estabelecidas pelo Sistema OTAN de Catalogação (SOC), trabalhando no processamento da demanda reprimida, existente em função do acúmulo de transações oriundas de projetos em implantação, como o PROSUB na MB, o GUARANI no EB e o KC-390 na FAB, bem como aos itens sob a coordenação do MPOG; e

**Indicadores utilizados para aferir o desempenho dos resultados da ação, de acordo com as Metas estabelecidas abaixo:**

#### **Tema Estratégico Produção:**

<b>META 1</b>	<b>ELEVAR O ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DE CATALOGAÇÃO</b>		
<b>INDICADOR</b>	Número de transações de catalogação processadas, por mês, em relação às solicitações de transações recebidas		
<b>DESCRIÇÃO</b>	Medirá o número de transações de catalogação processadas, por mês, em % por número de solicitações de transações recebidas no mesmo mês.	Meta	2013
		> 80%	90%

#### **Tema Estratégico Qualidade**

<b>META 2</b>	<b>ELEVAR E MANTER A QUALIDADE DE CATALOGAÇÃO</b>		
<b>INDICADOR 1</b>	Número de transações de catalogação realizadas pelo método descritivo completo de identificação de itens, de acordo com Norma ACodP-1- “NATO Manual on Codification” .		
<b>DESCRIÇÃO</b>	Medirá o número de transações de catalogação realizadas pelo método descritivo completo de identificação em % do número total de transações realizadas aplicáveis ao método.	Meta	2013
		100%	60%
<b>META 2</b>	<b>ELEVAR E MANTER A QUALIDADE DE CATALOGAÇÃO</b>		
<b>INDICADOR 2</b>	Número de transações de catalogação de acordo com Norma ACodP-1- “NATO Manual on Codification”, Cap V, Seção 560 (saída KAT).		
<b>DESCRIÇÃO</b>	Medirá o número de transações de catalogação com referências de saída KAT em % do número de transações realizadas.	Meta	2013
		> 80%	64%
<b>META 2</b>	<b>ELEVAR E MANTER A QUALIDADE DE CATALOGAÇÃO</b>		
<b>INDICADOR 3</b>	Número de transações de catalogação de acordo com Norma ACodP-1- “NATO Manual on Codification”, Cap V, Seção 560 (saída K27)		
<b>DESCRIÇÃO</b>	Medirá o número de transações de catalogação com	Meta	2013

	referências de saída K27 em % do número de transações realizadas.	< 20%	36%
<b>META 2</b>	<b>ELEVAR E MANTER A QUALIDADE DE CATALOGAÇÃO</b>		
<b>INDICADOR 4</b>	Número de transações de catalogação de acordo com Norma ACodP-1- “NATO Manual on Codification”, Cap V, Seção 560 (saída KRU/KRE).		
DESCRIÇÃO	Medirá o número de transações de catalogação com referências de saída KRU/KRE em % do número de transações realizadas.	Meta	2013
		< 1%.	< 1%.

## Departamento de Produtos de Defesa (DEPROD)

Em que pese o DEPROD não receber recursos orçamentários específicos para a realização de suas competências institucionais, destacam-se as seguintes ações realizadas em 2013, as quais contribuíram para o atingimento dos objetivos estratégicos relacionados abaixo:

### a) Capacitar a Base Industrial de Defesa (BID) para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à Defesa:

- Realização da Feira LAAD-2013 (LAAD Aerospace and Defense), maior feira no segmento de produtos de defesa da América Latina, na qual o MD, sob a coordenação da SEPROD/DEPROD, organizou a vinda de 128 Delegações Oficiais de Compradores Estrangeiros e as reuniões e visitas agendadas aos mais de 171 estandes de Empresas Brasileiras que compõem a BID;

- Conclusão exitosa de complexas interlocuções como a PGFN e MRE, que culminaram com a decisão de consideração do “acervo tecnológico” de uma Empresa de Defesa como sendo um “Ativo Intangível” válido para a concessão de Garantias para a exportação de Produtos de Defesa. Antes desse entendimento, algumas das empresas da BID estavam deixando de assinar contratos de venda de seus produtos para o exterior;

- Aprovação e Assinatura do Decreto nº 7.970 de 28/10/2013 que regulamentou alguns dispositivos da Lei nº 12.598, de 22/03/2012, estabelecendo normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa;

- Homologação dos primeiros Produtos Estratégicos de Defesa (PED) e consequente credenciamento das primeiras Empresas Estratégicas de Defesa (EED) do País;

- Participação nos estudos conduzidos pelo Grupo de Trabalho responsável por identificar ou propor medidas de fomento para a ampliação da capacidade da Base Industrial de Defesa, por meio da criação de uma Trading de Defesa;

- Participação, como representante brasileiro, nas decisões do Comitê Consultivo do Programa UNASUL-1, que trata do desenvolvimento conjunto de um avião de treinamento básico, a ser fabricado na Argentina, no qual empresas brasileiras, em sua maioria Empresas Estratégicas de Defesa, foram contempladas com a participação em diversas etapas do processo de desenvolvimento e do futuro processo produtivas;

- Organização de Workshop sobre o programa UNASUL-1, com a participação dos países diretamente envolvidos no projeto: Brasil, Argentina, Equador e Venezuela com o objetivo de assinar um Acordo de Colaboração Empresarial (ACE) que definiu a participação das empresas da base industrial da região sul-americana, bem como determinar a metodologia de custos;

- Realização periódica de reuniões com representantes de segmentos afetos a Indústria de Defesa, tais como FIESP; FIRJAN; FIENG; FIERGS; e ABIMDE, com o intuito de divulgar as

ações do MD no processo de reorganização da BID e, principalmente, buscar compreender as demandas dos diversos setores e auxiliá-los no atendimento das demandas das Forças Armadas;

- Realização de diversas reuniões e visitas técnicas em empresas e institutos que compõem a BID, com destaque para: AVIBRAS; Opto Eletrônica; MECTRON ; DIGITRO; Forjas Taurus; THALES / OMNISYS; RADIX; SOLENTECH; Instituto Von Braun, dentre outras. O objetivo dessas reuniões e visitas é a busca de parcerias com as Forças Armadas e/ou com outras empresas do segmento de defesa, com vistas a garantir a emprego de tecnologias absorvidas pela BID, relativas aos produtos de defesa, em benefício das Forças Armadas.

**b) Ativar e Operacionalizar a Comissão Mista das Indústrias de Defesa (CMID):  
Ativação da CMID**

O Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013, que regulamentou a Lei 12.598/2012 possibilitou o cadastramento de Empresas Estratégicas de Defesa (EED). Desta forma, em 2013, foram cadastradas vinte e seis EED. A lei também criou o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID), que foi regulamentado pelo Decreto 8.122, de 16 de outubro de 2013, voltado para as empresas que compõem a cadeia produtiva de produtos estratégicos de defesa. Além de instituir um marco regulatório para o setor, o RETID diminui o custo de produção de empresas legalmente credenciadas como estratégicas de defesa, estabelecendo incentivos ao desenvolvimento de tecnologias indispensáveis ao Brasil. Principais ações relacionadas à CMID, realizadas em 2013:

- Elaboração e aprovação do Estatuto da CMID;
- Portarias de designação dos representantes da CMID;
- Realização, em 2013, de três reuniões ordinárias de CMID e uma reunião técnica da mesma;
- Definição, estabelecimento e criação, por Portaria do MD, de Grupos de Assessoramento Especiais da CMID e do Fórum das Indústrias de Defesa (FID);
- Aprovação, pela CMID, dos processos para credenciamento de Empresa de Defesa (ED); de Empresa Estratégica de Defesa (EED) e de Homologação de PRODE e PED; e
- Reorganização da página do MD na Internet, especificamente na área representativa do assunto “Indústria de Defesa”, onde passaram a ser divulgadas todas as informações sobre a CMID, suas deliberações e decisões, dando a devida transparência ao referido processo.

**c) Propor e formular fundamentos para o estabelecimento de normas especiais para as compras, contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa (Regulamentar a Lei 12.598):**

- Reuniões internas para elaboração da Política de Obtenção de Produtos de Defesa; e
- Elaboração de estudos para o estabelecimento dos modelos de Termos de Licitação Especial (TLE), necessários para a operacionalização das compras de produtos de defesa baseadas no Lei nº 12.598/2012.

**d) Propor os fundamentos para a formulação e atualização da Política Nacional da Indústria de Defesa; da Política de Obtenção de Produtos de Defesa; bem como das diretrizes**

**sobre compensação tecnológica, industrial e comercial, relativas à aquisição de produtos de defesa; além dos demais normativos relacionados com produtos e empresas de defesa:**

- Elaboração da Política Nacional de Exportação de Produtos de Defesa – PNEPRODE, com o MRE e MDIC (Minuta já apreciada pelo MRE, e inserida no SIDOF aguardando assinatura);

- Atualização da Política Nacional da Indústria de Defesa - PNID, com a participação dos MF, MDIC, MPOG, MCTI e SAE (Minuta aprovada, aguardando posterior assinatura do Ministro da Defesa e inserção no SIDOF); e

- Elaboração da Política Nacional de Acordos de Compensação – PNAC, com participação do MDIC, MCTI e Comandos de Forças (Minuta aguardando aprovação para encaminhamento aos demais órgãos).

**e) Implementar o Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa (SisCaPED);**

- Conclusão do mapeamento das principais etapas do processo de cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa;

- Desenvolvimento, programação, testes; implementação e entrada em operação da primeira e segunda versões do SisCaPED;

- Realização de treinamento para os usuários (Operadores e Assessores) das Forças Armadas; e

- Elaboração e divulgação das normas de operação e utilização do SisCaPED.

**e) Fatores intervenientes que concorreram para os resultados de objetivo e ou ação, detalhando, inclusive, os limites de empenho e de movimentação financeira e os parâmetros utilizados para distribuição interna de tais restrições entre as unidades orçamentárias, programas ou ações:**

Na Ação Orçamentária “2B28” foi estabelecido o limite de R\$ 182.102,00 para diárias/locomoção, sendo todo esse montante utilizado para tal fim. Foram utilizados os montantes restantes de R\$ 212.898,00 para as atividades de C,T&I de outras Instituições e de R\$ 500.000,00 para a contratação de Normas Técnicas Nacionais e Internacionais, realizado através de processo licitatório.

Na Lei Orçamentária anual de 2013, estava previsto o aporte de R\$ 900.000,00 na Ação Orçamentária “2B28”. Este montante orçamentário restringiu o apoio a projetos de CT&I de interesse da Defesa, em que se previa a necessidade de recursos na ordem de R\$ 9.966.550,00. Restringiu ainda o apoio a Tecnologias de Interesse da Defesa Nacional, a partir da lista constante do documento “Concepção Estratégica: Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa Nacional” na qual devem ser enquadrados os projetos propostos pelas Forças Armadas para receber apoio em cada ano em questão.

Com base nos recursos disponibilizados na LOA/13, 9,03% do montante previsto na PPO/2013, na Ação Orçamentária supracitada, foi efetuada uma Reprogramação Financeira norteada pela competência regimentar estabelecida para o DECTI, na área do C,T&I, sendo planejados, como metas físicas para 2013: o apoio a projetos de C,T&I e a coordenação das atividades de C,T&I na área de Defesa.

Na Ação Orçamentária “20T4”, do total programado, foi estabelecido como limite de diárias e passagens o montante de R\$ 185.092,57, sendo o restante distribuído para a necessária repotencialização dos equipamentos e para modernização de manutenção dos aplicativos (programas) em operação, além da manutenção orgânica do CECAFA.

Foram realizados cursos e treinamentos destinados ao aprimoramento técnico-profissional do pessoal envolvido nas atividades de apoio do Sistema Militar de Catalogação – SISMICAT; Participação em eventos nacionais e internacionais – Reuniões Técnicas e Sistêmicas; e Realização de palestras sobre os assuntos: “Aplicação da Catalogação na Logística” e “Catalogação nas Forças Armadas”.

### **2.3 - Informações sobre outros resultados da gestão**

Destacam-se as **principais realizações no período de 2013**, as quais contribuíram para o alcance dos objetivos estratégicos previstos na END, que constituem base legal para o Programa “2055 – Desenvolvimento Produtivo”, cuja tarefa principal foi fomentar a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira, visando a sua consolidação e o seu desenvolvimento em âmbito nacional e internacional:

#### **1. Fomento à Base Industrial de Defesa (BID).**

a) **Regulamentação da Lei 12.598/2012** que introduziu um novo incentivo à BID, por meio do Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013, que trouxe a possibilidade de credenciar Empresas Estratégicas de Defesa (EED), classificar Produtos Estratégicos de Defesa (PED) e mapear as cadeias produtivas do setor. A lei também criou o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID), que foi regulamentado pelo Decreto 8.122, de 16 de outubro de 2013, voltado para as empresas que compõem a cadeia produtiva de produtos estratégicos de defesa;

b) **Criação do Núcleo de Promoção Comercial (NuPCom):** Criado pelo Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, está atuando na definição e na implementação de políticas de promoção das exportações de produtos de defesa (PRODE) brasileiros. Além disso, promoverá a internacionalização de empresas brasileiras, ligadas à área de defesa, utilizando-se de diálogos bilaterais de comércio e investimentos, na área de produtos de defesa;

c) **Programa Inova Aerodefesa:** Em 2013, empresas brasileiras foram selecionadas e habilitadas para a distribuição de recursos. O Inova Aerodefesa constitui um passo importante do governo federal na busca do aprimoramento da indústria brasileira e do domínio do conhecimento técnico-científico de interesse da defesa nacional. A previsão é que haja investimentos na ordem de R\$ 2,9 bilhões no Complexo Aeroespacial e Defesa;

d) **Criação de uma Trading de Defesa**, a fim de realizar estudos e identificar ou propor medidas de fomento para a ampliação da capacidade da BID;

e) **Realização da II Mostra BID Brasil e LAAD 2013:** Teve como objetivo, apresentar ao mercado nacional e internacional, por meio dos Adidos Militares acreditados no Brasil, o potencial da indústria nacional. A expectativa é de que os investimentos girem na ordem de US\$ 120 bilhões a longo prazo, sendo US\$ 40 bilhões já anunciados para programas voltados para vigilância das fronteiras marítimas, aéreas e terrestres do país;

#### **2. Incremento da atividade de Catalogação.**

Esta iniciativa tem trazido os seguintes benefícios à sociedade, tais como:

a) Redução dos gastos públicos, por meio da identificação dos itens do acervo dos órgãos de todas as esferas da administração pública, facilitando a racionalização em compras e demais ações de logística;

b) Contribuição para a simplificação do relacionamento com a indústria nacional e a promoção da redução da dependência internacional de itens, por intermédio da descrição detalhada do material; e

c) Incremento do comércio de produtos de defesa nacionais com outros países, por intermédio do Sistema OTAN de Catalogação (SOC). Dessa feita, o Brasil passa a ser reconhecido como um país que detém um nível elevado de informações sobre itens e produtos de defesa, e seus respectivos fabricantes, dando visibilidade à indústria nacional junto a mais de 60 países.

### **3. Cooperação no Conselho de Defesa Sul-Americano.**

Visa não somente assegurar que o Brasil viva em um ambiente de paz com seus vizinhos, mas também como forma de fortalecimento da Base Industrial de Defesa sul-americana; e **Realização do Seminário Sul-americano de Tecnologia Industrial de Defesa e Exposição de Produtos de Defesa de Empresas Sul-Americanas**, cujo seminário cumpriu o seu objetivo, ao estimular o intercâmbio de conhecimentos na área de Indústria de Defesa na América do Sul.

### **4. Continuidade do Projeto de Fabricação do Fuzil Brasileiro.**

Ocorreu a fabricação do lote piloto e a sua apresentação ao Departamento de Ciência e Tecnologia para avaliação.



### 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1 – Estrutura de Governança

#### 3.2 – Avaliação do Funcionamento dos Controles internos

<b>QUADRO 3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ</b>					
<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>				
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	1	2	3	4	5
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.	1	2	3	4	5
					X

QUADRO 3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ					
ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p><b>Análise Crítica:</b></p> <p>Todas as tarefas realizadas no âmbito da SEPROD são de conhecimento dos responsáveis e dos que necessitam conhecer o assunto, o que possibilita identificar, monitorar e avaliar os riscos. Foram utilizadas como ferramentas de Controle Interno as Comprovações dos Recursos Orçamentários e os Relatórios realizados rotineiramente, além de observar rigorosamente as Normas de Execução Orçamentária estabelecidas pela SEORI.</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>					

### 3.6 - Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da unidade

A SEPROD não possui institucionalizado indicadores utilizados para monitorar e avaliar o funcionamento do modelo de governança adotado. Porém, a SEPROD estabelece através de procedimentos formalizados em documentos o controle das diversas atividades realizadas:

#### a) Efetividade.

Avaliar o recurso recebido e o efetivamente empenhado – de 19,44% em julho de 2013 (primeira captação – janeiro a junho 2013) para 93,81% (Excelente) em dezembro de 2013 (segunda captação):

INDICADOR DE DESEMPENHO DE GESTÃO			
NOME DO INDICADOR	IRA (Indicador de Realização da Ação)		
OBJETIVO DO INDICADOR	Avaliar o recurso recebido e efetivamente empenhado		
TIPO DE INDICADOR	EFETIVIDADE		
FÓRMULA DE CÁLCULO	Recurso executado/Recurso disponibilizado para o período*100 – (R\$ 844.328,20 / R\$ 900.000,00 * 100=93,81%)		
METODOLOGIA	O valor do recurso empenhado ou repassado para Forças, pelo recurso recebido em 2013.		
CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	80% a 100% - Excelente 60% a 79,99% -Muito Bom 40% a 59,99% Bom <39,99% Regular		
META PARA O INDICADOR (EXERCÍCIO 2013)	EXCELENTE		
CONCEITO	EXCELENTE		
DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO INDICADOR DOS ANOS DE 2011 A 2013	META P/ EXERCÍCIO DE 2013		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
	PREVISTA: R\$ 900.000,00	REALIZADA: R\$ 844.328,20	2012: R\$ 396.000,00      2011: R\$ 240.000,00

#### b) Eficiência.

Avaliar a realização das Metas previstas para a Ação – de 0% na primeira captação para 100 % (Excelente).

INDICADOR DE DESEMPENHO DE GESTÃO			
NOME DO INDICADOR	IRA1		
OBJETIVO DO INDICADOR	Avaliar a realização da Ação de suas Metas		
TIPO DE INDICADOR	EFICIÊNCIA		
FÓRMULA DE CÁLCULO	Metas Físicas realizadas, no período/Nr total de Metas Físicas autorizadas na Ação, no período*100 (2/2*100=100%)		
METODOLOGIA	Avaliar a realização das Metas pela Ação, através do apoio aos Projetos selecionados.		
CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	80% a 100% - Excelente 60% a 79,99% -Muito Bom 40% a 59,99% Bom <39,99% Regular		

INDICADOR DE DESEMPENHO DE GESTÃO				
META PARA O INDICADOR (EXERCÍCIO 2013)	BOM			
CONCEITO	EXCELENTE			
DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DOS ANOS DE 2011 E 2013	META P/ EXERCÍCIO DE 2013		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
	PREVISTA: 02	REALIZADA: 02	2012: 00	2011: 00

### Eficácia:

Avaliar a participação em Eventos de Organismo Internacionais - de 27% na primeira captação para 38,89% (Regular). Restrições orçamentárias não possibilitaram a participação dos eventos previstos:

INDICADOR DE DESEMPENHO DE GESTÃO				
NOME DO INDICADOR	IRA2			
OBJETIVO DO INDICADOR	Avaliar a participação em Eventos de Organismo Internacionais			
TIPO DE INDICADOR	EFICÁCIA			
FÓRMULA DE CÁLCULO	Participação em Eventos /Números de eventos previsto para o período*100 (07/18*100=38,89%)			
METODOLOGIA	Avaliar a participação em Eventos de Organismos Internacionais.			
CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	80% a 100% - Excelente 60% a 79,99% -Muito Bom 40% a 59,99% Bom <39,99% Regular			
META PARA O INDICADOR (EXERCÍCIO 2013)	BOM			
CONCEITO	<u>REGULAR</u> – Por restrições orçamentárias, não foram possíveis participar dos eventos previstos.			
DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO INDICADOR DOS ANOS DE 2011 A 2013	META P/ EXERCÍCIO DE 2013		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
	PREVISTA: 18	REALIZADA: 07	2012: 10	2011: Não avaliado

Avaliar a realização de Seminário de Ciência e Tecnologia, Reuniões de Acompanhamento de Projetos da FINEP, Reuniões sobre Projetos de Ciência e Tecnologia de Interesse da Defesa (REPID) e a Reunião das Organizações responsáveis pelo controle do acesso às normas técnicas (ORCANT) - de 60% (Muito Bom) na primeira captação para 80 % (Excelente):

INDICADOR DE DESEMPENHO DE GESTÃO			
NOME DO INDICADOR	IRA3		
OBJETIVO DO INDICADOR	Avaliar a realização de Seminário de Ciência e Tecnologia, Reuniões de Acompanhamento de Projetos da FINEP, Reuniões sobre Projetos de Ciência e Tecnologia de Interesse da Defesa (REPID) e a Reunião das Organizações responsáveis pelo controle do acesso às normas técnicas (ORCANT).		
TIPO DE INDICADOR	EFICÁCIA		
FÓRMULA DE CÁLCULO	Realizações dos Eventos /Números de eventos previsto para o período*100 – (4/5*100=80%)		
METODOLOGIA	Avaliar as realizações dos Eventos organizados pelo Departamento.		
CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	80% a 100% - Excelente 60% a 79,99% -Muito Bom 40% a 59,99% Bom <39,99% Regular		
META PARA O INDICADOR (EXERCÍCIO 2013)	BOM		
CONCEITO	<u>EXCELENTE</u>		
DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO INDICADOR DOS ANOS DE 2011 A 2013	META P/ EXERCÍCIO DE 2013	RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
	PREVISTA: 05	REALIZADA: 04	2012: Não avaliado 2011: Não avaliado

Avaliar a participação em Workshop, Comitês, Projetos, Visita Técnica, Cursos e Palestras de Ciência e Tecnologia - de 37,20% na primeira captação para 95,34 % (Excelente):

INDICADOR DE DESEMPENHO DE GESTÃO			
NOME DO INDICADOR	IRA4		
OBJETIVO DO INDICADOR	Avaliar a participação em Workshop, Comitês, Projetos, Visita Técnica, Cursos e Palestras de Ciência e Tecnologia.		
TIPO DE INDICADOR	EFICÁCIA		
FÓRMULA DE CÁLCULO	Realizações dos Eventos participados /Números de eventos previstos para o período*100 – (41/43*100 = 95,34%)		
METODOLOGIA	Avaliar as participações em Eventos Nacionais listados acima, voltados para Ciência e Tecnologia.		
CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	80% a 100% - Excelente 60% a 79,99% -Muito Bom 40% a 59,99% Bom <39,99% Regular		
META PARA O INDICADOR	MUITO BOM		

(EXERCÍCIO 2013)				
CONCEITO	EXCELENTE.			
DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO INDICADOR DOS ANOS DE 2011 A 2012	META P/ EXERCÍCIO DE 2013		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
	PREVISTA: 43	REALIZADA: 41	2012: Não avaliado	2011: Não avaliado

## 12. - **OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO**

Apesar dos cortes orçamentários, os resultados alcançados estão em consonância com as diretrizes constantes na END e com a Política Nacional de Defesa, contribuindo para o alcance das seguintes metas.

Além disso, as atividades conduzidas pela SEPROD, possuem conexões com outras políticas públicas, conforme abaixo, o que tem contribuído para o desenvolvimento das mesmas:

a) Plano Brasil Maior (PBM) – política de desenvolvimento industrial e tecnológico do governo federal, que reúne um conjunto integrado de medidas de apoio à competitividade do setor produtivo brasileiro;

b) Inova Aerodefesa – apoio à Inovação Tecnológica nos setores Aeroespacial, Defesa e Segurança; e

c) Decreto nº 7.756/2012 – Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de produtos de confecções, calçados e artefatos, para fins do disposto no Art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

O SISCAT-BR é a ferramenta utilizada pelos órgãos que constituem o SISMICAT e possui a capacidade de estabelecer uma linguagem de identificação uniforme dos itens de suprimentos de produtos de defesa em uso dentro das atividades das Forças Armadas, além disso, a sua integração com o Sistema OTAN de Catalogação (SOC) permite o uso de dados de catalogação de outros países.

Na área de Ciência e Tecnologia, os resultados alcançados estão alinhados com os objetivos estratégicos estabelecidos na concepção estratégica, quais sejam:

a) Estabelecer a institucionalização de fóruns e mecanismos permanentes para a discussão, formatação, realização, acompanhamento e avaliação de projetos e ações de conteúdo de Ciência, Tecnologia e Informação resultantes da interação do MD e do MCTI; e

b) Identificar as necessidades e os anseios dos setores civis e militares, relacionados com a Ciência, Tecnologia e Informação, a fim de que sejam estabelecidas Diretrizes Estratégicas para a Defesa, como forma de buscar o efetivo domínio dos conhecimentos científico-tecnológicos para o desenvolvimento nacional.

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA - GERAL  
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da DN nº 129/2013, da DN nº 132/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013.

Brasília-DF / 2014



## **Introdução**

O presente Relatório de Gestão consolida informações referentes à gestão da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto – SEPESD no ano de 2013. Foi elaborado de acordo com as disposições contidas na Instrução Normativa - TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa – TCU nº127/2013, da Decisão Normativa – TCU nº 129/2013, da Decisão Normativa – TCU nº 132/2013 e da Portaria – TCU nº 175/2013 e acresce informações consideradas relevantes pela Unidade Jurisdicionada, especialmente nas principais atividades desenvolvidas em 2013.

Essas atividades estão vinculadas ao Programa de Governo 2058 – Política Nacional de Defesa, executado pelo Ministério da Defesa, e são desenvolvidas por esta UJ e suportadas em orçamento pela Ação 20IG – Apoio ao Desenvolvimento do Esporte e pela Ação 8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, integrante do Plano Plurianual de Governo, PPA 2012 - 2015.

Também são vinculadas ao Programa 2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da defesa, com suporte orçamentário da Ação 2000 – Administração da Unidade.

A Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD), no cumprimento de suas competências institucionais, vêm dando continuidade na contribuição para a política de inclusão social do Governo, atendendo regiões carentes do nosso Brasil, nas atividades desenvolvidas pelo Programa Forças no Esporte e pelo Projeto Rondon.

Desta forma, não se aplicam a SEPESD as informações referentes aos seguintes itens do Anexo II, Parte “A” da DN 127 TCU/2013: Os campos assinalados com (\*) no Quadro Identificação da UJ; 1. Identificação e Atributos das Unidades cujas Gestões compõem o Relatório, 2. Planejamento e Resultados Alcançados, subitens 2.2.1, 2.2.2; 3. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão (A UJ não possui Estrutura de Governança e Auto Controle da Gestão, a estrutura é do MD); 4. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira (A UJ não realiza execução orçamentária e financeira, esta execução é realizada no âmbito da SEORI); 5. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados (é realizada no âmbito da SEORI); 6. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário (é realizada no âmbito da SEORI); 7. Gestão da Tecnologia da Informação (é realizada no âmbito da SEORI); 8. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental; 10. Relacionamentos com a Sociedade; e 11. Informações Contábeis (são produzidas no âmbito da SEORI).

Aplica-se, mas não ocorreram situações para informar: 9. Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas.

Os demais itens apresentados a seguir, são numerados conforme a sequência estabelecida pela Portaria TCU nº 175/2013.

# 1. IDENTIFICAÇÃO

## 1.1 Identificação Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Defesa			<b>Código SIORG:</b> 041066
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Número de Ordem:</b>			
<b>Denominação Completa:</b> Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto			
<b>Denominação Abreviada:</b> SEPESD			
<b>Código SIORG:</b> 41109		<b>Código na LOA:</b> xxx	<b>Código SIAFI:</b> 110277
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público - Administração Direta		<b>CNPJ:</b> xxx	
<b>Principal Atividade:</b> Administração e Gestão das Atividades de Defesa Nacional			<b>Código CNAE:</b> xxx
<b>Telefones/Fax de Contato:</b>		(061) 2023-5130	(061) 2023-5150
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:sepesd@defesa.gov.br">sepesd@defesa.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.defesa.gov.br/">http://www.defesa.gov.br/</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios Bloco "O" Anexo I – Brasília – 70.052-900 – DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010 (DOU nº 224, de 24 de novembro de 2010), modificado pelos Decretos 7476 de 10 e maio de 2011 e 7974 de 01 de abril de 2013.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
- Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007 (DOU nº 249, de 28 de dezembro de 2007). - Decisão Normativa – TCU nº 127, de 15 de maio de 2013 - Portaria Normativa nº 175 de 9 de julho de 2013- Decisão Normativa – TCU nº 129 de 14 de agosto de 2013 - Portaria – TCU nº 175 de 03 de julho de 2013			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
xxx			
* Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
Não se Aplica		Não se aplica	
* Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
Não se aplica		Não se aplica	
* Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

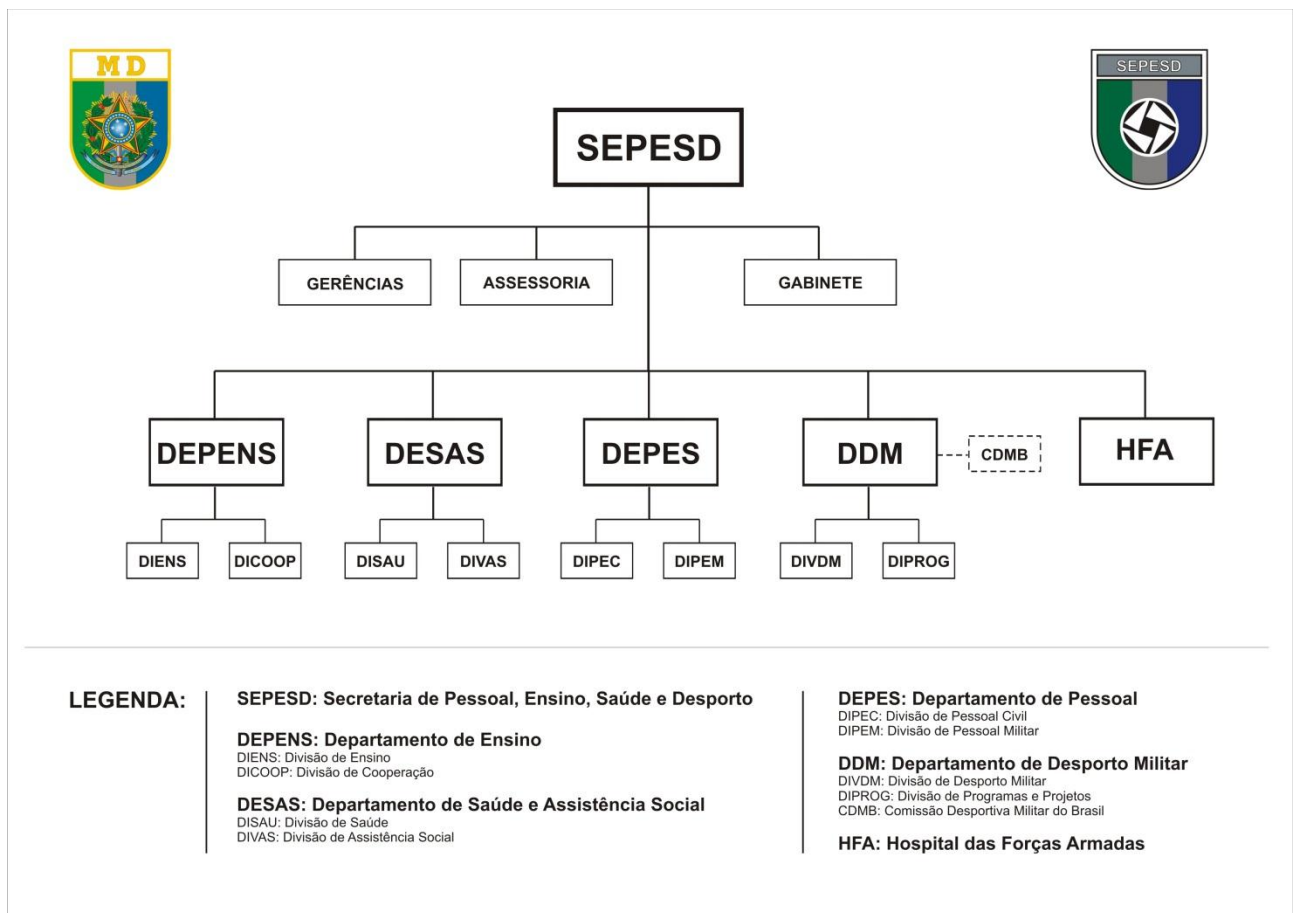
A SEPESD não realiza a Execução Orçamentária e Execução Financeira, estas execuções são realizadas pelo Departamento de Orçamento e Finanças – DEORF e pelo Departamento de Administração Interna - DEADI respectivamente, ambas da SEORI.

## 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.

A Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto foi criada no Decreto nº 7364 de 23 de novembro de 2010, com a finalidade de integrar as áreas afetas à Gestão de Pessoal, no Ministério da Defesa.

De acordo com o Artigo 29 da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, descrita no Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, alterado pelo Decreto nº 7.476 de 10 de maio de 2011 e pelo Decreto nº 7.974 de 01 de abril de 2013, à Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, órgão de assessoramento do Ministro da Defesa compete formular e atualizar a política de pessoal civil, militar e pensionistas, bem como as políticas, estratégias e diretrizes setoriais de pessoal civil, militar e pensionistas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução; exercer a função de órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal; estabelecer diretrizes para a assistência religiosa nas Forças Armadas; propor a atualização e acompanhar a execução da Política de Ensino de Defesa; propor diretrizes gerais de orientação das atividades de ensino e de instrução especializada e de ensino, nos aspectos comuns a mais de uma Força; contribuir para difusão dos assuntos de defesa para a sociedade brasileira; supervisionar projetos especiais de interesse do Governo atribuídos à Secretaria; gerir a captação de recursos financeiros para o Projeto Rondon; propor formulação e atualização da política e da estratégia de saúde e assistência social para as Forças Armadas, bem como formular e atualizar políticas, estratégias e diretrizes setoriais de saúde e assistência social, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar sua execução; supervisionar a gestão do Hospital das Forças Armadas e propor diretrizes gerais e instruções complementares para as atividades relativas ao esporte militar, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar sua execução.

### 1.3 Organograma Funcional



### 1.4 Macroprocessos Finalísticos

A Secretaria-Geral informará os principais Macroprocessos Finalísticos em 2013.

### 1.5 Macroprocessos de Apoio

A Secretaria-Geral informará os principais Macroprocessos Finalísticos em 2013.

## 2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 2.1 Planejamento da Unidade

A SEPESD está inserida no Planejamento Estratégico do Ministério da Defesa, alinhado ao Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, mantendo, dentro de suas competências legais, o planejamento de suas atividades diretamente voltadas para a política de pessoal civil e militar, ensino militar, saúde, assistência social e desporto nas Forças Armadas. A par disso, está diretamente relacionada ao objetivo 502 – “contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional”.

Para o atingimento dos objetivos traçados, foram adotadas estratégias tais como: otimização dos recursos através de um planejamento e execução de aquisições de passagens e aquisições de materiais com bastante antecedência e busca de parceiros com a participação de recursos apoiando as atividades, tais como o Ministério do Esporte, o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome e a Fundação Cultural do Exército Brasileiro.

### 2.2 Programação Orçamentária e Financeira e resultados alcançados.

Neste tópico a SEPESD abordará as Ações constantes da LOA 2013, vinculadas ao Programa de Governo 2058 - Política Nacional de Defesa, executado pelo Ministério da Defesa, descrevendo o montante de recursos utilizados, bem como as metas que puderam ser atingidas no ano de 2013, através das atividades executadas na Ação 8425 - Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, na Ação 20IG – Apoio das Forças Armadas ao desenvolvimento do Esporte, bem como a Ação 2000 – Administração da Unidade, vinculada ao Programa 2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa.

#### QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÃO 8425

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	8425		<b>Tipo: atividade</b>			
<b>Título</b>	Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon					
<b>Iniciativa</b>	01QX Apoio a comunidades carentes					
<b>Objetivo</b>	<b>Contribuir para a inclusão Social de segmentos carentes da população brasileira (parte do Objetivo vinculada à SEPESD)</b> <b>Código: 502</b>					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código: 2058</b>	<b>Tipo: Temático</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.000.000,00	4.000.000,00	3.998.453,93	2.864.893,50	2.794.794,06	70.099,44	1.133.560,43
Execução Física						

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			
		Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Universitário Capacitado</b>	<b>Unidade</b>	<b>2.400</b>	<b>1.260</b>	<b>1.260</b>	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
699.509	624.539	(-74.448)	Universitário capacitado	unidade	0,0

Fonte de informações: SIAFI/SIOP.

### Comentários ao quadro sobre o planejamento.

A meta prevista de 2.400 foi reprogramada para 1.260 universitários capacitados, ajustando-se à dotação inicial. Entretanto, a majoração sempre esperada e prevista no planejamento elevou o preço das passagens aéreas, por ocasião da alta temporada, que é coincidente com a época de férias escolares, quando se realizam obrigatoriamente as operações do Projeto Rondon.

Além da majoração no preço das passagens aéreas, a dotação inicial na LOA abaixo do custo previsto no planejamento constitui-se em dificuldade de alcançar a meta estabelecida no PPA 2012-2015.

Os recursos da Ação 2000, no valor de R\$ 220.000,00, que complementaram o provisionado à Ação 8425, permitiram a aquisição de passagens aéreas.

Corroborando com os comentários acima, os recursos de patrocinadores somados aos das Ações 8425 e 2000, de fato no exercício de 2013, no total de R\$ 4.692.318,93, estes recursos viabilizaram alcançar a capacitação de 1.409 universitários.

Parcela dos recursos orçamentário, no total de R\$ 1.636.007,22, foi descentralizada para as Organizações Militares das Forças Armadas a fim de prover reparo de instalações, locação de veículos, alimentação, material comum e permanente, no campo das Operações do Projeto Rondon.

#### 2.2.1. Departamento de Desporto Militar – DDM

Possui as atribuições de planejar e coordenar, em conjunto com as Forças Armadas, as atividades de integração com programas governamentais de apoio ao esporte, integrar programas governamentais que envolvam atividades esportivas com a participação das Forças Armadas, apoiar as Comissões de Desportos (CD) das Forças na manutenção do treinamento permanente de seus atletas, enquanto convocados para compor as Seleções Militares Brasileiras e realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Após 12 anos, o Brasil conquistou o título de Campeão Mundial Individual e o inédito título de Campeão do revezamento feminino, no Rio de Janeiro, por ocasião da realização do 60º Campeonato Mundial de Pentatlo Militar do CISM. Entre as modalidades Olímpicas, os atletas militares conquistaram 42º das medalhas de Ouro, obtidas em campeonatos Mundiais Civis.

#### QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÃO 201G

Identificação da Ação
-----------------------

<b>Código</b>	<b>20IG</b>		<b>Tipo: atividade</b>			
<b>Título</b>	Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Esporte					
<b>Iniciativa</b>	Desenvolvimento do desporto militar e preparação dos atletas militares brasileiros e dos atletas militares olímpicos de alto rendimento e desenvolvimento de atividade de esporte e lazer para crianças.					
<b>Objetivo</b>	Contribuir para a preparação dos atletas militares brasileiros para representar o Brasil em eventos do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM) e do Comitê Olímpico Internacional (COI) e Contribuir para a inclusão Social de segmentos carentes da população brasileira (parte do objetivo vinculado à SEPESD) Código: 502					
<b>Programa</b>	<b>Política Nacional de Defesa</b>		<b>Código: 2058</b>	<b>Tipo: Temático</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 - Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.000.000,00	2.000.000,00	1.962.907,99	1.812.927,56	1.810.931,56	1.996,31	149.980,12
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Pessoa Beneficiada</b>		<b>Unidade</b>	<b>20.300</b>	<b>16.400</b>	<b>16.400</b>	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
241.859	214.380	(-27.479)	Pessoa beneficiada	unidade	1,0	

Fonte de Informações: SIAFI/SIOP.

**QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÃO 2000 SEPESD - DDM**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>2000</b>		<b>Tipo: Atividade</b>			
<b>Título</b>	Administração da Unidade					
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Defesa Código: 2108</b>					
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>UGR 110548</b>	Departamento de Desporto Militar					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.302.648,47	3.302.648,47	3.302.648,47	3.302.648,47	3.302.648,47	0,00	0,00

**Fonte de informações:** Obtidas do Setor que realiza a Execução Financeira centralizada no MD, retiradas do SIAFI.

**Comentários ao quadro sobre o planejamento e as atividades realizadas no DDM com a utilização do recurso da Ação 2000.**

O DDM descentralizou R\$ 3.302.648,47 para diferentes Unidades Gestoras da Marinha, do Exército e da Aeronáutica a fim de viabilizar as atividades esportivas militares e desenvolvidas pelas Forças e as coordenadas pelo CEFAN, CCFEX e UNIFA.

O Departamento de Desporto Militar (DDM) descentralizou R\$ 1.962.907,99 para diferentes Unidades Gestoras da Marinha, do Exército e da Aeronáutica a fim de viabilizar as atividades esportivas militares e desenvolvidas pelas Forças e as coordenadas pelo Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEX) e Universidade da Força Aérea (UNIFA).

**Comentários ao quadro sobre o planejamento e as atividades realizadas no DDM, com a utilização do recurso da Ação 201G.**

O orçamento para o ano de 2013, visando atender o esporte militar e o Programa Forças no Esporte (PROFESP), foi de R\$ 18.848.250,00 (dezoito milhões oitocentos e quarenta e oito mil duzentos e cinquenta reais) na Ação 201G, tendo sido disponibilizado R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), sendo R\$ 273.000,00 para o PROFESP e R\$ 1.727.000,00 para o esporte militar.

Diante do valor disponibilizado, a meta foi corrigida para 16.400 (sendo 15.000 crianças do PROFESP e 1.400 atletas militares). Assim, este Departamento captou para o PROFESP recurso junto ao Ministério do Esporte o valor de R\$ 2.729.000,00 (dois milhões e setecentos e vinte e nove mil reais), para o pagamento de professores e monitores. Desse valor disponibilizado, foi devolvido R\$ 162.670,53 (cento e sessenta e dois mil e seiscentos e setenta reais e cinquenta e três centavos).

Foram captados, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o valor de R\$ 6.336.000,00 (seis milhões trezentos e trinta e seis mil reais) para alimentação das crianças, tendo sido devolvido R\$ 123.682,33 (cento e vinte três mil seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e três centavos).



O Ministério do Esporte ainda disponibilizou R\$ 5.240.000,00 (cinco milhões duzentos e quarenta mil reais) para investimento na infraestrutura dos 131 núcleos do PROFESP, neste caso, foram devolvidos R\$ 319.112,84 (trezentos e dezenove mil cento e doze reais e oitenta e quatro centavos).

Com isto, dos R\$ 273.000,00 (duzentos e setenta e três mil reais) destinados inicialmente ao PROFESP, foram devolvidos R\$ 2.344,85 (dois mil trezentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), ou seja, 0,86% do total.

As atividades esportivas estritamente militares (Paraquedismo, Pentatlo Militar, Pentatlo Naval, Pentatlo Aeronáutico e Orientação) são apoiadas, exclusivamente, com os recursos da Ação 20IG/PTRES 60221 que recebeu o aporte de R\$ 1.727.000,00. Desse valor disponibilizado, foram devolvidos R\$ 34.379,36 (trinta e quatro mil trezentos e setenta e nove reais e trinta e seis centavos). Destaca-se a realização de dois Campeonatos Mundiais do CISM, no Rio de Janeiro/Brasil, tendo ocorrido o Pentatlo Naval, em junho, e o Pentatlo Militar, em novembro.

Diante disso, foram captados recursos junto ao Ministério do Esporte, no valor de R\$ 8.650.951,54 (oito milhões seiscentos e cinquenta mil novecentos e cinquenta e um e noventa e quatro centavos) para a preparação e o treinamento dos 351 atletas olímpicos de alto-rendimento. Desse valor disponibilizado, foram devolvidos R\$ 192.287,42 (cento e noventa e dois mil duzentos e oitenta e sete reais e quarenta e dois centavos).

O Ministério dos Esportes apoiou, com R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), os 1.000 atletas-alunos das escolas de formação de praças e de oficiais das Forças Armadas que disputam todos os anos os jogos das três Forças Armadas – NAVAMAER, MAREXAER e os Jogos da Amizade realizados entre os doze Colégios Militares do Brasil.

### **Apoio ao Programa “Forças no Esporte”**

O Programa Segundo Tempo “Forças no Esporte” (PROFESP), desenvolvido pelo Ministério da Defesa, deriva do Programa Segundo Tempo e atende crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, da rede pública escolar, prioritariamente, que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Pela prática esportiva no contra turno escolar, o Programa objetiva promover a inclusão social, a saúde e a prevenção da violência e da marginalidade, utilizando mecanismos de valorização da cidadania e de preparação para o mercado de trabalho, por meio do reforço escolar, aula de música, inclusão digital, além de capacitação profissional nas áreas de padaria, pizzaiolo, jardinagem, alfaiataria, já com marcantes resultados no mercado de trabalho, tanto na iniciativa privada como no meio militar, além de atletas já selecionados para os Jogos Olímpicos de 2016.

Tendo sido criado em 2003, juntamente com o Programa Segundo Tempo, inicialmente com quatro Organizações Militares (OM) atendendo 458 crianças e graças aos resultados positivos obtidos e a divulgação no âmbito das Forças Armadas motivaram a adesão de novas OM, até atingir o atual índice de 12.000 crianças, que com a crescente adesão de Organizações Militares ao Programa, em 2014, chegará a cerca de 15.000 crianças, jovens e adolescentes atendidos em todo território nacional.

O PROFESP recebe apoio financeiro do Ministério do Esporte e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sendo que a transferência orçamentária, inicia-se com a aprovação de um projeto básico e de um plano de trabalho elaborados pelo Ministério da Defesa e, em seguida, ocorre à descentralização destes recursos para as Organizações Militares inscritas no programa.

Os recursos do Ministério do Esporte garantem a aquisição de material de apoio e a contratação de profissionais de educação física e monitores, responsáveis pelo desenvolvimento das

atividades esportivas. Paralelamente, os recursos originários do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome proporcionam o reforço alimentar, com duas refeições diárias, às crianças e jovens atendidos.

O Programa Forças no Esporte além de desenvolver atividades voltadas para a inclusão social tem apoiado e incentivado os casos que têm surgido de talentos revelados no esporte, especialmente no atletismo, tornando-se também um veículo de oportunidade a esse público assistido.

#### QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÃO 2000 SEPESD - GAB

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>2000</b>		<b>Tipo: Atividade</b>			
<b>Título</b>	Administração da Unidade					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Defesa Código: 2108					
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>UGR 110277</b>	SEPESD - GABINETE					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
58.140,19	58.140,19	58.140,19	58.140,19	58.140,19	0,00	0,00

**Fonte de Informações:** Obtidas do Setor que realiza a Execução Financeira centralizada no MD, retiradas do SIAFI.

#### Comentários ao quadro sobre o planejamento e as atividades realizadas pelo Gabinete do SEPESD com a utilização do recurso da Ação 2000.

A utilização da Ação 2000 – Administração da Unidade, vinculada ao Programa 2108 – Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa, no Gabinete da SEPESD, foi planejada e aplicada no custeio de gastos com passagens e diárias, nos deslocamentos do Secretário e Assessores para acompanhar e participar das atividades planejadas no âmbito dos Departamentos integrantes da SEPESD, tais como Competições Esportivas, Seminários, Congressos, e outras atividades voltadas para a carreira do Pessoal Militar e Civil das Forças Armadas, para o Ensino Militar, Saúde e Assistência Social do Pessoal Militar, bem como participar das aberturas e encerramentos das Operações do Projeto Rondon, etc.

#### 2.2.2. Departamento de Ensino - DEPENS

Tem como competência propor as bases para a atualização da Política de Ensino de Defesa e acompanhar a sua execução, desenvolver projetos e atividades de cooperação com o meio acadêmico civil e outros setores da sociedade, com o objetivo de difundir assuntos de interesse da defesa nacional e exercer a coordenação-geral do Projeto Rondon e conduzir suas operações.

Em 2013, dentre as atividades da Divisão de Cooperação, merece destaque como resultado, o lançamento da terceira edição do denominado Programa de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional - Pró-Defesa.

Conduzido em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior - CAPES, o Pró-Defesa visa fomentar a pesquisa e a capacitação de recursos humanos na área de Defesa nos níveis mestrado e doutorado, mediante a concessão de bolsas de estudo.

**QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÃO 2000 SEPESD - DEPENS**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>2000</b>		<b>Tipo: Atividade</b>			
<b>Título</b>	Administração da Unidade					
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Defesa</b>					<b>Código: 2108</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>UGR 110552</b>	Departamento de Ensino					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.300.000,00	1.300.000,00	1.298.082,45	1.298.082,45	1.298.082,45	0,00-	0,00

**Fonte de Informações:** Obtidas do Setor que realiza a Execução Financeira centralizada no MD, retiradas do SIAFI.

**Comentários ao quadro sobre o planejamento e as atividades realizadas no DEPENS com a utilização do recurso da Ação 2000.**

A Ação 2000 contou com complementação à dotação inicial, no valor total de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), que permitiu atender às despesas com passagens aéreas por parte da Ação 8425 – Projeto Rondon.

A 1ª parcela do PRÓ-DEFESA III foi descentralizada para honrar compromissos de Convênio com o Ministério de Educação e Cultura e a segunda parcela foi descentralizada para as Organizações Militares das Forças Armadas anfitriãs das atividades relacionadas às Operações do Projeto Rondon.

**2.2.3. Departamento de Saúde e Assistência Social – DESAS**

Possui as atribuições de propor as bases para a formulação e a atualização das políticas, estratégias e diretrizes setoriais de saúde e assistência social para as Forças Armadas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução, identificar, em conjunto com as Forças Armadas, áreas passíveis de aperfeiçoamento e integração com a implantação de programas e projetos de saúde e assistência social, coordenar a realização de estudos que contribuam para a melhoria da gestão e a racionalização de programas e projetos de saúde e de assistência social no âmbito das Forças Armadas, propor, em conjunto com as Forças Armadas, diretrizes gerais para a gestão dos fundos de saúde das Forças Armadas, propor, em conjunto com as Forças Armadas, diretrizes gerais para a atividade de medicina operativa, desenvolver, em conjunto com as Forças Armadas, um sistema de vigilância epidemiológica no âmbito do Ministério da Defesa e realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Seguindo diretriz do Ministro da Defesa, o DESAS planejou, preparou e conduziu o XVI Encontro de Saúde Militar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no período de

10 a 12 de julho de 2013. No Brasil, o tema central do encontro foi: “Os Serviços de Saúde das Forças Armadas em Grandes Eventos”.

O DESAS planejou e conduziu os 50º, 51º, 52º, 53º e 54º Cursos de Capacitação de Educadores de Pares (CCEP) estabelecidos pelo Programa de Prevenção e Controle das DST/AIDS das Forças Armadas, nas cidades de Salvador/BA; Rio de Janeiro/RJ; São Paulo/SP; Campo Grande/MS e Ladário/MS; e Belém/PA, envolvendo militares de Organizações Militares das três Forças Singulares, formando cerca de 300 instrutores e monitores para atuar como difusores de práticas corretas e preventivas nesta área.

Foram elaboradas as Diretrizes para o Emprego e a Atuação do Serviço Social das Forças Armadas em situações de Emergências, Desastres, Calamidades Públicas e Ações Humanitárias.

O DESAS conduziu o processo de renovação quinquenal do “Acordo de Cooperação entre o MD e a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN)”, ação que envolve os Comandos Militares da Marinha, Exército e Aeronáutica, e que tem a finalidade de disponibilizar para os militares, pensionistas e servidores civis do MD e dos Comandos Militares.

**QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÃO 2000 / SEPESD - DESAS**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>2000</b>		<b>Tipo: Atividade</b>			
<b>Título</b>	Administração da Unidade					
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Defesa Código: 2108</b>					
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>UGR 110526</b>	Departamento de Saúde e Assistência Social					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
335.000,00	326.433,73	326.433,73	292.251,42	292.251,42	-x-	34.182,31

**Fonte de Informações:** Obtidas do Setor que realiza a Execução Financeira centralizada no MD, retiradas do SIAFI.

**Comentários ao quadro sobre o planejamento e as atividades realizadas no DESAS com a utilização do recurso da Ação 2000.**

O Departamento de Saúde e Assistência Social - DESAS o valor de R\$ 1.000.000,00, tendo descentralizado para as Organizações Militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica que apoiaram eventos e cursos de capacitação programados. A descentralização foi feita conforme o quadro a seguir:

<b>Quadro Resumo - Descentralização DESAS</b>		
<b>FORÇA</b>	<b>Órgãos Setoriais</b>	<b>TOTAL</b>
MB	<b>DGOM-SISTEMA-PAIS</b>	15.544,40
EB	<b>SEF-GESTOR</b>	176.506,37
AER	<b>SEFA - COMAER</b>	100.439,66
MD	<b>DEADI</b>	335.000,00
MD	<b>ESG</b>	21.600,00
MD	<b>HFA</b>	350.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>999.090,43</b>

#### **2.2.4. Departamento de Pessoal – DEPES**

Com exceção do que se refere à remuneração dos militares, tem as atribuições de propor as bases para formulação e atualização da política de pessoal civil, militar e pensionistas, bem como formular e atualizar as políticas, estratégias e diretrizes setoriais de pessoal civil, militar e pensionistas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar sua execução.

Em 2013, ocorreu a criação de cargos de Professor para ampliação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e a recomposição da força de trabalho do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA.

#### **2.2.5. Hospital das Forças Armadas – HFA (Possui Relatório de Gestão Próprio)**

O Hospital das Forças Armadas (HFA), criado pelo Decreto nº 1.310, de 8 de agosto de 1962, é um hospital militar geral, com sede em Brasília. Possui autonomia administrativa e financeira assegurada pelo Decreto nº 69.846, de 28 de dezembro de 1971.

### **3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DA GESTÃO**

#### **3.1 Estrutura de Governança**

Embora a SEPESD não possua na sua Estrutura uma unidade de Auditoria ou de Controle Interno, as suas atividades passam por um processo de controle e avaliação para as autorizações necessárias às suas execuções, inicialmente no âmbito dos seus Departamentos, através das verificações internas das Divisões que o compõe até chegarem ao nível do seu Diretor, para posteriormente serem encaminhados até chegarem para a autorização do Dirigente Máximo da UJ.

Como exemplo, podemos citar as autorizações de passagens e diárias, que se destinam a custear as atividades desenvolvidas fora da Sede da UJ, e que são processadas num sistema do Governo Federal, chamado Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, contendo todas as informações e autorizações necessárias até a realização das atividades programadas.

Além disso, temos o Monitoramento efetivado no Sistema de Planejamento Orçamentário do Governo Federal - SIOP, onde são monitoradas as informações do andamento das Ações Temáticas vinculadas ao Programa Temático Política Nacional de Defesa do Ministério da Defesa.

### 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os				X	

riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Análise Crítica:</b>					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA - GERAL  
DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da DN nº 129/2013, da DN nº 132/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013.

Brasília-DF / 2014



## **Introdução**

O presente relatório destina-se a apresentar os resultados acerca da gestão dos recursos orçamentários do Departamento do Programa Calha Norte (DPCN), Unidade Jurisdicionada agregada da Secretaria-Geral/MD, especificamente no que diz respeito às Ações 1211-Implantação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Programa Calha Norte; 20X6-Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte e 2452-Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte, todas do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa.

Esses recursos são descentralizados pelo Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças (DEORF/SEORI/MD) e executados pelos Comandos Militares, Marinha, Exército e Aeronáutica.

No que diz respeito à gestão do PCN, no exercício 2013 as principais realizações ficaram registradas na vertente civil do Programa, pela celebração dos 461 Convênios com Estados e Municípios de sua área de abrangência, pelas vistorias realizadas pela equipe técnica às obras civis concluídas e pelas viagens de comitivas às Unidades Militares, ocasiões em que foram apresentados os resultados dos recursos empregados.

O Programa Calha Norte cumpriu o conteúdo exigido pela Decisão Normativa do TCU nº 127/2013, de 15 de maio de 2013, em seu Anexo II, com exceção de alguns itens que foram omitidos por não serem de competência deste Departamento. Essas exceções envolvem os seguintes itens: 1.4 Macroprocessos finalísticos com a indicação dos principais produtos e serviços; 1.5 Macroprocessos de apoio; 1.6 Principais parceiros relacionados à atividade fim da unidade; 2.3 Informações sobre outros resultados gerados pela gestão, contextualizados em relação aos objetivos estratégicos da unidade; 5. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados; 6. Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário; 7. Gestão da informação e gestão do conhecimento; 8. Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental; 9. Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas; 10. Relacionamento com a sociedade; 11. Informações contábeis.

## 1. IDENTIFICAÇÃO

### 1.1.3 Relatório de Gestão Agregado

**Quadro A.1.1.3 - Identificação – Relatório de Gestão Agregado**

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Defesa			<b>Código SIORG:</b> 41066
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora</b>			
<b>Denominação Completa:</b> Secretaria Geral			
<b>Denominação Abreviada:</b> SG			
<b>Código SIORG:</b> 113057	<b>Código na LOA:</b> 52.101	<b>Código SIAFI:</b> 110622	
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público		<b>CNPJ:</b> -	
<b>Principal Atividade:</b> Defesa			<b>Código CNAE:</b> 8422-1
<b>Telefones/Fax de Contato:</b>	(061) 3312-9095	(061) 3312-4371	
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:sg@defesa.gov.br">sg@defesa.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.defesa.gov.br/">http://www.defesa.gov.br/</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios – Bloco Q – 2º Andar – Brasília – 70.049-900 – DF			
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregada</b>			
<b>Número de Ordem:</b> 1			
<b>Denominação Completa:</b> Departamento do Programa Calha Norte			
<b>Denominação Abreviada:</b> DPCN			
<b>Código SIORG:</b> 115639	<b>Código na LOA:</b> 52901	<b>Código SIAFI:</b> 110594	
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público		<b>CNPJ:</b> 14.665.070/0001-73	
<b>Principal Atividade:</b> Defesa Nacional			<b>Código CNAE:</b> 7522-1
<b>Telefones/Fax de Contato:</b>	(061) 2023-5111	(061) 2023-5102	(061) 2023-5103
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:pcn@defesa.gov.br">pcn@defesa.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.defesa.gov.br/">http://www.defesa.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios/Bloco O/Anexo 1/Térreo/CEP 70.050-906			
<b>Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
<b>Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas</b>			
Decreto nº 7974, de 1º de abril de 2013 (DOU de 2 de abril de 2013)			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas</b>			
Portaria Interministerial nº 507/MPOG, de 24 de novembro de 2011 (DOU de 28 de novembro de 2011)			
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas</b>			
Portaria Normativa nº 3353/MD, de 5 de dezembro de 2013 (DOU de 6 de dezembro de 2013)			
<b>Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
772001	Diretoria de Administração da Marinha (DAdM)		
160509	Secretaria de Economia e Finanças (SEF)		
120002	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA)		

## 1.2 Finalidade e competência institucional da unidade

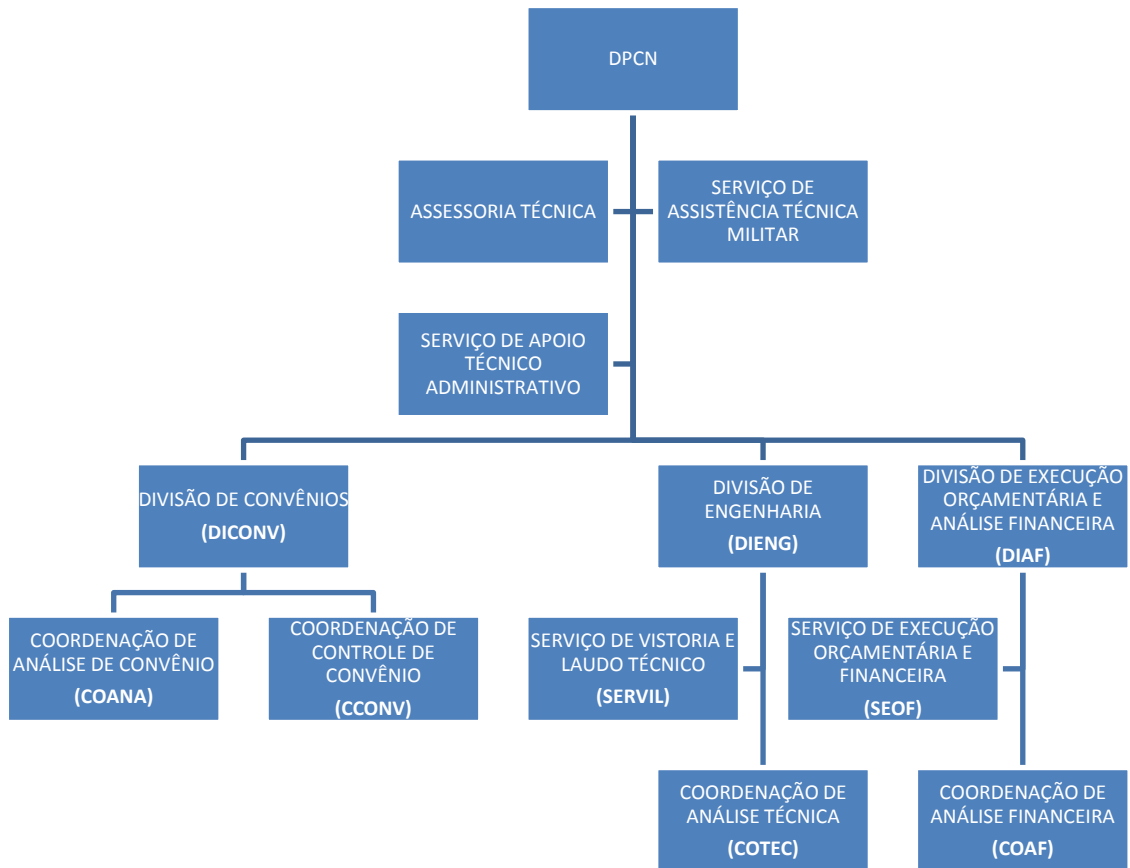
As competências e atribuições do DPCN constam do Regimento Interno do Ministério da Defesa constante da Portaria Normativa nº 564/MD, de 12 de março de 2014, e tem por finalidade promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional, contribuindo para o aumento da presença do Poder Público na sua área de atuação e para a Defesa Nacional, proporcionando assistência às populações e fixando o homem na região.

Compete, ainda, planejar, executar e coordenar as atividades relacionadas com a execução orçamentária e financeira do Programa Calha Norte, incluindo os recursos recebidos por descentralização, cabendo ao seu dirigente exercer as atribuições de ordenador de despesas do programa.

O DPCN celebra convênios com Estados e Municípios por meio dos recursos oriundos de

Emendas Parlamentares e acompanha a sua execução física. Articula-se, também, com os Comandos Militares das Forças Armadas e outros órgãos públicos para o trato de assuntos relacionados ao Programa Calha Norte.

### 1.3 Organograma Funcional



### 1.4 Macroprocessos Finalísticos

A Secretaria-Geral informará os principais Macroprocessos Finalísticos em 2013.

### 1.5 Macroprocessos de Apoio

A Secretaria-Geral informará os principais Macroprocessos Finalísticos em 2013.

## **2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS**

### **2.1 Planejamento da Unidade**

Os assuntos atinentes aos planejamentos estratégico e tático são de competência da Secretaria-Geral. Quanto ao planejamento operacional o Plano de Ação elaborado pelo Gestor é o instrumento adequado para o cumprimento das ações que competem aos diversos setores do Departamento. No ano de 2013, o DPCN seguiu o planejamento:

#### **a) Divisão de Convênios.**

Acompanhar a execução orçamentária referente à Ação 1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos municípios da região do Calha Norte, nas modalidades de aplicação 32 e 42; selecionar as propostas de acordo com os critérios estabelecidos; Manter atualizados o banco de dados referente ao público alvo; orientar o público interno e externo sobre o adequado e racional emprego dos recursos destinados ao Programa; analisar 100% das propostas apresentadas, providenciando para que estejam de acordo com as normas e legislação pertinente e avaliar, identificar, buscar e aplicar procedimentos com vistas ao atingimento de metas estabelecidas para a Ação 1211.

#### **b) Divisão de Engenharia.**

Analisar 100% dos projetos de engenharia referentes aos convênios celebrados em 2012 e vistoriar 90% das obras finalizadas pelos convenientes

#### **c) Divisão de Execução Orçamentária e Análise Financeira.**

Executar análises em 341 convênios celebrados em anos anteriores; atingir a meta de 100% em execução financeira (empenhos) e atingir a meta de 100% em liberação financeira (pagamentos).

### **2.2 Programação Orçamentária e Financeira e resultados alcançados.**

#### **2.1.1 Objetivo 0520**

Segundo a linha do PPA 2012-2015, as ações relativas ao Programa Calha Norte (PCN) integram o Programa Temático 2058 – Política Nacional de Defesa que, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.593, de 18/01/2012, expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade, estando nele inserido o Objetivo 0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na Região Amazônica.

**Quadro 2.2.1 – Identificação do objetivo**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO</b>						
<b>Descrição</b>	Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na Região Amazônica					
<b>Código</b>	<b>0520</b>	<b>Órgão</b>	Ministério da Defesa			
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa			<b>Código</b>	2058	
<b>METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS</b>						
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta/ Regionalização</b>	<b>Unidade e medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Adequação da infraestrutura de 30 Pelotões Especiais de Fronteira / Região Norte	Unidade	30	6	13	43%
2	Adequação da infraestrutura de 110 unidades militares / Região Norte	Unidade	110	23	49	44,54%
3	Adequação de 150 embarcações empregadas pelas Forças Armadas / Região Norte	Unidade	150	37	56	37,33%
4	Adequação de 40 aeródromos	Unidade	40	1	2	5%
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta/ Regionalização</b>	<b>Unidade e medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
5	Atender 194 Municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas seguintes áreas: Segurança e Defesa, Econômica, Educação, Saúde, Social, Transportes e Esportes / Região Norte	Unidade	194	39	125	64,43%
6	Realizar 720 horas de voo disponibilizadas pelas FFAA / Região Norte	Unidade	720	180	360	50%

**2.1.1.1 Análise Situacional**

Para atingir seus objetivos, o Programa Calha Norte tem suas ações distribuídas entre duas dimensões de atuação do Ministério da Defesa (MD): Manutenção da Soberania e Integridade Territorial e Apoio às Ações de Governo na Promoção do Desenvolvimento Regional.

A Dimensão de Manutenção da Soberania e Integridade Territorial, também conhecida como a “vertente militar” do Calha Norte, desenvolve ações voltadas para a implantação e ampliação de unidades militares das três forças nas áreas de abrangência do Programa.

A dimensão de Apoio às Ações de Governo na Promoção do Desenvolvimento Regional, ou "vertente civil", do Programa Calha Norte, objetiva implantar e desenvolver infraestrutura básica nos municípios da região abrangida pelo Programa, nas seguintes áreas de atuação:

a) Social, englobando: Implantação de rede elétrica e rural de baixa tensão, iluminação de campos de futebol e de praça pública, construção, ampliação e reforma de creche, praça pública, sede de Câmara Municipal, casa ou centro de convivência do idoso, hospitais, centros de saúde, postos de saúde, urbanização de áreas públicas (pavimentação, terraplanagem, construção de calçadas com meio-fio e sarjetas), centros administrativos, sedes de secretarias, pontes de pequeno porte, centro comunitário, implantação ou ampliação de sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, preservação de nascentes, mananciais e cursos d'água, drenagem urbana, aterro sanitário, etc.

b) Esporte, englobando: Construção, ampliação ou reforma de vestiário e cobertura de arquibancadas para campo de futebol, quadra poliesportiva, estádio de futebol, piscinas e pistas de atletismo.

c) Econômica, englobando: Construção, ampliação ou reforma de galpão em alvenaria, mercados, feiras cobertas, centro de beneficiamento, armazéns de carga.

d) Educação, englobando: Construção, ampliação ou reforma de centro de inclusão digital, biblioteca, casa da cultura, escola de música, escola de ensino e centros profissionalizantes.

e) Segurança e Defesa, englobando: Construção, ampliação ou reforma de sede de quartéis, delegacias e/ou presídios.

f) Transporte, englobando: Construção, ampliação ou reforma de pequenos aeroportos e/ou pistas de pouso, portos e/ou terminais hidroviários, terminais de passageiros e terminais de carga; e

g) Equipamentos, englobando: Aquisição de viaturas utilitárias, ônibus, tratores, máquinas agrícolas, equipamentos agrícolas, equipamentos de terraplanagem, ônibus escolar, etc.

#### **2.1.1.2 Execução das metas**

##### **a) Adequação da infraestrutura de 30 Pelotões Especiais de Fronteira**

A meta prevista para o período de 2012-2015 de adequação de infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) é de 30 pelotões.

A meta alcançada de 6 pelotões mantidos e adequados equivale a seleção de pequenas e médias intervenções realizadas pelo Comando do Exército, com os recursos liberados. O índice alcançado de 43% de realização da meta, no período de 2012/13, é considerado significativo e reflete a tendência da meta ser cumprida ao final do Plano do PPA.

##### **b) Adequação da infraestrutura de 110 unidades militares**

A meta prevista para o período de 2012-2015 de adequação de infraestrutura de 110 unidades militares, caracterizada por: Adequação e manutenção de unidades militares, realização de obras e serviços de infraestrutura e pavimentação das rodovias e estradas vicinais que atendem às unidades militares e às comunidades da região abrangida pelo Programa Calha Norte e aquisição de materiais e equipamentos não militares necessários ao pleno funcionamento das unidades.

A adaptação das demandas, com o reajuste das metas, tem sido uma preocupação constante,

na execução dessa meta. As pequenas e médias intervenções ajustadas pelos Comandos Militares atingiram 49 metas, sendo o índice alcançado de 44,54% de realização da meta, no período de 2012/13, sendo também considerado significativo e reflete a tendência do cumprimento da meta do PPA.

#### **c) Adequação de 150 embarcações empregadas pelas Forças Armadas**

A meta prevista para o período de 2012-2015 de adequação de embarcações empregadas pelos Comandos Militares é de 150 embarcações, caracterizada por: Adequação e manutenção das embarcações empregadas pelas Forças Armadas na Região do PCN, visando o controle e a segurança da navegação fluvial, o apoio logístico às unidades militares, bem como o apoio às comunidades, evitando a ocorrência de acidentes com embarcações e inibindo ações ilícitas.

A meta alcançada no período foi 49 embarcações mantidas em melhores condições, fruto da seleção de pequenas e médias intervenções pelas Forças Armadas. O índice alcançado de 37,33% de realização da meta, no período de 2012/13, é considerado significativa e reflete a tendência do atingimento da meta do PPA.

#### **d) Adequação de 40 aeródromos**

A meta prevista para o período de 2012-2015 é de adequação de 40 aeródromos.

A execução dessa Ação é caracterizada pela realização de obras e serviços de manutenção nas pistas de pouso e decolagem, na região do Programa Calha Norte – PCN nas áreas de estacionamento e de taxiamento de aeronaves e nos terminais de passageiros que compõem os aeródromos.

A meta alcançada de adequação de 1 aeródromo mantido no período, equivale a seleção de pequenas intervenções realizadas com os recursos recebidos. O índice alcançado de 5% de realização da meta, no período de 2012/13, é considerado insuficiente. A meta prevista para o PPA 2012-2015 será reajustada para 4 aeródromos.

#### **e) Atender 194 municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas seguintes áreas: segurança e defesa, econômica, educação, saúde, social, transportes e esportes.**

A meta prevista para o período de 2012-2015 de atender os municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas áreas de segurança e defesa, econômica, educação, saúde, social, transportes e esportes na Região do Calha Norte é de 194 municípios.

O Programa Calha Norte (PCN) celebrou no ano de 2013 um total de 461 convênios, sendo 67 no Acre, 65 no Amazonas, 60 no Amapá, 47 em Roraima 222 em Rondônia; atendendo 125 municípios, dos 194 enquadrados no Programa.

O resultado considerado além da expectativa foi consequência das liberações das emendas parlamentares e dos municípios adimplentes na ocasião da celebração dos convênios. . O índice alcançado de 64,45% de realização da meta, no período de 2012/13, é considerado muito bom e reflete a tendência da meta do PPA 2012-2015 ser cumprida ao final do Plano, porém o resultado dessas metas depende da alocação de emendas parlamentares aos estados e municípios da região.

#### **f) Realizar 720 horas de voo disponibilizadas pelas Forças Armadas (FFAA)**

A meta prevista para o período de 2012-2015 de realizar 720 horas de voo disponibilizadas pelos Comandos Militares, Marinha, Exército e Aeronáutica, para a região do Programa Calha

Norte, vem sendo atingida com sucesso

O índice alcançado de 50% de realização da meta, no período de 2012/13, é considerado bastante significativo.

### **2.1.2 Ações do Programa Calha Norte (PCN)**

A Lei Orçamentária Anual para 2013 (LOA/2013), para o Objetivo 0520, contemplou dotação orçamentária no valor de R\$ 779.710.310,00, abrangendo 3 (três) iniciativas e 3(três) ações, indicadas no quadro a seguir, compreendendo as vertentes civil e militar:



### Quadro A.2.2.2 - Ações do Programa Calha Norte

PROGRAMA	OBJETIVO	INICIATIVA	AÇÃO	VERTENTE
Programa: 2058 Política Nacional de Defesa	0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica.	01ZC - Implantação e melhoria da infraestrutura básica nos municípios atendidos pelo Calha Norte	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	Civil
		01ZA - Logística operacional para apoio as atividades do Calha Norte	20X6 – Desenvolvimento Sustentável da região do Calha Norte	Militar
		01Z4 - Adequação da infraestrutura de unidades militares e dos pelotões especiais de fronteira na região do Calha Norte	2452 - Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte	Militar

#### 2.1.2.1 Ação 1211 – Implantação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Programa Calha Norte

##### Quadro A.2.2.2.1 – Identificação da Ação

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	1211 <b>Tipo:</b> Projeto					
<b>Título</b>	Implantação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Programa Calha Norte					
<b>Iniciativa</b>	Implantação e melhoria da infraestrutura básica nos municípios atendidos pelo Calha Norte					
<b>Objetivo</b>	Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na Região Amazônica <b>Código:</b> 0520					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	5201 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
707.710.310,00	707.710.310,00	312.080.644,40	3.380.000,00	3.380.000,00	-	65.777.378,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
161.852.977,21	159.203.952,99	(-) 28.208.108,91	Projeto concluído	Unidade	13	

Fonte: SIAFI (Base 31 Jan 2014)

O atingimento da meta física consignada na LOA 2013 na Ação 1211 - no valor de R\$ 707.710.310,00. Desse montante foram empenhados, celebrados e publicados 461 convênios, no valor total de R\$ 312.080.644,40.

As metas associadas ao crédito do corrente ano iniciam-se a partir do 2º semestre com a celebração dos convênios junto aos Estados e Municípios da Região Norte, tendo sido executados 13 desembolsos financeiros. Assim, de junho a dezembro os empenhos foram realizados em decorrência das 15 liberações pela Secretaria de Relações Internacionais da Presidência da República.

## 2.1.2.2 Ação 20X6 – Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte

### Quadro A.2.2.2.2 Identificação da Ação

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20X6			<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte					
<b>Iniciativa</b>	Logística Operacional para Apoio às Atividades do Calha Norte					
<b>Objetivo</b>	Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na Região Amazônica <b>Código:</b> 0520					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	5201 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
59.234.520,00	59.234.520,00	52.604.935,84	15.884.650,68	15.426.415,39	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	Iniciativa apoiada	Unidade	161	

Fonte: SIAFI (Base 31 Jan 2014)

Integram a Ação 20X6 os seguintes Planos Orçamentários passíveis de reajustes dentro da Ação: PO 0001 – Adequação de Embarcações para Controle, Segurança da Navegação Fluvial e Infraestrutura na Região do Calha Norte; PO 0002 – Infraestrutura de Unidades Militares na Região do Calha Norte; PO 0003 – Logística Operacional para Apoio às Atividades do Calha Norte; e PO 0004 – Manutenção de Aeródromos na Região do Calha Norte.

As principais realizações dessa Ação no ano de 2013: início da ampliação e modernização das instalações da Escola de Reservistas Navais em Belém-PA e do Comando do 9º Distrito Naval em Manaus - AM; continuidade nas obras de implantação do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em Barcelos; recuperação e pavimentação da área do 4º Batalhão de Aviação do Exército, em Manaus-AM; recuperação do telhado e dos portões dos hangares da base Aérea de Belém.

As metas alcançadas no período, somadas às metas alcançadas em 2012, somam 49 metas para o período de dois anos do PPA 2012-2015; aquisição de motores de popa para equipar embarcações de pequeno porte; aquisição e manutenção de embarcações militares para os 4º e 9º Distritos Navais, em apoio às ações de segurança do tráfego aquaviário e construção de uma lancha de apoio logístico, que propiciará suporte às ações fluviais da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA).

**2.1.2.3 Ação 2452 – Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte.**

**Quadro A.2.2.2.3 Identificação da Ação**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2452		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte					
<b>Iniciativa</b>	Adequação da Infraestrutura de Unidade Militares e dos Pelotões Especiais de Fronteira na Região do Calha Norte					
<b>Objetivo</b>	Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na Região Amazônica <b>Código:</b> 0520					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático:	
<b>Unidade Orçamentária</b>	5201 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.765.480,00	12.765.480,00	11.151.160,85	2.223.213,67	2.223.203,15	12.900,00	1.921.887,23
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7.799.627,62	8.216.675,28	-53.027,18	Pelotão adequado	Unidade	7	

Fonte: SIAFI (Base 31 Jan 2014)

A adaptação das demandas planejadas para essa Ação é uma preocupação para o Comando do Exército, sendo que a meta alcançada, em 2013, foi de 7 Pelotões mantidos.

Destacam-se, entre outras, as seguintes realizações no ano de 2013: perfuração de poços artesianos; instalação de laboratórios de análises clínicas e reforma do Destacamento de São Salvador. Cabe destacar ainda o prosseguimento das obras de instalação do Pelotão Especial de Fronteira de Tiriós

#### 2.1.2.4 Valores globais (Ações 1211,20X6 e 2452)

##### Quadro A.2.2.2.4

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
779.710.310,00	779.710.310,00	375.836.741,09	21.487.864,35	21.029.618,54	12.900,00	67.699.265,23
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1/1/2013		Valor Liquidado		Valor Cancelado		
169.652.604,83		167.420.628,27		(-) 28.261.136,09		

Fonte: SIAFI (Base 31 Jan 2014)

#### 2.2.3.5 Conclusão

Em razão das correções dos índices de execuções das Ações 1211 Implementação de infraestrutura básica nos municípios da Região do Programa Calha Norte, 20X6 – Desenvolvimento Sustentável da região do Programa Calha Norte e Ação 2452 - Adequação da infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) da Região do Calha Norte, o índice geral de execução, do conjunto das ações do PCN, inseridas no Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, passa a ser considerada muito bom, caracterizando assim o alcance das metas e a importância do Programa Calha Norte para a Região.

A vertente desenvolvimentista do Programa Calha Norte, conhecida como Vertente Civil do Programa apresentou um resultado bastante significativo, especialmente pela quantidade de convênios celebrados, de um total de 461 convênios, em 125 municípios da área de abrangência do Programa.

A Vertente Militar do Programa, com foco na contribuição da soberania na Região, apesar dos recursos contingenciados, apresentou um resultado satisfatório, na execução das Ações empreendidas pelos Comandos Militares de Área.

Em 2013, os resultados alcançados pelo Programa Calha Norte, tanto na Vertente Civil, em apoio às ações do governo na promoção de Desenvolvimento Regional, como na Vertente Militar em consonância com as atividades voltadas para a Manutenção da Soberania e Integridade Territorial, foram significativos para a consolidação, no período considerado, do Objetivo principal do Programa - “Aumento da presença do poder Público na sua área de atuação, contribuindo para a Defesa Nacional, proporcionando assistência às populações e fixando o homem na região”.

### 3. Estrutura de Governança

#### 3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

**Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<b>Análise Crítica:</b> As medidas administrativas referentes ao controle interno das atividades desenvolvidas pela UJ-DPCN/MD são consideradas eficientes.					

### 3.6 Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da unidade

**Quadro A 3.6 – Indicador de Desempenho de Gestão**

<b>INDICADOR DE DESEMPENHO DE GESTÃO (***)</b>						
<b>OBJETIVO DO INDICADOR</b>	Acompanhar as metas factíveis e desafiadoras por meio de do acompanhamento sistemático da gestão do Programa Calha Norte.					
<b>TIPO DE INDICADOR</b>	Efetividade					
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	<p>Indicador = [(A + B + C – TCE%) + D]/2</p> <p>(A) – Percentual obtido pela divisão do quantitativo de convênios celebrados durante corrente ano pela média histórica dos convênios celebrados (X);</p> <p>(B) – Percentual obtido pela divisão do número de análises de prestações de contas aprovadas durante um ano pela média histórica dos convênios celebrados (X);</p> <p>(C) – Percentual obtido pela divisão do número de acompanhamentos de obras pela média histórica dos convênios celebrados (X);</p> <p>(X) – Média histórica obtida pelos convênios celebrados nos últimos três anos;</p> <p>(D) – Percentual obtido pela divisão do montante da vertente militar descentralizado no ano pelo valor total da LOA prevista no corrente ano;</p> <p>(TCE)- Percentual de convênios inscritos em Tomada de Contas Especial dividido pela média histórica dos convênios celebrados (X).</p>					
<b>RESULTADO OBTIDO</b>	<b>Ano</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
	<b>Número de Convênios</b>	243	319	185	243	461
	<b>A</b>	---	---	64,09%	97,59%	185,14%
	<b>B</b>	---	---	63,74%	40,96%	101,20%
	<b>C</b>	---	---	69,28%	83,53%	97,99%
	<b>TCE</b>	---	---	12,82%	2,41%	7,63%
	<b>X</b>	---	---	288,67	249,00	249,00
	<b>D</b>	---	---	59,55%	80,56%	88,61%
	<b>Índice</b>	---	---	---	76,09%	104,55%
<b>CONCLUSÃO</b>	O resultado obtido no desempenho de 104,55%, no indicador de efetividade no ano de 2013, é reflexo do dobro da média histórica dos últimos três anos referente aos convênios empenhados.					

#### 4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

##### 4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

**Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores Valores em R\$ 1,00**

<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	161.852.977,21	111.228.793,32	0,00	50.624.183,89
2011	74.580.444,11	42.212.250,00	18.215.000,00	14.153.194,11
2010	3.951.145,44	3.451.145,44	0,00	500.000,00
2009	2.514.712,91	200.000,00	1.814.712,91	500.000,00
2008	10.290.160,23	2.111.764,23	8.178.396,00	0,00
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	-----	-----	-----	-----
2011	-----	-----	-----	-----

##### 4.3.1 Análise Crítica

No caso específico do Departamento do Programa Calha Norte, somente existem restos a pagar não processados e todos são vinculados a convênios celebrados com recursos oriundos de emendas parlamentares.

Importa destacar que os convênios celebrados em um determinado exercício financeiro só serão pagos no exercício financeiro seguinte. Tal medida decorre da necessidade dos convenientes superarem as cláusulas suspensivas, previstos em legislação específica, principalmente no que tange a aprovação dos projetos básicos.

##### 4.4 Transferências de Recursos

##### 4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

**Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

As informações referentes a este quadro podem ser acessadas por intermédio do link [http://www.defesa.gov.br/arquivos/programa\\_calha\\_norte/relatorio\\_atividades/relatorio\\_gestao\\_quadroA441.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/programa_calha_norte/relatorio_atividades/relatorio_gestao_quadroA441.pdf)



#### 4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

**Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE						
Nome:	<b>Ministério da Defesa – Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>					
CNPJ:	<b>14.665.070/0001-73</b>					
UG/GESTÃO:	<b>110594 / 00001</b>					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	462	244	185	162.583.952,99	113.741.603,59	78.267.835,41
<b>Total</b>	<b>462</b>	<b>244</b>	<b>185</b>	<b>162.583.952,99</b>	<b>113.741.603,59</b>	<b>78.267.835,41</b>

Fonte: DW, Convênios e SIAFI Gerencial

#### 4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.

**Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse**

Unidade Concedente				
<b>Nome: Ministério da Defesa – Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD</b>				
<b>CNPJ: 14.665.070/0001-73</b>		<b>UG/GESTÃO: 110594 / 00001</b>		
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
<b>2013</b>	Contas prestadas	Quantidade	237	0
		Montante Repassado (R\$)	123.787.070,24	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	6	0
		Montante Repassado (R\$)	5.510.762,84	0
<b>2012</b>	Contas prestadas	Quantidade	202	0
		Montante Repassado (R\$)	90.725.098,30	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	2	0
		Montante Repassado (R\$)	1.400.000,00	0
<b>2011</b>	Contas prestadas	Quantidade	210	0
		Montante Repassado (R\$)	112.611.940,99	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado (R\$)	0	0
<b>Anteriores a 2011</b>	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado (R\$)	0	0

Fonte: DW, Convênios e SIAFI Gerencial

#### 4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

##### Quadro A.4.4.4 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Defesa – Departamento do Programa Calha Norte/SG-MD					
CNPJ: 14.665.070/0001-73			UG/GESTÃO: 110594 / 00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de contas prestadas			250	0
	Com prazo de análise ainda não vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	3	0
			Quantidade Reprovada	2	0
			Quantidade de TCE	0	0
			Montante Repassado (R\$)	4.400.000,00	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	33	0	
		Montante Repassado (R\$)	23.631.520,00	0	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	108	0
			Quantidade Reprovada	20	0
			Quantidade de TCE	3	0
Montante repassado (R\$)			61.166.040,75	0	
Contas NÃO analisadas	Quantidade	81	0		
	Montante repassado (R\$)	39.061.581,49	0		
2012	Quantidade de contas prestadas			211	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	187	0	
		Quantidade Reprovada	14	0	
		Quantidade de TCE	8	0	
		Montante repassado (R\$)	104.829.969,33		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	2	0	
Montante repassado (R\$)		500.000,00	0		
2011	Quantidade de contas prestadas			223	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	158	0	
		Quantidade Reprovada	28	0	
		Quantidade de TCE	37	0	
		Montante repassado (R\$)	68.433.296,57		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0	
Montante repassado (R\$)		0	0		
Exercícios anteriores a 2011	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0	
		Montante repassado	0	0	

Fonte: DW. Convênios e SIAFI Gerencial

#### 4.4.5 Análise Crítica

Na análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo levantamos os seguintes aspectos relevantes:

##### a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente;

Quanto às transferências na situação de inadimplência, a UJ tem notificado tempestivamente os convenentes para que promovam o saneamento das pendências, bem como em consonância com a Instrução Normativa n.º 71-TCU e com o Manual de Tomada de Contas Especial da Controladoria Geral da União a UJ tem buscado exaurir as medidas administrativas a cargo do concedente a fim de oportunizar ao convenente a conclusão dos objetos pactuados nos convênios ou a restituição dos valores apurados como possíveis prejuízos ao erário.

Outra medida adotada pelo Programa Calha Norte com o propósito de diminuir o número de inadimplências e Tomada de Contas Especiais é a realização de seminários e treinamentos para os convenentes, dirimindo as dúvidas e erros recorrentes.

**b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios;**

O Programa Calha Norte vem sendo aquinhado ano após ano com um número maior de emendas na LDO, fruto da sua peculiaridade e do trabalho desenvolvido junto às comunidades desassistidas do norte do país, e esta foi uma das razões que conduziram a reestruturação do Programa passando do status de Coordenação para Departamento.

Não obstante, a UJ vem buscando adequar o volume de convênios a sua capacidade operacional e recursos humanos com a adoção de critérios mais rígidos na celebração priorizando a celebração de convênios de execução mais simples e que não envolvam somas muito elevadas.

**c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;**

Face o advento da ferramenta SICONV, em especial a aba de “solicitação de esclarecimentos” e de “notificação de irregularidades”, e diante da efetiva realização do acompanhamento e fiscalização dos convênios pelos fiscais de convênios, verificou-se que os convenentes têm cumprido os prazos para a apresentação das prestações de contas, ressalvados casos esporádicos rapidamente identificados e admoestados a cumprir com a sua obrigação.

Tal fato pode ser certificado com base na diminuição exponencial das instaurações de Tomada de Contas Especial motivada pela omissão do dever de prestar contas, ocorrendo ainda em situações vinculadas a troca de mandato.

**d) Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;**

É consenso entre todas as entidades celebradoras de convênios que o prazo legal estipulado pelas Portarias Normativas, na maioria das vezes, é insuficiente para a realização da análise financeira e técnica dos objetos pactuados, principalmente quando se trata de obras.

Em especial, no caso do Programa Calha Norte, por envolver a verificação “in loco” de obras e aquisições, em localidades muito distantes e de difícil acesso, exigindo uma grande preparação logística e otimização das viagens de vistoria a fim de abarcar o maior número de convênios possível a cada deslocamento, os prazos para as análises nem sempre são atingidos.

Não obstante a maximização dos recursos humanos disponíveis é fato que a carência de técnicos engenheiros bem como técnicos da área financeira tem causado, por vezes, a perda de prazos para a análise das prestações de contas. No entanto, como forma de minimizar estes óbices, a UJ vem adotando medidas no sentido de diminuir o tempo gasto no trâmite documental bem como vem diminuindo o intervalo entre as viagens de vistoria, buscando obter uma maior eficiência principalmente do tempo disposto para as análises físicas.

**e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.**

A UJ utiliza as ferramentas disponibilizadas no sistema SICONV e SIAFI Gerencial para gerenciar as transferências voluntárias, principalmente no que tange as datas de fim de vigência, prazo limite para apresentação de prestação de contas e execução tempestiva dos recursos disponibilizados.

O advento do SICONV trouxe consigo novas ferramentas que propiciam um melhor acompanhamento da execução financeira e física do objeto, uma vez que o concedente é obrigado a realizar os competentes registros nas abas de execução, inclusive com a anexação de planilhas de medição e relatórios fotográficos demonstrando o andamento da obra.

No que tange a capacidade de fiscalização “in loco”, a UJ conta com um corpo técnico de seis engenheiros, os quais se revezam nas funções de análise dos projetos básicos e visitas de inspeção final do objeto. Devido ao aumento da demanda de trabalho a alta administração do Departamento vem articulando e adotando medidas ao seu alcance no intuito de adequar os quadros técnicos envolvidos na gestão de convênios.

**f) Análise da Efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ.**

A análise dos resultados da execução física dos projetos pactuados tem demonstrado que o Programa Calha Norte tem conseguido atingir a efetividade nos dois pilares que são o cerne de sua existência, quais sejam:

Na vertente civil, o Programa tem os seus esforços voltados a aumentar a presença do poder público na região norte, contribuindo com a Defesa Nacional, proporcionando assistência à população local e fixando o homem à região por meio de obras que abrangem a execução de pavimentação asfáltica, construção de escolas, construção de postos de saúde, redes de energia elétrica entre outros objetos.

Na vertente Militar, o Programa tem como foco principal implantar e ampliar as unidades militares das Forças Armadas, visando a manutenção da soberania e da integridade territorial.

## 9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE					115639
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	033.365/2010-5	703/2013-TCU-2ª Câmara	9.6	Deliberação	Ofício nº 269/2013-TCU/SECEX-AM, de 01/03/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
MINISTÉRIO DA DEFESA					41066
Descrição da Deliberação:					
9.6. Determinar ao Ministério da Defesa que, no prazo de 30 dias a contar da notificação, informe a este Tribunal as providências adotadas para garantir a conclusão da obra objeto do Convênio nº 326/PCN/2008 (SIAFI nº 639.322), assim como para verificar a regularidade da aplicação dos recursos federais repassados ao município, sem prejuízo de instaurar a devida tomada de contas especial, caso isso se mostre necessário.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE					115639
Síntese da Providência Adotada					
Em virtude da demanda advinda do Acórdão 703/2013-TCU-2ª Câmara, este Departamento apresentou subsídios a Secretaria de Controle Interno deste Ministério (CISSET-MD), por intermédio do Memorando nº 017/SEORI/DEADI-MD, de 26/03/2013, assim como solicitou a instauração do processo de Tomada de Contas Especial por intermédio de Despacho datado de 03/06/2013. Cumpre ressaltar que a CISSET-MD, com vistas a prestar os esclarecimentos emanados do acórdão em questão, expediu o Ofício nº 3924/2013/GEORI/CISSET-MD, de 05/04/2013, à Secretaria de Controle Externo (Secex-Amazonas).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O Departamento do Programa Calha Norte notificou o município e o responsável pelo pressuposto dano ao erário, visando garantir a execução da obra, bem como a boa e regular aplicação dos recursos descentralizados. Entretanto, cumpre destacar que não houve ressonância por parte da administração do município de Tefé-AM, fato que culminou na instauração da competente TCE, com fundamento na alínea "a" do inciso II do § 1º do art. 63 da Portaria Interministerial nº 127/2008.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não houve neste caso em concreto, fatores que pudessem impactar as medidas administrativas propostas por este Departamento.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE					115639
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	015.747/2011-5	8678/2013-TCU-1ª Câmara	9.5	Deliberação	Ofício nº 2141/2013-TCU/SECEX-AM, de 10/12/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
MINISTÉRIO DA DEFESA					41066
Descrição da Deliberação:					
9.5. Determinar ao Ministério da Defesa que adote as providências necessárias, caso ainda não tenha feito, para efetuar o cálculo da proporção dos recursos financeiros da União e do Município de Anori/AM e para reaver o respectivo saldo de recursos públicos federais depositados na conta corrente 32.940-1, da agência 3053-8, do Banco do Brasil, vinculada ao Convênio 028/PCN/2007 (SIAFI 596666), informando ao TCU, no prazo de sessenta dias, a respeito das providências adotadas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG

DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	115639
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Em virtude da ação emanada do Acórdão 8678/2013-TCU-1ª Câmara, este Departamento expediu o Ofício nº 371/DIAF/DEPCN/SG, de 21/01/2014, à atual gestora municipal de Anori, Srª Sansuray Pereira Xavier, comunicando o teor do Acórdão e requerendo providências junto ao Banco do Brasil no sentido de restituir aos cofres públicos o valor financeiro devido ao concedente, no prazo de trinta dias. Na mesma data comunicou a Secretaria de Controle Externo (Secex-Amazonas) a adoção das medidas administrativas a cargo do concedente por meio do Ofício nº 5021/DIAF/DEPCN/SG, de 20/01/2014.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
As medidas administrativas requeridas por este Departamento, com vistas à devolução dos recursos devidos a união, não encontraram eco na atual administração, a qual não se manifestou e nem promoveu a devolução financeira requerida.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Não houve neste caso em concreto, fatores que pudessem impactar as medidas administrativas propostas por este Departamento.	

## **9.5 Medidas adotadas em caso de dano ao Erário**

**Quadro A.9.5 – Medidas adotadas em caso de dano ao erário em 2013**

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomada de Contas Especial							
	Não Instauradas			Instauradas				
	Dispensas		Outros casos	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração	Remetidas ao TCU
		Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
-	03 (c)	00	01 (a)	01 (d)	00	00	01 (b)	11

Legenda:

a) O conveniente restituiu ao erário o valor glosado pela concedente, elidindo assim qualquer prejuízo, por este motivo, o processo de inscrição em Dívida Ativa da União e CADIN foi arquivado.

b) A TCE nº 007/2013, referente ao Convênio 326/PCN/2008, firmado entre este Ministério e o Município de Tefé/AM, no âmbito do Departamento do Programa Calha Norte, encontra-se em fase de certificação junto a Ciset-MD, aguardando conclusão de diligências visando a inclusão no polo passivo do referido processo da empresa vencedora do certame licitatório e responsável pela execução da obra.

c) Instauração de processo de inscrição em Dívida Ativa da União e CADIN, tendo em vista que o dano ao erário quantificado foi menor que R\$ 75.000,00. Ressalta-se que os referidos processos foram enviados às respectivas Procuradorias da Fazenda Nacional dos estados onde se encontram o causador do dano, ou seja, da conveniente.

d) O processo de TCE em função do Convênio nº 383/PCN/2010, firmado entre este Ministério e o Município de Macapá/AP, foi arquivado no âmbito do Departamento do Programa Calha Norte em virtude da conveniente ter sanado as impropriedades até então constatadas. Neste diapasão teve sua Prestação de Contas aprovada por intermédio do Parecer nº 070/DIAF/DEPCN/SG-MD, de 01/10/2013.

## **12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO**

### **12.1 Informações não exigidas no Anexo II da DN 127/2013 que sejam consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.**

Ao longo de 2013, as ações realizadas contribuíram para o aprestamento das unidades militares permitindo que suas missões reais e exercícios militares fossem mais eficientes, mais duradouros e com melhor desempenho.

Fruto dessa contribuição, diversos meios e equipamentos adquiridos e reparados com recursos do PCN, corroboraram para as operações militares realizadas durante o ano, refletindo a presença do Estado no peculiar ambiente amazônico.

No tocante a vertente desenvolvimentista do PCN, o PCN alcançou resultados significativos, especialmente pela quantidade de convênios celebrados - 461 convênios em 125 dos 194 municípios constantes da área de abrangência do Programa, tendo sido vistoriados e aprovados 243 convênios, com prestação de contas concluídas, possibilitando assim a entrega de bens e serviços à sociedade, numa escala bastante significativa, em plena sintonia com a ação governamental para a região.

É necessário que se entenda que o Programa Calha Norte transcende em muito o aspecto militar de vigilância daquela região de relevante interesse político-estratégico, para se mostrar como um programa governamental arrojado e multidisciplinar, de considerável alcance social para os brasileiros, cuja presença em áreas inóspitas é um fator importante para assegurar a jurisdição brasileira sobre a região, despojada de interesses pessoais ou setoriais, que tenha por objetivo, apenas o desenvolvimento consciente da área abrangida para o engrandecimento cada vez maior da nação brasileira.

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da DN nº 129/2013, da DN nº 132/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013.

Brasília-DF / 2014



## **Introdução**

O presente Relatório de Gestão consolida informações referentes ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas referente ao ano de 2013, tendo sido elaborado de acordo com as disposições contidas na Instrução Normativa - TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa – TCU nº127/2013, da Decisão Normativa – TCU nº 129/2013, da Decisão Normativa – TCU nº 132/2013 e da Portaria – TCU nº 175/2013 e acresce informações consideradas relevantes pela Unidade Jurisdicionada, especialmente nas principais atividades desenvolvidas em 2013.

Essas atividades estão vinculadas ao Programa de Governo 2058 – Política Nacional de Defesa, executado pelo Ministério da Defesa, e são desenvolvidas por esta UJ e suportadas em orçamento pela Ação 20IG – Apoio ao Desenvolvimento do Esporte e pela Ação 8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, integrante do Plano Plurianual de Governo, PPA 2012 - 2015.

Também são vinculadas ao Programa 2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da defesa, com suporte orçamentário da Ação 2000 – Administração da Unidade.

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), no cumprimento de suas competências institucionais, vêm dando continuidade na contribuição para a política de inclusão social do Governo, atendendo regiões carentes do nosso Brasil.

Vale ressaltar a elevada importância das atividades planejadas para os Grandes Eventos, previstos para terem início em junho de 2014, com a Abertura da Copa do Mundo. Cabe lembrar os preparativos para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, os quais estão em andamento.

Ainda quanto aos Grandes Eventos, ressalta-se a efetiva participação do EMCFA, em conjunto com as Forças Armadas, na Jornada Mundial da Juventude, que ocorreu em julho de 2013, na cidade do Rio de Janeiro, evento que foi considerado um sucesso em todos os aspectos.

Ainda em 2013, aconteceu a Copa das Confederações, no mês de junho de 2013, nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador, quando mais uma vez a atuação do EMCFA, em conjunto com as Forças Armadas, esteve presente.

Desta forma, não se aplicam ao EMCFA as informações referentes aos seguintes itens do Anexo II, Parte “A” da DN 127 TCU/2013: 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59 e 60..

Os demais itens apresentados a seguir, são numerados conforme a sequência estabelecida pela Portaria TCU nº 175/2013.

# 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

## 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa			Código SIORG: 41066
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
Denominação Completa: Secretaria Geral			
Denominação Abreviada: SG			
Código SIORG: 113057	Código na LOA: 52.101	Código SIAFI: 110622	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: -	
Principal Atividade: Defesa			Código CNAE: 8422-1
Telefones/Fax de Contato:	(061) 3312-9095	(061) 3312-4371	
Endereço Eletrônico: <a href="mailto:sg@defesa.gov.br">sg@defesa.gov.br</a>			
Página na Internet: <a href="http://www.defesa.gov.br/">http://www.defesa.gov.br/</a>			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco Q – 2º Andar – Brasília – 70.049-900 – DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas			
Número de Ordem: -			
Denominação Completa: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas			
Denominação Abreviada: EMCFA			
Código SIORG: 41110	Código na LOA: -	Código SIAFI: 110582	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: -	
Principal Atividade: Defesa			Código CNAE: 8422-1
Telefones/Fax de Contato:	(061) 3312-4003	(061) 3312-4909	(061) 3312-4241
E-mail: <a href="mailto:emcfa@defesa.gov.br">emcfa@defesa.gov.br</a>			
Página na Internet: <a href="http://www.defesa.gov.br/">http://www.defesa.gov.br/</a>			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco Q – 7º Andar – Brasília – 70.049-900 – DF			
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (DOU de 10 de Junho de 1999) alterada pelas: Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004 (DOU de 3 de setembro de 2004); e Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010 (DOU de 28 de agosto de 2010).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010 (DOU de 24 de novembro de 2010) alterado pelo Decreto nº 7.436, de 3 de fevereiro de 2011 (DOU de 4 de fevereiro de 2011). Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013 (DOU de 2 de abril de 2013).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Estratégia Nacional de Defesa (END); Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN); MD35-D-02 Diretriz para a Organização e o Funcionamento do Sistema de Doutrina Militar Combinada; MD31-D-03 Doutrina Militar de Comando e Controle; MD32-P02 Política de Sensoriamento Remoto de Defesa; MD33-M-03 Doutrina Básica de Comando Combinado; MD34-M-01 Manual de Logística para Operações Combinadas; MD34-M-02 Manual de Operações de Paz; MD41-P-01 Política de Mobilização Militar; MD52-N-01 Doutrina de Inteligência de Defesa; PMN – Política de Mobilização Nacional; Portaria Normativa nº 1.890 - MD/2006 – Política de Logística de Defesa e Política Nacional de Defesa (PND).			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
160509	Secretaria de Economia e Finanças (Exército)		
120002	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica		
110404	Departamento de Administração Interna (Ministério da Defesa)		
110406	Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa		
772001	Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	

772001	00001
160509	00001
120002	00001
110404	00001
110406	00001

## 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), criado pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, tem a missão de assessorar o ministro de Estado da Defesa na direção superior das Forças Armadas, objetivando a organização, o preparo e o emprego, com vistas ao cumprimento de sua destinação constitucional e de suas atribuições subsidiárias, tendo como metas o planejamento estratégico e o emprego conjunto das Forças Singulares.

O EMCFA é um órgão de assessoramento permanente do ministro de Estado da Defesa na direção superior das Forças Armadas, competindo-lhe elaborar o planejamento do emprego conjunto da Marinha, Exército e Aeronáutica. A instituição tem como atribuição, também, prestar apoio ao ministro quanto à atuação de forças brasileiras em operações de paz e auxiliar as ações da Defesa Civil.

Além de participar diretamente nos planejamentos e na coordenação das ações de emprego das Forças Armadas – quer em missões isoladas, quer em missões conjuntas, inclusive com a participação de outros órgãos da administração federal, estadual e/ou municipal –, o EMCFA é o órgão do Ministério da Defesa encarregado de promover a unificação doutrinária, estratégica e operacional das três Forças, buscando ao máximo possível a interoperabilidade entre elas.

O EMCFA, subordinado ao Ministério da Defesa (MD), tem suas competências e atribuições estabelecidas na Estrutura Regimental do MD, aprovada pelo Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013 (DOU de 2 de abril de 2013).

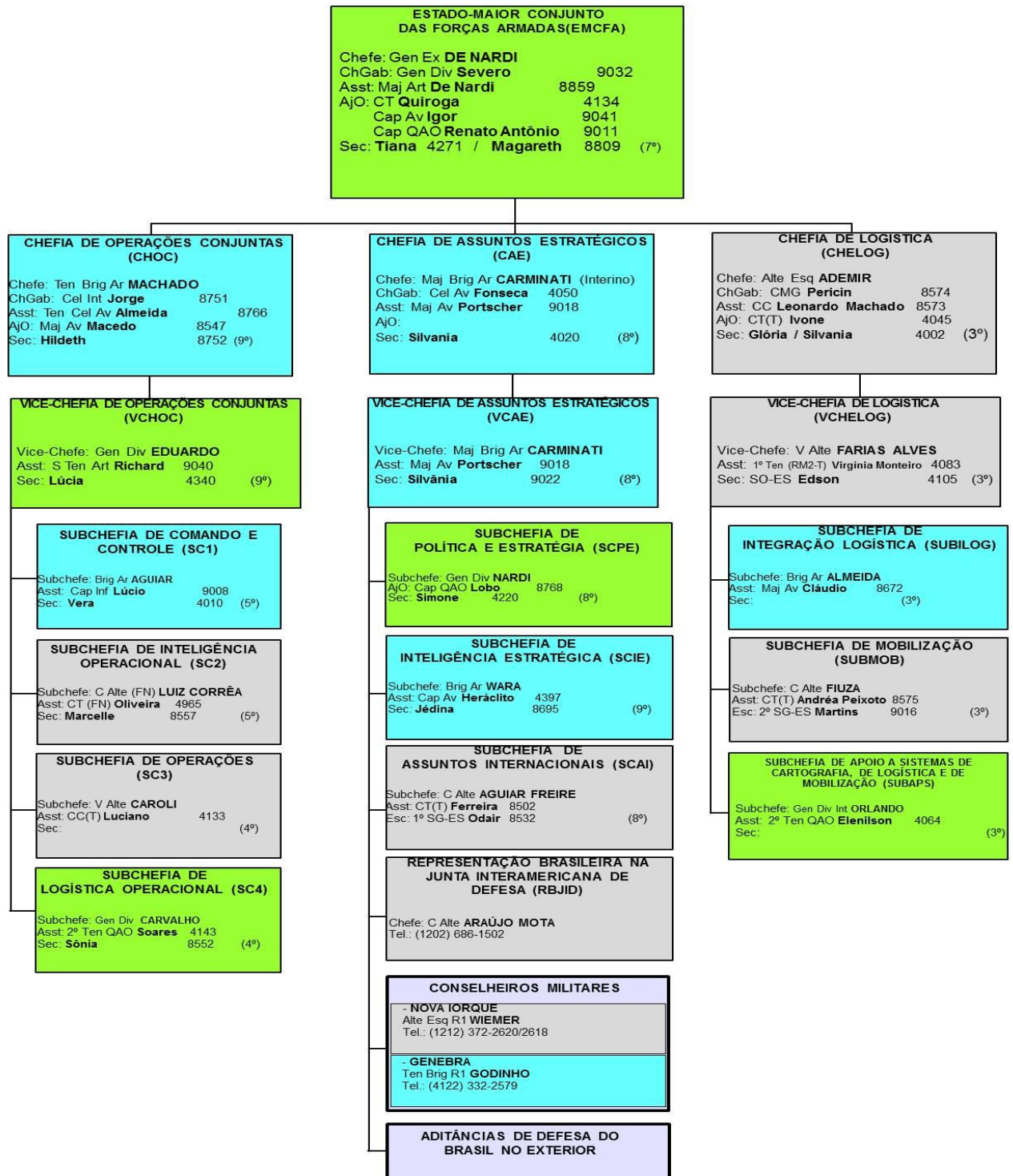
Assim, elabora o planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas e assessorar o Ministro de Estado da Defesa nos seguintes assuntos, dentre outros: políticas e estratégias nacionais e setoriais de defesa, de inteligência e contrainteligência; assuntos e atos internacionais e participação em representações e organismos, no País e no exterior, na área de defesa; logística, mobilização e tecnologia militar; e articulação e equipamento das Forças Armadas. Deve, ainda, coordenar a atuação das chefias que lhe são subordinadas e dos meios empregados pelas Forças Armadas nas ações de defesa civil que lhe forem atribuídas. O EMCFA, por intermédio de suas Chefias, realizou as seguintes atividades, dentre outras, em 2013:

A Chefia de Assuntos Estratégicos atuou no sentido de promover a multilateralidade e o incremento da atuação externa do Brasil na área de defesa, por intermédio das seguintes atividades: desenvolvimento de ações de cooperação internacional para suprir eventuais carências apresentadas pelas Forças Armadas de países amigos; participação em reuniões bilaterais / trilaterais e Grupos de Trabalho com Mecanismos Inter-Regionais e países do espectro de interesse do Brasil; e a manutenção de representações militares do Brasil no exterior, destacando-se a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID) e os Escritórios dos Conselheiros Militares junto à Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York - EUA e Genebra - Suíça.

A Chefia de Logística intensificou o intercâmbio entre os agentes participantes do Sistema Nacional de Mobilização, no nível governamental, buscando a atualização da Lei de Mobilização Nacional (Lei 11.631/2007), participando do planejamento e das operações conjuntas realizadas pelas Forças Armadas; vem aprimorando os requisitos do Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa incluindo no sistema ações relativas à Mobilização Militar; continuou o desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa, para maior integração das Forças Armadas e ampliação da capacidade de atuarem de forma conjunta; atuou na preparação, organização e acompanhamento, em caráter permanente, dos trabalhos da

Comissão de Logística Militar; e buscou a coordenação e implementação de medidas que visem a elevar os níveis de cooperação e de interoperabilidade logística entre as Forças Armadas.

### 1.3 Organograma Funcional



#### 1.3.1 Chefia de Assuntos Estratégicos – CAE

As principais atividades desenvolvidas pela CAE estão relacionadas: ao assessoramento do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relativos à política, estratégia, assuntos internacionais, inteligência e contra inteligência estratégicas; e na participação de representações e

de organismos, no Brasil e no exterior, nas áreas de sua competência. Para tal, a Chefia tem a seguinte estrutura organizacional:

#### **1.3.1.1 Subchefia de Política e Estratégia – SCPE**

Cabe à SCPE o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: formulação e atualização da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, da Política Militar de Defesa, da Estratégia Militar de Defesa e da Doutrina Militar de Defesa; participação e organização de Diálogos Político-Estratégicos com nações amigas; participação em reuniões do Conselho de Defesa Sul-Americano, da Conferência de Ministros de Defesa das Américas e do Centro de Estudos Estratégicos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; acompanhamento das políticas setoriais de governo e suas implicações para a defesa nacional, em ligação com as Forças Armadas e órgãos públicos e privados; e promoção de estudos e proposição de alterações para a condução dos assuntos de interesse da defesa, nas áreas de atuação do Ministério da Defesa, decorrentes dos objetivos, orientações e instruções constantes da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa.

#### **1.3.1.2 Subchefia de Inteligência Estratégica – SCIE**

Cabe à SCIE o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: exame corrente da situação estratégica; elaboração das avaliações da conjuntura e da Avaliação Estratégica de Inteligência de Defesa; condução da atividade de inteligência e contra inteligência estratégica de defesa; coordenação do Sistema de Inteligência de Defesa, efetuando a sua ligação ao Sistema Brasileiro de Inteligência; orientação da atuação dos adidos de defesa em assuntos relacionados com a inteligência de defesa; planejamento, coordenação e controle da atividade de contra inteligência; e credenciamento de segurança da administração central do Ministério da Defesa e dos órgãos vinculados.

#### **1.3.1.3 Subchefia de Assuntos Internacionais – SCAI**

Cabe à SCAI o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: condução dos assuntos internacionais que envolvam o Ministério da Defesa; atuação dos adidos de defesa brasileiros no exterior, bem como acompanhamento e orientação dos seus trabalhos e relacionamentos de interesse da defesa; atuação dos adidos de defesa acreditados no País; normatização a respeito do estabelecimento de representações militares de defesa brasileiras no exterior, de comissões militares de defesa estrangeiras no País e seus relacionamentos com o Ministério da Defesa; condução das atividades necessárias à adesão a atos internacionais de interesse para a defesa, bem como o acompanhamento da sua evolução e do seu cumprimento junto aos organismos internacionais; e planejamento e acompanhamento, em coordenação com as Forças Armadas, das atividades de cooperação técnico-militar internacionais de interesse para a defesa.

#### **1.3.2 Chefia de Logística - CHELOG**

A CHELOG compete: assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relativos à logística, mobilização, cartografia e serviço militar; orientar, supervisionar e controlar as atividades das Subchefias subordinadas; coordenar os assuntos relacionados à interoperabilidade entre os Sistemas de Logística e Mobilização das Forças em proveito do Sistema de Logística e Mobilização de Defesa; coordenar, na sua área de competência, o planejamento, a execução e o acompanhamento de programas e projetos voltados para logística, mobilização e tecnologia militar; e propor ações e coordenar atividades de articulação e integração, interna e externa, para viabilizar, em sua área de competência, a integração de esforços e a racionalidade

administrativa (Decreto nº 7.974 de 01/04/2013). Para tal, a Chefia está subdividida nas seguintes Subchefias:

#### **1.3.2.1 Subchefia de Integração Logística – SUBILOG**

Cabe à SUBILOG o assessoramento nos seguintes assuntos: propor a formulação e a atualização da Política de Logística de Defesa e acompanhar a sua execução; formular a Doutrina de Logística Militar e a Doutrina de Alimentação das Forças Armadas e supervisionar as ações decorrentes dessas doutrinas; preparar e organizar os trabalhos da Comissão de Logística Militar; supervisionar os trabalhos da Comissão de Estudos de Alimentação para as Forças Armadas; acompanhar os trabalhos das comissões de caráter permanente que tenham por finalidade estudar e propor medidas de interesse comum na área de logística de defesa; estabelecer e coordenar a implementação de medidas que visem a elevar os níveis de cooperação e de interoperabilidade logística entre as Forças Armadas; estudar e acompanhar o ciclo de vida logístico dos itens de interesse das Forças Armadas; propor, periodicamente, os valores das etapas de alimentação para as Forças Armadas; e administrar a aplicação dos recursos do Fundo de Rações Operacionais, componente do Fundo do Ministério da Defesa, em conjunto com os demais órgãos envolvidos do Ministério da Defesa. (Decreto nº 7.974 de 01/04/2013).

#### **1.3.2.2 Subchefia de Mobilização – SUBMOB**

Cabe à SUBMOB o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: elaborar a proposta da política e das diretrizes governamentais de mobilização nacional; elaborar e manter atualizada a diretriz setorial de mobilização militar e as instruções complementares; propor a estrutura do Subsistema Setorial de Mobilização Militar e orientar, normatizar e conduzir suas atividades; conduzir as atividades técnico-administrativas e promover o funcionamento da Secretaria-Executiva do Sistema Nacional de Mobilização; gerenciar os recursos do programa mobilização para defesa nacional; consolidar os planos setoriais de mobilização em proposta de Plano Nacional de Mobilização; elaborar e manter atualizada a doutrina básica de mobilização nacional; fomentar a capacitação de recursos humanos na área de mobilização nacional, prestando orientação normativa, fornecendo supervisão técnica e exercendo fiscalização específica em instituições credenciadas; elaborar o Plano Nacional de Mobilização Militar; planejar e coordenar as atividades do Serviço Militar e do Projeto Soldado-Cidadão; elaborar propostas de atualização da legislação do Serviço Militar; administrar o Fundo do Serviço Militar; e elaborar, anualmente, o plano geral de convocação e acompanhar sua execução pelas Forças. (Decreto nº 7.974 de 01/04/2013).

#### **1.3.2.3 Subchefia de Apoio a Sistemas de Cartografia, de Logística e de Mobilização – SUBAPS**

Compete à SUBAPS: assessorar o Chefe de Logística em assuntos relacionados à interoperabilidade entre os Sistemas de Logística e Mobilização das Forças em proveito do Sistema de Logística e Mobilização de Defesa; coordenar, com a participação das Forças, e em articulação com a Subchefia de Logística Operacional, a aplicação de padrões e de modelos para o desenvolvimento e a manutenção de Sistemas de Informação que contribuam para o incremento da interoperabilidade entre os Sistemas de Logística e Mobilização das Forças Armadas; planejar e coordenar ações que contribuam para a formação e a capacitação de recursos humanos em prol do desenvolvimento e manutenção do Sistema de Logística e Mobilização de Defesa; assessorar o Chefe de Logística na coordenação das atividades de cartografia e de meteorologia de interesse militar; acompanhar as atividades de cartografia e de meteorologia em território nacional, como componentes do Sistema de Logística e Mobilização de Defesa; controlar o aerolevante em

território nacional; e coordenar as ações das Subchefias subordinadas, intermediando a busca de soluções tecnológicas e inovações em prol do Sistema de Logística e Mobilização de Defesa.

### **1.3.3 Chefia de Operações - CHOC**

As principais atividades desenvolvidas pela CHOC estão relacionadas: ao assessoramento do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relativos ao Preparo e Emprego Conjuntos das Forças Armadas; formulação e atualização da doutrina e dos planejamentos estratégicos para emprego conjunto das Forças Armadas; planejamento e coordenação do adestramento de emprego conjunto das Forças Armadas; proposição de diretrizes para o emprego singular das Forças Armadas; proposição de diretrizes, planejamento, coordenação e acompanhamento da atuação das Forças Armadas em Operações de Paz; proposição de diretrizes para a participação das Forças Armadas nas atividades subsidiárias; e planejamento do emprego das Forças Armadas nas Ações de Defesa Civil (Decreto nº 7.974 de 01/04/2013). Para tal, a CHOC está subdividida nas seguintes Subchefias/Assessoria:

#### **1.3.3.1 Subchefia de Comando e Controle – SC/1**

Compete à SC/1: propor a política e as diretrizes gerais para o Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC<sup>2</sup>) e seus sistemas componentes, bem como exercer a coordenação de seu Conselho Diretor e operacionalizar as metas previstas no Plano Estratégico do SISMC<sup>2</sup>; em coordenação com as Forças Armadas, estabelecer, aprimorar e manter em funcionamento seguro e ininterrupto a estrutura do SISMC<sup>2</sup>; coordenar, com a Subchefia de Inteligência Operacional (SC-2,) as ações necessárias para garantir as medidas de segurança relacionadas ao SISMC<sup>2</sup>; coordenar as atividades referentes ao Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS); em coordenação com as Forças Armadas, propor e aplicar padrões e modelos a serem observados no desenvolvimento e na obtenção de meios componentes do SISMC<sup>2</sup>, com vistas ao constante incremento da interoperabilidade entre as Forças, plataformas de combate e sistemas de comando e controle; assessorar e representar o Ministro da Defesa perante outros ministérios, agências governamentais e instituições públicas ou privadas, quando pertinente, nos assuntos relacionados ao SISMC<sup>2</sup>; participar do desenvolvimento da Doutrina de Comando e Controle de Operações Conjuntas e aplicá-la nos planejamentos estratégicos e operacionais relativos a situações de crise ou de conflito armado, bem como nas operações de adestramento conjunto; assessorar o Chefe de Operações Conjuntas quanto à formulação da doutrina e das diretrizes atinentes aos setores cibernético e espacial; alocar os meios de Comando e Controle necessários às Ações de Defesa Civil; e acompanhar a evolução, em âmbito nacional e internacional, dos assuntos relacionados a sistemas de comando e controle, tais como: interoperabilidade, guerra centrada em redes, setor espacial, setor cibernético, estruturas estratégicas, segurança da informação e das comunicações e comunicações por satélites.

#### **1.3.3.2 Subchefia de Inteligência Operacional – SC/2**

Cabe à SC-2 o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: proposição da doutrina e diretrizes para a atividade de Inteligência Operacional para operações conjuntas; participação na elaboração do planejamento de emprego conjunto das Forças Armadas, na área específica de Inteligência Operacional, para cada uma das Hipóteses de Emprego, previstas na Estratégia Militar de Defesa; proposição da doutrina e diretrizes para emprego da inteligência humana e de imagens e das áreas de meteorologia, cartografia, sensoriamento remoto, guerra eletrônica, cibernética, tecnologia da informação e criptografia, no exclusivo interesse da atividade de Inteligência Operacional; e condução da atividade de Inteligência Operacional para as operações conjuntas.

### **1.3.3.3 Subchefia de Operações – SC/3**

Cabe à SC/3 o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: proposição das bases para a Doutrina de Emprego Conjunto das Forças Armadas; elaboração do planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas para cada uma das Hipóteses de Emprego previstas na Estratégia Militar de Defesa e acompanhamento na condução das operações conjuntas decorrentes; proposição de diretrizes, planejamento e coordenação da participação das Forças Armadas em Operações de Paz; proposição de diretrizes para o planejamento e o emprego das Forças Armadas: na Garantia da Lei e da Ordem; na Garantia da Votação e da Apuração Eleitoral; na cooperação com a Defesa Civil; e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais; participação de medidas de orientação e treinamento de pessoas, nas áreas afetadas por desastre; e apresentação de relatório sobre as operações realizadas, procurando indicar medidas a serem adotadas com vistas a evitar ocorrências semelhantes.

### **1.3.3.4 Subchefia de Logística Operacional – SC/4**

Cabe à SC/4 o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: proposição da Doutrina de Logística para o Emprego Conjunto das Forças Armadas; participação nos planejamentos estratégicos de emprego conjunto das Forças Armadas, sob o aspecto da logística; orientação, sob a ótica da Doutrina de Logística, dos planejamentos operacionais de emprego conjunto das Forças Armadas; coordenação do apoio logístico e das medidas administrativas pertinentes à participação de tropas em Operações de Paz; indicação dos meios necessários de apoio logístico, em natureza e quantidade, bem como localização geográfica, para oferecer capacidade de pronta resposta às situações de desastre; e proposição das organizações militares que ficarão responsáveis pela gestão das infraestruturas a serem empregadas nas situações de desastre.

Apesar da atuação em áreas diversas, todas as atividades desenvolvidas pelas Chefias convergem para um mesmo produto, qual seja: defesa nacional.

## **1.4 Macroprocessos Finalísticos**

A Secretaria-Geral informará os principais Macroprocessos Finalísticos em 2013.

## **1.5 Macroprocessos de Apoio**

A Secretaria-Geral informará os principais Macroprocessos Finalísticos em 2013.

## **1.6 Principais Parceiros**

Os principais parceiros da Chefia de Operações Conjuntas, para a consecução de suas atividades finalísticas, são: Marinha do Brasil (Diretoria de Sistemas de Armas Navais, Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha, Centro de Inteligência da Marinha, Estação Rádio da Marinha do Rio de Janeiro, Centro de Análise de Sistemas Navais, Centro de Manutenção de Sistemas e Centro de Comando do Teatro de Operações Marítimas); Exército Brasileiro (Centro de Operações Terrestres, Comissão do Exército Brasileiro em Washington, Centro de Inteligência do Exército, Departamento de Ciência e Tecnologia, Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército); Aeronáutica (Comando Geral de Operações Aéreas, Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate, Instituto de Estudos Avançados, CINDACTA I, Centro de Inteligência da Aeronáutica, Destacamento de Telecomunicações por Satélite); Agência Brasileira de Inteligência, Empresas Telebrás, Embratel, Oi e DAMOVO.



## **2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS**

### **2.1 Planejamento da Unidade**

#### **2.1.1 Planejamento da CAE**

Em conformidade com o Plano Plurianual 2012-2015 e a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2013, a Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE) instituiu o seu Plano de Trabalho Anual para o ano em questão, com a colaboração de suas Subchefias, as quais foram responsáveis pela execução das atividades planejadas.

Nesse sentido, a CAE norteou as suas atividades em conformidade com as suas competências, estabelecidas pelo Decreto Nº 7.974, de 1º de abril de 2013, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.

Os riscos identificados foram associados a dificuldades de ordem orçamentária, decorrentes do estabelecimento de contingenciamento e definição de nova programação orçamentária e financeira, nos termos do Decreto Nº 8.021, de 29 de maio de 2013, o qual impôs um contingenciamento de 27% em relação aos valores da dotação inicial aprovada pela LOA, quais sejam, GND 3 – ODC R\$ 11.899.000,00 e GND 4 – INV R\$ 5.810.000,00.

Nesse sentido, a estratégia para superá-los consistiu nos arranjos de gestão empreendidos, tais como, o estabelecimento de prioridades para a realização de reuniões bilaterais no exterior, o incremento da realização de eventos no País e a continuidade para as atividades de intercâmbio e cooperação já iniciadas e inseridas no âmbito do interesse do MD, de modo a que não houvesse comprometimento da posição do Brasil no cenário internacional.

##### **2.1.1.1 Estratégias de atuação para o exercício de 2013**

A Chefia de Assuntos Estratégicos desenvolveu suas competências legais por intermédio das Subchefias subordinadas, nas áreas de Política, Estratégia, Assuntos Internacionais e Inteligência e Contraineligência-Estratégicas.

Desta forma, a estratégia de atuação da CAE, para o atendimento de suas responsabilidades institucionais, foram as seguintes:

- a) Visitas técnicas aos órgãos de defesa de outros países, com a finalidade de verificar suas estruturas funcionais e troca de experiências;
- b) Participação em reuniões bilaterais / trilaterais, tanto no Brasil, como em diversos países da Europa, Ásia, África, América do Norte e países sul-americanos, visando ao intercâmbio de experiências e informações militares, bem como ao aperfeiçoamento de doutrinas e ao fortalecimento da confiança mútua entre as instituições participantes;
- c) Reunião Técnica de Inteligência (RTI) com os Adidos de Defesa brasileiros junto aos países visitados, objetivando ao aprimoramento da compreensão da situação estratégica local pelos analistas da CAE e, por conseguinte, propiciando orientações mais precisas na elaboração de relatórios sobre a conjuntura do país visitado por parte dos Adidos de Defesa;
- d) Reuniões estratégicas na área de defesa, com os países de interesse fronteiriços, com objetivos de proteção das fronteiras em comum; e
- e) Participação em seminários, cursos, conferências, palestras e fóruns no Brasil e no exterior, com o objetivo de aperfeiçoar a capacitação de recursos humanos.

## 2.1.2 Planejamento da CHELOG

<b>1. OBJETIVO GERAL</b>	
Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.	
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</b>
Aquisição, conservação e manutenção de equipamentos e materiais relacionados à Tecnologia da Informação; contratação de serviços para o desenvolvimento do Sistema de Informações Logísticas de Defesa (SILD); e qualificação técnica e doutrinária de pessoal para operar o SILD.	<b>Ação 20X3</b> - Mobilização e Logística para a Defesa Nacional <b>Plano Orçamentário</b> - 005-Sistema de Informações Logísticas de Defesa <b>PTRES 060237</b>
Desenvolver o SINAMOB constituído por um conjunto de pessoal, instalações, equipamentos, doutrina, procedimentos e informações, tudo apoiado por Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), que seja capaz de dar suporte às atividades de mobilização e desmobilização nacionais, interoperando o Órgão Central do Sistema de Mobilização (Ministério da Defesa) com os integrantes dos subsistemas setoriais de mobilização.	<b>Ação 20X3</b> - Mobilização e Logística para a Defesa Nacional <b>Plano Orçamentário</b> - 006-Implantação do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) <b>PTRES 060240</b>
Preparar órgãos e entidades da Administração Pública Federal e atores privados para planejar e executar atividades que concorram para o fortalecimento do Sistema Nacional de Mobilização, com base nos objetivos gerais e específicos dispostos na Política de Mobilização Nacional, bem como nas diretrizes governamentais correlatas.	<b>Ação 20X3</b> - Mobilização e Logística para a Defesa Nacional <b>Plano Orçamentário</b> - 007- Preparo da Mobilização Nacional <b>PTRES 060242</b>

<b>2. OBJETIVO GERAL</b>	
Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional	
<b>OBJETIVO ESPECÍFICO</b>	<b>AÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do Serviço Militar.	<b>Ação 6557</b> - Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão. <b>PTRES 060214</b>

### **Estratégias de atuação para o exercício de 2013:**

#### **2.1.2.1 Na área da Integração Logística:**

Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD) para maior integração das Forças Armadas e ampliação da capacidade de atuarem de forma conjunta; preparação, organização e acompanhamento em caráter permanente dos trabalhos da Comissão de Logística Militar (COMLOG) que tenham por finalidade estudar e propor medidas de interesse comum na área de logística de defesa para estabelecimento dos Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC), ambos em articulação com a Chefia de Operações Conjuntas e com a Secretaria de Produtos de Defesa; e coordenação e implementação de medidas que visem a elevar os níveis de cooperação e de interoperabilidade logística entre as Forças Armadas.

#### **2.1.2.2 Na área da Mobilização:**

Incremento dos trabalhos no âmbito do Comitê do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) na capacitação de recursos humanos e na participação em exercícios conjuntos patrocinados pelo Ministério da Defesa; a orientação do Comitê Gestor do Projeto Soldado-Cidadão, para aumentar o número de jovens brasileiros, incorporados às fileiras das Forças Armadas, formados por intermédio de cursos profissionalizantes que lhes proporcionem qualificação social e profissional, complementem sua formação cívico-cidadã e facilitem seu ingresso no mercado de trabalho; e visitas técnicas a Organizações Militares executoras do serviço militar e do Projeto Soldado-Cidadão.

Há o risco de não atingimento da meta estabelecida devido à inflação dos custos previstos para a realização dos cursos profissionalizantes, em relação ao mesmo quantitativo de recursos

orçamentários que, desde o início do Projeto em 2004, mantém-se em torno de R\$ 12.000.000,00.

Como estratégia para superar ou amenizar os efeitos dos riscos levantados, faz-se necessária: a constante otimização dos recursos alocados às Organizações Militares; a busca de convênios/acordos com Entidades Públicas ou Privadas de Ensino Profissionalizante que reduzam os valores dos cursos contratados; e a integração dos esforços da Três Forças nos vários Estados na contratação/negociação dos cursos a serem realizados.

### **2.1.3 Planejamento da CHOC**

A Chefia de Operações Conjuntas desenvolveu suas competências legais por intermédio das Subchefias subordinadas, nas áreas de Comunicações, Comando, Controle e Inteligência Operacional, do Emprego Conjunto das Forças Armadas e Grandes Eventos.

Desta forma, a estratégia de atuação da CHOC, para o atendimento de suas responsabilidades institucionais, foram as seguintes:

#### **2.1.3.1 Na área de Comunicações, Comando, Controle e Inteligência Operacional:**

Difusão da doutrina de Comando e Controle no âmbito das Forças Armadas e das Escolas de Altos Estudos Militares; prosseguimento na implantação e aprimoramento do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC<sup>2</sup>); evolução contínua e necessária de versões do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM), com atualização de equipamentos, software e capacitação de recursos humanos; realização de estágios de C<sup>2</sup> nos Comandos Militares de Área por ocasião dos exercícios de adestramento; participação em operações multinacionais, com propósito de identificar subsídios para a evolução da doutrina e do SISMC<sup>2</sup>; manutenção da infraestrutura, do suporte técnico e do apoio operacional às ações de C<sup>2</sup> das Forças de Paz no Haiti e no Líbano; ampliação e modernização da rede do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS) para servir de infraestrutura de telecomunicações do SISMC<sup>2</sup>; Manter em operação e prosseguir na implantação e aperfeiçoamento do Sistema de Inteligência Operacional, por meio do fornecimento de imagens de satélites de alta e média resolução para auxiliar no planejamento das operações conjuntas; da integração doutrinária entre os Centros de Guerra Eletrônica das Forças Armadas; aperfeiçoamento da estrutura do Centro de Inteligência Operacional; da realização de visitas técnicas a centros de geração de imagem no Brasil; da expansão da atividade de sensoriamento remoto no âmbito das Forças Armadas; da execução das atividades previstas do plano diretor de implantação do Portal de Inteligência Operacional (PIOp) e da capacitação de recursos humanos por intermédio da participação em cursos, seminários e simpósios, no Brasil e no exterior.

Os riscos identificados no PO 0001 da Ação 20X5 são insolvências de contratos do SISCOMIS o que acarretará o não funcionamento do Sistema Militar de Comando e Controle e conseqüente prejuízos para o acompanhamento das operações conjuntas. A estratégia seria a renegociação dos contratos.

No PO 0002 da Ação 20X5 o risco é o Sistema de Inteligência Operacional não será mantido na sua integralidade. Com o aparecimento de problemas de funcionamento em um ou mais de seus elos, seja pela falta de Recursos Humanos qualificados; de equipamentos adequados, que as novas tecnologias exigem, para o tratamento de dados e conhecimentos nas áreas de atuação ou de produtos provenientes satélites. A falência parcial ou total do Sistema impactará, de forma significativa, no planejamento e na execução das Operações Interagências, dos "Grandes Eventos" e das Operações Conjuntas, sejam elas de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) ou voltadas às Hipóteses de Emprego.

Nos PO 0003, 0004 e 0005 da Ação 20X5 não existem riscos identificados uma vez que os parceiros são públicos.

Na Ação 2866 deixará de prover assessoramento seguro ao processo decisório do EMCFA na ausência das atividades de Inteligência Operacional, impossibilitando planejamento seguro para o emprego conjunto das Forças Armadas. Tal ausência de assessoramento acarretará falta de visão estratégica e operacional sobre eventual necessidade futura de emprego de tropa, bem como deixará de prover adequada antecipação a quaisquer ameaças que venham a se configurar à segurança nacional. A não alocação de recursos resultará na incapacidade de articulação e consolidação da atividade de Inteligência de Defesa nos campos estratégico e operacional, evidenciados pela não visualização de futuros cenários de risco que poderão vir a redundar no emprego de tropas nas operações conjuntas, interagências, subsidiárias ou grandes eventos.

### **2.1.3.2 Na área do Emprego Conjunto das Forças Armadas:**

Desenvolvimento de atividades de Inteligência que possibilitem um assessoramento mais seguro ao processo decisório da Chefia de Preparo e Emprego e um melhor planejamento para o preparo e o emprego conjunto das Forças Armadas; Operações Militares Conjuntas, empregando meios navais, terrestres e aéreos das três Forças Armadas, com expressiva participação de órgãos governamentais e civis; participação nas operações multinacionais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); intensificação da presença das Forças Armadas na fronteira; prosseguimento na Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti – (MINUSTAH); ampliação da capacidade operacional da Força-Tarefa Marítima (FTM) que integra a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL); prosseguimento da participação de militares brasileiros em diferentes missões de paz da ONU e da OEA; seminários e simpósios, visando à difusão doutrinária, capacitação e atualização dos recursos humanos; e atendimento às atribuições subsidiárias das Forças Armadas, no tocante ao desenvolvimento nacional e ao apoio à defesa civil, no nível operacional, quando solicitado pelo Governo Federal e/ou pelos seus órgãos.

As principais dificuldades encontradas na consecução dos objetivos e metas mencionados foram decorrentes do contingenciamento e corte ocorridos no orçamento inicial de 2013, na ordem de 23%, e das limitações impostas às despesas com diárias e passagens, o que implicou a redução de atividades planejadas, de contratação de serviços, de aquisição de materiais e equipamentos, bem como da amplitude do emprego de pessoal, material bélico e infraestrutura de apoio aos exercícios militares realizados.

As metas físicas corrigidas foram cumpridas com redução proporcional da manutenção, de recursos humanos inscritos nos cursos de capacitação e na dificuldade técnica para a aquisição de equipamentos específicos para o Sistema de Comunicações Militares por Satélite.

A Operação de Adestramento Conjunta LAÇADOR foi realizada com os efetivos e meios militares disponíveis, possibilitando a avaliação - positiva da Doutrina de Emprego Conjunto.

Deu-se continuidade na expansão do Sistema Militar de Comando e Controle, e o Centro de Comando e Controle do Ministério da Defesa continuou operando e dando suporte em comunicações durante as operações militares no País e no exterior, especificamente no Haiti e Líbano.

Os principais óbices (riscos) apurados na consecução das metas foram resultantes do corte/contingenciamento, da ordem de 36% para a Ação 20X7 e 21% para Ação 20X1; o que acarretou o replanejamento das atividades inicialmente previstas; a redução da contratação de serviços, de aquisição de materiais e equipamentos; bem como a diminuição do emprego de pessoal e de infraestrutura de apoio às Operações realizadas.

### **2.1.3.3 Na Área de Grandes Eventos a AEGE dividiu a sua atuação em 10 eixos:**

#### **a) Fiscalização de Explosivos**

Os recursos foram utilizados para a aquisição de peças e serviços de manutenção de viaturas da Rede de Fiscalização de Produtos Controlados (FPC); para a aquisição de combustível; para o pagamento de diárias para pessoal executante das vistorias; para a aquisição de passagens; para a aquisição de material de Tecnologia da Informação para utilização nas vistorias; para a aquisição de material de expediente em apoio às atividades de FPC; para a aquisição de serviço de locação de veículos em apoio às atividades de FPC; e aquisição de serviço de telefonia móvel em apoio às atividades de FPC.

#### **b) Comando e Controle**

A Marinha do Brasil adquiriu material permanente e material de consumo, bem como contratação de serviços de terceiros, para reforma e ampliação da capacidade de monitoramento dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais dos Centros de Comando e Controle dos Comandos Distritais.

No Exército Brasileiro parte dos recursos foi empregada no Termo de Cooperação nº 12-089-00, celebrado em 31/12/2013, entre o Departamento de Ciência e Tecnologia e o Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB), tendo como objeto a "cooperação técnica e científica na área de comando e controle (C2), com vistas à evolução do FRAMEWORK CORTEX". Esse projeto contempla a evolução tecnológica das soluções de C2 para a Copa do Mundo (Pacificador), ora em fase final de implementação. Foram destacados ao CDT/UnB R\$ 1.180.000,00 (um milhão, cento e oitenta mil reais), dos quais R\$ 497.700,95 (quatrocentos e noventa e sete mil, setecentos reais e noventa e cinco centavos) foram executados em 2013, R\$ 232.295,05 (duzentos e trinta e dois mil, duzentos e noventa e cinco reais e cinco centavos) foram devolvidos, e R\$ 450.004,00 (quatrocentos e cinquenta mil e quatro reais) foram inscritos como restos a pagar em 2014.

Também foram executados diretamente pelo Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS) R\$ 70.156,94 (setenta mil, cento e cinquenta e seis reais, noventa e quatro centavos) para pagamento de diárias e passagens aos militares da Divisão de Comando e Controle que implantaram e prestaram suporte técnico ao Sistema Pacificador nas cidades-sede da Copa das Confederações FIFA/2013. Foram realizados levantamentos de dados geoespaciais com vistas a subsidiar o planejamento e execução das atividades de segurança da Copa das Confederações e da Copa do Mundo.

Foram adquiridos Sistemas de Radiocomunicação Digital Troncalizados (SRDT) para 8 (oito) sedes (Manaus, Cuiabá, Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Natal e Recife) e serviços de instalação e capacitação de pessoal. As sedes que já haviam sido contempladas com estes sistemas na Copa das Confederações não receberam nenhum tipo de complementação de material, exceto a sede Recife, que apesar de já possuir o SRDT instalado, necessitou de uma complementação de um terceiro Site, tendo em vista dificuldades na cobertura do sistema enfrentadas na Copa das Confederações. Os recursos foram suficientes para a aquisição das estruturas fixas necessárias para prover a cobertura do sistema, no entanto, não permitiu a aquisição de equipamentos rádio, o que poderá prejudicar o desempenho das tropas empenhadas nas ações de defesa na Copa do Mundo.

Foram adquiridos equipamentos para a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (roteadores, switches, firewall de aplicação, rádios transceptores, centrais telefônicas, servidores e comutadores de acesso) dos Centro de Telemática de Área (CTA) e Centros de Telemática (CT) presentes nas cidades sede da Copa das Confederações e Copa do

Mundo.

Foram adquiridos equipamentos para a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações para os Centros de Coordenação e Defesa de Área (CCDA) das cidades sedes da Copa do Mundo. Também foi adquirido um Gerador para atender à 7ª RM.

#### c) Defesa Cibernética

A Marinha do Brasil utilizou para custear despesas com movimentação de pessoal (diárias, passagens e aluguel de ônibus) para cursos de qualificação (guerra cibernética, TI etc) e para a composição de Estados-Maiores. Houve a aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicações, como radioenlaces digitais, switch, roteador, equipamentos de videoconferência, visando a implantação e revitalização da estrutura para os Grandes Eventos.

O Exército Brasileiro empregou os recursos na aquisição e instalação de sensores de sistema de prevenção de intrusão – IPS, contratação de serviço de enlace de dados entre as cidades sede dos eventos, contratação de serviço de instalação e configuração de solução de perícia forense de rede, aquisição de equipamentos para segurança de rede e aquisição de firewalls de aplicação AntiDDoS, dentre outros. Houve também o emprego em despesas com diárias e passagens.

#### d) Defesa Aeroespacial

Utilizou os recursos no pagamento de diárias e aquisição de passagens, visando o cumprimento do PROSIMA, programa componente de uma série de estratégias com vistas à preparação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro para os grandes eventos esportivos.

Aquisição de materiais de consumo e equipamentos necessários à montagem do CCDA-Centro de Controle de Defesa de Área- Curitiba; com vistas à atuação no período da copa do mundo FIFA 2014. Serviços especializados de montagem da sala do CCDA, com 45 posições, com instalação de painéis de videowall, manutenção e instalação de sistemas periféricos, transferência de conhecimento para grupos administrativos, operacionais e técnicos; ferramentas de software que permitem captura de imagens de aplicativos, captura de regiões múltiplas e regiões específicas; software de controle de conteúdo a ser exibido nos painéis de videowall, cabeamento estruturado e elétrica. Serviços de instalação, montagem e ampliação de equipamentos para integração dos painéis de videowall, instalação de gerenciadores, climatização, sonorização e logotipia. Aquisição de materiais de consumo tais como, acionadores de dupla ação e botão de travamento, cabo elétrico flexível tetrapolar diversas bitolas, lâmpadas incandescentes E27, lâmpadas de luz mista e outros.

Aquisição de equipamentos, monitor vídeo, módulos dos painéis de videowall, tecnologia LCD com back light, de medidas diagonais entre 55 e 60 polegadas por módulo, receptor/decodificador de sinais digitais com padrões compatíveis de TV digital (HDTV). Prover recursos para o pagamento de diárias militares para os cursos previstos no Programa de Simulação de Movimentos Aéreos - PROSIMA, para os controladores de voo com vistas ao aumento de tráfego aéreo no período da Copa 2014.

Aquisição de mobiliário para o novo prédio do Centro de Operações de Defesa Aérea (CODA) do COMDABRA, Construção do novo prédio do Centro de Operações de Defesa Aérea (CODA) do COMDABRA – Fase 1, Construção do Centro de Operações de Defesa Aérea (CODA) do COMDABRA – Fase 2, Ar-condicionado para o sistema de climatização do CODA – Fase1.

Aquisição de suprimento de aviação no exterior. Aquisição de combustíveis e lubrificantes de aviação em proveito das aeronaves C-130, A-29 e F-5. Modernização das aeronaves E-99, engajadas na vigilância do espaço aéreo durante os eventos.

#### e) Defesa de Infraestruturas Críticas

Aquisição de Dotação de Munição para Garantia da Lei e da Ordem (Kit Munição GLO); despesas com aquisição de Complemento de Etapas de Alimentação; aquisição de conjuntos de Equipamentos Individuais; aquisição de capacetes e coletes balísticos; aquisição de Kits para Posto de Bloqueio e Controle de Estradas/GLO; aquisição de combustível; aquisição de conjuntos de vigilância (binóculos e aparelhos de vigilância diurna e noturna); aquisição de armamento não letal; e aquisição de lubrificantes para veículos.

#### f) Defesa Marítima

Recuperação e manutenção das estruturas administrativas e operativas das OM empregadas no apoio logístico à Copa das Confederações/2013, visando, ainda, os preparativos para a Copa do Mundo FIFA 2014.

Aquisição de material de controle de avarias (CAv), marinharia e salvatagem (CMS), para recompletamento de dotação dos meios empregados nas atividades de defesa das áreas marítima e fluvial durante a Copa das Confederações/2013. Manutenção de meios navais empregados nas atividades de defesa das áreas marítima e fluvial durante a Copa das Confederações/2013, compreendendo revisão de sistemas de propulsão e auxiliares, revitalização estrutural de casco, substituição de redes, revisão de sensores etc. Aquisição de embarcações para emprego em apoio às atividades de fiscalização da segurança do tráfego aquaviário durante a Copa das Confederações/2013. Aquisição de equipamentos para emprego nos meios navais e na equipe de mergulhadores de combate.

#### g) Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear

A Marinha do Brasil adquiriu Viaturas Agrale Marruá e equipamentos de detecção química, radiológica, biológica e Nuclear para utilização pelas OM situadas em cidades sedes da Copa do Mundo FIFA 2014, com previsão de liquidação e pagamento prevista para este ano.

O Exército Brasileiro adquiriu equipamentos e materiais de proteção, monitoramento, detecção, descontaminação e desintoxicação; aquisição de material destinado ao tratamento de saúde; e serviços de capacitação de pessoal em DQBRN.

Aquisição de sistema para realização de monitoramento de sensores QBRN. A presente aquisição teve por objetivo aumentar a capacidade do sistema de vigilância, incrementando o número de sensores monitorados de 20 (vinte) para 50 (cinquenta) e o número de servidores de 1 (um) para 2 (dois). O objetivo foi atingido, permitindo o monitoramento independente de dois eventos simultâneos.

Aquisição de kits para a detecção de agentes biológicos com potencial de uso em atentados de bioterrorismo. Foram adquiridos 20 (vinte) kits para a detecção de 10 (dez) ameaças biológicas simultaneamente, 10 (dez) kits para a detecção de Bacillus anthracis (antraz) e 10 (dez) kits para a detecção de leveduras que podem ser aplicados em treinamentos de detecção avançados. Os recursos recebidos foram adequados para a aquisição dos referidos kits, os quais serão empregados durante os Jogos da Copa do Mundo, a serem realizados no Brasil, em 2014.

Capacitação de RH, deslocamento EQP, pagamento de transporte e Administração para o sistema DQBRN e DQBRN Copa do Mundo e Confederação.

#### h) Defesa Contraterrorismo

Aquisição de conjuntos de Equipamentos Individuais; aquisição de capacetes e coletes balísticos; aquisição de Kits para Posto de Bloqueio e Controle de Estradas/GLO; aquisição de combustível; aquisição de conjuntos de vigilância (binóculos e aparelhos de vigilância diurna e noturna); aquisição de armamento não letal; e aquisição de lubrificantes para veículos.

#### i) Emprego de Helicópteros

Nas atividades sob gestão da DMAvEx foram adquiridos Serviços de Manutenção e Suprimento de Aviação para aeronave Pantera; Serviços de Manutenção e Suprimento de Aviação para aeronave Esquilo; Serviços de Apoio ao Ensino, cursos e treinamento de tripulações para atuação nos Grandes Eventos; e a aquisição do Sistema “Olho de Águia”, material de comunicações e equipamentos de Aviação.

#### j) Preparo e Emprego da Força de Contingência

Aquisição de Dotação de Munição para Garantia da Lei e da Ordem (Kit Munição GLO); despesas com aquisição de Complemento de Etapas de Alimentação; aquisição de conjuntos de Equipamentos Individuais; aquisição de capacetes e coletes balísticos; aquisição de Kits para Posto de Bloqueio e Controle de Estradas/GLO; aquisição de combustível; aquisição de conjuntos de vigilância (binóculos e aparelhos de vigilância diurna e noturna); aquisição de armamento não letal; e aquisição de lubrificantes para veículos.

<b>OBJETIVO GERAL</b>	
Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de Comunicações, Comando e Controle.	
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</b>
Intensificação do apoio, na ONU, a esforços em favor da paz e da segurança internacionais, com a participação em Missões de Paz.	20X1 – Participação Brasileira em Missões de Paz.
Implantação e operação do Sistema de Comunicações Militares.	20X5 (PO 0001) – Manutenção do Sistema de Comunicações Militares por Satélite – SISCOMIS.
	20X5 (PO 0003) – Implantação do SISCOMIS.
	20X5 (PO 0004) – Implantação do Sistema Comunicações Militares Seguras.
Obtenção e tratamento de imagens e dados por sensoriamento remoto.	20X5 (PO 0002) – Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência.
Implantação e integração dos Centros de Comando e Controle do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.	20X5 (PO 0005) – Implantação de Centros de Operações Conjuntas.
Realização de ações de Inteligência Operacional.	2866 – Ações de Caráter Sigiloso.
Realização de exercícios militares conjuntos e combinados.	20X7 (PO 0001) – Operações Militares Combinadas ou Conjuntas.
Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira.	20X7 (PO 0002) – Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira.
Apoiar a realização de Grandes Eventos, com a participação das Forças Armadas Brasileiras, em ações voltadas à garantia da defesa do território, do patrimônio nacional e da lei e da ordem.	14SY – Apoio à Realização de Grandes Eventos

O acompanhamento da execução física e financeira é coordenado e orientado pela



Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão – APOG/EMCFA e realizado por intermédio da atuação dos Operadores das Ações Orçamentárias e seus Subchefes.

As atividades de acompanhamento são, quando pertinentes, complementadas com a produção de relatórios críticos que visam ao aperfeiçoamento das doutrinas vigentes e ao emprego judicioso e otimizado dos meios pessoais, materiais e dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis.

## 2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

Cabe chamar atenção para alguns aspectos peculiares deste Relatório, quanto a Ação Orçamentária (AO) 2872 – Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório será objeto do Relatório de Gestão da Unidade Orçamentária 52903 – Fundo do Serviço Militar. Quanto ao exercício financeiro de 2014, está prevista as inclusões do PO 0008 – Preparo e Emprego do Sistema de Mobilização Militar com PTRES - 075335 na AO 20X3 e do PO 0004 – Programa Mais Médicos com PTRES – 075334 na AO 2000, ambos sob a responsabilidade da Subchefia de Mobilização da CHELOG.

### 2.2.1 Objetivo do PPA 2012-2015 sob a responsabilidade do EMCFA:

QUADRO 1 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
<b>Descrição</b>	Intensificação do apoio, na ONU, a esforços em favor da paz e da segurança internacionais, com a participação em Missões de Paz					
<b>Código</b>	03RH	<b>Órgão</b>	Ministério da Defesa/EMCFA			
<b>Programa</b>	Política Externa			<b>Código</b>	2057	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Realização de atividades de apoio previstas	Unidade	-	52	104	89,66
2	Atividades de apoio preparatório previstas	Unidade	-	32	34	94,11
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), e em outras Missões de Paz.					

Fonte: SIOP

#### Análise Situacional

O Brasil atuou com Contingentes em duas Missões específicas da ONU, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

Foram realizadas ao longo do ano atividades com a finalidade de proporcionar o preparo e emprego de contingentes para atuar nestas duas missões, bem como aquelas visando à mobilização e desmobilização de contingentes. Dentre os vários eventos planejados e executados, destacam-se: estágios de preparação com simulação de emprego de tropas em Operações de Paz; seminários e cursos correlatos sobre Operações de Paz, no País e no exterior; atendimento de voos de apoio logístico ao Haiti; instalação do SISCOMIS nos Navios Brasileiros na UNIFIL; acompanhamento das inspeções de prontidão operacional realizadas pela ONU; viagem do Navio de Apoio Logístico ao Contingente Brasileiro (CONTBRAS). Essas atividades, além de permitirem a execução das

Missões, possibilitaram prosseguir no desenvolvimento e no aperfeiçoamento da doutrina de emprego de tropas das Forças Armadas em Operações de Paz.

Além da MINUSTAH e UNIFIL, as Forças Armadas também contribuem em 11 (onze) diferentes missões de paz da ONU e Missões de Desminagem da OEA, como observadores integrantes de Estados-Maiores ou grupo de monitores. Para isso os contingentes são adequadamente preparados por meio de cursos e da realização de exercícios práticos no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CECOPAB) e no exterior.

QUADRO 2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
<b>Descrição</b>	Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional					
<b>Código</b>	0502	<b>Órgão</b>	Ministério da Defesa/EMCFA			
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa			<b>Código</b>	2058	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Profissionalização de 56.000 jovens, pelo Programa "Soldado Cidadão"	Unidade	56.000	10.175	24.870	44,41
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SIOP

#### Análise Situacional

A meta de profissionalização de 56.000 jovens, pelo Projeto "Soldado-Cidadão", visa à qualificação de 14.000 militares por ano, de 2012 a 2015. Em 2012, a meta foi atingida com 14.695 jovens qualificados. Ao término do ano de 2013, foram qualificados 10.175 jovens em serviço militar, totalizando 24.870, restando 3.130 para o atingimento de 28.000 estabelecido até o final de 2013. Entretanto, a busca de novas parcerias para o ensino profissionalizante, dentre elas com empresas do setor de telecomunicações e com a FIRJAN-SENAI RJ, a criação de cursos de formação de condutores nos quartéis e, ainda, a contínua otimização da aplicação dos recursos pelas Organizações Militares contribuem para que a meta seja retomada para o ano de 2014, ou, até mesmo superada, como ocorreu em 2012.

**QUADRO 3 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO</b>						
<b>Descrição</b>	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.					
<b>Código</b>	0534	<b>Órgão</b>	Ministério da Defesa/EMCFA			
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa			<b>Código</b>	2058	
<b>METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS</b>						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Atingir o percentual de 16% na implantação do Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED)	% de implantação	16%	1%	10%	62,5%
2	Atingir o percentual de 39% na implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS)	% de implantação	39%	3,5%	28%	71,8%
3	Atingir o percentual de 80% na implantação do centro de operações conjuntas	% de implantação	80%	8,2%	55%	68,8%
4	Realizar 62 operações de presença na faixa de fronteira	unidade	62	12	38	61,3%
5	Realizar cinco exercícios de simulação de combate	unidade	5	2	3	60,0%
6	Realizar oito operações conjuntas, a título de adestramento, com as Forças Armadas	unidade	8	5	7	87,5%
7	Realizar quatro operações multinacionais com as Forças Armadas estrangeiras	unidade	4	1	1	25,0%
<b>METAS QUALITATIVAS</b>						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SIOP

### Análise Situacional

Os principais Exercícios e Operações previstos para o corrente ano foram a Operação ÁGATA 7, a Operação de Adestramento Conjunto LAÇADOR 2013, o Exercício da Série FELINO 2013 e o Exercício de Simulação de Combate AZUVER.

A Operação ÁGATA 7 contou com o envolvimento de cerca de 34.000 integrantes, entre representantes das Forças Armadas, Órgãos de Segurança Pública, Agências Governamentais e universitários. Esta Operação foi conduzida no período de 18 de maio a 05 de junho de 2013, cobrindo toda a faixa de fronteira brasileira (17.000 km).

A Operação de Adestramento Conjunto LAÇADOR 2013 foi realizada no período de 16 a 27 de setembro de 2013, na região que abrangeu os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e parte do Oceano Atlântico. Essa Operação contou com a presença de cerca de 8.000 militares das três Forças Singulares.

O Exercício FELINO foi realizado no Brasil, na região de Itaoca-ES, sob a coordenação da Marinha do Brasil (MB), no período de 16 a 27 de setembro de 2013 e teve como finalidade exercitar uma Força-Tarefa Conjunta e Combinada, no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no sentido de incrementar a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados Membros e o treinamento para o emprego das mesmas em operações de paz e ajuda humanitária.

O Exercício AZUVER foi realizado em duas fases distintas. A primeira fase aconteceu no período de 07 a 18 de outubro e a segunda entre 04 a 14 de novembro de 2013. Esse Exercício contou com a presença de cerca de 500 Oficiais-Alunos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores das três Forças Singulares, com o propósito de dar continuidade à integração desses Oficiais no Planejamento de Operações Conjuntas.

#### QUADRO 4 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
<b>Descrição</b>	Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
<b>Código</b>	0547	<b>Órgão</b>	Ministério da Defesa/EMCFA			
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa			<b>Código</b>	2058	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Alistar 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório.	unidade	7.198.400	2.113.126	4.529.357	59,17%
2	Implantar 24% do sistema nacional de mobilização.	% de implantação	24%	2%	3%	12,5%
3	Implantar 70% do Sistema de Informações Gerenciais de Logísticas de Defesa (SIGLD).	% de implantação	70%	50%	60%	85%
4	Realizar 12 exercícios de mobilização para a defesa nacional.	unidade	12	1	2	16,67%
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Concluir a implantação da estrutura de preparo e emprego da mobilização militar, em 2014					
2	Implantar o sistema de empresas de interesse nacional					
3	Implantar o Sistema de Tecnologia e Inovação Militar(SisTIM)					
4	Integrar o Sistema de empresas de Interesse da Defesa Nacional com o Sistema Georreferenciado da Presidência da República e com Catálogo Brasileiro de Itens e Empresas (CATBR)					
5	Realizar, a cada biênio, pelo menos um exercício logístico sobre o emprego das Forças Armadas em casos de desastres					

Fonte: SIOP, SIAFI GERENCIAL

#### Análise Situacional

O Estado Maior das Forças (EMCFA), por intermédio da Chefia de Logística, tem envidado esforços no sentido de promover, a interoperabilidade entre as Forças Armadas no que se refere a Logística e a Mobilização. Nesse contexto, o foco das atividades visa a realização de metas previstas no plano plurianual.

No campo de Mobilização Nacional, o esforço está voltado no campo sistema, estrutura, doutrina e articulação, com outros países. Ressalta-se, que os debates da Doutrina de Mobilização Nacional nas reuniões da Secretaria Executiva do SINAMOB, em 2013, contribuíram para contribuir a necessidade de reestruturar o SINAMOB, aprimorando o marco legal de mobilização. Assim, a participação direta de representantes de órgãos governamentais na capacitação de vinte e oito estagiários, no Curso de Logística e Mobilização Nacional, ministrado pela Escola Superior de Guerra, permitiu apoiar a preparação de civis e militares para atuar nos níveis gerenciais executivos da logística e da Mobilização nacionais e do assessoramento aos órgãos responsáveis pela SINAMOB.

No campo da Logística, o desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização da Defesa surgiu com o intuito de desenvolver capacidades logísticas e de

mobilização, com vistas a alcançar a eficiência nos sistemas nacionais de Logísticas e Mobilização.

Desde 2011, a Chefia de Logística tem buscado soluções para implantar um sistema que integre informações logísticas recebidas das Forças Armadas e de outras organizações de interesse em proveito da Logística de Defesa com os seguintes objetivos básicos:

a) Otimizar recursos materiais, financeiros e de pessoal e incrementar o nível de integração das Forças Armadas.

b) Reforçar o nível de integração a Chefia de Logística tem realizado seminários, palestras, simpósios que tenham o objetivo de compartilhar temas com boas práticas ou atividades das três forças armadas. De forma, que se internalize o conhecimento obtido e permita que as Forças Armadas atuem em prol da interoperabilidade entre as Forças e o Ministério da Defesa.

Apesar das dificuldades de ordem orçamentária, o presente objetivo, está sendo executado a contento, priorizando atividades consideradas viáveis de interesse da Logística e da Mobilização voltadas para a Defesa Nacional.

QUADRO 5 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
<b>Descrição</b>	Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.					
<b>Código</b>	0554	<b>Órgão</b>	Ministério da Defesa/EMCFA			
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa			<b>Código</b>	2058	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Realizar 32 reuniões bilaterais com as Forças Armadas estrangeiras	Atas de reunião	32	12	22	68,8
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
2	Fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional, por intermédio da cooperação na área de Defesa					

Fonte: SIOP

#### Análise Situacional

Em 2013, representantes do EMCFA participaram de reuniões bilaterais e/ou multilaterais com países com os quais o Brasil busca ou é solicitado a possuir um estreito relacionamento, tais como África do Sul, Alemanha, China, Equador, França, Índia, Namíbia, Peru, Portugal e Suriname, visando ao estabelecimento e/ou incremento de parcerias e intercâmbios com as suas Forças Armadas.

Ainda ao longo de 2013, procurou-se executar atividades de cooperação internacional inseridas no âmbito do interesse do MD, no sentido de buscar o fortalecimento das relações bilaterais e suprir eventuais carências apresentadas pelas Forças Armadas dos seguintes países amigos: Cabo Verde, Guiana, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Suriname; e Timor Leste.

No intuito de fortalecer parcerias regionais, cabe destacar o protagonismo brasileiro na condução e/ou coordenação dos trabalhos relacionados ao Plano de Ação 2013 do Conselho de Defesa Sul-Americano da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), notadamente nos setores de política de defesa, cooperação militar, ações humanitárias, operações de paz, formação e capacitação e indústria de defesa; assim como a participação brasileira nas reuniões promovidas

pelo Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Apesar das dificuldades de ordem orçamentária, decorrentes do estabelecimento, no âmbito do Poder Executivo Federal, de contingenciamento e definição de nova programação orçamentária e financeira, nos termos do Decreto Nº 8.021, de 29 de maio de 2013, avalia-se que o presente Objetivo foi cumprido a contento em 2013, em função dos arranjos de gestão levados a efeito, tais como, o estabelecimento de prioridades para a realização de reuniões bilaterais no exterior e o incremento da realização de eventos no País. Por sua vez, a ampla participação brasileira na área de defesa vem promovendo o fortalecimento do Estado brasileiro, especialmente junto aos países sul-americanos.

## 2.2.2 Ação da LOA 2013 de responsabilidade do EMCFA

QUADRO 1 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2057.20X1			<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Título</b>	Participação Brasileira em Missões de Paz					
<b>Iniciativa</b>	03RH - Intensificação do apoio, na ONU, a esforços em favor da paz e da segurança internacionais, com a participação em Missões de Paz					
<b>Objetivo</b>	Promover e participar da discussão sobre os principais temas pertinentes à paz e à segurança internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não-proliferação, nos diferentes foros de negociação bilateral, regional e multilateral. <b>Código:</b> 0902					
<b>Programa</b>	Política Externa		<b>Código:</b> 2057		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
323.400.000	252.900.000	255.873.338	175.341.246	166.223.642	9.117.603	80.532.092
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Missão realizada		unidade	3	3	3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIAFI Gerencial e SIOP

### Ação 20X1 - Participação Brasileira em Missões de Paz

Em 2013, o Brasil atuou com Contingentes em duas Missões específicas da ONU, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

Foram realizadas ao longo do ano diversas atividades com a finalidade de proporcionar o preparo e emprego de contingentes para atuar nestas duas missões, bem como atividades visando à mobilização e desmobilização de contingentes. Dentre os vários eventos planejados e executados, destacam-se: estágios de preparação com simulação de emprego de tropas em Operações de Paz; seminários e cursos correlatos sobre Operações de Paz, no país e no exterior; atendimento de voos de apoio logístico ao Haiti. Essas atividades, além de permitirem a execução das Missões,

possibilitaram prosseguir no desenvolvimento e no aperfeiçoamento da doutrina de emprego de tropas das Forças Armadas em Operações de Paz.

Os valores inscritos em RP, correspondem a empenhos emitidos somente no ano de 2013 e somam o valor de R\$ 89.649.695,74 (35%).

### **Ação 20X1 Plano Orçamentário 0001 - Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH**

O Ministério da Defesa, cumprindo acordo internacional firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas – ONU, mantém, desde 2004, um contingente de militares das Forças Armadas na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH, além de participar com um General de Divisão desempenhando a função de “Force Commander” do Componente Militar. Atuando, até o mês de maio, com 1910 militares, o contingente brasileiro encontra-se desdobrado no terreno em três organizações militares: dois Batalhões de Infantaria de Força de Paz (BRABATT 1 e 2) e um Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY). A partir do mês de maio, ocorreu a desativação de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABATT 2), reduzindo o contingente para 1450 militares.

No ano de 2013, o contingente brasileiro continuou desempenhando sua tarefa de criar condições de um ambiente seguro e estável de forma a permitir a reconstrução das Instituições que fundamentarão o Estado de Direito haitiano. Em decorrência da atuação eficiente do Componente Militar da MINUSTAH, a situação de estabilidade no Haiti tem apresentado indicadores aceitáveis de segurança. A MINUSTAH contribui com a estabilização político-institucional do Haiti para o seu desenvolvimento social e econômico, sendo reconhecida internacionalmente como uma das missões de paz das Nações Unidas de maior sucesso.

Destaca-se no ano de 2013, por parte do contingente brasileiro que compõe o Componente Militar da MINUSTAH, a realização das seguintes tarefas: patrulhamento de ruas, localidades e campos de deslocados; escoltas e comboios; ocupação de Pontos Fortes; e realização de trabalhos de engenharia em favor da mobilidade da tropa. As Forças, sob a coordenação do Ministério da Defesa, contribuíram por meio da realização da substituição dos militares integrantes do Contingente Brasileiro, empregando aeronaves da Força Aérea Brasileira para transporte dos militares em voos de rodízio e desmobilização; pela realização de 14 (catorze) voos logísticos para reabastecer o Contingente Brasileiro transportando diversos materiais de manutenção e reparo de equipamentos, munição (inclusive não letal), além de outros itens relacionados à manutenção das condições de operacionalidade da tropa; pelo transporte de equipes de manutenção da Marinha e do Exército, visando a melhorar as condições gerais dos equipamentos e armamentos da tropa brasileira, mantendo-os em pleno emprego; e por intermédio de três viagens de apoio logístico, empregando navio da Marinha do Brasil, transportando equipamentos de grande porte e materiais diversos.

Além das ações realizadas em prol da atividade-fim do contingente, que é prover a segurança, como forma de contribuir com a melhoria das condições de vida da população mais carente, as tropas brasileiras desenvolveram, voluntariamente, diversos projetos sociais, tais como: “Esporte para a Paz”; “Quarteirão Limpo”, em parceria com a Embaixada Brasileira no Haiti; apadrinhamento de escolas, creches e orfanatos, com doação dos próprios militares; além do fornecimento de água, alimentação e assistência médica.

## **Ação 20X1 Plano Orçamentário 0002 - Força Interina das Nações Unidas no Líbano – UNIFIL**

O Ministério da Defesa, cumprindo acordo internacional firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas – ONU, a partir do ano de 2011, mantém um contingente de militares da Marinha do Brasil na Força Internacional das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

No ano de 2013, o contingente brasileiro contou com a participação das Fragatas Classe Niterói, F-42 “CONSTITUIÇÃO” e F-45 “UNIÃO”, empregadas no primeiro e segundo semestre de 2013, respectivamente, com um efetivo total de 250 militares da MB por navio, e com o guarnecimento do Comando da Força-Tarefa Marítima, atuando com um Contra-Almirante e mais 12 (doze) militares no seu Estado-Maior.

No Líbano, a situação na área de operação da UNIFIL é de relativa tranquilidade. Contudo, há tensão devido ao entorno regional. Os atentados a bomba na faixa entre Beirut (capital) e Nagoura (sede da UNIFIL), ainda constituem-se como fatores de insegurança. A UNIFIL tem se empenhado em negociar o estabelecimento conjunto de “medidas de segurança marítima” que reduzam as situações de confronto entre Israel e o Líbano, com base em proposta do Comandante da Força-Tarefa Marítima.

A Força-Tarefa Marítima tem como tarefas principais: impedir a entrada ilegal, nos portos do Líbano, de armas e materiais afins; e treinar a Marinha libanesa para que, no futuro, possa assumir o controle de suas próprias águas jurisdicionais. Esta é primeira operação de paz de caráter naval que a ONU realiza e a primeira vez que o comando da Força-Tarefa Marítima está a cargo de um país não membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

## **Ação 20X1 Plano Orçamentário 0003 - Outras Missões de Paz**

Além da MINUSTAH e UNIFIL, as forças Armadas e as Polícias Militares do Brasil também têm contribuído com 50 militares e 36 policiais militares, respectivamente, em 11 (onze) diferentes missões de paz da ONU e Missões de Desminagem da OEA, onde participam como observadores os integrantes de Estados-Maiores ou grupo de monitores. Eles atuam nos seguintes países/regiões: Sudão do Sul; Abyei; Libéria; Costa do Marfim; Timor Leste; Chipre; Saara Ocidental; Colômbia; Peru e Equador. Para isso os contingentes são adequadamente preparados por meio de cursos e da realização de exercícios práticos.

## **Ação 14SY - Apoio à Realização de Grandes Eventos**

A Ação 14SY – apoio à realização para os grandes eventos envolveu, no ano de 2013, recursos para o cumprimento de tarefas discriminadas na Matriz de Responsabilidades, documento que discrimina a alocação de recursos por ano de execução ( 2012, 2013, e 2014), por Força Singular ( Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; Marinha do Brasil; Exército Brasileiro; e Força Aérea Brasileira); por eixo, ou Plano Orçamentário ( Comando e Controle, Defesa Cibernética, Defesa Aeroespacial e Controle do Espaço aéreo, Defesa de Estruturas Estratégicas, Defesa de Área Marítima e Fluvial, Defesa Química Biológica, Nuclear e Radiológica; Prevenção e Combate ao Terrorismo; Emprego de Helicópteros; Preparo e Emprego da Força de Contingência; e Fiscalização de Explosivos ).

O processo de validação da Matriz de Responsabilidade envolve a apresentação e aprovação de cada uma das atividades discriminadas nos diferentes PO por um grupo coordenação pela Casa Civil da Presidência da República e composto pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Ministério da Justiça, Ministério do Esporte, Gabinete Segurança Institucional/ABIN, Controladoria Geral da União, AGU, Secretaria Tesouro Nacional e Secretaria Orçamento Federal.



Aprovada a Matriz de Responsabilidades, os recursos são alocados pela LOA e são disponibilizados, conforme o previsto e aprovado na própria Matriz. Assim, no ano de 2013, foram disponibilizados os recursos para o EMCFA e Forças Singulares conforme o quadro abaixo:

<b>FORÇA</b>	<b>VALOR</b>
EMCFA	300.000,00
MARINHA DO BRASIL	151.644.766,00
EXÉRCITO BRASILEIRO	174.198.025,00
FORÇA AÉREA BRASILEIRA	138.626.566,00
<b>TOTAL</b>	<b>418.515.322,00</b>

Os valores acima foram alocados por Força e por Eixo de atuação, isto é por PO, conforme a previsão orçamentária consolidada na Matriz de Responsabilidades.

O acompanhamento da aplicação destes recursos foi realizado por intermédio de extratos SIAFI e, principalmente, através de reuniões quinzenais realizadas no Ministério da Defesa com a participação de representantes da AEGE/EMCFA, da MB, do EB, e da FAB. Nestas oportunidades foram verificadas necessidades de reajustes no planejamento inicial, particularmente após a realização da Copa das Confederações que ofereceu dados mais precisos ao planejamento.

Nestes casos, depois de identificada e discutida a nova necessidade que se apresentava foram realizados estudo por parte deste Ministério buscando a melhor solução para atender ao problema apresentado. Concluída esta fase, era preparado um processo simples que consolidava os estudos e preparado um processo simples que se baseava em uma apresentação ao mesmo fórum coordenado pela Casa Civil que havia aprovado a mesma matriz anteriormente. Uma vez aprovada a nova proposta, a Matriz de Responsabilidade era atualizada, sendo adotadas as medidas orçamentárias decorrentes. A última atualização deste nível foi realizada em reunião levada a efeito em 10 dezembro de 2013.

Assim, após o repasse dos recursos cada uma das Forças Singulares passaram a ser as gestoras e executoras dos respectivos recursos, sendo estas as responsáveis por sua aplicação, que acompanhadas pelos respectivos Órgãos de Controle Interno, no âmbito de cada Comando.

Análise Situacional - A Ação 14SY teve origem no ano de 2013, não existindo na PLOA, logo foi uma emenda parlamentar que deu origem a ela e o respectivo recursos orçamentários, visto isso esta Ação não tem Metas, somente “Eixos de Atuação” durante o evento Copa FIFA 2014 e Copa das Confederações.

Os recursos utilizados no EMCFA tiveram a seguinte destinação:

Os recursos descentralizados para o Escritório no Rio de Janeiro R\$ 38.000,00 foram empregados na realização, em 05 Mar 2013, de reunião, em 05 Mar 2013, de Coordenação e aprovação do Planejamento Estratégico de Segurança Pública e de Defesa para a Copa do Mundo FIFA BRASIL 2014; entre os Ministérios da Defesa, Ministério da Justiça e Gabinete de Segurança Institucional, representados por seus respectivos Ministros; os Coordenadores de Área, acompanhados por seus respectivos Chefes dos Estados-Maiores e representantes do Ministério da Justiça de cada uma das 06 ( seis) cidades sedes da Copa das Confederações.

Os recursos descentralizados para o Escritório no Rio de Janeiro R\$ 19.400,00 foram empregados, pelo Escritório no Rio de Janeiro , em telefonia, material de expediente e manutenção de viaturas.

Os gastos com diárias e passagens, R\$ 184.423,00, foram efetuados para possibilitar a visita de coordenação, orientação, acompanhamento e supervisão das atividades desenvolvidas, nas cidades sedes, em proveito da COPA FIFA 2014 e Copa das Confederações.

Resultados Alcançados - Os resultados previstos foram atingidos conforme se evidenciou na Copa das Confederações. Para a Copa FIFA 2014 estamos na fase de planejamento final e execução da missão.

### Ação 14SY Plano Orçamentário 000A - Fiscalização Explosivos

#### QUADRO 2 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.14SY.000A					<b>Tipo:</b> projeto
<b>Título</b>	Fiscalização Explosivos					
<b>Iniciativa</b>	04E4 – Apoio à Realização de Grandes Eventos					
<b>Objetivo</b>	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle. <b>Código:</b> 0534					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
<b>2.596.153</b>	<b>2.596.153</b>	<b>2.541.140</b>	<b>2.270.457</b>	<b>2.256.984</b>	<b>13.473</b>	<b>270.683</b>
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Fiscalização realizada		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: Controles Internos Administrativos.

## Ação 14SY Plano Orçamentário 0001 - Comando e Controle

### QUADRO 3 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.14SY.0001					<b>Tipo:</b> projeto
<b>Título</b>	Comando e Controle					
<b>Iniciativa</b>	04E4 – Apoio à Realização de Grandes Eventos					
<b>Objetivo</b>	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.					<b>Código:</b> 0534
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
50.522.627	50.522.627	50.129.886	29.467.185	28.586.095	881.090	20.662.700
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Centro Implantado		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: Controles Internos Administrativos.

No que se refere ao EMCFA, que recebeu o valor de R\$ 300.000,00 dos recursos alocados na totalidade no Eixo de Comando e Controle, sendo empregados conforme segue abaixo:

a) Apoio à reunião de coordenação dos Coordenadores de Defesa de Área (CDA) na cidade do Rio de Janeiro em 05 de março de 2013, no valor de R\$ 38.000,00.

b) Apoio ao Escritório da Assessoria Especial para Grandes Eventos (AEGE) no Rio de Janeiro, em telefonia, rancho, material de expediente e manutenção de viaturas no valor de R\$ 19.400,00.

c) Gastos com diárias e passagens efetuadas para supervisão da COPA FIFA 2014 e Copa das Confederações, no valor de R\$ 184.423,00.

No EMCFA não foram inscritos em Restos a Pagar recursos, nem em 2013 nem em anos anteriores.

## Ação 14SY Plano Orçamentário 0002 - Defesa Cibernética

### QUADRO 4 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.14SY.0002					<b>Tipo:</b> projeto
<b>Título</b>	Defesa Cibernética					
<b>Iniciativa</b>	04E4 – Apoio à Realização de Grandes Eventos					
<b>Objetivo</b>	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle. <b>Código:</b> 0534					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.171.037	21.171.037	21.160.157	12.467.500	122.447.009	20.491	8.692.656
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Ação Realizada		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: Controles Internos Administrativos.

## Ação 14SY Plano Orçamentário 0003 - Defesa Aeroespacial

### QUADRO 5 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.14SY.0003					<b>Tipo:</b> projeto
<b>Título</b>	Defesa Aeroespacial					
<b>Iniciativa</b>	04E4 – Apoio à Realização de Grandes Eventos					
<b>Objetivo</b>	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle. <b>Código:</b> 0534					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
<b>108.693.060</b>	<b>108.693.060</b>	<b>114.626.620</b>	<b>87.229.659</b>	<b>87.226.555</b>	<b>3.103</b>	<b>27.396.961</b>
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Ação Realizada				Previsto	Reprogramado	Realizado
			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: Controles Internos Administrativos.

## Ação 14SY Plano Orçamentário 0004- Defesa de Infraestruturas Críticas

### QUADRO 6 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.14SY.0004					<b>Tipo:</b> projeto
<b>Título</b>	Defesa de Infraestruturas Críticas					
<b>Iniciativa</b>	04E4 – Apoio à Realização de Grandes Eventos					
<b>Objetivo</b>	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle. <b>Código:</b> 0534					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.718.263	6.718.263	6.681.276	2.256.027	2.232.924	23.103	4.425.249
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Ação Realizada		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: Controles Internos Administrativos.

## Ação 14SY Plano Orçamentário 0005 - Defesa Marítima

### QUADRO 7 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.14SY.0005					<b>Tipo:</b> projeto
<b>Título</b>	Defesa Marítima					
<b>Iniciativa</b>	04E4 – Apoio à Realização de Grandes Eventos					
<b>Objetivo</b>	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle. <b>Código:</b> 0534					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
94.450.338	94.450.338	95.725.195	54.649.577	51.481.796	3.167.780	41.075.618
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Área Protegida		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: Controles Internos Administrativos.

## Ação 14SY Plano Orçamentário 0006 - Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear

### QUADRO 8 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.14SY.0006				<b>Tipo:</b> projeto	
<b>Título</b>	Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear					
<b>Iniciativa</b>	04E4 – Apoio à Realização de Grandes Eventos					
<b>Objetivo</b>	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle. <span style="float: right;"><b>Código:</b>0534</span>					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
<b>34.996.408</b>	<b>34.996.408</b>	<b>36.818.676</b>	<b>22.671.159</b>	<b>22.638.563</b>	<b>32.595</b>	<b>14.147.517</b>
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Ação Realizada		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: Controles Internos Administrativos.



## Ação 14SY Plano Orçamentário 0007 - Defesa Contraterrorismo

### QUADRO 9 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.14SY.0007					<b>Tipo:</b> projeto
<b>Título</b>	Defesa Contraterrorismo					
<b>Iniciativa</b>	04E4 – Apoio à Realização de Grandes Eventos					
<b>Objetivo</b>	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle. <b>Código:</b> 0534					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.272.579	7.272.579	7.324.795	5.862.429	5.862.429		1.462.365
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
Ação Realizada				Previsto	Reprogramado	Realizado
			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: Controles Internos Administrativos.

## Ação 14SY Plano Orçamentário 0008 - Emprego de Helicópteros

### QUADRO 10 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.14SY.0008					<b>Tipo:</b> projeto
<b>Título</b>	Emprego de Helicópteros					
<b>Iniciativa</b>	04E4 – Apoio à Realização de Grandes Eventos					
<b>Objetivo</b>	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.					<b>Código:</b> 0534
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
37.357.513	37.357.513	38.438.374	30.553.391	30.366.863	186.528	7.884.982
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Aeronave disponibilizada		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: Controles Internos Administrativos.

## Ação 14SY Plano Orçamentário 0009 - Força de Contingência

QUADRO 11 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.14SY.0009					<b>Tipo:</b> projeto
<b>Título</b>	Força de Contingência					
<b>Iniciativa</b>	04E4 – Apoio à Realização de Grandes Eventos					
<b>Objetivo</b>	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle. <b>Código:</b> 0534					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
54.740.318	54.740.318	54.771.180	32.345.336	31.680.872	664.464	22.425.844
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Ação Realizada			-	Previsto	Reprogramado	Realizado
				-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: Controles Internos Administrativos.

QUADRO 12 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.2D55			<b>Tipo:</b> atividade		
<b>Título</b>	Intercâmbio e Cooperação Internacional na Área de Defesa					
<b>Iniciativa</b>	Desenvolvimento de ações de cooperação e intercâmbio militar não operacional com organismos internacionais e países inseridos no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira.					
<b>Objetivo</b>	Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil. <b>Código:0554</b>					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
17.709.000,00	13.509.000,00	13.209.948,90	9.930.553,36	9.913.075,14	17.478,25	3.279.395,54
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Produto:</b> Ação realizada			Unidade	10	8	10

OBS: Apesar de constar como especificação do produto “Ação realizada”, cumpre ressaltar que, consoante uma das Metas do Objetivo 0554 do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, o qual se encontra vinculado a esta Ação Orçamentária, a meta física de 10 unidades diz respeito à realização de reuniões bilaterais, trilaterais e/ou multilaterais com Ministérios de Defesa de países inseridos no espectro de interesse do Brasil. Para tanto, cabe ressaltar que a Ação custeia a execução da meta qualitativa, que sejam as atividades de cooperação internacional, tendo sido comprometida e cuja execução foi postergada para 2014.

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
435.914,95	342.089,09	117.682,65			

Fonte: SIOF

### Ação 2D55 - Intercâmbio e Cooperação Internacional na Área de Defesa

Sobre o saldo de Restos a Pagar, Não Processados, os valores inscritos encontram-se distribuídos de acordo com as seguintes UG / órgãos:

- Comando da Marinha: 22% do valor total;
- Comando do Exército: 11% do valor total;
- Comando da Aeronáutica: 47% do valor total;
- Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID): 17% do valor total;
- Departamento de Administração Interna do MD: 3% do valor total.

Cabe ressaltar que os montantes dos Comandos das Forças são consequência de recursos recebidos do MD para custear a futura implantação das novas Aditâncias de Defesa e a criação de novas creditações, em consequência da entrada em vigor do Decreto N° 8.125, de 21 de outubro de 2013, que acrescentou seis novos países dentre aqueles que contam com a presença de adidos militares brasileiros junto às representações diplomáticas.

Com respeito ao Departamento de Administração Interna do MD e à RBJID, os recursos destacados foram destinados ao custeio dessas unidades que por não terem sido concluídos até o encerramento do exercício não puderam ser liquidados.

Análise Situacional - A execução físico-financeira em 2013 foi caracterizada por três fases distintas, a saber:

1ª fase, compreendendo o período até a entrada em vigor da LOA – 2013 (Lei Nº 12.798, de 4 de abril de 2013), foi pautada pelos duodécimos, tendo em vista que a dotação orçamentária, no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa (MD), não havia sido estabelecida pela LOA e, conseqüentemente, para a Ação 2D55.

Nesse contexto, procurou-se realizar as reuniões bilaterais já acordadas previamente com países inseridos no entorno estratégico ou do espectro de interesse do Brasil, tais como África do Sul e França.

2ª fase da execução físico-financeira caracterizou-se pela definição dos limites orçamentários autorizados para a Ação, estabelecidos pelo Decreto Nº 7.995, de 2 de maio de 2013, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira para 2013. Assim, a dotação orçamentária se manteve coincidente com os valores da dotação inicial aprovada pela LOA, quais sejam, GND 3 – ODC R\$ 11.899.000,00 e GND 4 – INV R\$ 5.810.000,00. Desse modo, a Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE) do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas deu seqüência ao seu Plano de Ação como um todo, por meio da realização de reuniões bilaterais e trilaterais com os Ministérios da Defesa dos seguintes países: China, Índia e África do Sul, este último também como integrante do Fórum de Diálogo IBAS.

3ª fase compreende o período de contingenciamento e definição de nova programação orçamentária e financeira, apresentada pelo Decreto Nº 8.021, de 29 de maio de 2013. Nesse contexto, a Ação sofreu um contingenciamento da ordem de 27%, passando a contar com a seguinte dotação: GND 3 – ODC R\$ 11.099.000,00 e GND 4 – INV R\$ 1.910.000,00, a qual motivou uma primeira revisão do planejamento físico da ordem de 20% em comparação com as estabelecidas inicialmente, tendo as mesmas sido reprogramadas para oito reuniões realizadas.

Assim, os ajustes levados a efeito no Plano de Ação da CAE focaram a racionalização de reuniões bilaterais, por meio do estabelecimento de prioridades para a realização de eventos no exterior, incremento de atividades no País e cancelamento/postergação de alguns eventos programados para 2013.

Tais arranjos de gestão, aliados a rigorosas medidas de controle adotadas ao longo do 2º semestre, proporcionaram as correções de rumo necessárias à execução integral do Plano de Ação revisado da CAE, permitindo retomar a quantidade de metas físicas programadas inicialmente.

Em consequência, foram realizadas, no 2º semestre, reuniões bilaterais com os seguintes países: Alemanha, Equador, Namíbia, Peru, Portugal e Suriname.

Merece destaque, ainda, o fato de que, em 5 de dezembro, houve um descontingenciamento de R\$ 300.000,00, o qual foi transferido às Forças para atendimento de despesas relacionadas às Aditâncias militares brasileiras no exterior.

Resultados Alcançados - Em 2013, além das ações elencadas acima, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da LOA e do PPA:

- a) Manutenção da Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa e da Representação Permanente do Brasil junto à Conferência de Desarmamento / ONU, em Genebra;
- b) Participação e organização de reuniões do tipo “Diálogo Político-Estratégico no âmbito da Defesa” com Canadá, Estados Unidos e Portugal;
- c) Organização, planejamento e execução do I Seminário de Segurança e Vigilância do

Tráfego Marítimo e Busca e Salvamento para os países membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), realizado em Salvador – BA;

d) Apoio às comitivas do Ministério da Defesa em missão / visita aos seguintes países: Angola, Argentina, Cabo Verde, Equador, Eslováquia, Turquia e Uruguai;

e) Apoio às comitivas, em missão / visita ao Brasil, dos seguintes países: Argentina, Angola, Canadá, China, Chile Colômbia, Coréia, Cabo Verde, Equador, Estados Unidos da América, França, Itália, Índia, Libéria, Moçambique, Maurítânia, Namíbia, Nigéria, Paquistão, Peru, Reino Unido, Rússia, Senegal, Sérvia, Tanzânia e Venezuela;

f) Participação em reunião bilateral da Comissão Binacional Fronteiriça Brasil – Colômbia, e no Congresso Sul-Americano de Inteligência Estratégica;

g) Participação em reuniões de diversos fóruns internacionais, sob a égide da ONU, em estreita coordenação com o Ministério das Relações Exteriores e com as Representações Permanentes do Brasil em Genebra e em Nova Iorque; e

h) Criação das Aditâncias de Defesa em Cabo Verde, Etiópia, Indonésia, Líbano, República da Coréia e Senegal.

#### QUADRO 13 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.20X3.0005			<b>Tipo:</b> atividade		
<b>Título</b>	Sistema de Informação Logística de Defesa					
<b>Iniciativa</b>	Desenvolvimento, integração e aperfeiçoamento dos Sistemas de Mobilização e Logística em proveito da Defesa Nacional					
<b>Objetivo</b>	Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional. <b>Código:0547</b>					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.200.000	1.200.000	1.186.833	1.186.833	1.186.833	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Produto:</b> ação implementada		unidade	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	ação implementada		unidade	-

Fonte: SIOP, SIAFI GERENCIAL

#### Ação 20X3 Plano Orçamentário 0005 - Sistemas de Informações Logísticas de Defesa

O recurso orçamentário aprovado na LOA/2013 para execução das atividades da Subchefia de Integração Logística (SUBILOG) totalizou R\$ 1.200.000,00, assim distribuídos: GND 3 - R\$ 1.120.000,00 e GND 4 - R\$ 80.000,00. O valor de R\$ 1.186.833,91 representa as despesas empenhadas e executadas no ano de 2013, o que equivale a 99%.

Cabe mencionar que as despesas mais expressivas decorreram do desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD) cujo conceito operacional recebeu ajustes a fim de ampliar sua abrangência. Assim, 04 módulos foram planejados e realizados, sendo eles: Controle de Acesso, Serviço Logístico, Gerência de Dados e Cenário Logístico e Mobilização. O Módulo de Serviço Logístico foi instalado para teste e tiveram início as adequações necessárias para comunicação com o SIPLOM.

O Módulo de itens de suprimentos começou a ser desenvolvido, após novo levantamento de necessidades. Destaca-se que a instalação do SIGLMD para testes está prevista para o segundo semestre de 2014, com conclusão até o final desse ano.

As seguintes atividades foram empreendidas pela SUBILOG:

a) Visita técnica no Comando Logístico de Área de Operações (CLAO) da Operação Ágata 7 com a finalidade de conhecer o funcionamento de um CLAO e sua função na coordenação de atividades logísticas em áreas de operações e coleta de dados de interesse da Logística, a fim de levantar requisitos básicos em prol dos SIGLMD;

b) Participação no Seminário Ferrovias - Mobilidade Urbana Transporte de Carga e Indústria, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e acompanhamento de projetos governamentais que pudessem envolver alterações na infraestrutura logística instalada de interesse da Defesa;

c) Participação no Seminário "Defense Logistic", em Arlington Virginia – EUA;

d) Participação na Conferência Latino-Americana de VANT;

e) Participação na Palestra de Encerramento do Curso Superior de Política e Estratégia;

f) Participação na Feira da LAAD – "Defense & Security" por meio da coordenação e execução do VI Simpósio Internacional de Logística Militar;

g) Organização de Ciclo de palestras no auditório Ministério da Defesa de Brasília. Os temas abordados foram Terceirização e Licitação e Contratação de Serviços e Metodologia para avaliação da Base Logística de Defesa e das Políticas Públicas relacionadas. O objetivo das palestras foi ampliar e compartilhar conhecimentos no âmbito das Forças para viabilizar a integração de esforços logísticos e racionalização administrativa;

h) Realização de duas (02) Jornadas de Interoperabilidade Logística (JIL) com o objetivo de elevar os níveis de cooperação, compartilhar práticas de gestão inovadoras, fortalecer a interoperabilidade logística entre os meios das Forças singulares e proporcionar a simplificação da estrutura do apoio logístico. A primeira JIL abordou o tema Atualidades e Boas práticas das Forças e foi coordenada pelo Exército Brasileiro, na cidade de Brasília. A segunda JIL tratou do tema Sistemas de Recursos de Tecnologia de Informação empregados em atividades logísticas, e foi coordenada pela Força Aérea de Brasília na cidade de Guarulhos-SP;

i) Participação, como observador, no exercício "EAGLE FLAG" em New Jersey nos Estados Unidos, organizado anualmente pelo "United States Transportation Command – USTRANCOM", com objetivo de adestrar as suas estruturas logísticas de transporte em apoio a um comando operacional conjunto;

j) Participação na reunião do Conselho de Defesa Sul-Americano, a fim de estabelecer um mecanismo de resposta aos desastres naturais, por meio de um protocolo de cooperação apresentado pelo Peru e de um inventário de capacidades de defesa dos estados para resposta aos desastres apresentados pelo Brasil;

k) Participação nas reuniões para o Planejamento Tático e Operacional CORAL, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro/RJ;

- l) Apoio nas atividades do Centro de Coordenação Logística e de Mobilização (CCLM) durante as operações militares;
- m) Participação nas duas fases do Exercício de Simulação de Combate AZUVER, Planejamentos Operacional e Tático, ocorridas na cidade do Rio de Janeiro/RJ.
- n) Participação em reuniões para a realização do Planejamento Estratégico para a Copa do Mundo de 2014, ocorrida no Batalhão do Exército em Brasília;
- o) Participação nas reuniões para o Planejamento Operacional e Tático ÔNIX, ocorrida na cidade de Manaus/AM;
- p) Participação em reuniões sobre as atividades do Subgrupo Temático Registro no Sistema Nacional de Armas de todas as armas de fogo destruídas, do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH);
- q) Participação em reuniões de Monitoramento do Plano Nacional de Gestão de Riscos, coordenado pela Casa Civil (Defesa Civil);
- r) Participação em reuniões do Grupo de Trabalho (GT) para Estrutura Sistêmica de Logística no âmbito do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA);
- s) Participação em reuniões do conselho fiscal da Indústria de Material Bélico (IMBEL);
- t) Participação em reuniões da 3ª etapa do programa MAIS MÉDICOS, do Governo Federal, no Ministério da Saúde;
- u) Participação em reuniões do GT para Implementação de uma Estrutura Sistêmica de Logística no âmbito do EMCFA;
- v) Participação na reunião extraordinária do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC) e X Fórum Nacional de Defesa Civil, na cidade de Joinville-SC;
- w) Participação como representante do Ministério da Defesa junto ao Conselho de Defesa Sul-Americano no primeiro exercício de aplicação de metodologia de transparência dos inventários militares, no âmbito do Conselho, em Santiago do Chile;
- x) Realização da 10ª e da 11ª Sessões da Comissão de Logística Militar – COMLOG, em maio e novembro; e
- y) Reunião para revisão do Plano de Articulação e Equipamento da Defesa (PAED).

Dentre as atividades da SUBILOG destaca-se o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos GT instituídos pela Portaria nº 1.065/MD, de 28 de junho de 2010, para compor representantes das Subcomissões, no âmbito da Comissão de Logística Militar (COMLOG), de programas e projetos comuns às Forças Armadas.

A finalidade das Subcomissões é estabelecer, coordenar e propor medidas que visem elevar os níveis de cooperação e de interoperabilidade logística entre as Forças Armadas. As seguintes Subcomissões encontram-se em vigor: Subcomissão de implantação de projeto-piloto, na Base Aérea de Belém (BABE), para compartilhamento de infraestrutura para unidades aéreas (S-I), Subcomissão de implantação de compartilhamento de infraestruturas de apoio entre a Agência Fluvial da MB e a Companhia de Embarcações do EB, em Tefé-AM (S-II), Subcomissão para a estruturação da transferência, para a região central do país, da Brigada de Infantaria Paraquedista, do EB e do 1º Grupo de Transporte de Tropa, da FAB (S-III), Subcomissão de integração de ações para otimização de construção e modernização de pistas de pouso (S-IV), Subcomissão para o estabelecimento de Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC) para VANT/ARP (S-V), Subcomissão para a implementação de projeto de desenvolvimento conjunto de míssil superfície-ar de média altura (S-VI), Subcomissão para a implantação de um Centro Conjunto de instrução básica para pilotos de helicópteros e para o estabelecimento de ROC para helicóptero comum de instrução



(S-VII), Subcomissão de embarcações anfíbias e lanchas de combate (S-VIII), Subcomissão de desenvolvimento e aquisição de equipamentos de visão noturna (S-IX), Subcomissão de desenvolvimento e aquisição conjunta de armas leves (S-X), Subcomissão de simuladores (S-XI), Subcomissão para a Integração de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (QBRN) (S-XII), Subcomissão para o Projeto Rádio Definido por Software (S-XIII), Subcomissão para elaboração dos ROC para Pistola 9 mm e para Submetralhadora 9 mm (S-XIV), Subcomissão de Integração das Áreas de Medicina Operativa e Saúde de Campanha (S-XV).

O resultado do trabalho dos GT está sendo consolidado em um documento denominado ROC, que é um conjunto de especificações operacionais exigidas pelas três Forças Armadas (FA) para a compatibilização e emprego operacional de um determinado material de emprego operacional. Os ROC são publicados em portarias normativas e divulgados no Diário Oficial União (DOU). Até o presente momento foram publicados 40 (quarenta) ROC, sendo 24 (vinte e quatro) no ano de 2013.

Por fim, os trabalhos desenvolvidos em 2013 permitiram coordenar e propor medidas para elaboração de atividades conjuntas por meio de programas e projetos comuns às Forças Armadas.

Não houve inscrição em restos a pagar tendo em vista que todas as despesas foram empenhadas e pagas durante o exercício financeiro de 2013.

Foram identificados os riscos para o não atendimento às necessidades de recursos inviabilizaria o pagamento das parcelas previstas para o ano de 2013 do termo aditivo nº 23000/12-030/01 cujo objeto é o desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa. Em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa, busca-se implantar um sistema que integre informações logísticas recebidas das Forças Singulares e de outras organizações de interesse, em proveito da Logística de Defesa, e dar continuidade aos esforços de interoperabilidade logística entre as Forças, por meio de grupos de trabalho da Comissão de Logística Militar (COMLOG), realização de jornadas e reuniões afetas, iniciativas estas que ficariam inviabilizadas caso não fossem alocados os recursos demandados.

O controle interno é realizado com base no acompanhamento do Plano de Trabalho Anual elaborado individualmente para cada Plano orçamentário, guardando conformidade com as metas e iniciativas previstas na ação governamental, mediante o monitoramento dos indicadores existentes.

QUADRO 14 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.20X3.0006				<b>Tipo:</b> atividade	
<b>Título</b>	Implantação do SINAMOB					
<b>Iniciativa</b>	Desenvolvimento, integração e aperfeiçoamento dos Sistemas de Mobilização e Logística em proveito da Defesa Nacional					
<b>Objetivo</b>	Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional. <b>Código:</b> 0547					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
160.000	160.000	148.913	148.913	148.913	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante	
					Previsto	Reprogramado

<b>Produto:</b> ação implementada		unidade	-	-	-
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0	0	0	ação implementada	unidade	-

Fonte: SIOP, SIAFI GERENCIAL

## **Ação 20X3 Plano Orçamentário 0006 - Implantação do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB)**

Em 2013, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito do Plano Orçamentário 006:

A evolução da meta no 1º semestre de 2013 foi de 1%. Somado ao percentual realizado em 2012, a meta atingiu o patamar de 5%. Assim, a implantação do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) poderá não atingir aos 24% estipulados no Programa Plurianual (PPA), tendo em vista as restrições orçamentárias vigentes.

A importância da implantação do SINAMOB consiste por ser um conjunto de órgãos que atuam de modo ordenado e integrado, a fim de planejar e realizar todas as fases de mobilização e desmobilização nacionais, conforme é preconizado no artigo 5º da Lei Nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007. Com relação à implantação do SINAMOB, procurou-se, no período em questão, realizar a formação e o aperfeiçoamento de quadros capazes de conduzir o preparo e a execução da mobilização nacional, tal meta está de acordo com o inciso III, do Art. 6º do Decreto 7.294, de 06 de setembro de 2010. Para atender essa determinação legal, como exemplos, realizaram-se palestras em escolas militares, como Escola Superior de Guerra (ESG). Ainda na ESG, funciona o curso de Curso de Logística e Mobilização Nacional (CLMN), cujo objetivo principal é formar recursos humanos capazes de atuar na área de mobilização e de logística. Assim, no ano de 2013 foram estabelecidos procedimentos para a implantação do Estágio de Mobilização Nacional, a ser realizado em Brasília.

O inciso V do Art. 6º do Decreto 7.294/2010 e o inciso II do Art. 14 do Decreto 6.592, de 02 de outubro de 2006, determinam a responsabilidade do comitê do SINAMOB pela busca do desenvolvimento da doutrina de mobilização nacional. Para atender essa determinação legal foi planejada e executada uma viagem para conhecer órgãos ligados à mobilização na França e na Inglaterra. Na França foram ministradas palestras sobre o papel do Estado e tiveram como objetivos de: conhecer as experiências francesas ligadas à mobilização em operações, em destaque para o papel do Estado no esforço de mobilização; a sinergia com os departamentos governamentais; a preparação e a organização das Forças Armadas francesas diante das ações de mobilização; os sistemas de tecnologia de informação e comunicação a serviço da mobilização; a mobilização de pessoal; e conhecer o planejamento e a execução da mobilização de pessoal. Na Inglaterra foram colhidas informações no Babcock International Group.

A implantação do sistema vem sendo materializada por intermédio do apoio à implantação e na manutenção de uma ferramenta de informações gerenciais de mobilização, na promoção da capacitação de recursos humanos no âmbito do SINAMOB, bem como da atualização da Doutrina de Mobilização Nacional e do correspondente marco legal de mobilização, com a reestruturação do Sistema e do apoio à implantação dos núcleos nos Órgãos de Direção Setorial.

A participação direta de representantes de órgãos governamentais na capacitação de recursos humanos, no Curso de Logística e Mobilização Nacional, ministrado pela Escola Superior de Guerra, permitiu apoiar a preparação de civis e militares para atuar nos níveis gerenciais executivos da logística e da mobilização nacionais e de assessoramento aos órgãos responsáveis pelo SINAMOB.

Ainda na capacitação de recursos humanos, avançou-se nas discussões para a criação de um

seminário de Mobilização Nacional, ministrado em Brasília, o que contribuirá com o propósito de incentivar o estudo e disseminar o tema mobilização nos escalões da administração pública.

Os debates da Doutrina de Mobilização Nacional nas reuniões da Secretaria Executiva do SINAMOB contribuíram para concluir a necessidade de sua reestruturação, aprimorando o marco legal de mobilização. O Órgão Central do Sistema, o Ministério da Defesa, apresentará Exposição de Motivos à Presidência da República.

No planejamento, buscou-se, prioritariamente a capacitação de recursos humanos, para que se obtenham quadros de pessoal capaz de atuar na área da Mobilização Nacional.

No primeiro semestre de 2013, o órgão Central do SINAMOB orientou, supervisionou e conduziu as atividades da Mobilização Nacional. Assim, palestras foram realizadas para capacitar recursos humanos do Curso de Logística e Mobilização Nacional, da Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro-RJ. As intervenções foram as seguintes: apresentação do SINAMOB e mobilização em outros países; estudo de caso; apresentação da Mobilização Militar; e apresentação do Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional.

Os integrantes da Seção de Mobilização Nacional, em Porto Alegre - RS, a fim de fazer a revisão do planejamento da Operação Conjunta Sul, sob a coordenação do EMCFA, contribuindo para o aprimoramento e a implantação do SINAMOB e o aprimoramento da Doutrina de Mobilização.

A meta física de implantar 24% SINAMOB, diante da sistemática do PPA 2012-2015 - Plano Mais Brasil, consiste em efetivar 4% no ano de 2013. No ano de 2013, diante dos cortes de recursos orçamentários provisionados, a meta física teve que ser adequada à nova realidade financeira. Assim, consideraram-se, quanto à avaliação do cumprimento das metas físicas no ano de 2013, diante dos desafios não ultrapassados, implantado 2% do SINAMOB. Por conseguinte, a meta física atribuída para 2013 não foi atingida.

Recursos em investimento e em custeio, no que foi possível, devido às restrições orçamentárias, foram descentralizados às ao Exército Brasileiro, à Marinha do Brasil e à Força Aérea Brasileira para apoiar a implantação de um sistema Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) para apoiar o SINAMOB.

Não houve inscrição em restos a pagar tendo em vista que as despesas foram empenhadas e pagas durante o exercício financeiro de 2013.

Foram identificados os riscos para o não atendimento às solicitações de recursos poderá inviabilizar a participação de representantes do órgão central de mobilização nacional e dos órgãos governamentais nacionais integrantes do Sistema de Mobilização Nacional (SINAMOB) nos exercícios de mobilização nacional coordenados pelo Ministério da Defesa, bem como na formação e aperfeiçoamento de quadros capazes de conduzir o SINAMOB e suas missões de preparo e execução da mobilização nacional, além de incentivar pessoas dos setores públicos e privados como atores da sociedade brasileira a interagir com o tema mobilização.

A estratégia prevista para superá-los é manter a participação do maior número de integrantes da sociedade brasileira dentro das fases de preparo e execução de mobilização nacional independente das restrições orçamentárias.

O controle interno é realizado com base no acompanhamento do Plano de Trabalho Anual elaborado individualmente para cada Plano orçamentário, guardando conformidade com as metas e iniciativas previstas na ação governamental, mediante o monitoramento dos indicadores existentes.

QUADRO 15 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.20X3.0007			<b>Tipo:</b> atividade		
<b>Título</b>	Preparo e Mobilização Nacional					
<b>Iniciativa</b>	Desenvolvimento, integração e aperfeiçoamento dos Sistemas de Mobilização e Logística em proveito da Defesa Nacional					
<b>Objetivo</b>	Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional. <b>Código:</b> 0547					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
190.000	190.000	189.332	189.332	189.332	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Produto:</b> ação implementada			unidade	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	ação implementada	unidade	-	

Fonte: SIOP, SIAFI GERENCIAL

### Ação 20X3 Plano Orçamentário 0007- Preparo da Mobilização Nacional

Em 2013, destacaram-se as seguintes atividades:

A participação dos integrantes do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) e convidados na Operação Ágata 7, onde foi colocado em prática o 1º Exercício de Mobilização Nacional (1ºENM), tornado possível difundir a necessidade do planejamento dentro dos ministérios.

Com a capacitação de recursos humanos permitiu adquirir conhecimentos, visando a participação no 1º EMN, com a inserção do SINAMOB nos planejamentos do Estado-Maior das Forças Armadas. Nesse sentido foram apresentados os objetivos da Mobilização Nacional na 11ª Reunião da Secretaria Executiva do Comitê do SINAMOB para o 1º EMN, para o acompanhamento da Operação Ágata e para o acompanhamento da Operação Laçador.

A 11ª Reunião da Secretaria Executiva do Comitê do SINAMOB, realizada em março de 2013, estabeleceu o cronograma das atividades de mobilização 2013. Na oportunidade foi esclarecida a intenção de constar no 1º EMN a visita à Brigada de Infantaria Paraquedista e à Força de Submarinos, ambas sediadas no Rio de Janeiro. Foi definido que no 1º EMN terá, ainda, a apresentação aos integrantes do SINAMOB dos planos setoriais de mobilização militar, bem como, sua participação na Operação Laçador.

Em continuidade as atividades do ano foram executadas reuniões preparatórias e reconhecimentos em Porto Alegre e Santa Maria-RS; apoio às atividades de mobilização e desmobilização da Operação Laçador, que teve a participação da Seção de Coordenação da Mobilização Nacional e de representantes dos Órgãos de Direção Setorial do SINAMOB.

Os objetivos da participação dos integrantes do SINAMOB foram as seguintes: internalizar as ações de mobilização e desmobilização nacionais e o SINAMOB nos Planejamentos de Operações Conjuntas Coordenadas pelo EMCFA; proporcionar aos integrantes do SINAMOB e órgãos

convidados conhecerem problemas virtuais decorrentes da decretação da Mobilização Nacional; apresentar aos integrantes do SINAMOB e órgãos convidados o campo militar do Poder Nacional, materializado nas organizações militares blindadas situadas na Guarnição de Santa Maria-RS; e despertar o comprometimento e a mentalidade de mobilização. Desse modo, a participação na Operação Laçador propiciou seguras condições para a expressiva participação dos ministérios e secretarias do Governo Federal no acompanhamento das operações militares no território nacional, ampliando o nível de conhecimento dos integrantes do SINAMOB quanto às ações voltadas à Mobilização Nacional.

As atividades supramencionadas encontram-se amparada nos seguintes documentos normativos e regulatórios: incisos III e XXVIII, do Art. 22, e do inciso XIX, do caput do Art. 84, todos da CF/88; Lei de Mobilização Nacional, Lei nº 11.631, de 27 Dez 2007; Regulamento da Lei de Mobilização Nacional, Decreto nº 6.592, de 2 Out 2008; e Política de Mobilização Nacional e Diretrizes Governamentais de Mobilização Nacional, Decreto nº 7.294, de 06 Set 2010.

A meta física de realizar 12 (doze) Exercícios de Mobilização para a Defesa Nacional, diante da sistemática do PPA 2012-2015 - Plano Mais Brasil consiste em efetivar 03 (três) Exercícios de Mobilização para a Defesa Nacional por ano. Diante dos cortes de recursos orçamentários em 2013, a meta física teve que ser adequada à nova realidade financeira, assim com os desafios não ultrapassados, foi realizado apenas um exercício, inserido na Operação Laçador (coordenada pelo EMCFA) e, por conseguinte, a meta física atribuída para 2013 não foi atingida.

Não houve inscrição em restos a pagar tendo em vista que as despesas foram empenhadas e pagas durante o exercício financeiro de 2013.

Foram identificados os riscos para o não atendimento às solicitações de recursos poderá inviabilizar a participação de representantes do órgão central de mobilização nacional e dos órgãos governamentais nacionais integrantes do Sistema de Mobilização Nacional (SINAMOB) nos exercícios de mobilização nacional coordenados pelo Ministério da Defesa, bem como na formação e aperfeiçoamento de quadros capazes de conduzir o SINAMOB e suas missões de preparo e execução da mobilização nacional, além de incentivar pessoas dos setores públicos e privados como atores da sociedade brasileira a interagir com o tema mobilização.

A estratégia prevista para superá-los é manter a participação do maior número de integrantes da sociedade brasileira dentro das fases de preparo e execução de mobilização nacional independente das restrições orçamentárias.

O controle interno é realizado com base no acompanhamento do Plano de Trabalho Anual elaborado individualmente para cada Plano orçamentário, guardando conformidade com as metas e iniciativas previstas na ação governamental, mediante o monitoramento dos indicadores existentes.

QUADRO 16 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.20X5.0001					<b>Tipo:</b> projeto
<b>Título</b>	Manutenção do Sistema de Comunicações Militares por Satélite - SISCOMIS					
<b>Iniciativa</b>	020J - Implantação e operação do sistema de comunicações militares					
<b>Objetivo</b>	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.					<b>Código:</b> 0534
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa			<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
18.394.923,00	19.158.953,00	19.181.820,69	19.181.820,69	17.130.061,91	0	2.047.213,34
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema mantido			unidade	1	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: Controles Internos Administrativos.

### Ação 20X5 Plano Orçamentário 0001 – Manutenção do Sistema de Comunicações Militares por Satélite

Em 2013, os recursos foram aplicados, principalmente, nas seguintes atividades: visitas às instalações das estações fixas; pagamento dos contratos de manutenção dos equipamentos de centrais telefônicas à empresa Damovo; pagamento dos contratos de aluguel dos enlaces satelitais em Banda X e Ku e terrestres às empresas Star One, Telebrás, Embratel e Oi; custeio da manutenção de equipamentos não cobertos pelos contratos citados; custeio da manutenção de equipamentos navais que compõem o SISCOMIS; aquisição de suprimento para a manutenção dos terminais do SISCOMIS; e capacitação de recursos humanos no Brasil e no exterior.

Conforme consulta realizada no SIAFI em janeiro de 2014, verificou-se que na Ação 20X5, PO 0001 foi inscrito em Restos a Pagar não processados o valor de R\$ 2.047.213,34, de uma dotação total de R\$ 19.158.953,00, em que pese ter sido empenhado a maior pelo DEADI, um valor de R\$ 19.181.820,69, visando pagamento de contratos em dezembro e ainda não conclusos.

Apesar disto, não houve comprometimento na manutenção do Sistema, que operou normalmente, proporcionando o suporte para que as atividades de Comando e Controle continuassem a ser desencadeadas, por intermédio dos meios de comunicações existentes para transmissão de dados, imagens e videoconferências, entre outros.

QUADRO 17 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.20X5.0002					<b>Tipo:</b> projeto
<b>Título</b>	Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência					
<b>Iniciativa</b>	020M - Obtenção e tratamento de imagens e dados por sensoriamento remoto					
<b>Objetivo</b>	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle. <b>Código:</b> 0534					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa			<b>Código:</b> 2058	<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.500.000	2.500.000	2.472.632	1.624.352	1.593.125	31.277	848.280
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema mantido			unidade	1	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Sistema mantido		unidade	0

OBS: Este PO é novo, porém a migração da AO 4422 do PA2012, onde permaneceram em Restos a Pagar cm valor em 01/01/2013 de R\$ 1.457.311,00 tendo como Valor Liquidado de R\$ 1.384.301,00 e Valor Cancelado de R\$ 0,00, e como Execução Física – Metas de uma unidade de sistema mantido.

Fonte: SIOP, LOA 2013 e Controles Internos Administrativos.

### Ação 20X5 Plano Orçamentário 0002 – Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência

Análise Situacional - A execução físico-financeira em 2013 teve como característica “não contingenciamento” do PO 002 da ação 20X5 sendo possível atingir os objetivos previstos no planejamento e obtendo os resultados descritos no próximo parágrafo. Devido à necessidade de aquisição de imagens recentes, a fim de atender às Operações Conjuntas, Operações Interagências e Grandes Eventos, foram gerados restos a pagar não processados no valor de R\$ 848.280,00, que representam 34% dos recursos alocados no ano que foram contratados e a sua execução não foi concluída dentro do exercício de 2013.

Resultados Alcançados - Em 2013, foram realizadas as seguintes atividades: operação e manutenção do Centro de Inteligência Operacional (CIOp) do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA); prosseguimento na implantação do Projeto SIGWEB/SIGDESKTOP e da Rede de Guerra Eletrônica de Defesa (RGED); visitas técnicas para instalação do Portal de Inteligência Operacional (PIOp); contratação de serviços de fornecimento de imagens satelitais; realização do 1º Workshop de Sensoriamento Remoto para Inteligência & Defesa; realização do IV Encontro de Guerra Eletrônica de Defesa (IV EGED); participação no Fórum de Geointeligência; aquisição de equipamentos para o Centro de Inteligência Operacional (CIOp); participação como Usuário Autorizado no Internacional Charter for Disasters; e capacitação em geoprocessamento básico, junto ao Centro de Imagens e Informações Geográficas do Exército, de militares do Sistema de Inteligência Operacional. A execução das atividades, listadas anteriormente, permitiu manter o Sistema de Inteligência Operacional em funcionamento.

QUADRO 18 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.20X5.0003					<b>Tipo:</b> projeto
<b>Título</b>	Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite - SISCOMIS					
<b>Iniciativa</b>	020J - Implantação e operação do sistema de comunicações militares					
<b>Objetivo</b>	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.					<b>Código:</b> 0534
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa			<b>Código:</b> 2058	<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.070.499,00	7.070.499,00	3.002.238,39	2.527.490,98	2.527.490,97	0,00	436.289,02
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema implantado			% de execução física	3	3	3
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIOP, LOA 2013 e Controles Internos Administrativos.

### **Ação 20X5 Plano Orçamentário 0003 – Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite - SISCOMIS**

O Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS) é parte da infraestrutura de telecomunicações para o Sistema Militar de Comando e Controle do Ministério da Defesa.

Para atender às operações militares, o SISCOMIS possui, ainda, estações transportáveis e móveis, operando através de enlaces satelitais em banda Ku ou na banda X, cujo emprego é exclusivamente militar. Essa rede se caracteriza por permitir elevada mobilidade, possibilitando a operação de estações em qualquer ponto na área de cobertura dos satélites, ou seja, América do Sul, América Central, Antártica, Mar do Caribe e Atlântico Sul.

O SISCOMIS é o mais importante meio de telecomunicações para o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas no atendimento às Operações Combinadas ou Conjuntas, em missões humanitárias e nas missões de manutenção da Paz, como no Haiti e no Líbano.

Os recursos da Ação têm sido aplicados, principalmente, na ampliação dessa rede. Em 2013, os recursos foram aplicados, principalmente, nas seguintes atividades: aquisição de terminais terrestres em banda X; contratação de internet para a Rede Operacional de Defesa e enlaces para o SISCOMIS; visita técnica à Estação Rádio da Marinha no Rio de Janeiro; e aquisição de equipamentos de manutenção e peças de reposição para o SISCOMIS.

Conforme consulta realizada no SIAFI em janeiro de 2014, verificou-se que foi inscrito em Restos a Pagar não processados o valor de R\$ 436.289,02, de uma dotação total de R\$ 2.963.780,00, visando o pagamento de contrato de aquisição de terminais satelitais, o que quando do seu recebimento possibilitará o atingimento da Meta Física estabelecida para o ano de 2013.



QUADRO 19 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.20X5.0004					<b>Tipo:</b> projeto
<b>Título</b>	Implantação do Sistema de Comunicações Militares Seguras					
<b>Iniciativa</b>	020J - Implantação e operação do sistema de comunicações militares					
<b>Objetivo</b>	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.					<b>Código:</b> 0534
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.014.434,00	1.014.434,00	1.006.162,41	247.551,28	247.551,28	0,00	766.882,72
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema implantado			% de execução física	2	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIOP, LOA 2013 e Controles Internos Administrativos.

### Ação 20X5 Plano Orçamentário 0004 – Implantação do Sistema de Comunicações Militares Seguras

No ano de 2013, os recursos foram aplicados, principalmente, nas seguintes atividades: reuniões de projeto para revisão, conclusão e aprovação da Arquitetura do SISTED; capacitação de pessoal (Off Set LINK BR2), para a continuidade do projeto; reforma do Laboratório do SISTED-FAB no Instituto de Estudos Avançados (IEAv) em São José dos Campos - SP, além de aquisição de equipamentos para o seu funcionamento; e reforma do Laboratório do SISTED-EB no Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS), em Brasília-DF, além de aquisição de equipamentos para o seu funcionamento.

O Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED) é um conjunto de enlaces de comunicações de dados padronizados e adequados para a transmissão de informações táticas digitalizadas, interligando dois ou mais Sistemas de Comando e Controle ou de Armas, caracterizando-se pela segurança da informação e da transmissão.

Conforme consulta realizada no SIAFI em janeiro de 2014, verificou-se que na Ação 20X5, PO 0004 foi inscrito em Restos a Pagar não processados o valor de R\$ 766.882,72, de uma dotação total de R\$ 1.014.434,00.

O atraso no atingimento da Meta Física é devido ao a descentralização de recursos só em agosto e o faseamento do serviço contratado para os laboratórios, que estão sendo realizados por etapas.

QUADRO 20 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.20X5.0005					<b>Tipo:</b> projeto
<b>Título</b>	Implantação de Centros de Operações Conjuntas					
<b>Iniciativa</b>	020I - Implantação e integração dos centros de comando e controle do Ministério da Defesa e das Forças Armadas					
<b>Objetivo</b>	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle. <b>Código:</b> 0534					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa			<b>Código:</b> 2058	<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.533.696,00	3.176.385,00	3.103.330,66	1.309.341,40	1.299.944,40	0,00	1.793.989,26
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Centro implantado			% de execução física	3	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIOP, LOA 2013 e Controles Internos Administrativos.

### Ação 20X5 Plano Orçamentário 0005 – Implantação de Centros de Operações Conjuntas

Em 2013, os recursos foram aplicados, principalmente, nas seguintes atividades: prosseguimento da modernização do Centro de Comando e Controle do Ministério da Defesa (CC<sup>2</sup>MD); atualização da versão do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM); atualização de equipamentos e tecnologia empregados nos Centros de Comando e Controle da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira; capacitação de pessoal, por intermédio de visitas técnicas a outros Centros de C<sup>2</sup> e da participação em conferências, simpósios e cursos no Brasil e no exterior; e ampliação da capacidade de gestão de dados da Rede Operacional de Defesa (ROD) do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC<sup>2</sup>), por meio de aquisição de equipamentos.

Conforme consulta realizada no SIAFI em janeiro de 2014, verificou-se que na ação 20X5, PO 0005 foi inscrito em Restos a Pagar não processados o valor de R\$ 1.867.043,60, de uma dotação total de R\$ 3.176.385,00, devido à descentralização para Marinha do Brasil ter ocorrido só em novembro, para pagamento de Termos de Compromisso do SIPLOM, levando a um consequente prejuízo no índice IARA.

Apesar da meta física não estar totalmente realizada, foram concretizados aperfeiçoamentos no Centro de Comando e Controle do MD e nos Centros de Comando e Controle das Forças Armadas.

### **Ação 20X7 – Operações Militares Combinadas ou Conjuntas**

Esta Ação Orçamentária proporcionou condições para o Emprego Conjunto das Forças Armadas por meio de Exercícios de Adestramento e Operações Combinadas ou Conjuntas, onde foram empregados, simultaneamente, tropa, material e equipamentos bélicos das três Forças. É através dela que foram realizados intercâmbios internacionais para troca de experiências na área militar com países de nações amigas.

No ano de 2013 foram desenvolvidas diversas atividades, a saber: Planejamentos Estratégicos e Operacionais, de acordo com os Planos de Emprego das Forças Armadas em caso de defesa do território nacional contra agentes externos; capacitação de pessoal por intermédio de cursos e seminários; e adestramento da tropa por intermédio de Exercícios Conjuntos ou Combinados. Parcela dos recursos também foram empregados na Operação ÁGATA 7.

Em relação ao montante inscrito em Restos a Pagar, que foi da ordem de 14%, pode-se inferir que não é significativo quando se compara ao total “executado” nesta Ação.

Análise Situacional - A Ação passou durante o ano de 2013 por contingenciamento e reduções orçamentárias, o que exigiu, principalmente, um replanejamento das etapas inerentes a cada uma das metas previstas, assim como a otimização dos meios e tempo disponíveis para realizá-las.

Em decorrência destas medidas, os recursos (creditícios e financeiros) disponibilizados para a execução da 20X7 foram suficientes para o atendimento de 19 (dezenove) Operações. Como método de acompanhamento para a Ação, sublinha-se as reuniões de coordenação realizadas regularmente com os setores responsáveis pelo Planejamento das Operações, bem como pelo monitoramento do executado (financeiro) por intermédio do SIAFI.

Resultados Alcançados – integração dos Oficiais das Forças Armadas no Planejamento de Operações Conjuntas; a intensificação da presença militar na Faixa de Fronteira; a elevação do grau de interoperabilidade entre as Forças Singulares; a ambientação das tropas às condições adversas encontradas durante a realização dos Exercícios e o adestramento do Estado-Maior Conjunto no Teatro de Operações em operações Conjuntas.

Destacaram-se, ainda, por Plano Orçamentário (PO), as seguintes Atividades no âmbito da Ação 20X7:

QUADRO 21 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.20X7.0001					<b>Tipo:</b> Atividade
<b>Título</b>	Operações Militares Combinadas ou Conjuntas					
<b>Iniciativa</b>	020R - Realização de exercícios militares conjuntos					
<b>Objetivo</b>	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.					<b>Código:</b> 0534
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa			<b>Código:</b> 2058	<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
30.080.367	14.248.939	14.183.698	11.628.949	11.393.284	235.665	2.554.749
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Operação realizada			unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				16	16	16
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2013 e Controles Internos Administrativos.

### Ação 20X7 Plano Orçamentário 0001 - Operações Conjuntas ou Combinadas

#### OPERAÇÃO LAÇADOR

A principal Operação Conjunta prevista para o corrente ano foi a Operação de Adestramento Conjunto LAÇADOR 2013 e foi realizada no período de 16 a 27 de setembro de 2013, na região que abrangeu os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e parte do Oceano Atlântico. Essa Operação contou com a presença de cerca de 8.000 militares das três Forças Singulares e teve os seguintes objetivos principais:

- a) Adestrar o Estado-Maior Conjunto do Comando do Teatro de Operações em operações conjuntas;
- b) Empregar a doutrina de Operações Conjuntas, particularmente o Processo de Planejamento Conjunto (PPC), no intuito de aperfeiçoá-lo;
- c) Adestrar os diversos Comandos e respectivas tropas, em Ações Críticas de combate, de apoio ao combate ou de apoio logístico, singulares ou conjuntas;
- d) Adestrar os diversos Sistemas Operacionais, de modo a promover a capacidade de interoperabilidade das Forças Armadas;
- e) Realizar ações de Comunicação Social dentro do contexto da Operação; e
- f) Realizar ações cívico sociais (ACISO) e intensificar a presença do Estado Brasileiro, particularmente das Forças Armadas, na região da operação.

## EXERCÍCIO FELINO

A principal Operação multinacional prevista para o corrente ano foi o Exercício FELINO, realizado no Brasil, na região de Itaoca-ES, sob a coordenação da Marinha do Brasil (MB), no período de 16 a 27 de setembro de 2013. Esse Exercício teve como finalidade exercitar uma Força-Tarefa Conjunta e Combinada, no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no sentido de incrementar a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados Membros e o treinamento para o emprego das mesmas em operações de paz e ajuda humanitária.

## EXERCÍCIO DE SIMULAÇÃO AZUVER

Os Exercícios de Simulação são importantes ferramentas para a sedimentação, validação e teste da doutrina conjunta. No ano de 2013, esta simulação ocorreu através do exercício AZUVER.

Este Exercício foi realizado ao longo do 2º semestre de 2013 em duas fases distintas. A primeira fase ocorreu no período de 07 a 18 de outubro e a segunda de 04 a 14 de novembro de 2013. Esse Exercício contou com a presença de cerca de 400 Oficiais-Alunos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores das três Forças Singulares, com o propósito de dar continuidade à integração desses Oficiais no Planejamento de Operações Conjuntas.

QUADRO 22 – Ações – OFSS

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2058.20X7.0002						<b>Tipo:</b> Atividade
<b>Título</b>	Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira						
<b>Iniciativa</b>	020L - Intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira						
<b>Objetivo</b>	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.						<b>Código:</b> 0534
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa			<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa				Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
57.560.082	41.817.312	41.872.882	37.248.801	36.565.483	683.318	4.624.080	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Ação realizada			unidade		3	3	3
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2013 e Controles Internos Administrativos.

### Ação 20X7 Plano Orçamentário 0002 - Operações nas Áreas de Fronteira

Tendo em vista a grande dimensão territorial do Brasil, com uma longa faixa de fronteira a ser vigiada e defendida, faz-se necessário manter e intensificar, cada vez mais, ações militares na fronteira, aumentando a presença das Forças Armadas e do Estado naquela região, atuando de forma conjunta.

Observando essa realidade, o Ministério da Defesa realizou ações com o objetivo de intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira provenientes do Plano Estratégico de Fronteiras. Este Plano, iniciativa instituída por Decreto Presidencial, estabelece uma coordenação conjunta para atuar em pontos estratégicos dos mais de 16 mil quilômetros de fronteiras brasileiras. Além das Forças Armadas, que no âmbito do Ministério da Defesa têm sua participação coordenada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, as operações envolvem a Receita Federal, o IBAMA, os Departamentos de Polícia Federal e de Polícia Rodoviária Federal, bem como a Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Força Nacional de Segurança Pública.

Os objetivos centrais do Plano Estratégico de Fronteiras são a redução dos índices de criminalidade e o enfrentamento ao crime organizado. Entre os crimes fronteiriços mais comuns estão o tráfico de drogas, de armas e de pessoas, além dos ilícitos ambientais e fiscais, como o contrabando e o descaminho. Como forma de assegurar a presença do Estado na região e viabilizar o referido Plano Estratégico, o Ministério da Defesa articulou a Operação Ágata.

### OPERAÇÃO ÁGATA 7

Dentre as Operações de presença na faixa de fronteira realizadas ao longo do 1º semestre de 2013 destacou-se a Operação ÁGATA 7, que contou com a presença de cerca de 34.000 integrantes, entre representantes das Forças Armadas, Órgãos de Segurança Pública, Agências Governamentais e universitários. Esta Operação foi conduzida no período de 18 de maio a 05 de junho de 2013, cobrindo toda a faixa de fronteira brasileira (17.000 km), com os seguintes objetivos principais:

- a) Coibir os delitos transfronteiriços e ambientais, em cooperação com os Órgãos de Segurança Pública e Agências Governamentais.
- b) Intensificar a presença militar na Faixa de Fronteira.
- c) Reforçar junto à população regional o sentimento de nacionalismo e de defesa da Pátria.
- d) Contribuir para a ambientação das tropas às condições existentes nas áreas de responsabilidade de seus Comandos.

QUADRO 23 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2058.6557			<b>Tipo:</b> atividade		
<b>Título</b>	Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado-Cidadão					
<b>Iniciativa</b>	Capacitação Profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar					
<b>Objetivo</b>	Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou solados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.					<b>Código:</b> 0502
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.000.000	12.000.000	8.761.430	6.438.230	6.134.811	126.809	3.551.691
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
<b>Produto:</b> Militar Habilitado			unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				11.000	9.617	10.175
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

2.744.654	144.819	0	Militar Habilitado	unidade	2.450
-----------	---------	---	--------------------	---------	-------

Fonte: SIOF

### **Ação 6557 – Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão**

Em 2013, os recursos sofreram contingenciamento de R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais), restando R\$ 8.800.000,00 (oito milhões e oitocentos mil reais) para a execução do Projeto. Dessa maneira, o EB deixou de receber a totalidade desses recursos bloqueados, deixando-se de qualificar aproximadamente 3.750 (três mil setecentos e cinquenta) jovens em serviço militar. Porém, superou-se a meta planejada (9.617, segundo Plano de Gestão 2013), qualificando-se 10.175 militares em cursos ministrados com parceria com entidades públicas e privadas.

Cabe ressaltar que a execução do Projeto em 2013 foi bastante dificultada, em virtude do aumento significativo nos preços praticados por algumas entidades do Sistema “S” (SENAI/SENAC), porque, enquanto a estimativa de aumento do custo/aluno foi de 6%, conforme previsto no Plano de Gestão de 2013, os valores cobrados quase dobraram pelas Entidades Parceiras.

Por fim, destaca-se que, sob a supervisão da CHELOG, foi fundamental o papel dos Comandos das Forças Singulares, por meio dos seus Distritos Navais, dos Comandos Militares de Área, dos Comandos Aéreos Regionais, do Estado-Maior da Armada, da Direção do Departamento de Pessoal Militar da Marinha (DPMM), do Comando de Operações Terrestres do Exército (COTER), do Comando Geral do Pessoal da Aeronáutica (COMGEP), dos Comandos das Regiões Militares, das Divisões e Brigadas do EB, dos Centros de Instrução da MB, das OM hospedeiras das Forças, pela condução e execução eficiente e eficaz dos trabalhos envolvendo o Projeto; das Entidades Parceiras do Sistema “S” (SENAI, SENAC, SENAR, SEBRAE e SENAT), assim como do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), da Fundação Rede Amazônica, da Fundação Nokia de Ensino e das demais Entidades Parceiras, pela excelência dos cursos ministrados.

Concluindo é importante enfatizar que, ao final do ano de 2013, o Projeto “Soldado-Cidadão” alcançou o efetivo de mais de 191.000 jovens capacitados profissionalmente, desde a sua implantação.

Os restos a pagar ocorreram devido ao fato de que aproximadamente 40% dos cursos de qualificação contratados foram realizados no final do 4º trimestre/2013, vindo a serem liquidados no mês de janeiro/2014, quando da baixa dos militares beneficiados pelo Projeto Soldado Cidadão.

Instrumentos de controle e avaliação do Plano de Gestão 2013 do Projeto Soldado-Cidadão, de 5 de novembro de 2012, cada Força Armada remeteu ao Comitê Gestor (SUBMOB/MD): Planejamento Inicial, até 17 Maio 13; Relatórios de Acompanhamento Físico Mensal, a partir do mês de junho/2013; e, Relatório Final até o dia 31 Dez 13.

O controle interno é realizado com base no acompanhamento do Plano de Trabalho Anual elaborado individualmente para cada Plano Orçamentário, guardando conformidade com as metas e iniciativas previstas na ação governamental, mediante o monitoramento dos indicadores existentes.

QUADRO 24 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2108.2866			<b>Tipo:</b> atividade		
<b>Título</b>	Ações de Caráter Sigiloso					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-			<b>Código:</b> -		
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa			<b>Código:</b> 2108 <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
298.528	298.528	268.108	268.108	268.108	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Não possui Meta Física		-	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			0	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2013 e Controles Internos Administrativos.

### Ação 2866 – Ações de Caráter Sigiloso

Esta Ação Orçamentária possibilita um assessoramento mais seguro ao processo decisório do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e, por meio do desenvolvimento de atividades de Inteligência Operacional, um melhor planejamento para o emprego conjunto das Forças Armadas.

No ano de 2013, a Ação proporcionou as seguintes realizações:

a) Missões de reconhecimento de Inteligência em diversos Estados brasileiros, com o intuito de subsidiar os planejamentos estratégicos e operacionais no âmbito das Forças Armadas; participação nas Operações LAÇADOR, COPA DAS CONFEDERAÇÕES, JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE e ÁGATA 7, além do Exercício Simulado AZUVER e na elaboração de Planejamentos Operacionais; capacitação de militares pela participação em seminários, simpósios e conferências; aquisição de material permanente voltado para a melhoria da segurança orgânica do EMCFA;

b) Apoio às atividades de Inteligência da Chefia de Assuntos Estratégicos / Ministério da Defesa: participação nos planejamentos estratégicos das Operações Conjuntas e Interagências realizadas e coordenadas pelo Ministério da Defesa; participação na avaliação dos contingentes brasileiros nas Missões de Paz da ONU no Haiti e no Líbano; e realização de manutenção em equipamentos de apoio às atividades de segurança orgânica.

Análise Situacional - Não teve contingenciamento e nem inscrição em Restos a Pagar nesta Ação, sendo possível atingir os objetivos previstos no planejamento e obtendo os resultados descritos no próximo parágrafo. Esta ação permitiu as seguintes realizações: missões de reconhecimento de Inteligência em diversos Estados brasileiros, com o intuito de subsidiar os planejamentos estratégicos e operacionais no âmbito das Forças Armadas; participação nas Operações LAÇADOR, COPA DAS CONFEDERAÇÕES, JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE e ÁGATA 7, além do Exercício Simulado AZUVER e na elaboração de



Planejamentos Operacionais; capacitação de militares pela participação em seminários, simpósios e conferências; aquisição de material permanente voltado para a melhoria da segurança orgânica do EMCFA; apoio às atividades de Inteligência da Chefia de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa; participação nos planejamentos estratégicos das Operações Conjuntas ; participação na avaliação dos contingentes brasileiros nas Missões de Paz da ONU no Haiti e no Líbano; e realização de manutenção em equipamentos de apoio às atividades de segurança orgânica.

Resultados Alcançados - Em 2013, esta Ação Orçamentária possibilitou um assessoramento mais seguro ao processo decisório do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e, por meio do desenvolvimento de atividades de Inteligência Operacional, um melhor planejamento para o emprego conjunto das Forças Armadas.

### 3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e					X

indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p><b>Análise Crítica:</b> Por ser UJ agregada à SEORI, a atividade de controle interno no EMCFA é do tipo administrativo primário. Neste contexto, o EMCFA realiza uma análise técnica no sentido de avaliar se os recursos alocados em cada ação orçamentária, estão sendo distribuídos para as três Forças Armadas em consonância com a finalidade da respectiva ação e com a correspondente natureza da despesa. Para os casos de execução de recursos relativos a diárias e passagens com o pessoal do EMCFA, é também verificado a correção dos parâmetros pertinentes (valores, locais, números de pessoas, duração das missões) antes do recurso ser executado. Desta forma, o quadro acima foi preenchido considerando os quesitos assinalados para a atividade de um controle interno administrativo primário.</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>					

### 3.6 Indicadores de Desempenho de Gestão

#### 3.6.1 Índice de aplicação dos recursos, por Ação Orçamentária - IARA

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Aplicação de recursos.
<b>Identificador de: Eficiência</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de aplicação dos recursos do EMCFA, por Ação Orçamentária.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IARA.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de aplicação de recursos de cada setor do EMCFA, por Ação Orçamentária.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CAE e Operadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas).	$IARA = (\text{Montante de recursos liquidados por Ação, no período} / \text{recursos autorizados por Ação, no período}) * 100.$
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Recursos orçamentários.
<b>Avaliação</b>	95% a 100% – excelente 80% a 94,99% – muito bom 70% a 79,99% – bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% – insuficiente
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	SIAFI Gerencial ou SIOP.
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados).	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão – APOG/EMCFA

Resultados da Avaliação no Exercício:

<b>Ação</b>	<b>Recursos Autorizados</b>	<b>Recursos Liquidados</b>	<b>IARA (%)</b>
2D55	13.509.000	9.930.553	<b>73,5</b>
20X3 0005	1.200.000	1.186.833	<b>98,9</b>
20X3 0006	160.000	148.913	<b>93,1</b>
20X3 0007	190.000	189.332	<b>99,7</b>
6557	12.000.000	6.438.230	<b>53,7</b>
20X1	252.900.000	175.341.246	<b>69,3</b>
14 SY 000A	2.596	2.541	<b>97,9</b>
14 SY 0001	50.523	50.130	<b>99,2</b>
14 SY 0002	21.171	21.160	<b>99,9</b>
14 SY 0003	108.693	114.627	<b>105,5</b>
14 SY 0004	6.718	6.681	<b>99,4</b>
14 SY 0005	94.450	95.725	<b>101,3</b>
14 SY 0006	34.996	36.819	<b>105,2</b>
14 SY 0007	7.273	7.325	<b>100,7</b>
14 SY 0008	37.358	38.438	<b>102,9</b>
14 SY 0009	54.740	54.771	<b>100,1</b>
20X5 0001	19.158.953	19.187.820	<b>100,2</b>
20X5 0002	2.500.000	1.624.352	<b>65,0</b>
20X5 0003	7.070.499	2.527.490	<b>35,7</b>
20X5 0004	1.014.434	247.551	<b>24,4</b>
20X5 0005	3.176.385	1.309.341	<b>41,2</b>
20X7 0001	14.248.939	11.628.801	<b>81,6</b>
20X7 0002	41.817.312	37.248.801	<b>89,1</b>
2866	298.528	268.108	<b>89,8</b>

Fonte: SIAFI Gerencial.

Resultados da Avaliação no Exercício:

O IARA médio do EMCFA foi de 83%.

### 3.6.2 Índice de - IOC

<b>IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO</b>	
<b>Identificação do Processo:</b>	Operacional (Ação 20X7 - PO 0001).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Operação Conjunta.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IOC.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução do emprego conjunto das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacional e internacional.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHOC, VCHOC e Operador de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IOC = (Operações Conjuntas realizadas/ Operações Conjuntas previstas)*100.</b>
<b>Avaliação</b>	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Operações (SC-3.3).
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na	Anual.

coleta dos dados)	
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Subchefia de Operações (SC-3).

Resultados da Avaliação no Exercício:

<b>Ação</b>	<b>Op Cj Previstas</b>	<b>Op Cj Realizadas</b>	<b>IOC (%)</b>
20X7 - PO 0001	16	16	<b>100,00</b>

Observação: A Operação Conjunta LAÇADOR foi realizada conforme planejado. A avaliação da doutrina de emprego conjunto, visando ao seu aperfeiçoamento, foi realizada conforme esperado. Os objetivos previstos foram atingidos.

### 3.6.3 Índice de Reuniões Bilaterais Realizadas - IBR

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Cooperação internacional (Ação 2D55)
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Reuniões Bilaterais Realizadas.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IBR.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução das Reuniões Bilaterais
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CAE e Subchefes.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IBR = (Reuniões Bilaterais realizadas/ Reuniões Bilaterais previstas)*100.</b>
<b>Avaliação</b>	95% a 100% – excelente 80% a 94,99% – muito bom 70% a 79,99% – bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% – insuficiente
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Assuntos Internacionais / CAE.
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Subchefia de Assuntos Internacionais / CAE.

Resultados da Avaliação no Exercício:

<b>Ação</b>	<b>Reuniões Previstas</b>	<b>Reuniões Realizadas</b>	<b>IBR (%)</b>
2D55	10	10	<b>100</b>

### 3.6.4 Índice de - IPF

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Operacional (Ação 20X7 - PO 0002).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Intensificação da Presença das Forças Armadas na Área de Fronteira
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IPF
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a presença das Forças Armadas na vigilância, controle e defesa das fronteiras terrestres, aérea e fluviais brasileiras, conforme preconizado na Política de Defesa Nacional e na Estratégia Nacional de Defesa.

<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHOC, VCHOC e Operadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IPF = (Op Pres FA Área de Fronteira realizadas/ Op Pres FA Área de Fronteira previstas)*100.</b>
<b>Avaliação</b>	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Operações (SC-3.2)
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Subchefia de Operações (SC-3)

Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Op Pres FA A Front Previstas	Op Pres FA A Front Realizadas	IPF (%)
20X7 - PO 0002	3	3	<b>100,00</b>

Observação: A Operação ÁGATA 7 foi realizado conforme o planejado. Todos os objetivos previstos foram atingidos.

### 3.6.5 Índice de – IAALR

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Operacional (Ação 20X1).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Apoio Logístico Realizadas.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IAALR.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução de atividades de apoio para a MINUSTAH.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Operadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IAALR = (Número de atividades de apoio logístico realizadas/ Número atividades de apoio logístico previstas) * 100.</b> Obs.: Exemplos de atividades de apoio: voos de manutenção e de ressuprimento, viagens de navios de apoio logístico etc.
<b>Avaliação</b>	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99% - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Seção de Logística e Operações de Paz (SC4-2)
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Gabinete da Subchefia de Logística Operacional

Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Atv Ap Previstas	Atv Ap Realizadas	IAALR (%)
20X1	58	52	<b>89,66</b>

Atividades de Apoio Logístico realizadas:

a) Coordenação do Rodízio – atividade realizada visando à coordenação dos voos de rodízio em apoio aos contingentes substituto e substituído (02 planejados/ 02 realizados);

b) Coordenação da Viagem de Manutenção – coordenar a realização da viagem de manutenção de forma a permitir o levantamento das necessidades e otimização na realização dos reparos necessários nos equipamentos dos contingentes brasileiros (04 planejadas/ 04 realizadas);

c) Acompanhar as Inspeções de Prontidão Operacional – inspeções realizadas pela ONU e acompanhadas pelo MD com a finalidade de verificar o percentual de reembolso devido ao país contribuinte de tropa (02 planejadas/ 02 realizadas);

d) Voos de Reconhecimento – viagens de reconhecimento que militares do contingente substituto realizam visando verificar a situação atual na área de operações e realizar contatos precusores com os militares que se encontram na missão (04 planejados/ 04 realizados);

e) Voos de Manutenção – viagens voltadas para a manutenção de equipamentos dos contingentes brasileiros empregados. Cabe ressaltar que a disponibilidade dos equipamentos influencia diretamente o reembolso que o Brasil receberá da ONU (04 planejados/ 04 realizados);

f) Voos de Rodízio – transporte de pessoal voltado para o rodízio de tropa na MINUSTAH (20 planejados/ 16 realizados);

g) Viagem de Avaliação – viagem com a finalidade de avaliar os diversos fatores logísticos e operacionais envolvidos na missão de forma a verificar o correto emprego dos recursos destinados à fase de emprego da tropa (02 planejadas/ 02 realizadas);

h) Voos Logísticos – viagens voltadas para o reabastecimento de itens necessários na área de operações (16 planejados/ 14 realizados);

i) Navio de Apoio Logístico – viagem realizada por navios de apoio logístico com a finalidade de abastecer, transportar ou repatriar equipamentos dos contingentes brasileiros (02 planejadas/ 02 realizadas); e

j) Instalação do SISCOMIS nos navios brasileiros da UNIFIL – preparação dos navios designados para participarem da FTM-UNIFIL (02 planejadas/ 02 realizadas).

### 3.6.6 Índice de – IAAPR

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Operacional (20X1).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Apoio à Preparação Realizadas.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IAAPR.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da realização de atividades voltadas para a preparação dos contingentes da MINUSTAH.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Operadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o	Anual.

indicador será Aplicado)	
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IAAPR = (Número de atividades de apoio realizadas/ número de atividades de apoio previstas)*100.</b> Obs.: Exemplos de atividades de apoio à preparação: estágio de preparação de Cmt e EM, Exercício Avançado de Operações de Paz, etc.
<b>Avaliação</b>	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99% - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Seção de Logística e Operações de Paz (SC4-2)
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Gabinete da Subchefia de Logística Operacional.

#### Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Ativ Ap Prep Prev	Ativ Ap Prep Realiz	IAAPR (%)
20X1	34	32	<b>94,11</b>

#### Atividades de Apoio à Preparação realizadas:

a) Exercício Básico de Operações de Paz – primeiro exercício com todo Contingente visando à preparação para a missão e a verificação do correto emprego dos recursos destinados à fase de emprego da tropa (04 planejados/ 04 realizados);

b) Exercício Avançado de Operação de Paz – exercício que visa à última verificação operacional do contingente a ser enviado e a verificação do correto emprego dos recursos destinados à fase de emprego da tropa (04 planejados/ 04 realizados);

c) Palestra de Operações de Paz no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) – palestras da SC-4 no CCOPAB visando à preparação do contingente (04 planejadas/ 02 realizadas);

d) Reunião de Comando e Estado-Maior – reunião realizada no MD que abre o círculo de atividades de preparação para os Contingentes Brasileiros empregados em Operações de Paz (04 planejadas/ 04 realizadas);

e) Cursos de Operações de Paz – cursos que visam o aperfeiçoamento e preparação de militares para o desempenho de atividades voltadas para a condução e administração de operações de Paz (02 planejados/ 02 realizados);

f) Participação em Seminários de Operações de Paz – participação de militares em seminários voltados para o debate e fomento de discussões sobre questões atuais voltadas para as operações de paz (02 planejados/ 02 realizados); e

g) Reuniões de Coordenação para o Apoio Logístico – reuniões voltadas para a coordenação e levantamento das necessidades de embarque em voos e navios de apoio logístico para os contingentes brasileiros (14 planejadas/ 14 realizadas).



### 3.6.7 Índice de Atividades de Inteligência Tecnológica – IAIT

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Operacional (Ação 20X5 PO 0002)
<b>Identificador de:</b>	Eficácia
<b>Nome:</b> (Nome do indicador).	Índice de Atividades de Inteligência Tecnológica (Sensoriamento Remoto, Imagens, Meteorologia, Guerra Eletrônica, Cibernética, Cartografia, Tecnologia da Informação e Criptografia).
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IAIT
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir).	Avaliar a realização das ações de Inteligência Tecnológica.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados).	CEMCFA, CHOC, VCHOC e Operadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado).	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas).	<p><b>IAIT = Média Aritmética ponderada do percentual realizado das seguintes atividades:</b>  <math>[A(*3)+B+C(*2)+D(*2)+E(*4)+F(*2)+G]/15</math>  Exemplos de atividades:  Aquisição de imagens orbitais ou de aerolevantamentos; análise e processamento de produtos obtidos por Sensoriamento Remoto e trabalhos de georreferenciamento - km<sup>2</sup>; análise e processamento de Guerra Eletrônica, de Cibernética, de dados meteorológicos e cartográficos, de aspectos ligados à Tecnologia da Informação e Criptografia e operação e manutenção de um banco de dados e de uma rede de compartilhamento – ao mês; visitas de suporte e assistência técnica à rede de compartilhamento de dados - Visita Técnica; ações de aquisição e/ou desenvolvimento de softwares específicos – <i>software</i>; manutenção, ampliação e modernização da capacidade de tratamento ou processamento dos dados e conhecimentos - Força Singular apoiada e EMCFA; capacitação especializada de pessoal - n° alunos; e promoção/participação de/em eventos de incentivo ao intercâmbio e à atualização de conhecimentos técnico-científicos especializados; etc - n° de eventos.</p>
<b>Avaliação:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– 90% a 100% - excelente;</li> <li>– 80% a 89,99% - muito bom;</li> <li>– 70% a 79,99% - bom;</li> <li>– 50% a 69,99 - regular; e</li> <li>– abaixo de 49,99% - insuficiente.</li> </ul>
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas).	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados).	Subchefia de Inteligência Operacional – SC-2
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados).	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo / medição:</b>	Subchefia de Inteligência Operacional – SC-2

### Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividades		Planejamento (a)	Peso (b)	Realizado (c)	Percentual Realizado (c/a)*100
<b>A</b>	Aquisição de imagens orbitais ou de aerolevantamentos, análise e processamento de produtos obtidos por Sensoriamento Remoto e trabalhos de georreferenciamento - km².	120.000	3	66.400	<b>55,3</b>
<b>B</b>	Análise e processamento de Guerra Eletrônica, de Cibernética, de dados meteorológicos e cartográficos, de aspectos ligados à Tecnologia da Informação e Criptografia e operação e manutenção de um banco de dados e de uma rede de compartilhamento – ao mês	14	1	14	<b>100,0</b>
<b>C</b>	Visitas de suporte e assistência técnica à rede de compartilhamento de dados - Visita Técnica.	23	2	19	<b>82,6</b>
<b>D</b>	Ações de aquisição e/ou desenvolvimento de <i>softwares</i> específicos - <i>software</i> .	2	2	2	<b>100,0</b>
<b>E</b>	Manutenção, ampliação e modernização da capacidade de tratamento ou processamento dos dados e conhecimentos - Força apoiada e EMCFA.	26	4	25	<b>96,1</b>
<b>F</b>	Capacitação especializada de pessoal - nº alunos	24	2	24	<b>100,0</b>
<b>G</b>	Promoção/participação de/em eventos de incentivo ao intercâmbio e à atualização de conhecimentos técnico - científicos especializados; etc - nº de eventos.	7	1	7	<b>100,0</b>
				<b>IAIT(%) =</b>	<b>87,72</b>

Observação: o indicador IAIT atingiu os 87,72% em face da aquisição de imagens ter sido parcial. Tal fato se deve ao contrato em vigor, para adquirir 120.000 Km² de imagens satelitais para apoio a inteligência Operacional, ter a vigência de 20 agosto 2013 a 19 agosto 2014 e as demandas das Forças estarem distribuída ao longo desta vigência.

### 3.6.8 Índice de Atividades do Sistema Militar de Comando e Controle – IASIMC²

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	SISMC² (Ação 20X5 – PO 0005)
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema Militar de Comando e Controle – SISMC².
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IASIMC²
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações de implementação e ampliação do SISMC².
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHOC, VCHOC e Operadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IASIMC² = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades.</b> Exemplos de atividades: - modernização de meios e sistemas dos Centros de Comando e Controle; integração dos Centros de Comando e Controle; suporte instrucional, doutrinário e operacional de Comando e Controle às Operações Conjuntas, Força de Paz e às Atividades Subsidiárias; e capacitação de recursos humanos.
<b>Avaliação</b>	90% a 100% - Excelente

	80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Plano Anual de Trabalho, Contratos de Objetivos, Pedidos de Cooperação e número de execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Seção de Planejamento e Gestão – SC1.2
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Seção de Planejamento e Gestão – SC1.1

#### Resultado da Avaliação no Exercício:

<b>Atividade</b>	<b>Planejados</b>	<b>Realizados</b>	<b>% (R/P)*100</b>
1. Modernização do Centro de Comando e Controle do MD	1	1	100,0
2. Operação integrada dos Centros de Comando e Controle Permanentes (MD-MB, MD-EB e MD-FAB)	1	1	100,0
3. Apoio de Comando e Controle às Operações de Adestramento Conjuntos	1	1	100,0
4. Suporte de Comando e Controle às Operações de Força de Paz (Haiti e Líbano).	2	2	100,0
5. Operações Interagências (Ágata)	1	1	100,0
6. Adestramento de C <sup>2</sup> visando operações militares para pessoal do MD e Forças Singulares.	8	8	100,0
7. Disseminação da Doutrina Militar de C <sup>2</sup> .	13	13	100,0
<b>Somatório dos percentuais das atividades realizadas</b>			<b>700,0</b>
<b>Número de atividades previstas</b>			<b>7</b>
<b>IASISMC<sup>2</sup> (%)</b>		<b>100,0%</b>	

### 3.6.9 Índice de Atividades do Sistema de Comunicações Militares por Satélite – IASISCOMIS

<b>IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO</b>	
<b>Identificação do Processo:</b>	SISCOMIS (Ação 20X5, PO 0001 e 0003).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema de Comunicações Militares por Satélite.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IASISCOMIS
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações de manutenção e ampliação do SISCOMIS.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHOC, VCHOC e Operadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.

<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IASISCOMIS = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades.</b> Exemplos de atividades: - fiscalização dos contratos de aluguel de enlaces satelitais, terrestres e de manutenção da rede do SISCOMIS; aquisição de terminais transportáveis visando à ampliação da rede de banda X do SISCOMIS; aquisição de sobressalentes, instrumentos de testes e modernização da rede com substituição de equipamentos obsoletos; capacitação de recursos humanos etc.
<b>Avaliação</b>	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Seção de Planejamento e Gestão – SC1.3
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Seção de Planejamento e Gestão – SC1.1

#### Resultado da Avaliação no Exercício:

<b>Atividades</b>	<b>Planejados</b>	<b>Realizados</b>	<b>% (R/P)*100</b>
1. Fiscalização dos contratos de aluguel de enlaces satelitais.	1	1	100,0
2. Fiscalização dos contratos de aluguel de enlaces terrestres.	4	4	100,0
3. Fiscalização dos contratos de manutenção dos equipamentos.	1	1	100,0
4. Instalação de estação central de Banda Ku.	1	1	100,0
5. Instalação da Rede Wimax	1	1	100,0
6. Instalação do Centro de Gerenciamento	1	1	100,0
7. Aquisição de Estação Móvel Naval em Banda X	1	1	100,0
8. Aquisição de Estação Móvel Naval em Banda Ku	1	1	100,0
9. Aquisição de Sistema DAMA para Banda Ku	1	1	100,0
10. Aquisição de sobressalentes para Banda X	20	20	100,0
11. Distribuição de sobressalente	10	10	100,0
12. Recebimento Técnico de Estações em Banda X	3	0	0,0
13. Distribuição de Estações em Banda X	3	0	0,0
<b>Somatório dos percentuais das atividades realizadas</b>			<b>1.100,0</b>
<b>Número de atividades previstas</b>			<b>13</b>
<b>IASISCOMIS (%)</b>		<b>84,62%</b>	

### 3.6.10 Índice de Atividades do Sistema Tático de Enlace de Dados – IASISCOMILSEG

<b>IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO</b>	
<b>Identificação do Processo:</b>	SISCOMILSEG (Ação 20X5 PO 0004).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema Comunicações Militares Seguras.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IASISCOMILSEG
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações do SISCOMILSEG.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFE, CHOC, VCHOC e Coordenadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o	Anual.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
indicador será Aplicado)	
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IASISCOMILSEG = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades.</b> Exemplos de atividades: - conclusão da Arquitetura; aprovação da arquitetura; capacitação de pessoal; modernização e manutenção dos laboratórios; contratação de recursos humanos; confecção de projetos básicos etc.
<b>Avaliação</b>	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Seção de Planejamento e Gestão – SC1.2
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Seção de Planejamento e Gestão – SC1.1

#### Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Desenvolvimento do projeto.	2	1	50,00
2. Capacitação de recursos humanos.	4	1	25,00
3. Manutenção dos Laboratórios.	2	1	50,00
4. Modernização dos laboratórios.	2	1	50,00
5. Confecção de projeto(s) básico(s) relativo(s) às integrações entre os sistemas táticos das Forças.	1	0	0,00
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			175,00
Número de atividades previstas			5
<b>IASISCOMILSEG (%)</b>		<b>35,00%</b>	

### 3.6.11 Índice de Atividades de Mobilização para Defesa Nacional – IAMDN

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Mobilização para Defesa Nacional (Ação 20X3 - PO 006 e PO 007)
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Mobilização para Defesa Nacional.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IAMDN.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das atividades da implantação e do preparo da Mobilização para Defesa Nacional.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHELOG e Operadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IAMDN = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades.</b>
<b>Avaliação</b>	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Assessoria da Seção de Mobilização.
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Assessoria da Seção de Mobilização.

Resultados da Avaliação no Exercício:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Exercícios de Mobilização Nacional.	1	1	100
2. Atualização da Doutrina Básica de Mobilização Nacional	100%	60%	60
3. Viagem de Estudo ao exterior	1	1	100
4. Palestras nas Escolas de Altos Estudos Militares e de Aperfeiçoamento	13	11	85
5. Painel de Mobilização Nacional	1	1	100
6. Palestras na Escola Superior de Guerra (ESG) para o curso de Logística e Mobilização Nacionais (CLMN)	4	4	100
7. Estudo de Caso e palestra de subsistemas do SINAMOB para o CLMN	1	1	100
8. Reuniões da Secretaria Executiva do Comitê do SINAMOB	4	4	100
9. Reunião do Plenário do Comitê do SINAMOB	1	0	0
10. Implantação do SINAMOB	2%	2%	100
11. Acompanhamento dos integrantes do SINAMOB da Operação Ágata 7	1	1	100
<b>Somatório dos percentuais das atividades realizadas</b>			<b>945</b>
<b>Número de atividades previstas</b>			<b>11</b>
<b>IAMDN (%)</b>		<b>85,87</b>	

Observação: O planejamento e realização das atividades 2 e 10 foram expressas em percentuais.

### 3.6.12 Índice de Atividades do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa – IASIGLMD

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (Ação 20X3 - PO 0005)
<b>Identificador de:</b> Eficácia	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema de Informações Gerenciais de Logísticas e Mobilização de Defesa
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IASIGLMD
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das atividades do Sistema de Informações Logísticas de Defesa.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHELOG e a SUBILOG
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IASIGLMD = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades.</b>
<b>Avaliação</b>	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Integração Logística
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Subchefia de Integração Logística

### Resultados da Avaliação no Exercício:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa: a) Módulo de controle de acesso; b) Módulo de serviços logísticos; c) Módulo de gerência de dados; e d) Módulo de cenários logísticos e mobilização	4	2	50
Visitas Técnicas /Seminários/ Conferência/Palestras/Jornada de Interoperabilidade Logística (JIL)/Feira Internacional	8	8	100
Acompanhamento em Exercícios/ Adestramentos /Operações Conjuntas Militares	17	17	100
Grupos de Trabalhos – Quinze (15) Subcomissões no âmbito da Comissão de Logística Militar (COMLOG), para programas e projetos comuns das Forças.	15	15	100
<b>Somatório dos percentuais das atividades realizadas</b>			<b>350</b>
<b>Número de atividades previstas</b>			<b>4</b>
<b>– IASIGLMD (%)</b>			<b>87,50%</b>

### 3.6.13 Índice de Atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado-Cidadão - IAPSC

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Projeto Soldado-Cidadão (Ação 6557)
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado-Cidadão.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IAPSC
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado-Cidadão.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHELOG e Operadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	IAPSC = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades de Acompanhamento e Coordenação.
<b>Avaliação</b>	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Assessoria da Seção do Serviço Militar
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo / medição</b>	Assessoria da Seção do Serviço Militar

### Resultados da Avaliação no Exercício:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Acompanhamento da execução do Projeto (visitas a OM hospedeiras e instituições de ensino)	7	4	57
2. Reuniões de Coordenação do Comitê Gestor	5	6	120

<b>Atividades</b>	<b>Planejados</b>	<b>Realizados</b>	<b>% (R/P)*100</b>
3. Cerimônia de entrega do Prêmio Melhor Gestão do Projeto Soldado-Cidadão	1	1	100
4. Simpósio sobre o Projeto Soldado-Cidadão	1	1	100
<b>Somatório dos percentuais das atividades realizadas</b>			<b>377</b>
<b>Número de atividades previstas</b>			<b>4</b>
<b>IAPSC (%)</b>		<b>94,25%</b>	



### 3.6.14 Índice de Efetividade Físico/Financeira do EMCFA – IEFEMCFA

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Gestão global do emprego dos recursos orçamentários / financeiros e atingimento das Metas Físicas do EMCFA.
<b>Identificador de: Efetividade</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Efetividade do EMCFA.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IEEMCFA.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de atendimento ao seu objetivo principal: desenvolver atividades visando ao emprego das Forças Armadas.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CAE, CHELOG, CHOC
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IEM = Média Aritmética ponderada dos seguintes indicadores:</b> $[(IOC(*3)+IBR+IPF(*2)+IAALR(*2)+IAAPR(*2))+IAIT+IASISMC^2+IASISCOMIS+IASISTED+IAMDND+IASIGLMD+IAPSC]/17$
<b>Avaliação</b>	70% a 100% - satisfatório. Abaixo de 70% - insatisfatório.
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Indicadores de eficácia da CAE, CHELOG e CHOC.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Operadores de Ação.
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual
<b>Área responsável pelo cálculo / medição</b>	APOG/EMCFA.

#### Resultados da Avaliação no Exercício:

Índice	Valor	Peso	Pontuação	IEM (%)
IOC	100,00	3	300,00	<b>90,74</b>
IBR	100,00	1	100,00	
IPF	100,00	2	200,00	
IAALR	89,66	2	179,32	
IAAPR	94,11	2	188,22	
IAIT	87,72	1	87,72	
IASISMC <sup>2</sup>	100,00	1	100,00	
IASISCOMIS	84,62	1	84,62	
IASISCMILSEG	35,00	1	35,00	
IAMDND	85,87	1	85,87	
IASIGLMD	87,50	1	87,50	
IAPSC	94,25	1	94,25	

### 3.6.15 Índice de Efetividade Qualitativa do EMCFA – IEQEMCFA

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Gestão global das atividades desenvolvidas pelo EMCFA apontando acertos, falhas, situações críticas e outras visando à possibilitar a ratificação, retificação ou adequação do processo de emprego e preparo, se for o caso, das Forças Armadas.
<b>Identificador de: Efetividade</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Efetividade Qualitativa do EMCFA.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IEQEMCFA.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de atendimento ao seu objetivo principal: Manutenção do nível de adestramento das Forças Armadas compatível com a necessidade de emprego para prover a Defesa Nacional de nosso País.

<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	Ministro da Defesa, CEMCFA, CAE, CHELOG, CHOC
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Avaliação</b>	Menções em relação ao <b>ESPERADO</b> : A- Muito acima; B- Acima ; C- Dentro; D- Abaixo; e E- Muito abaixo.
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas)	Preenchimento de uma Ficha de Avaliação onde constam as atividades desenvolvidas pelas Chefias do EMCFA. Após o seu preenchimento, a Ficha receberá uma classificação sigilosa em conformidade com o Inciso I, do art. 25, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Chefias do EMCFA
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual
<b>Área responsável pelo cálculo / medição</b>	APOG/EMCFA.

A Ficha de Avaliação contém informações a respeito das atividades desenvolvidas pelo EMCFA, por intermédio de suas Chefias, onde busca uma comparação entre Situação Ideal X Situação Real com a finalidade de se obter um quadro mais próximo da realidade com relação à infraestrutura existente / disponível de pessoal, material, meios militares e recursos orçamentários para o emprego das Forças Armadas na Defesa Nacional do nosso País.

As análises do desempenho quanto à qualidade e produtividade alcançadas estão lançadas, também, em relatórios específicos produzidos ao final de cada atividade desenvolvida. Nesses relatórios constam informações a respeito dos acertos, erros, atingimento de metas, restrições, aprendizado, dentre outros fatores considerados importantes quando da avaliação do cumprimento dos objetivos traçados para cada evento.

Por conter dados sobre o nível de adestramento, mobilização, disponibilidade de meios militares, logística, capacitação de recursos humanos e outros considerados vitais para a determinação das condições de emprego das Forças Armadas, a Ficha de Avaliação, após preenchida, receberá uma classificação sigilosa, instituída pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, em conformidade com o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, observando para isso: o inciso I, do art. 25; o art. 26; o inciso II, do art. 27; o art. 28; e o art. 30. Sendo assim, terão acesso a essas informações, todas as pessoas com credencial de segurança para manusear documentos com a classificação sigilosa definida para a Ficha em questão.

Este Indicador de Desempenho está em fase de implantação e poderá sofrer alterações ou atualização dos seus itens, ao longo do exercício de 2014.